



ANAIS DO XII
ENAPIC
Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica

Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56a Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica (2021: Balsas-MA)

Anais do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS [Recurso eletrônico], 02, 03 e 04 de dezembro de 2021. vol.12 / Comitê organizador: Fábio Roberto Pillat, Camila Sousa Silva e Líbera R. B. Pillatt – Balsas, Maranhão.

Anuais

ISSN: 2317-1464

Disponível em: <https://www.unibalsas.edu.br/enapic-2021/anais-do-evento-e-trabalhos-destaque-2/>

1. Iniciação Científica. 2. Pesquisas Científicas - Maranhão. I. Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. II. Pillat, Fábio Roberto. III. Ferreira, Emília. IV. Título.

CDU 37(042)(0.034)

Bibliotecária Responsável: Marina Carvalho de Souza CRB 13/823

Apresentação

O Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas tem como finalidade possibilitar a integração e a socialização das atividades de iniciação científica realizadas por professores e acadêmicos da IES, bem como por pesquisadores da região, a partir da divulgação dos resultados dos seus trabalhos de pesquisa, estimulando a produção científica e construção de novos conhecimentos.

O XII ENAPIC ocorreu nos dias 01 e 02 de dezembro de 2021, na Faculdade de Balsas – Unibalsas, e foi constituído por 02 eixos: **Eixo 1 – Seminário de Iniciação Científica**; **Eixo 2 – Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica**. O evento promoveu discussões no âmbito acadêmico, impulsionando o crescimento crítico e profissional dos participantes.

Neste periódico de Anais estão disponíveis os resumos dos Eixos 1 e 2, submetidos por acadêmicos de graduação, professores e pesquisadores da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS e de outras Instituições de Educação Superior e apresentados durante o XII ENAPIC.

Boa leitura e pesquisa!

Comitê Científico

- Adriano Ferreira da Silva Neto – Professor da Unibalsas
- Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – Professor da Unibalsas
- Fábio Roberto Pillatt – Professor da Unibalsas
- Hedi Maria Luft– Professora da Unibalsas
- Paulo do Nascimento Sousa – Professor da Unibalsas

Comissão Organizadora

- Prof. Fábio Roberto Pillatt (NPPGE)
- Maria Emília Ferreira Barros (NPPGE)
- Prof.^a Camila Sousa Silva (Professora Unibalsas)
- Prof.^a Líbera Raquel Bazzan Pillatt (Professora Unibalsas)

Sumário

EIXO 1 - SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	10
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EM EMPRESAS DA CIDADE DE BALSAS- MA.....	11
A ARTE COMO DISPOSITIVO PARA NUTRIR A VALORIZAÇÃO PELA CULTURA DOS INDÍGENAS E NEGROS NO CENÁRIO ESCOLAR.....	20
DOS PRINCÍPIOS À NORMA, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL DE HAIA: ANÁLISE MACRORREGIONAL DA ESTRUTURA DO SISTEMA CARCERÁRIO PERNAMBUCANO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	31
A AÇÃO DOCENTE: O REINVENTAR DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA REDE PÚBLICA EM BALSAS – MA.....	39
ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: EDUCAÇÃO INFANTIL E.....	50
ATRIBUTOS QUÍMICOS DO SOLO EM DIFERENTES COBERTURAS VEGETAIS DE ÁREA DE CERRADO.....	57
A PROTEÇÃO ECOLÓGICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	66
ANALOGIA SOBRE PODER E JUSTIÇA: DO CONCEITO DE IDEIA EM THOMAS HOBBS À SUJEIÇÃO DA NORMA JURÍDICA EM HANS KELSEN: DESAFIOS SISTÊMICOS DO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO NA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA UNIDADE FEDERATIVA DE PERNAMBUCO.....	78
OS REFLEXOS DA PANDEMIA COVID-19 E AS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA.....	86
BREVES IMPRESSÕES SOBRE TEMPOS LÍQUIDOS, CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO.....	102
A BNC - FORMAÇÃO E AS TDICs: PERSPECTIVAS DOS DOCENTES DE LETRAS LICENCIATURA.....	106
BASE NACIONAL CURRICULAR - FORMAÇÃO E AS PRESCRIÇÕES AOS USOS DIDÁTICOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COM OS FUTUROS PROFESSORES.....	109
DIREITO PROCESSUAL PENAL SIMBÓLICO E A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NA COMPREENSÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	112
OS DESAFIOS NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO REMOTO EMERGENCIAL EM BALSAS:.....	115
A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MELHORAMENTO INSTITUCIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DOS CICLOS EDUCATIVOS.....	118
O REPENSAR DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BALSAS - MA.....	121
ADUBAÇÃO ORGÂNICA E MINERAL NO CRESCIMENTO DO QUIABEIRO.....	124
TEORIA PSICANÁLÍTICA: A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....	127
PRODUÇÃO DO QUIABEIRO SUBMETIDO À ADUBAÇÃO ORGÂNICA E MINERAL.....	133
PANORAMA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE BALSAS - MA NO CONTEXTO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.....	137
O ENSINO REMOTO EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19: DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE BALSAS - MA.....	140
EIXO 2 – MOSTRA DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	143
A CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E SUA APLICABILIDADE EM TEMPOS MODERNOS DE LIQUIDEZ.....	144
METODOLOGIA CONSTRUTIVISTA: A TRADICIONAL FORMA DE ENSINO-APRENDIZAGEM SUPRI A NECESSIDADE DAS NOVAS GERAÇÕES?.....	146
MODELE A SILUETA, ACERTE O NARIZ E PONHA O PEITO: A PROBLEMATICA ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	148
A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO SOCIAL DO CIDADÃO.....	150
REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL.....	152
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS TAREFAS ENVOLVIDAS COM A MANUTENÇÃO E O SUPORTE DO SITE DO ELETRO PONTOMAX E SUAS RESPECTIVAS FERRAMENTAS.....	153
PENSÃO ALIMENTÍCIA NA GUARDA COMPARTILHADA.....	155

INVENTÁRIO ELETRÔNICO: OCS INVENTORY	156
A ESSENCIALIDADE DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA ANTE A AUSÊNCIA DE IGUALDADE NO MEIO SOCIAL	159
NOVA LEI ORGÂNICA DE BALSAS: DOS PODERES DO MUNICÍPIO	161
O PRECONCEITO COM O SEGURADO ESPECIAL PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.	162
A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR	163
A MOTIVAÇÃO HUMANA E O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES	165
TOPONÍMIA DA MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE: COMPARATIVO DOS ELEMENTOS GEOGRÁFICOS E TIPO DOS MUNICÍPIOS	167
HOME OFFICE COMO PLANO DE CONTINGÊNCIA	169
VACINAÇÃO COMPULSÓRIA CONTRA A COVID-19 NO AMBIENTE TRABALHISTA	171
AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	173
ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ÁGUAS DE COCO IN NATURA, ENVASADAS E COMERCIALIZADAS NA CIDADE DE BALSAS-MA	175
INFLUÊNCIA DO TEMPO DE PRÉ-CONDICIONAMENTO NA QUALIDADE DE GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE SOJA.	177
O OVERSHARENTING E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS DA CRIANÇA	179
O FORDISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO	180
PROJETO INTERDISCIPLINAR: INTEGRANDO ÁREAS DO CONHECIMENTO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	183
TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	185
LÉXICO FITONÍMICO NO ÂMBITO DO PROJETO “LAUDATO SÍ”: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO NO COLÉGIO PADRE ÂNGELO DE LASSALANDRA	186
TECNOBIOGRAFIA PESSOAL: UMA EXPERIÊNCIA DE LETRAMENTOS DIGITAIS NA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	188
VISUAL LAW: UMA INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	189
CONTE E ENCANTE	191
LIMITAÇÃO DA LIBERDADE DE OPINIÃO NAS REDES SOCIAIS	192
A GARANTIA DE DIREITOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA E A AMEAÇA DA ADI 6.852/DF	193
ANALISAR E ACOMPANHAR O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE UM CRM PARA UMA CONCESSIONÁRIA DE MOTOCICLETAS	194
UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UM CONVITE À PRECARIZAÇÃO?	195
REFLEXOS DA COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO: DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO, DESIGUALDADE SOCIAL E PROGRAMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	197
“PHILADELPHIA”: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	199
CENÁRIOS: CAPTAÇÃO DE CLIENTES	201
COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E OS RECURSOS HUMANOS: SABERES E PRÁTICAS DAQUELES QUE TRABALHAM COM PESSOAS	203
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE PARA CASA: UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA ENTRE UNIVERSITÁRIOS E CRIANÇAS	205
SUBSTRATOS ORGÂNICOS PROMOVEM UM MELHOR DESENVOLVIMENTO VEGETATIVO DE PLANTAS DE TOMATE	207

EIXO 1 - Seminário de Iniciação Científica.

Trabalhos produzidos a partir de pesquisas de estudantes, professores e/ou pesquisadores, que submeteram resumo expandido e/ou trabalho completo e realizaram apresentação oral (virtual) dos resultados alcançados com a pesquisa. Este Eixo é composto por duas seções: a primeira com 12 resumos; e a segunda com 09 trabalhos.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ARMAZENAGEM DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EM EMPRESAS DA CIDADE DE BALSAS- MA

Roberto Willy Chaves Moreira- UNIBALSAS ¹
 Antonio Santana Batista de Oliveira Filho – UNIBALSAS ²
 Jefferson Carvalho Barros – UNIBALSAS ³
 Adriana Araujo Diniz – UNIBALSAS ⁴
 Fernanda Barbosa Reis – UNIBALSAS ⁵

1. INTRODUÇÃO

Com o constante aumento da população mundial, é tácito afirmar que a produção de alimentos deve acompanhar o mesmo ritmo. Porém, é sabido que grande parte das áreas propícias para o uso da agricultura já foram ocupadas ou não podem mais ser, por serem reservas, que aliás, estas são um importante instrumento no combate à destruição desenfreada da natureza.

De acordo com Salazar et al. (2017), diante do seguinte problema: produção de alimentos x manutenção de áreas preservadas, as práticas adotadas no sistema agropecuário devem ser conservacionistas. Algumas práticas como; o aumento da produtividade nas áreas já trabalhadas e o uso racional de insumos agrícolas devem ser adotadas (FOGUESATTO et al., 2017).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016), todo fator de produção utilizado com o objetivo de garantir a nutrição e a proteção das plantas para obter boa produtividade, são classificados como insumos agrícolas. Estão entre eles: máquinas, sementes, agrotóxicos, além de outros. O fato é que a evolução dos insumos, principalmente nas últimas décadas, promoveu uma visível otimização de recursos naturais já explorados, produzindo mais em pouco espaço. Tem-se como exemplo a soja, que em termos de produtividade nas duas últimas décadas obteve um crescimento de 50% (CONAB, 2016).

Isto se deve ao sucesso em pesquisas e à introdução da tecnologia na produção e uso de insumos. O uso de insumos, além de promover a alta produtividade, também é parcela

¹ Acadêmico do Curso de Agronegócio da Unibalsas e bolsista do Programa de Iniciação Científica. E-mail: roberto.moreira@alu.unibalsas.edu.br

¹ Professor do curso de Agronegócio da Unibalsas, graduado em Agronomia e Mestre em Produção Vegetal. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

¹ Professor e Coordenador do curso de Agronegócio e da pós-graduação em Gestão Executiva no Agronegócio da Unibalsas, graduado em Administração e Mestre em Administração Pública. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

¹ Professora Adjunta II da Universidade Estadual do Maranhão, graduada em Agronomia e Mestra em Manejo do Solo e Água e Doutora em Agronomia. E-mail: adrisolos2016@gmail.com

¹ Graduada em Agronomia e Mestranda em Agricultura e Ambiente pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: fernanda15reis@gmail.com

essencial na economia de um país ou região, gerando empregos para trabalhadores locais. (ROBIN; GORE, 2018)

Para García et al. (2018), por ser um setor no qual gera muita riqueza, o campo de insumos agrícolas se tornou cada vez mais competitivo. Por este motivo, uma boa organização, planejamento, rapidez na entrega do produto, além da capacidade de oferecer ao cliente, produtos de alta qualidade à menor custo, se tornam fatores que fazem com que algumas empresas se destaquem. A falta de tais qualidades vão em sentido contrário ao principal objetivo tanto das revendedoras quanto dos agricultores: obter o máximo de lucratividade (PAGLIARIN, 2015).

No Brasil, no estado do Maranhão, a agricultura ganhou importante papel na economia em virtude principalmente da evolução dos insumos agrícolas. Segundo Rodrigues (2018), a pecuária juntamente com a agricultura de subsistência, foram a base da sua economia por aproximadamente dois séculos. Situação que só se alterou em 1970, com a vinda de agricultores do sul do país atraídos por incentivos do governo, além do baixo preço das terras, que antes eram consideradas não agricultáveis, além da parceria do Estado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o intuito de promover o desenvolvimento na região.

Com isto, a soja se tornou o “carro chefe” não só da agricultura, mas também da economia da região, o produto que na década de 1970 produzia aproximadamente 20 sacas por hectare, atualmente produz em média 60 sacas por hectare (CONAB, 2017). O uso de novas tecnologias foi fator determinante para tal sucesso

Com a expansão da agricultura, diversas empresas de Balsas, inclusive algumas multinacionais viram em Balsas, um local propício para ampliar seus investimentos (DUTRA; AREND, 2015)

Na região comercialização de insumos agrícolas é estimulada por eventos como o Agrobalsas, servindo com uma espécie de vitrine para que grandes empresas que movimentam milhões de reais todos os anos, mas não só neste curto período o comércio de insumos é praticado, durante todo ano, este setor movimentam milhões de reais.

Sendo que a agricultura no presente, possui um alto grau de dependência da utilização de insumos, serviços e produtos de qualidade oferecidos pelas revendedoras, é de grande valia que os produtores adquiram produtos que venham a suprir suas necessidades, tanto no que diz respeito a preços, distribuição e logística, armazenamento e qualidade de tais produtos (ALMEIDA, 2017). Caso contrário, a aquisição de insumos de qualidade inferior vai influenciar não só a produção, mas também os preços em que estes produtos advindos da agricultura irão chegar na mesa do consumidor.

Nesse sentido, objetivou-se com a presente pesquisa avaliar a qualidade de armazenagem de produtos agropecuários em empresas da cidade de Balsas- MA, fazendo um levantamento de dados a respeito das características das revendedoras de insumos agrícolas de Balsas.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado na cidade de Balsas-MA no segundo semestre de 2021. O trabalho de natureza mista foi desenvolvido em nível de pesquisa descritiva, através do método de delineamento por levantamento, que tem como objetivo a obtenção de informações quali-quantitativa. Segundo Hermann (2016), os dados obtidos neste tipo de pesquisa, resultam em uma compreensão da sociedade de forma mais assertiva. Yin (2015), explica que estudos de caso, aliados com conhecimentos já acumulados sobre determinado assunto, contribuem positivamente para aguçar a percepção a respeito de fenômenos individuais e coletivos.

O objeto a ser analisado foram as empresas revendedoras de insumos agrícolas situadas na cidade de Balsas- MA. Inicialmente foi feito um levantamento do número de empresas revendedoras de insumos da cidade, para que posteriormente fossem feitas visitas e convite para participação na pesquisa. O nome das empresas bem como os dados individuais dos questionários não foram expostos, afim de evitar constrangimentos para as empresas, os dados divulgados retratam a situação geral de todas as empresas participantes e os dados individuais serão disponibilizados somente para a própria empresa para que a mesma faça uma autoavaliação da sua prestação de serviços. Durante a visita, foram realizadas perguntas que foram respondidas pelo responsável do setor. O instrumento utilizado foi um questionário de qualificação, adaptado para o setor de insumos agrícolas (Tabela 01).

Tabela 01. Questionário aplicado nas revendedoras de insumos agrícolas de Balsas-MA.

AValiação da Qualidade de Armazenagem			
Identificação da empresa			
Razão social:			
Nome fantasia:			
Dados cadastrais			
Endereço:			
Armazenagem	SIM	NÃO	N/A
Existe local específico para armazenamento de insumos?			
Existe um sistema ou área de quarentena para insumos agrícolas de maneira a evitar misturas ou expedição dos mesmos sem aprovação final?			

A qualidade e a intensidade da iluminação são adequadas?			
A ventilação do local é adequada?			
O setor está limpo?			
As instalações elétricas estão em bom estado de conservação, segurança e uso?			
A temperatura do local é adequada com as condições necessárias ao armazenamento dos insumos agrícolas?			
A temperatura e umidade do almoxarifado são registradas e controladas?			
Existe procedimento de prevenção contra a entrada de roedores, insetos, aves e outros animais?			
Existe registro de controle de vetores?			
Existem extintores e/ou mangueiras contra incêndio?			
Estão bem localizados e o acesso está livre?			
Existem recipientes para o lixo?			
Estão bem fechados e identificados?			
São esvaziados com frequência?			
Existem procedimentos operacionais padrão escritos para as principais atividades da armazenagem?			
Há necessidade de equipamentos (freezer, câmara fria), para o armazenamento de insumos agrícolas sensíveis a temperatura?			
Caso necessário, existe?			
Especificar:			
A temperatura desses equipamentos é registrada e controlada?			

A câmara fria possui um sistema de alarme confiável, que indique prontamente qualquer tipo de anormalidade em seu funcionamento?			
A distribuição dos insumos agrícolas no interior do(s) equipamento(s) permite a livre circulação de ar frio entre as diversas embalagens contidas no mesmo?			
Existe gerador para o caso de falta de energia elétrica?			
O armazenamento dos insumos é organizado e racional, com o intuito de preservar a sua integridade?			
Os insumos agrícolas obedecem ao empilhamento máximo segundo instruções do fabricante?			
Os insumos agrícolas armazenados encontram-se isolados do piso e afastados das paredes?			
Existe local próprio, identificados, trancado e com acesso restrito, que ofereçam segurança para insumos agrícolas sujeitos ao controle especial?			
Existe local para armazenamento de produtos inflamáveis e/ou explosivos, habilitados pelo órgão de segurança?			
Todos os insumos armazenados estão dentro do seu prazo de validade?			
Os insumos agrícolas com prazo de validade vencidos estão devidamente identificados e em local segregado?			
Qual o destino dos insumos agrícolas com prazo de validade vencido? Incineração?			

O questionário possuía questões relativas aos processos de armazenagem de produtos agropecuários. As perguntas foram respondidas com “sim” ou “não”. Após aplicado o questionário na totalidade das empresas identificadas no levantamento prévio, e obtidos os dados necessários, foi feita a análise dos mesmos, avaliando assim a qualidade das empresas. A avaliação será feita classificando o armazenamento dos produtos como: muito

inadequado, inadequado, bom e ótimo. Feito isso, será feita a análise quantitativa de quantas empresas se enquadram em cada classificação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o constante aumento da população mundial, a demanda por produtos advindos da agricultura também cresceu em níveis acelerados. A pequena produção, o uso de ferramentas manuais e o tradicionalismo tiveram que ser substituídos de forma gradativa, respectivamente pela produção em larga escala, maquinários modernos e práticas agrícolas baseadas em pesquisas. O agronegócio passou a ser parte importante da economia mundial. Com o desenvolvimento de insumos, estes passaram também a ser produzidos e comercializados em grandes quantidades.

Conseqüentemente, tornou-se um setor fonte de geração de riquezas e trabalho. No Maranhão, especialmente a região sul, em volta da cidade de Balsas, nas últimas décadas foi transformada em um polo agrícola do estado. Isto se deve principalmente à chegada da soja na região, que com incentivos do governo e parcerias com empresas de pesquisa como a EMBRAPA, a sua produção passou a ser base da economia local, deixando um pouco de lado o comércio de mercadorias e agricultura de subsistência. Em razão deste crescimento na produção da agricultura, muitas empresas, algumas delas de grande porte, passaram a se instalar na cidade para dar o suporte necessário aos agricultores.

Sabendo que o sucesso na agricultura tem um alto grau de dependência de insumos agrícolas, os serviços prestados e produtos oferecidos por tais empresas se tornam imprescindíveis, tanto no que diz respeito a preços, distribuição e logística, armazenamento e qualidade de tais produtos. Após a aplicação dos questionários e a tabulação dos resultados observou-se que todas as empresas avaliadas estão adequadas para as conformidades de armazenamento,

Algumas das questões se referiam, por exemplo, se há existência de local específico para armazenamento de insumos; se existe procedimento de prevenção contra a entrada de roedores, insetos, aves e outros animais; existem extintores e/ou mangueiras contra incêndio; se há procedimentos operacionais padrão escritos para as principais atividades da armazenagem; o armazenamento dos insumos agrícolas é organizado e racional, com o intuito de preservar a sua integridade; os insumos agrícolas obedecem o empilhamento máximo segundo instruções do fabricante; se os produtos encontram-se isolados do piso e afastados das paredes; também se todos os insumos armazenados estão dentro do seu prazo de validade; e sobre qual o destino dos insumos com prazo de validade vencido.

A partir da observação direta dos insumos, percebeu-se que as empresas se encontram no nível bom, ou seja, grande parte das conformidades estão sendo respeitadas, como por exemplo, local devidamente especificado e utilizado somente para o armazenamento de insumos, sejam eles sementes, rações ou adubos químicos, ou seja, os produtos (Figura 01).



Figura 01. Armazenagem correta de agroquímicos em empresa revendedora de insumos agrícolas de Balsas – MA. Fonte: MOREIRA, R. W. C (2021).

As empresas se enquadraram na classificação de adequadas, pois estão nas conformidades, tanto quanto ao empilhamento, organização racional, estão livre de fatores externos que possam danificar os insumos e sob uma superfície plana, não estando em contato direto sob o chão e próximo a paredes (Figura 02).



Figura 02. Armazenagem correta de insumos agrícolas em empresa revendedora de insumos agrícolas de Balsas – MA. Fonte: MOREIRA, R. W. C (2021).

Azevedo et al. (2010), encontraram resultados que demonstrava que as sementes armazenadas apresentam melhor qualidade fisiológica quando estão submetidas e mantidas em ambiente onde há o controle de temperatura e umidade relativa do ar, observando também que as que se encontravam armazenadas em sacos plásticos e de papel apresentaram melhor vigor. Os autores ainda relatam que adubos químicos e rações também necessitam de locais adequados para que haja uma maior conservação dos produtos.

No Brasil, no estado do Maranhão, a agricultura ganhou importante papel na economia em virtude principalmente da evolução dos insumos agrícolas. Com a expansão da agricultura, diversas empresas de Balsas, viram em Balsas, um local propício para ampliar seus investimentos.

Com o constante aumento da população mundial, a demanda por produtos advindos da agricultura também cresceu em níveis acelerados. A pequena produção, o uso de ferramentas manuais e o tradicionalismo tiveram que ser substituídos de forma gradativa, respectivamente pela produção em larga escala, maquinários modernos e práticas agrícolas baseadas em pesquisas. O agronegócio passou a ser parte importante da economia mundial. Com o desenvolvimento de insumos, estes passaram também a ser produzidos e comercializados em grandes quantidades.

A agricultura, que por séculos se constituiu o meio de vida dos agricultores e de suas famílias, converteu-se numa atividade orientada para a produção comercial, portanto, a partir da necessidade de produção equilibrada, a utilização de insumos agrícolas tornou-se recorrente (GRISA; SCHNEDER, 2015). Os insumos agrícolas são considerados elementos necessários para a produção vegetal, que tem como principal objetivo viabilizar o plantio e o cultivo, utilizando-os de duas maneiras possíveis: como matéria prima (outros insumos durante o processo de produção) e fatores de produção (capital, lucro, jornada de trabalho) (VIAN et al., 2013). Por ser um setor no qual gera muita riqueza, o campo de insumos agrícolas se tornou cada vez mais competitivo, portanto, uma boa organização, planejamento, rapidez na entrega do produto, além da capacidade de oferecer ao cliente, produtos de alta qualidade à menor custo, se tornam fatores que fazem com que algumas empresas se destaquem (GARCÍA et al., 2018).

Segundo Pagliarin et al., (2015) dentro das perspectivas de crescimento e progresso de empresas, a melhora do desempenho dos funcionários em suas funções a partir do investimento em treinamentos com os mesmos traz um conseqüente aumento da satisfação dos clientes e colaboradores, evitando assim a perda de compradores. Os autores verificaram também que a organização, padronização de processos administrativos, comunicação interna, aumento do controle de áreas como a logística, das finanças e juntamente com a preocupação de melhorar os serviços prestados faz com que cada vez mais seja satisfeita as vontades dos clientes e uma conseqüente lucratividade, já que todas essas áreas podem afetar tanto positivamente quando negativamente o desempenho da empresa.

Quando há ausência de um sistema de qualidade, seja em processos de gerenciamento ou também em controle sobre os produtos, pode acarretar de certa forma desperdícios, retrabalhos, perdas, conseqüências financeiras e o mais importante que é a insatisfação do cliente (PAULA et al., 2017). O autor menciona que a qualidade requer a gestão de documentos, procedimentos escritos e também registros de um todo no sistema de revenda de produtos, necessitando de um processo sistemático para que a garantia de qualidade desses insumos seja adequada em todas as fases de distribuição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises indicam dados relevantes a respeito da qualidade de armazenamento, auxiliando empresas no armazenamento adequado e produtores na aquisição de produtos com qualidade.

As empresas de Balsas possuem níveis adequados de armazenamento, com capacidade de fornecerem produtos de qualidade para os clientes.

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. R. DE Q. A.; GOUVEIA, J. P. G. DE; TROVÃO, D. M. DE M.; QUEIROGA, V. DE P. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v.7 n.3, Campina Grande, set./dez. 2010.

A ARTE COMO DISPOSITIVO PARA NUTRIR A VALORIZAÇÃO PELA CULTURA DOS INDÍGENAS E NEGROS NO CENÁRIO ESCOLAR

ART AS AN INSTRUMENT TO NOURISH THE APRECIATION OF INDIGENOUS AND BLACK CULTURE IN THE SCHOOL SCENARIO

Erica de Sousa Costa - UEMA¹
Marielen Martins Borges - UEMA²
Acilina Maria Barros Coelho - UEMA³

1. INTRODUÇÃO

Ao abordar as questões de impacto internacional, afloram-se reflexões que tangenciam o aspecto cultural. Isso se dá porque, no correspondente à dimensão mundial, vislumbra-se uma diversidade de culturas, a postular a compreensão e respeito às diferentes manifestações de saber.

Com base nisso, os estudos em pauta suscitam a Arte como meio de colaborar com o ensino sobre a valorização das vastas expressões culturais, em especial, a dos indígenas e negros.

A partir desse ponto, focaliza-se a discussão na ambiência da educação básica brasileira. Logo, busca-se descobrir a viabilidade de mostrar para os educandos, de forma prática e criativa, a Arte como instrumento capaz de fomentar lições ligadas à valorização de diferentes culturas. Deduz-se que ela pode ser trabalhada como um dispositivo para despertar a curiosidade sobre costumes, crenças e histórias. Além disso, a Arte proporciona o estímulo à imaginação do estudante, a instigar uma visão mais ampla e positiva de aceitação às várias culturas. Sob esse olhar, desponta-se a presente pesquisa com vistas a aguçar o ensino da Arte, como uma ponte que reforça a questão do respeito pelas culturas, com ênfase nas culturas dos povos indígenas e negros.

Note-se as problemáticas que norteiam a presente pesquisa: O ensino da Arte pode ser desenvolvido para estimular a aprendizagem sobre a valorização da cultura dos povos indígenas e negros na ambiência da educação infantil de uma escola pública municipal de Balsas/MA? Quais as potencialidades pedagógicas nesse sentido?

Desse modo, o referido trabalho visa analisar a abordagem do ensino da Arte na dimensão da educação infantil de uma escola pública municipal de Balsas/MA como ferramenta para ativar a aptidão de aprender com a cultura do outro. Sendo assim, a apreciação desdobra-se nesta trilha: (i) verificar como o ensino da Arte é trabalhado atualmente na esfera da educação infantil da instituição cenário da pesquisa/escola-campo/escola-alvo; (ii) identificar aspectos pedagógicos utilizados para desenvolver a disciplina de Arte; e (iii) diagnosticar a possibilidade de promover a aprendizagem da Arte associada aos ensinamentos sobre cultura em uma perspectiva intercultural.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia. E-mail: const_ericah@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia. E-mail: marielenmartins98@gmail.com.

³ Professora Orientadora. E-mail: linacsmith@hotmail.com.

Argumenta-se a relevância da pesquisa sob o ponto de vista acadêmico, uma vez que aponta a Arte como uma estratégia para otimizar a valorização de culturas. De igual modo, o exame aqui realizado aglutina importância social, já que a ideia delineada nesse manuscrito condensa fatores que ajudam na construção da paz social ao incentivar a interculturalidade [aprender com a cultura do outro].

No que diz respeito à estruturação do artigo, são discorridos os pontos-gerne da análise, na parte introdutória. Posteriormente, discorre-se acerca do embasamento acadêmico da investigação. Na sequência, apresenta-se a metodologia de pesquisa científica usada. Na próxima seção, são discutidos os resultados aferidos em uma interconexão com as percepções teóricas que sustentam a pesquisa. Logo após, são evidenciadas as conclusões apuradas na investigação em tela. Por fim, são informadas as referências empregadas para a elaboração desse escrito.

2. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO (DE QUALIDADE!)

Na atual conjuntura, a temática da primeira infância na sociedade brasileira ganha relevância de impacto internacional. Isso se deve ao fato de que a primeira reflete no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Com base nisso, acredita-se que nos primeiros anos de vida é mais simples influir na formação do caráter do indivíduo. Nesse raciocínio, o fomento de conhecimentos relativos à valorização pelas diferentes culturas pode auxiliar na busca de uma sociedade pacífica em que o ser humano é encorajado a conviver com as diferenças havidas em seu contexto social.

Como uma forma de inicializar as interlocuções, convém esclarecer que:

A proteção e a promoção do direito ao desenvolvimento humano integral têm cada vez mais sido reconhecidas como política estratégica para usufruto dos demais direitos da coletividade. As evidências científicas, nas mais variadas áreas, desde Biologia, Direito, Ciências Sociais, Medicina, Psicologia, Neurociências, até a pesquisa realizada pelo Prêmio Nobel em Economia James Heckman, apontam que **a primeira infância é a fase mais oportuna para investimento, em todos os sentidos.**

É no período desde a gestação até os primeiros seis anos de vida – conhecido como primeira infância – que se forma a estrutura da arquitetura cerebral subjacente ao desempenho das competências humanas que se relacionam ao exercício da cidadania, da aprendizagem, da convivência pacífica, dos comportamentos de usufruto dos bens culturais, identidade cultural, educação ao consumo saudável, relação sustentável com o meio ambiente, prevenção da violência, entre outros. **De fato, há estudiosos que consideram que a promoção do desenvolvimento integral na primeira infância seja a melhor estratégia para alcance de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 201-?, n. p., grifo nosso).

Nesse eixo investigativo, considerando-se a colocação encimada, denota-se a importância da atenção concedida na primeira infância como caminho para proporcionar a concepção dos ODS. Nesse horizonte investigativo, observa-se que a inserção de estudos que versem sobre grupos vulneráveis coaduna com a vertente de cunho internacional que

perpassa a matéria estudada. Isso se dá porque o ODS 4 da Agenda 2030 da ONU contempla a educação de qualidade, isto é: “**assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade**, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021, n. p., grifo nosso). Dessa feita, concatenase o grau de comprometimento positivo do tema que ventila a respeito das culturas objeto da pesquisa.

A propósito, é condizente sublinhar que, ao empreender análise acerca do desempenho da educação do Brasil, Rocha, Novaes e Avelar (2020) obtiveram respostas satisfatórias quanto ao segmento da educação infantil brasileira. Nessa linha de pensamento, a educação infantil é levantada, no viés desta investigação, como ponto de evidência no que concerne à educação básica. Dessa maneira, mostra-se o interesse em consolidar essa trilha mediante o descortinamento de estudos que sedimentem a ensinagem na realidade da educação pública imbricada à educação infantil, pois “a importância da implementação da educação é destacada nas mais variadas esferas públicas e privadas, sobressaindo-se como elemento indispensável para o desenvolvimento integral da pessoa” (REMEDIOS; ALONÇO, 2020, p. 162).

Dentro dessa dimensão investigativa, ao deliberar sobre a psicologia da aprendizagem, articula-se o ponto de vista de Nogueira e Leal (2015, p. 158), já que informam: “[...] os conceitos não são formados repentinamente, mas no decorrer do desenvolvimento da criança [...]” (NOGUEIRA; LEAL, 2015, p. 158). Com base nisso, verifica-se a importância de trabalhar, de forma contínua, a ensinagem de informações que tendem em repercutir na formação técnica e moral dos escolares. Nessa conciliação de entendimentos, Lakomy (2014) explica que os elementos/componentes sociológicos e o aprimoramento cognitivo estão interligados. Por consequência, alega-se que a abordagem pedagógica deve se ater ao contexto social da criança para que a aprendizagem seja efetiva.

Ao voltar o olhar para o papel do professor, é cabível propor o ensinamento inserido por Perissé (2012), tendo em vista que inclui o esforço e a criatividade no discurso que trata acerca da excelência no campo educativo. Por isso, é primordial que o docente empregue critérios de empenho e atividades inovadoras no intento de obter resultados frutíferos no seu fazer docente [e diligente?].

Desenredando os diálogos no panorama da escola, é conveniente traduzir ainda as preleções de Libâneo (1994). Esse autor salienta que é responsabilidade da escola promover a educação dos alunos. Nesse engenho de ideias, a escola deve prestar atenção nas estratégias pedagógicas efetivas para potencializar o processo de ensino e aprendizagem. Aliás, “[...] a escola voltada à primeira infância está sempre relacionada à condição de espaço essencial e muitas vezes exclusivo para que a criança se desenvolva, crie valores, tenha acesso aos conhecimentos, amplie habilidades e competências” (DALMEIDA, 2022, p. 225). Assim, o cenário escolar se desdobra como ambiente propício para incutir lições importantes no tangente à formação integral da pessoa. Nessa linha de explicação, Batista et al. (2021, p. 107) revelam:

[...] sabe-se que boa parte da infância é vivida na escola e que compete aos professores elaborar fórmulas e arquitetar ideias inovadoras e criativas que possam despertar no aluno o interesse pelo ambiente escolar, onde se sinta motivado. Tal ambiente se configura como sendo para muitos um laboratório de descobertas inovadoras.

É importante fazer uso desse laboratório para que possa chamar a atenção dos alunos com intuito de despertar o conhecimento, por meio da inovação, da criatividade e da curiosidade. [...]. (BATISTA et al., 2021, p. 107).

Nesse viés, constata-se a influência da escola, pois ela deve nutrir, de forma inventiva e empreendedora, o processo ensino-aprendizagem do alunado à luz das tendências contemporâneas.

Desse modo, ao direcionar os discursos para o aspecto da inclusão, anexa-se a ótica de Cunha (2016), posto que simplifica o discurso ao desvendar que, no horizonte da inclusão, se faz necessário praticar a flexibilidade com ênfase na dimensão curricular. A partir dessa colocação teórica, averígua-se a pertinência da maleabilidade no que tange ao vetor curricular quando o assunto é a educação inclusiva. Nesse desvencilhar de ideias, é oportuno trazer a seguinte postulação de Junior (2021, p. 2768):

Talvez, por essa mesma identificação dos direitos humanos no campo de uma eticidade libertadora dos oprimidos e das oprimidas e do debate das relações sociais que negam a dignidade das pessoas, Paulo Freire critica, de outro modo, supera o debate sobre gerações ou dimensões de direitos humanos e/ou de mecanismos processuais tradicionais de implementação desses direitos. (JUNIOR, 2021, p. 2768).

Nessa interface, enfoca-se na questão da dignidade da pessoa humana como fundamento que concede base para a postulação arquitetada. Em acréscimo, com a ambição de fortalecer a linha de ideias que articula esse trabalho, traz-se a ponderação de Candau (2012, p. 247-248, grifo nosso), eis que transborda saber consolidado quando afirma:

[...] trata-se de promover uma educação em direitos humanos na **perspectiva intercultural crítica** que afete todos os atores e as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve.

Trata-se de uma tarefa de longo prazo, mas, ao mesmo tempo, podemos colocá-la em prática hoje, no nosso contexto educacional específico. [...]. (CANDAU, 2012, p. 247-248, grifos nossos).

Sob esse ângulo, fica evidente a importância de privilegiar a interculturalidade como caminho que instigue o aprender com a cultura do outro. A esse respeito, no pertinente à cultura indígena, detecta-se que na atualidade esse assunto é de interesse para a discussão acadêmica. No panorama nacional do Brasil, de modo exemplificativo, cabe realçar que o Judiciário articula projeto tangente aos direitos dos indígenas mediante acordo celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021, n. p.). Quanto a isso, vale enfatizar: “[...] a Rede de Altos Estudos em Direitos Indígenas reunirá, em uma única plataforma on-line, os cursos realizados pelas instituições, materiais didáticos, webinários e outros documentos técnicos relacionados a essa temática” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021, n. p.). De tal maneira, fica claro o grau de influência positiva de estudos que versem sobre a cultura dos povos indígenas. Inclusive, Yoshida, Sousa e Silva (2021, p. 148) explicitam:

no caso dos povos indígenas, há um longo processo de invisibilidade, em que essas coletividades foram colocadas à margem da sociedade. Chegaram a ser considerados silvícolas e incapazes pelo Código Civil de 1916 e pelo Estatuto do Índio, vindo somente a ser considerados povos culturalmente diferenciados, com o respeito à sua organização social, aos costumes, às crenças e às tradições, com a Constituição de 1988, que também garantiu o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupavam. [...]. (YOSHIDA; SOUSA; SILVA, 2021, p. 148).

Então, a cultura dos povos indígenas é legitimada no ordenamento jurídico do Brasil pela Constituição Federal de 1988. Seguindo esse raciocínio, no correspondente à cultura dos negros, evidencia-se: “apesar dos esforços de conscientização e de inclusão no mercado de trabalho, ainda são claras as dificuldades enfrentadas pelos negros quanto às chances de emprego [...]” (INSTITUTO INNOVARE, 2021, n. p.). Por conseguinte, denota-se a coerência de efetuar apreciações que discorram acerca da cultura dos negros. Nessa linha de articulação, ao focalizar na educação quilombola, De Alves e Gonzaga (2022, p. 246-247) advertem:

[...] no caso quilombola, nossa riqueza está na transmissão de nossas experiências (orais), passadas de geração a geração, na coletividade, ancestralidade, religiosidade, corporeidade, na valorização dos nossos mais velhos/as. Que possa se pensar e desenvolver atividades durante todo o ano e não somente em 20 de novembro. (DE ALVES; GONZAGA, 2022, p. 246-247).

Sob esse prisma, reforça-se a precisão em refletir de forma crítica sobre a interculturalidade que, por sua vez, nutre o pensamento de aprender com a cultura do outro. Além do mais, a matéria em discussão é explanada por De Alves e Gonzaga (2022, p. 247) quando apontam que:

[...] o Censo Escolar de 2020 constata que as escolas que se localizam em territórios quilombolas ou que atendam estudantes oriundos destes territórios, apresentam problemas crônicos em relação à infraestrutura, tais como: acesso à internet, laboratórios, bibliotecas entre outros. Intensificando a defasagem educacional, em especial em contextos de

ensino remoto imposto pelo grave quadro sanitário provocado pela pandemia COVID-19. A falta de dados oficiais confiáveis em relação ao número de Comunidades Quilombolas e sua efetiva população nos indica que a realidade da educação escolar quilombola, pode ser ainda mais grave do que a captada pelo censo escolar. (DE ALVES; GONZAGA, 2022, p. 247).

Nessa linha de explicação, a partir da citação transcrita, observa-se a necessidade de aperfeiçoar a educação escolar quilombola no Brasil. Por decorrência dos estudos empreendidos, ao explorar a cultura dos povos indígenas e negros, apresenta-se a percepção de Braga, Santos e Ramos (2021, p. 2755, grifo nosso), nesses termos:

O reconhecimento das contribuições das mulheres integrantes e formadoras deste País: negras e indígenas com **potenciais diferentes e diversos como históricos, políticos, sociais, culturais e religioso**; submetidas às margens do poder público que, ao longo da história, carregam o fardo das baixas taxas de desempenho escolar. São as que se encontram, em maior índice, fora das escolas públicas. Entre as quais as mulheres negras, maiores vítimas por se constituírem negras, mulheres, pobres e de religiões de matrizes africanas ou afro-brasileiras. (BRAGA; SANTOS; RAMOS, 2021, p. 2755, grifo nosso).

Com base nessa postulação, verifica-se a importância de discutir, de forma acadêmica, sobre a interculturalidade para nutrir as possibilidades de aprender com a cultura do outro. Portanto, para trazer legitimidade a essa linha de argumentação, fixaram-se posicionamentos de autores que registraram descobertas significativas atinentes ao conteúdo ora perquirido. Logo, nesse desencadear de concepções, foram expostos os fundamentos de natureza teórica que alicerçam os estudos em foco.

3. METODOLOGIA

Convém esclarecer que os estudos aqui congregados se servem da investigação como estratégia pedagógica para desvendar a percepção do ensino da Arte na contemporaneidade. Nesse sentido, a análise se voltou para a investigação focalizada em uma professora de Arte que aceitou o convite para ser indivíduo/sujeito objeto da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de procedimento bibliográfico que tem como finalidade metodológica o desenvolvimento de estudos exploratórios. Utiliza a abordagem de pesquisa do tipo qualitativa, além de aplicar a entrevista como instrumento para a geração dos dados. Vale elucidar que a mesma contemplou dez perguntas, as quais foram direcionadas à professora de Arte da rede pública municipal de Balsas/MA, atuante no contexto da educação infantil.

Cabe realçar que Mazucato (2018) informa que a pesquisa bibliográfica requer um plano e, depois de um exame dos livros acessíveis a respeito do conteúdo perquirido, o levantamento deve ser apurado, estipulando-se, desse modo, um esboço para fazer as leituras. Aliás, Birochi (2015) reluz que a pesquisa de cunho exploratório desperta uma intimidade do pesquisador com pontos da análise descortinadas no campo do trabalho

científico. Por sua vez, a pesquisa qualitativa traduz em sua conjuntura uma organização articulada dos acontecimentos, o que proporciona a melhor compreensão dos procedimentos averiguados (FRASSON; OLIVEIRA JÚNIOR, 2010). Nesse destrinchar de ideias, foram externados os procedimentos metodológicos adotados para desencadear os resultados contidos nessa comunicação científica.

4. A QUESTÃO DA ARTE COMO INSTRUMENTO PARA AFLORAR A APRENDIZAGEM DE CULTURAS.

Observa-se que esse trabalho discorre sobre a Arte como meio para alimentar ensinamentos concernentes à valorização da cultura dos indígenas e negros. Note-se que, na concepção de Lakomy (2014), os aspectos sociais e a desenvoltura da inteligência estão interconectados. Por consequência, verifica-se que a utilização das lições referentes à Arte postula uma abordagem que se ajuste ao contexto social do aprendiz. Reafirmando a *expertise* de Lakomy (2014), cabe pontuar que a apreciação se ampara ainda nas concepções declinadas por Nogueira e Leal (2015), eis que elucidam que existe uma conexão entre os pressupostos de índole social e as premissas de procedência cultural, de modo que esses influenciam na assimilação de conhecimentos. Reforçando, de forma positiva, o entendimento explicitado, vale anotar que no caso examinado foi essencial compreender o ambiente social em que o alunado vive para, a partir daí, trabalhar a disciplina de Arte.

Nessa (inter) mediação de saberes, Perissé (2012) dinamiza a ensinagem quando aponta o esforço e a criatividade como critérios que influem no aprimoramento da perspectiva educacional. Nesse tecer de ideias, é pertinente enfatizar que a prática pedagógica que envolve o ensino da Arte atrai o exercício de reflexões críticas que arvorem aptidões do universo da cognição. Por isso, é cabível informar:

Eu coloco a Arte como uma das formas adequadas, porque a Arte trabalha a a leitura visual, a leitura, mesmo, oral, e trabalha o raciocínio da pessoa. [...] a Arte é criação, é transformação, é mudança e criatividade mesmo. A Arte tem que ser aplicada de forma adequada.

(Relato da professora entrevistada).

Sendo assim, observa-se que a aprendizagem da Arte compreende vastas habilidades. Nessa trilha, Libâneo (1994) lembra do compromisso da escola em proporcionar a escolarização dos educandos. Nessa organização de ideias, pondera-se que a escola deve lançar esforço com a finalidade de zelar por essa obrigação. De mais a mais, ao ponderar sobre a função do docente, articula-se a seguinte colocação:

Eu costumo utilizar recursos recicláveis, objetos recicláveis. Às vezes nas famílias há aquela resistência, uma certa dificuldade de comprar material sofisticado, material que, às vezes, está fora do alcance deles. Então, [...] eu procuro utilizar mais material reciclado.

(Relato da professora entrevistada).

Por decorrência, denota-se que o trabalho com materiais recicláveis pode ser considerado uma possibilidade condizente para fomentar o processo ensino-aprendizagem relacionado à valorização de várias culturas. Alicerçando-se no entendimento defendido por Nogueira e Leal (2015), ressalta-se que a atuação do professor é fundamental para despertar nos escolares a aprendizagem sobre novas experiências.

Concedendo consistência para o ponto de vista formulado, é pertinente destacar que a escola é um lugar que aglutina particularidades/peculiaridades. Cimentando a linha de pensamento, Cunha (2016) traduz que no tangente à educação inclusiva, desponta-se a relevância da flexibilidade, evidenciada, sobretudo, na abordagem curricular. Desse modo, interpreta-se que os recursos didáticos da disciplina de Arte, a serem produzidos pelo professor, devem ser pensados, também, no público estudantil que apresenta especificidade.

Assim sendo, a partir dos dados produzidos na pesquisa, descortina-se o ensino de Arte sob a perspectiva moderna que a aborda de forma interdisciplinar. Em complemento a isso, centrando-se nesse viés, argue-se que são salutares as contribuições acadêmicas de De Alves e Gonzaga (2022, p. 248, grifo nosso), a saber:

Neste sentido, considerando a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, compreendemos como fundamental que o Ministério Público cumpra sua função constitucional de zelar pelos princípios constitucionais, em especial de proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às **comunidades indígenas**, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor. Em especial o cumprimento das leis e resoluções que constituem as políticas públicas para a efetivação da **educação escolar quilombola**. (DE ALVES; GONZAGA, 2022, p. 248, grifos nossos).

Portanto, a lei acima mencionada discorre sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (MPU). Nesse norte acadêmico, é coerente o intercâmbio entre a Educação e o Direito, uma vez que o trabalho discute [e aponta] estratégia para estimular a convivência pacífica com diferentes culturas que têm reconhecimento legal no cenário brasileiro.

Nesse caminho, com base nos relatos gerados a partir da entrevista aplicada, deslinda-se que a Arte pode ser adotada para encorajar o respeito às diversas culturas. Por fim, após a análise dos dados da pesquisa, depreende-se que a Arte pode ser usada, no âmbito da educação infantil, como instrumento didático e cultural para incentivar e potencializar a perspectiva intercultural e étnica dos povos indígenas e negros, a ensejar a competência de aprender com a cultura do outro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho traduz a atual concepção da Arte ao desenredar sua abordagem contemporânea no contexto da educação infantil, na esfera pública municipal de Balsas/MA. Nesse raciocínio, para aferir melhor a realidade, destrinchou-se um caso concreto por meio da investigação do trabalho de uma docente dessa matéria escolar. Portanto, o estudo se voltou para a análise da atuação da professora de Arte, participante da investigação na qualidade de sujeito/indivíduo objeto da pesquisa.

Desse modo, vale pontuar que a investigação aqui é tratada como empreendimento pedagógico em que o olhar docente percebe no exercício da profissão a oportunidade de conjugar o estudo acadêmico atrelado ao lado científico. Isto é, o professor, nesse viés, é objeto de análise, assim como os alunos da educação básica podem, no fazer docente, ser interpretados como objeto de pesquisa para evidenciar desafios e pensar, com nuance acadêmica e científica, em possibilidades que viabilizem a resolução de problemas levantados. Nessa lógica, constata-se que a investigação consiste em um significativo instrumento para maximizar o processo ensino-aprendizagem, em especial por impulsionar a destreza ligada ao raciocínio-lógico na construção de descobertas às questões suscitadoras do estudo e, desse modo, favorecer a desenvoltura intelectual.

Pondera-se, a partir da investigação executada, que há uma percepção interdisciplinar quanto ao ensino da Arte. Esse resultado é extraído após a geração/produção dos dados da pesquisa, sendo que em algumas citações diretas dos relatos da professora entrevistada, apura-se a conciliação da Arte com outros saberes. Assim, o trabalho esmiuça os relatos obtidos na entrevista e descortina a relevância da relação de diálogo e cooperação entre a Arte e outras áreas para envolver a aprendizagem sobre culturas. Sob esse ângulo, desvela-se a aplicação de recursos recicláveis como forma de utilizar a Arte para fomento da habilidade de aprender com diferentes culturas, a inculcar a noção da educação ambiental. Por decorrência, delineia-se, na órbita da educação infantil da escola-campo, a Arte como dispositivo para incentivar o respeito pelas culturas. Logo, denota-se que a aludida disciplina pode ser utilizada para disseminar a valorização pela cultura dos povos indígenas e negros sob uma ótica intercultural.

No universo de estudos demarcado/balizado, fica evidente o grau de comprometimento do ensino da Arte para a desenvoltura cognitiva/intelectual da criança. Isso porque mediante o emprego da Arte, o alunado pode desenvolver o conhecimento técnico (assimilação/incorporação de conceitos/informações) e também aprimorar as aptidões/habilidades humanas/morais (orientação ao respeito às diferentes culturas), mediante a utilização de recursos recicláveis, a inculcar a noção da educação ambiental, interligando-se à sustentabilidade (ambiental, social e econômico). De tal maneira, na linha de estudos em foco, observa-se a influência positiva do ensino da Arte, uma vez que a mesma é delineada como caminho para incrementar a capacidade do aluno agregar saberes relativos às diferentes culturas, valorizá-las e aprender com elas.

6. REFERÊNCIAS

BATISTA, Fabiano de Caldas et al. INOVAÇÃO CRIATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19. **Lex Cult Revista do CCJF**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 105-118, ago. 2021. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/540>>. Acesso em: 19 fev. 2022. doi: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v5n2p105-118>.

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2015.

BRAGA, Graça Elenice doa Santos; SANTOS, Maria José dos; RAMOS, Adileson dos. Mulheres Negras e Direitos Humanos: Educação Popular no giro do Esperançar / Black Women and Human Rights: Popular Education in the Turn of Hope. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 2742-2757, dez. 2021. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/62745>>. Acesso em: 31 dez. 2021. doi: <https://doi.org/10.12957/dep.2021.62745>.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação Social**. Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cooperação entre CNJ e Enfam vai capacitar Judiciário em direitos indígenas**. [Brasília, DF], 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cooperacao-entre-cnj-e-enfam-vai-capacitar-judiciario-em-direitos-indigenas/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Programas e ações**. [Brasília, DF]. 201-?. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak, 2016.

DALMEIDA, Kesia Pereira de Matos. EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PELA RESILIÊNCIA E EMPATIA. **Lex Cult Revista do CCJF**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 218-230, jan. 2022. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/589>>. Acesso em: 02 fev. 2022. doi: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p218-230>.

DE ALVES, Fabiani Franco; FRANCO GONZAGA, Jose Guilherme. DIÁLOGOS ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA E A ESCOLA. **Lex Cult Revista do CCJF**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 241-250, jan. 2022. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/583>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

FRASSON, Antonio Carlos; OLIVEIRA JÚNIOR, Constantino Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa científica**. São Luís: UemaNet, 2010.

INSTITUTO INNOVARE. **PREMIADA ADVOCACIA**: Projeto amplia chances de inclusão de negros no mercado de advocacia. [Rio de Janeiro, RJ]. 2021. Disponível em: <https://www.premioinnovare.com.br/noticias/premiada-advocacia:-projeto-amplia-chances-de-inclusao-de-negros-no-mercado-de-advocacia/110>. Acesso em: 12 dez. 2021.

JUNIOR, José Humberto de Góes. A complexa concepção de direitos humanos no pensamento de Paulo Freire – Paz, mundo e socialismo no processo de libertação do sujeito ético-político / The complex conception of human rights in Paulo Freire's thought – Peace, world and socialism in the process of liberation of the ethical-political subject. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 2758-2783, dez. 2021. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/62748/39993>>. Acesso em: 31 dez. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/dep.2021.62748>.

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAZUCATO, Thiago. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. **Teorias da aprendizagem**: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. Curitiba: InterSaberes, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [Brasília, DF]. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 3 dez. 2021.

PERISSÉ, Gabriel. **A arte de ensinar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

REMEDIO, José Antonio. ALONÇO, Ramon. A implementação judicial da educação como direito subjetivo e como política pública. **Arquivo Jurídico - Revista Jurídica Eletrônica da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, v. 7, n. 1, p. 159-179, jan./jun. 2020.

ROCHA, Cristina Nunes; NOVAES, Ana Maria Pires; AVELAR, Kátia Eliane Santos. ANÁLISE DO DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA BASEADA NOS INDICADORES OFICIAIS PISA E IDEB. **Lex Cult Revista do CCJF**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 71-92, nov. 2020. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/472>>. Acesso em: 04 dez. 2021. doi: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v4n3p71-92>.

YOSHIDA, Mariana Rezende Ferreira; SOUSA, Raffaella Cássia de; SILVA, Liana Amin Lima da. O movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos. **Revista Eletrônica do CNJ**, v. 5, n. 2, p. 137-154, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/251/124>. Acesso em: 16 dez. 2021.

DOS PRINCÍPIOS À NORMA, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL DE HAIA: ANÁLISE MACRORREGIONAL DA ESTRUTURA DO SISTEMA CARCERÁRIO PERNAMBUCANO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Danilo Queiroz Toscano De Melo – Centro UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO RECIFE

1. INTRODUÇÃO

Apesar de não serem sinônimos, a luta por Poder e Justiça está presente desde o início da civilização. Muitos campos de estudo podem ser observados, além de premissas que permeiam a ampla abordagem sobre o tema. Iniciada em 2019, esta pesquisa se desenvolveu nas áreas da Geografia, da História, da Sociologia e da Filosofia, além, claro, do Direito Material e Processual Penal.

Observou-se disparidade populacional entre o grupo de Homens e Mulheres, e desproporcionalidade nos grupos regionais minoritários em relação a população da Unidade Federativa. Houve, neste mesmo evento a submissão de Resumo expandido, cujo fulcro é propor análise de justiça à luz do conceito de Ideia em Thomas Hobbes, e de Norma Jurídica em Hans Kelsen.

Nesta nova submissão, com o intuito de vir a construir artigo científico, se objetiva estudar a estrutura física do sistema penitenciário pernambucano relacionado à sua estrutura física (Saúde e Educação), tendo como base de análise os Princípios Jurídicos do Tribunal Penal Internacional de Haia. Nesse sentido, não serão largados os pressupostos de Gênero, estudados por correntes autônomas, nem do Racismo Estrutural.

Mesmo assim, não é objetivo, nem sequer permeia ou mesmo encoraja subestimar a soberania Brasileira, uma vez que a própria Constituição Federal, em seu Artigo 5º, §4º expressa a licitude de Tribunais Internacionais Ratificados pelo Brasil.

Nos estudos realizados anteriormente, por não terem esse foco, não fizeram menção a estrutura, para com aspectos relacionados à saúde, ao desenvolvimento escolar, etc. Pode parecer desproporcional ou mesmo descontextualizado fazer a relação entre a estrutura do Sistema Penitenciário Pernambucano e os Princípios do Tribunal Penal Internacional de Haia, entretanto esta pesquisa, almeja encontrar não punições internacionais[ou itens relacionados], mas à garantia de direitos.

2. DESENVOLVIMENTO

A presente reflexão, de cunho bibliográfico, tematiza o termo Biosofia e, hermeneuticamente, desenvolve o esforço de conceituar, a partir da obra *Ensinar a viver*, de Edgar Morin (2015). Relaciona a educação com a necessidade do aprendizado permanente

enquanto condição para desenvolver sabedoria, conhecimento, ciência, emotividade, reflexão e protagonismo no mundo compartilhado.

2.1. Elucidação Inicial: Da Relação do Tribunal Penal Internacional de Haia com os Direitos Humanos no Brasil

Segundo Luquiaquini (2003), existe uma notável diferença entre os Direitos Humanos os Direitos Humanitários, uma vez que o primeiro está relacionado ao contexto de violação a Dignidade em caráter de Paz Estatal, enquanto ou outro, Humanitário está associado a situações de crise em específico.

Esta primeira premissa, advém da relação entre Direito Nacional e Internacional, a respeito de seu contexto de violação fática. Nesse sentido, abordando a construção de um espaço indenitário abrangido pela Norma, abre-se premissa para se questionar o que é violação, como e quando ocorre, e como resguardar Direitos Humanos.

A nova Corte, sediada em Haia, na Holanda, terá competência para julgar os chamados crimes contra a humanidade, assim como os crimes de guerra, de genocídio e de agressão. Sua criação constitui um avanço importante, pois esta é a primeira vez na história das relações entre Estados que se consegue obter o necessário consenso para levar a julgamento, por uma corte internacional permanente, políticos, chefes militares e mesmo pessoas comuns pela prática de delitos da mais alta gravidade, que até agora, salvo raras exceções, têm ficado impunes, especialmente em razão do princípio da soberania. (LEWANDOWSKI, 2002)

Este último parágrafo remete ao entendimento do surgimento do TPI de Haia como Organismo Internacional com fulcro de julgar violações ao contextualizado como Direito Humanitário, mas, seria este um atributo a ser mencionado quando falamos do Direito Processual Penal Brasileiro no que tange ao cumprimento da Pena?

A resposta, mencionada de forma enfática, apesar de poder contrariar inicialmente esta pesquisa é: Não, pois não se trata de um como um contexto de Guerra ou quando se observa ou não enquadra-se como ingerência estatal, tendo então, tão somente nesta pesquisa o intuito de comparar Preliminares (Princípios relacionados à Dignidade) do Direito de Haia com violações ou condições favoráveis, mas pelo paradigma existente atualmente, [até então].

Isso posto, a “jurisdição universal” diferencia-se da “justiça universal”, norma atinente à relação horizontal entre determinados Estados que, convencionados, submetem à competência interna de um ou de outro desses países, o julgamento da causa na qual se avistou conflito interespaçial de sistemas jurídicos. Definitivamente, o advento do Tribunal Penal Internacional fora o responsável pela consagração efetiva

da „jurisdição universal“. Inclusive, para finalidade da evitação de confusões terminológicas, proponho a utilização de outra nomenclatura. Ao invés de „justiça universal“, utilizar-se a denominação de princípio da „justiça interestatal“, à medida que tal norma apenas resolve a pergunta: a lei de qual Estado será aplicada à espécie fática? Obviamente, a horizontalidade da relação tribunal doméstico versus tribunal de outro país, ambos de mesma envergadura, difere da natureza permanente e supranacional do TPI. (DE CASTRO, 2012)

Partindo de uma premissa, observa-se não mais um contexto de Direito meramente doméstico para a aplicação de **Ordem**, igual ao de Westfalia, mas que sofreu e ainda sofre influência de sérias violações aos Direitos Humanos no Século XX.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (BRASIL, 1988)

Outrossim demonstre a estrutura de um Sistema ou Fonte do Direito que possa parecer ferir ou mesmo interferir na Soberania Nacional, deve-se vislumbrar a presente, menção no texto da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, deve-se remeter o TPI de Haia como uma Câmara/Fonte de Direito Internacional Privado que remete ao cumprimento de Obrigações Institucionais, que não apenas pode ter caráter punitivo no âmbito de autoridades, mas também de crimes de maior potencial ofensivo.

2.2. Do Primeiro Objeto da Pesquisa: Da Estrutura do Sistema Carcerário Pernambucano no Ano de 2017.

Nesta Sessão, objetiva-se estudar propriamente a estrutura física do cárcere pernambucano no ano de 2017, baseando-se para tanto em dados quantitativos fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Devido a não ser este o objeto de estudo desta pesquisa, não serão apreciadas informações, que mesmo que demonstrem contradições aos conceitos estudados, que conceituem a demografia carcerária com a demografia geral da Unidade Federativa, já estudado em outros trabalhos.

2.2.1. Da Saúde no Sistema Carcerário Pernambucano.

Categoria: Módulo de saúde - espaços mínimos	Quantidade	Porcentagem
Estabelecimentos com consultório médico	23	30%
Estabelecimentos com consultório odontológico	22	29%
Estabelecimentos com sala de coleta de material para laboratório	13	17%

Estabelecimentos com sala de curativos, suturas, vacinas e posto de enfermagem	20	26%
Estabelecimentos com cela de observação	18	24%
Estabelecimentos com cela de enfermaria com solário	11	14%
Estabelecimentos com sanitário para pacientes	19	25%
Estabelecimentos com sanitários para equipe de saúde	22	29%
Estabelecimentos com farmácia ou sala de estoque/ dispensação de medicamentos	20	26%
Estabelecimentos com central de material esterilizado/ expurgo	10	13%
Estabelecimentos com sala de lavagem e descontaminação	7	9%
Estabelecimentos com sala de esterilização	9	12%
Estabelecimentos com vestiário	8	11%
Estabelecimentos com depósito de material de limpeza - DML	12	16%
BRASIL, DEPEN – PE. Relatório Analítico – PERNAMBUCO, dezembro de 2017, 2017. Disponível em: < http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/PE/pe >.		

Inicialmente observa-se, com exclusão da primeira categoria, [que está presente em 30% dos estabelecimentos prisionais do estado], a disponibilidade dos serviços em menos de 30% dos estabelecimentos prisionais de toda Unidade Federativa.

Uma das dificuldades metodológicas no desenvolvimento com base nas informações apresentadas é a inexistência de dados de compatibilidade dos mesmos serviços, isto é, nas fontes consultadas não existe informação que correlacionem a coexistência ou a ausência dos mesmos em cada estabelecimento prisional.

Considerando os 5 estabelecimentos prisionais femininos, destes 2 apresentam cela adequada/dormitório para gestante, havendo em todo estado 17 gestantes/ parturientes, e 6 lactantes, não havendo nem estabelecimentos prisionais nem gestantes nessas condições em estabelecimentos prisionais mistos (BRASIL, 2017).

Primeiramente, quanto a avaliação Com Fonte de Direito Constitucional Brasileiro, e de Direito Internacional Dos Direitos Humanos, não se pode chegar à conclusão de que todas as mulheres nessas condições estão sendo resguardadas, por existirem 5 (cinco) estabelecimentos prisionais femininos, outrossim exista apenas um único estabelecimento prisional com médico pediatra, nas outras quatro unidades prisionais os atendimentos sendo realizados externamente (BRASIL, 2017).

2.2.2. Da Educação no Sistema Carcerário Pernambucano.

Partindo para o segundo item desta seção, não por si próprio enxerga-se uma estrutura que remeta a Direta Violação de Direitos Humanos, mas a relação com os objetivos tanto nacionais quanto internacionais.

Total de pessoas em atividades educacionais	Homens	Mulheres	Total
Alfabetização	640	74	714
Ensino Fundamental	4118	325	4.443
Ensino Médio	788	134	922
Ensino Superior	1	0	1
BRASIL, DEPEN – PE. Relatório Analítico – PERNAMBUCO, dezembro de 2017, 2017. Disponível em: < http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/PE/pe >.			

De antemão é necessário mencionar que de todos os apenados (homens e mulheres), todas as atividades educacionais são realizadas de forma presencial, deve-se ainda fazer menção a 366 apenados (homens e mulheres) realizado atividade de leitura a fim da remição da pena, e 380 apenados envolvidos com outros tipos de atividades educacionais, mesmo assim, 68% dos estabelecimentos prisionais não possuem pessoas estudando (BRASIL, 2017).

No contexto apresentado anteriormente, em consideração as relações entre Saúde e Direitos Humanos nos espaços apresentados, evidenciou-se de toda forma o não suprimento de todas as necessidades relacionadas a este tópico, uma vez que não há o suprimento de todas as Unidades Prisionais.

Nesta nova seção, como um estudo que já irá correlacionar a relação entre DIDH e a estrutura do cárcere no estado de Pernambuco no final do ano de 2017, serão enfatizados problemas específicos, não julgando a população carcerária com estas condições em si como um problema, mas sim um possível alvo de políticas públicas.

Partindo de uma perspectiva não discriminatória, faz-se uso de populações com um certo grau de vulnerabilidade, em decorrência de fatores não apenas minoritários, mas também patológicos, e que ponham em risco de alguma forma os perfis demográficos aqui especificados.

[...] a vulnerabilidade está associada com diferentes circunstâncias da vida e sempre ligada a realidade social. Não diz respeito somente à condição de pobreza, mas ao risco e a exposição a determinada coisa

concernente à realidade sociocultural e socioeconômica. (DE PAULA, 2022)

Percebe-se então na menção a Alex Eduardo de Paula (2022) a presença dos elementos que acentuam a Vulnerabilidade não apenas por fatores anatômicos (Raça/Etnia), mas sim em decorrência também de fatores socioculturais.

No relatório fornecido pelo DEPEN, assim como na Seção anterior, não se mostra precisamente a distinção em relação a compatibilidade/existência de mais de um dos Itens na mesma Unidade Carcerária.

Estabelecimentos Prisionais:	Com Alas	Com Selas	Sem alas ou celas
Ala ou cela destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade que se declarem lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)	8 135 (capacidade)	5 54 (capacidade)	63 -
Ala ou cela destinada exclusivamente para idosos	7 349 (capacidade)	3 42	66
Ala ou cela destinada exclusivamente para indígenas	1 20	1 4	74
Ala ou cela destinada exclusivamente para pessoas estrangeiras	1 50	1 4	74
BRASIL, DEPEN – PE. Relatório Analítico – PERNAMBUCO, dezembro de 2017, 2017. Disponível em: < http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/PE/pe >.			

Entretanto, segundo o mesmo Relatório (BRASIL, 2017), são ao todo 77 estabelecimentos prisionais, sendo 70 masculinos, um feminino e um misto. Apesar disso, por uma questão de cálculo (metodologia dedutiva, pôde-se chegar à conclusão de que os estabelecimentos prisionais que possuem um dos elementos (Alas ou Celas) não possui o segundo elemento, possuindo tão somente Alas ou tão somente celas, nunca ambos.

Primeiramente, é possível subentender como um fator positivo a existência de apenas um dos dois, devido a possível abrangência de apenados nessas condições em mais de uma unidade prisional.

3. CONCLUSÕES

3. Conclusões espelhadas no Tribunal Penal de Haia para com as informações apresentadas

Inicialmente, elucida-se que por serem dois temas muito amplos, objetivou-se encontrar resultados relacionados a dois aspectos (Saúde e Educação). Mesmo assim, tendo como foco os elementos aqui apresentados, pôde-se fazer as seguintes conclusões:

3.1. Da Utilização do Direito Internacional de Haia como Referência na Busca de Resultados:

Por Haia ser uma Fonte de Direito Internacional que se espelha em movimentos como a criação da ONU, bebe de Fontes do Direito Internacional como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo convergência com o Direito Constitucional nacional, entretanto, não se pode afirmar como único instrumento na análise de Direitos.

Outrossim Haia apresente fontes específicas como para imigração, comércio internacional, etc., esta não seria a fonte mais adequada para realizar um estudo tão minucioso, apesar da redução de sua abrangência.

3.2. Da Utilização de Outras Fontes Alternativas de Direito Internacional:

Apesar de Princípios que norteiam a Soberania de Cada Estado, é bastante justo mencionar a evidência ou mesmo a primazia de relações harmônicas entre os mesmos, e que venham a desempenhar papel de integração entre os mesmos princípios.

Nesse sentido, é demasiadamente justa e mesmo de notória relevância a utilização de Outras Fontes do Direito Internacional como a Própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

4. FONTES ALTERNATIVAS (ANEXOS)

4.1. Bolsonaro é denunciado em Haia por desmatamento da Amazônia

12/10/2021 – 12 de outubro de 2021

ONG pede que Tribunal Penal Internacional investigue o presidente por crimes contra a humanidade devido à destruição da floresta e ao consequente aumento de emissões de CO₂, que poderia causar 180 mil mortes no mundo.

(< <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-%C3%A9-denunciado-em-haia-por-desmatamento-da-amaz%C3%B4nia/a-59478786> > Acesso em: 16/01/2022).

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988;

BRASIL, DEPEN – PE. Relatório Analítico – PERNAMBUCO, dezembro de 2017, 2017. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/PE/pe>;

BRASIL, I. B. G. E. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2018. Distribuição da população, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2018, 2018;

DE CASTRO, Cássio Benvenuti. PRINCÍPIOS E GARANTIAS DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Cadernos da Escola de Direito, v. 1, n. 17, 2012;

DE MELO, Danilo Queiroz Toscano; DE MELO, Danilo Gomes. DEMOGRAFIA CARCERÁRIA: FATORES DE IMPACTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. Revista Eletrônica da Estácio Recife, v. 6, n. 4, 2020;

DE PAULA, Alex Eduardo et al. Vulnerabilidades, Iniquidades e Políticas Públicas de Saúde. REVISTA ACADÊMICA FACULDADE PROGRESSO, v. 7, n. 2, 2022;

ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. Direito Penal Esquematizado-Parte Geral. Saraiva Educação SA, 2012;

FERNANDES, L. H. et al. Necessidade de aprimoramento do atendimento à saúde no sistema carcerário. Revista de Saúde Pública, v. 48, p. 275-283, 2014;

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. O Tribunal Penal Internacional: de uma cultura de impunidade para uma cultura de responsabilidade. Estudos avançados, v. 16, p. 187-197, 2002;

LUQUINI, Roberto. A aplicação do Direito Internacional Humanitário nos “conflitos novos”. Conflitos desestruturados e conflitos “de identidade” ou étnicos. Revista de Informação Legislativa, v. 40, n. 158, p. 127-142, 2003.

A AÇÃO DOCENTE: O REINVENTAR DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA REDE PÚBLICA EM BALSAS – MA

Rafaela Pinto dos Santos – UNIBALSAS¹
Adriano Ferreira da Silva Neto – UNIBALSAS²

1. 1 INTRODUÇÃO

A ação docente no processo avaliativo oferece um acompanhamento para construção de uma aprendizagem significativa que favorece instrumentos em função do crescimento individual e coletivo do estudante. A avaliação é vista como procedimento que busca a melhoria para o ensino e aprendizagem dos educandos, pois o professor é a pessoa que está em contato direto e constante com os alunos. No contexto do ensino remoto emergencial na rede pública e privada não é diferente, vivemos nos últimos dois anos tempos difíceis em virtude do distanciamento social como medida de prevenção e combate da covid-19, e o estudo sobre a avaliação da aprendizagem se destaca como um dos temas mais discutidos na educação.

A presente pesquisa acontece numa escola pública da região periférica da cidade de Balsas, município do estado Maranhão – Brasil, com um grupo de 25 professores participantes. Compreender o ato de avaliar sobretudo no contexto pandêmico, faz-se necessário uma prática avaliativa vista por outro ângulo que despertasse nos alunos a curiosidade em aprender muito mais, valorizando a aprendizagem autônoma do educando, assim, o educador diante do tamanho desafio da avaliação, precisa estar atento das mudanças, buscando a qualificação contínua para agregar mais valor na forma de avaliar, levando em consideração os anseios de cada aprendiz.

A pesquisa busca discutir as práticas docentes no que se refere à reinvenção (adaptação) do processo de avaliação da aprendizagem durante o ensino Emergencial Remoto na escola pública de Balsas - MA. Nesse movimento do ensino remoto, não basta saber avaliar, mas envolve-se num conhecimento utilizando de ferramentas tecnológicas em favor da aprendizagem. Vale ressaltar que nesse processo, que exige do docente, observar o cenário em que está sendo avaliado torna-se necessário para que esta construção seja realmente produtiva e que traga resultados amplos para o espaço de abordagem de diferentes saberes.

O Ensino Remoto Emergencial é decorrente da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, mais conhecido por covid-19, a qual fez mudar todo o movimento que já estava sendo executado. Diante disso, o objetivo principal desta escrita é discutir a ação docente no processo avaliativo dos professores da rede pública e o reinventar da avaliação da aprendizagem no município de Balsas, localizada na região sul do estado do Maranhão. Os novos desafios do mundo contemporâneo exigem inovações didático-pedagógicas que possam contribuir para que a escola cumpra com seus objetivos de ensino e aprendizagem proporcionando um espaço repleto de possibilidades. Sendo a avaliação uma das etapas da atividade escolar, é necessário que esteja sintonizada com a finalidade do processo ensino e

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, rafaela.santos@alu.unibalsas.edu.br

² Mestre em Educação nas Ciências – UNIJUÍ, professor nos cursos de Pedagogia da Faculdade de Balsas UNIBALSAS, adriano.neto@prof.unibalsas.edu.br

aprendizagem e como possibilidade de perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços e desta forma, mediar o processo de apropriação do conhecimento e conseqüentemente, com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana.

A pesquisa busca inicialmente refletir as diferentes concepções da avaliação como elementos cruciais para compreensão do conceito de avaliação e suas manifestações pedagógicas no fazer docente e nos resultados e discussões discute a percepção dos professores no contexto da avaliação em tempos de pandemia e o reinventar das ações docentes diante dos desafios enfrentados em tempos sombrios.

2. DIFERENTES CONCEPÇÕES DA AVALIAÇÃO: REFLEXÕES INICIAIS

Quando falamos em fazer do trabalho pedagógico do professor, rapidamente percebemos a ideia de ensinar, aprender, avaliar, os quais, segundo Nascimento (2012, p. 102), “constituem tripé a subsidiar a ação docente na condução do processo pedagógico”. A avaliação precisa ser compreendida como um movimento no qual o professor e aluno tem consciência da sua condição atual no processo de ensino e aprendizagem, adquirindo o sentido de uma avaliação formativa para a construção do conhecimento.

Numa visão ampla, a avaliação, dada sua importância como elemento estrutural dos processos educacionais contemporâneos, assume uma relevante condição estratégica que pode contribuir com a democratização desses processos. Nessas perspectivas, ela não se restringe ao âmbito exclusivamente escolar, mas também e com igual intensidade àquelas outras esferas em que se desenvolvem práticas de ensino-aprendizagem.

Segundo o dicionário Aurélio (1999), o termo avaliar significa “determinar o valor ou valia de; apreciar o merecimento de; reconhecer a forma de; fazer ideia de; estimar, ajuizar, calcular”. Portanto, avaliar é atribuir do seu resultado, porém, Souza (2010) fundamenta que a compreensão da avaliação do processo ensino/aprendizagem tem sido pautada pela lógica da mensuração, isto é, associa-se o ato de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Avaliação no contexto escolar passa a ser o elemento imprescindível, não somente do planejamento didático, mas também, de todos os aspectos da prática da escola, exemplos: projetos educacionais, práticas de sala de aula, projetos curriculares, meios de recursos, decisões das ações educativas, etc.

“A avaliação no âmbito didático não é somente um elemento integrante da configuração curricular, é, também, mais uma oportunidade de aprendizagem o professor e para o aluno. justifica, regula e avalia, conforme cada caso, o conteúdo, o processo e os participantes da tarefa didática” (Arredondo e Diago, 2003, p. 54).

Nesse sentido, a avaliação fornece informações relevantes sobre o ato de avaliar que por um lado, facilita a análise dos motivos que contribuem para o avanço ou estagnação do aluno no processo de aprender e, por outro lado, ela serve como tomada de consciência do educando em seus estudos, utilizando-se de estratégias mais adequadas que contribua para seu aprendizado.

Historicamente, a avaliação apresenta três concepções: Tradicional (séc. XVI e XVII) - avaliação sob forma de provas e exames; Tecnista (séc. XX) – Avaliação Somativa – como medida, verificação de quantificação e resultados – instrumentos para classificação e exclusão, mudança de comportamento e desempenho do estudante – controle do Estado nos processos de certificação; Qualitativa (séc. XXI) – Avaliação Formativa – como diagnóstico e recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem – ênfase no processo (Luckesi, 2003; Afonso, 2000, Caldeira, 2000, Saul, 1988).

Espera-se que a tradicional não seja mais aplicada nos tempos atuais, que a tecnista se torne obsoleta e a qualitativa tenha destaque. Na opinião de Esteban (2004), a avaliação qualitativa configura-se como um modelo de transição por ter como centralidade a compreensão dos processos dos sujeitos e da aprendizagem, o que produz uma ruptura com a primazia do resultado característico do processo quantitativo. Saul (1988, p.53) propõe uma modalidade denominada de Avaliação Emancipatória, cujas três vertentes teórico-metodológicas são elas: - Avaliação Democrática; - Crítica Institucional e criação coletiva; - Pesquisa participante, e, Hoffmann (2009) defende uma avaliação mediadora que seja capaz de desenvolver-se em benefícios do aluno.

2.1. AVALIAÇÃO E O REINVENTAR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

As práticas avaliativas no contexto emergencial objetiva a construção de um novo paradigma a partir dos desafios encontrados durante o ensino remoto, principalmente quando se fala nos meios tecnológicos, pois são ferramentas que orientam os educandos na trajetória escolar como um dos meios para a aprendizagem. O avaliar antes ou durante o ensino remoto precisa ser contínuo e não apenas como algo terminal. O professor no ato de avaliar deve levar em consideração o processo desde o diagnóstico, no decorrer e depois da construção do ensino-aprendizagem em decorrência dos conteúdos abordados em sala de aula. Em consonância a isso:

Avaliar é muito mais do que analisar o desempenho de determinado grupo de estudantes, escolas ou sistemas educacionais. Ela pressupõe um projeto bem definido de formação humana, que precisa ser constantemente problematizado, especialmente pelo público a quem este projeto educacional se destina (FARIA, 2020, p. 28).

Para isso, a organização de acordo com o público a ser atendido precisa ser bem elaborada e constar as diferentes realidades para se propor modos específicos ao avaliar os educandos individualmente e coletivamente.

O docente neste papel de reinventar a avaliação da aprendizagem no ensino emergencial é o mediador da mudança, é o que ensina e ao mesmo tempo busca um retorno dos alunos sobre os conteúdos já abordados no decorrer das aulas presenciais, isso é em função de saber se estão conseguindo agregar aos seus conhecimentos, sendo todo esse percurso decorrente do processo avaliativo. Mas é preciso saber avaliar usufruindo de

instrumentos pertinentes para o momento vivenciado e levando em consideração as diferentes realidades. Complementa-se que:

A avaliação em que atualmente nos encontramos não se reduz ao fato habitual de avaliar somente a aprendizagem dos alunos, mas também deve ter em conta diversos aspectos que participam do processo de aprendizagem: a capacidade intelectual, o desenvolvimento afetivo e social, a atitude etc., sem esquecer os aspectos docentes do processo de ensino que incidem na aprendizagem: metodologia utilizada, intercomunicação na sala de aula, nível de exigência etc (ARREDONDO; DIAGO, 2009, p. 41).

Conforme a abordagem apresentada pelos autores pode-se perceber que a avaliação se faz por meio de uma prática social efetiva que busca a interação entre as partes, aluno/professor para construção de um espaço socialmente adequado ao momento do ensino remoto emergencial.

No reinventar da avaliação da aprendizagem, a formação continuada para os docentes, apresenta-se como alternativa de busca para qualificação profissional, diante do processo de ensino-aprendizagem a ser construído em função dos educandos, além dos conhecimentos teóricos, espera -se dos professores a utilização frequente dos meios tecnológicos na educação, pois diante do contexto emergencial o avaliar precisa ser articulado pelas ferramentas tecnológicas. Com isso:

A mudança pretendida requer, além da disponibilidade dos equipamentos, a formação dos professores para que possam utilizá-los. E nada melhor do que a formação desses docentes em um ambiente virtual específico, para que possam não só aprender sobre tecnologias, mas tenham de vivenciá-la. Portanto, ao se dar ênfase às tecnologias digitais aliadas à sala de aula, o Aave surge como caminho para a formação de professores para o uso desses recursos (MAISSIAT, 2020, p. 78).

Para isso os docentes no processo avaliativo precisam sempre buscar novos conhecimentos, saber manusear os meios tecnológicos e a partir disso colocar em prática o ensinar os educandos para depois perceber seus resultados procurando avaliar da melhor maneira com o foco no crescimento de todos.

A avaliação no contexto da escola, se manifesta negativamente quando é considerada como único instrumento para decidir sobre aprovação/reprovação e/ou, quando seu uso somente para definir a progressão vertical do aluno. Dessa forma, suas consequências podem ser graves, como por exemplo: causar danos em seu processo de autoconceito, impedir que ele tenha conhecimento sistematizado e portanto, restringir parte das suas oportunidades de participação social. Reter o educando numa etapa de escolarização, exige do coletivo da escola uma análise das possibilidades que a instituição pode oferecer para garantir um bom ensino. Transformar as ações educativas bem como a prática pedagógica, implica questionar a educação desde suas concepções, fundamentos, organização e normas burocráticas. Ressignificar mudanças profundas e conceituais impacta na redefinição de conteúdo, da função social da escola, e do fazer docente entre outras.

Por fim, a avaliação contribui para o desenvolvimento contínuo do aluno, e aproxima as relações entre o sujeito e o professor, ou seja, valoriza a educação mediante a conquista da aprendizagem. Both (2012a) assinala que a avaliação funciona como incentivo ao aluno e não desanimar diante das dificuldades, leva o aluno, se for o caso, a perceber aquilo que foi feito poderia ter sido mais bem organização e concretizado, mostra ao estudante que não é necessário se sentir mal quando outros conseguirem se sair melhor numa determinada situação de aprendizagem. É essencial que haja interação entre os sujeitos inseridos, no contexto escolar, sobretudo, no processo avaliativo, em outras palavras, o contato direto entre professor e aluno, leva os julgamentos que podem ser positivos, quando desencadeiam incentivos ou negativos quando geram desencorajamentos.

3. METODOLOGIA

A metodologia científica de natureza básica se assenta como uma pesquisa de abordagem qualitativa, precedida de uma pesquisa bibliográfica exploratória e estudo de caso. Segundo Cervo, Bervian e Silva, (2007, p. 60). A pesquisa bibliográfica:

Procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 60).

Para coleta de dados utilizou-se de livros digitais disponibilizados na plataforma virtual da Pearson, vinculada ao portal da Faculdade de Balsas, fez-se necessário o uso da técnica de fichamento do tipo citação em que se baseou nos respectivos autores, CERVI (2013), HOFFMANN (2017), LUCKESI (2011), PERRENOUD (1999) e outros. O estudo de abordagem é a qualitativa, pois procura descrever de maneira contextualizada o assunto da ação docente, o reinventar da avaliação da aprendizagem em relação ao ensino remoto na rede pública de Balsas, região sul do Maranhão. Dessa forma, “a abordagem qualitativa é uma modalidade de pesquisa voltada para o entendimento de fenômenos humanos e cujo objetivo é obter uma visão detalhada e complexa desses fenômenos, analisando a forma como os respondentes os configuram e os apreendem.” (KNECHTEL, 2014, p. 97).

A pesquisa se sustenta através do estudo de caso, conforme Ventura (2007, p. 384), temos que

[...] o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Desta forma, norteou-se mais ainda a busca de informações e apoiada na análise das respostas de um questionário eletrônico composto de 10 questões mistas (objetivas e discursivas), aplicado aos docentes da escola municipal a fim de investigar a percepção dos

envolvidos a respeito do tema abordado, assim, sendo discutido para compreensão dos resultados adquiridos. Participaram da pesquisa 25 professores que integra o corpo docente da escola, todos os participantes, possuem graduação na sua área de ensino com mais de 10 anos de experiência de forma efetiva pertencente ao quadro permanente de funcionários do município. Os dados obtidos foram analisados, discutidos e tabulados e sistematizados contribuindo para uma nova compreensão do conhecimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar sobre avaliação da aprendizagem e o fazer docente frente ao ensino remoto é perceber que principalmente na rede pública houve dificuldades para adaptação deste no cenário educacional, pois todos os segmentos da sociedade foram afetados pelo vírus da covid-19. Para uma avaliação significativa é preciso mostrar qualidade perante ao saber ensinar para avaliar. Segundo Cervi (2013), quando se fala em avaliação uma das problemáticas na prática avaliativa do ambiente escolar que merece bastante atenção é a palavra “qualidade”, pois é um conceito que se faz de grande importância para ser discutido diante do tema avaliação para busca de resultados satisfatórios. Em continuidade, “na instância da escola, a avaliação preocupa-se com a qualidade da vida institucional condicionada pelas relações efetivadas no e pelo trabalho.” (CERVI, 2013, p. 68).

Questionados sobre a capacitação continuada de professores, 80% dos entrevistados afirmaram ter participado de pelo menos 01 (uma) das formações fomentada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), tendo como temática a avaliação em tempos de ensino remoto de forma virtual. Ainda segundo os entrevistados essas formações continuadas contribuem para novos saberes e novos fazeres no trabalho pedagógico. 84% dos entrevistados relataram que tiveram muitas dificuldades no retorno das aulas de forma remota, tendo como principal fator a participação da família em incentivar os filhos nas aulas orientadas por meio do aplicativo WhatsApp.

Como fica a avaliação contínua e processual? Para avaliar, antes de tudo é preciso transbordar o conhecimento e compreender sobre o assunto abordado. Logo após é necessário saber avaliar para perceber nos indivíduos quais os pontos precisam ser melhorados e diante disso é pertinente aprender avaliar o cenário e as pessoas que estão inseridos no local de ensino e aprendizagem. Partindo desse pressuposto, “o que significa, então, “aprender a avaliar”? Significa aprender os conceitos teóricos sobre a avaliação, mas, concomitante a isso, aprender a praticar a avaliação, traduzindo-a em atos do cotidiano. Aprender conceitos é fácil, o difícil mesmo é passar da compreensão para a prática.” (LUCKESI, 2011, p. 30).

Sobre a participação dos professores junto a equipe pedagógica no processo de construção de instrumentos e procedimentos avaliativos em tempo de pandemia, percebeu-se que o grupo de entrevistados busca superar os desafios através de mecanismos que favoreçam a verificação da aprendizagem através de atividades diversas extraclasse, apontamentos, registros, depoimentos, atitudes, sempre buscando a superação das dificuldades encontradas pelos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Dentre as ações delineadas pela SEMED, o instrumento de Planejamento de Recuperação da Aprendizagem tendo como base o Mapa de Foco da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) 2017, criado pelo Instituto Reúna e implantado pelo município, contribuíram para que o processo de avaliação da aprendizagem incidisse de fato durante o percurso foram de fundamental importância, segundo os inquiridos, pois puderam orientar a flexibilização curricular e as escolhas dos conteúdos prioritários para o atual momento pandêmico.

Ao avaliar os alunos, 92% sentiram a necessidade de criar momentos de aprendizagem diferentes dos tradicionais ou costumeiros outrora, tais como: jogos digitais, atividades domiciliares com respostas através de áudios e fotos das questões, produção de textos via podcast, mural digital com uso de aplicativos digitais, atividades e questionários on-line, isso significa que diante do reinventar a avaliação da aprendizagem no ensino remoto é pertinente o planejamento de todo o contexto escolar para construção de uma instituição que vise à qualidade e o pleno desenvolvimento a partir das realidades encontradas dos alunos que inserem a escola.

Por meio disso,

A avaliação como subfunção do planejamento deve ser vista como uma leitura orientada de uma realidade sob intervenção específica, pelo que apresenta um caráter deliberado e organizado e uma forma institucionalizada (diferentemente das formas espontânea e implícita). Tais conotações induzem ao ajustamento de perspectivas e empenhos de toda a comunidade escolar no sentido do aperfeiçoamento do seu cotidiano (CERVI, 2013, p. 73).

Na avaliação da aprendizagem, um dos objetivos fundamentais é perceber as possibilidades de avaliar para saber conduzir um procedimento alinhado ao proposto no período de conhecimento, da construção dos diferentes saberes. Perrenoud (1999), em consonância a isso conduz que a avaliação não é em princípio, um objetivo em si, mas é um meio de verificar se os educandos captaram os conhecimentos propostos. E para isso acontecer, principalmente no ensino remoto, é necessário que haja diferentes estratégias em que sejam capazes de agregar valor no ato de avaliar da ação do docente. No reinventar da avaliação foi necessário perceber um novo contexto, em que poucos estavam esperando por essa nova fase na educação, mas que diante disso pôde-se descobrir jeitos diferentes na ação do ensinar e do avaliar. Assim,

Nesta tarefa, de reconstrução da prática avaliativa, considero premissa básica e fundamental a postura de “questionamento” do professor. A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do professor sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, por meio do qual alunos e professores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação (HOFFMANN, 2017, p. 24).

No processo avaliativo do ensino remoto há um certo cuidado na hora de avaliar o educando, para isso não basta só perceber a dificuldade, mas a partir da mesma propor ferramentas e estratégias que possam inverter esse desconcerto em ricos conhecimentos. Assim, “podemos afirmar que, para bem decidir, é preciso bem avaliar, o que significa avaliar com objetividade, ou seja, ter um ponto bem definido de onde se quer chegar em termos de

eficiência, eficácia, efetividade, relevância e pertinência.” (CERVI, 2013, p. 77). Portanto, o processo avaliativo precisa ser bem elaborado para assim desvendar os desafios encontrados no ato do avaliar.

Segundo o relato de 84% dos entrevistados, houve muitas dificuldades na mudança de um ensino totalmente presencial para o ensino remoto mediados por tecnologias digitais, essa dificuldade, deu-se porque os mesmos não estavam preparados para um ensino durante uma pandemia, os professores em sua maioria tinha apenas conhecimentos básicos em informática e que pouco se usava como ferramenta de trabalho. Muitos encontros online, estudos e discussões de como seria o ensino remoto, esses entraves se superaram por se tratar de escolas localizadas nas periferias da cidade tendo como público alvo, alunos de famílias menos favorecidas e com baixo recursos financeiros para custear a educação dos filhos. Segundo os participantes do estudo, as formações continuadas, mesmo que de forma remota, contribuíram para o entendimento do modelo de ensino emergencial adotado.

A avaliação no ensino emergencial é um processo contínuo que move-se para melhoria da aprendizagem escolar, assim, o saber se reinventar do docente sendo analisado a partir da diversidade apresentada dentro do campo escolar e em seu entorno é um procedimento de grande riqueza para o conhecimento educacional e social. No processo avaliativo, o planejamento escolar é fundamental para a organização das ações que podem ser trabalhadas dentro da instituição, além disso, a parceria de todos os sujeitos de maneira direta ou indireta contribuem para o ensino-aprendizagem em busca de uma educação de qualidade. Destaca-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo como base nas estratégias de planejamento para reestruturação desse ensino emergencial que vem passando por alteração no decorrer da jornada educacional, “desse modo, em concordância com a abordagem moderna, objetiva, a avaliação da aprendizagem pode ser conceituada como processo diagnóstico-constructivo do desenvolvimento da aprendizagem para a tomada de decisão.” (BOTH, 2008, p. 51). A fundamentação no ensino deve partir de um ponto que venha obter propósitos aos educandos como resultado para que realmente aconteça uma aprendizagem de qualidade.

Repensar o processo da avaliação da aprendizagem a partir do momento emergencial ocorrido devido a Covid-19 é perceber a grande mudança no cenário educacional e como a equipe escolar se fez à frente para dar continuidade em um ensino qualificado para todos e no desenvolvimento de estratégias em função de uma aprendizagem formativa que busca novos resultados para expandir os conhecimentos, em sequência, Faria (2020) discute que para se apresentar um processo formativo e mais profundo no ensino é preciso se atentar aos aspectos físico, cultural e político que envolvem o cenário educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa pode-se perceber o quanto é desafiador para o docente e a equipe pedagógica o processo de ensinar e avaliar o desenvolvimento dos educandos. As mudanças bruscas no método avaliativo para o ensino remoto se deu com o início da pandemia da Covid-19, que se apresenta como consequência do impacto social e educacional vividos nos últimos anos. Com a análise e discussão deste estudo, aponta que os professores investigados em sua maioria tiveram dificuldades na transição do ensino presencial para o

ensino emergencial remoto, pois não era rotineiro o uso de ferramentas tecnológicas na sua prática docente. Percebe-se também que a ausência da participação da família foi um dos principais entraves para a execução do ensino com aulas remotas de forma eficaz. No que tange o processo avaliativo para aprendizagem não houve grandes avanços, os inquiridos ainda utilizam a “velha” estratégia de avaliar a aprendizagem, o que prevalece é a utilização da “prova” ou algo do tipo como principal instrumento de avaliação. Acredita-se que a falta de formação continuada específica por parte dos professores tenha contribuído pela escassez de novas práticas no contexto pandêmico. A reinvenção (adaptação) no fazer pedagógico e didático, surge na medida em que se busca novos conhecimentos para ampliação dos saberes. Acredita-se que a falta de formação continuada em serviço específica para avaliação contribui para essa prática. O ato de avaliar precisa ser entendido como processo e em meio ao ensino emergencial remoto continua sendo processo. Espera do professor um reinventar do ato de avaliar, procedimentos e instrumentos, sobretudo na educação básica, e que sua ação docente favoreça uma aprendizagem significativa.

6. REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ARREDONDO, S.C. e DIAGO, J.C. **Avaliação educacional e promoção escolar**. Curitiba: Ibpex; São Paulo: Unesp, 2003.

ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesús Cabrerizo. **Avaliação educacional e promoção escolar**. Tradução de Sandra Martha Dolinsky - Curitiba: Ibpex; São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BOTH, I. J. **Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2012^a.

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina**. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2008.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. In: CALDEIRA, Anna M. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).

CERVI, Rejane de Medeiros. **Planejamento e avaliação educacional** [livro eletrônico]. - Curitiba: InterSaber, 2013. – Capítulos 4 e 5 – (Série Avaliação Educacional).

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. -- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Pedagogia de Projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar**. In: SILVA, J. F.;

HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (orgs.) Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 81-92.

FARIA, Camila Grassi Mendes de. **Avaliação da aprendizagem escolar** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FREITAS, Luis Carlos de “et al,”. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**: 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1990

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtiva. 45. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2017.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: InterSaber, 2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. – 22. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MAISSIAT, Jaqueline. **Formação continuada de professores e tecnologias digitais em educação a distância** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2017.

NASCIMENTO, Mari Clair Moro. **Avaliação da aprendizagem: repercussões de modelos pedagógicos nas concepções docentes**. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1988.

SOUZA, J. A. G. DE. **Práticas avaliativas: reflexões**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), p. 1–16, 2010.

Ventura, M. M. (2007). **O Estudo de caso como modalidade de pesquisa**. *Revista SOCERJ*, 20(5), 383-386. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf Acesso 20/11/2021.

ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: EDUCAÇÃO INFANTIL E DESAFIOS PEDAGÓGICOS

Carla Máira Silva Miranda-UEMA
Gleicy Maria da Silva Costa-UEMA
Adriano Ferreira da Silva Neto-UNIBALSAS.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo que requer tempo e atenção, e que a partir do mesmo há o desenvolvimento social da criança, pois no ato de alfabetizar ela desenvolverá as mais diversas habilidades. Devido a pandemia do COVID-19, crise sanitária da qual surgiu inesperadamente, escolas e outras instituições foram obrigadas a fecharem por motivos de segurança e para diminuição da curva de contágio.

Devido a essa modificação no cenário escolar a educação básica viu-se uma difícil situação ao ter que refletir acerca das novas maneiras no ato de ensinar, e as crianças juntamente com seus pais e responsáveis tiveram que se reinventarem nas formas de aprender. Muitas eram as dificuldades que já existiam no ensino básico, em como o difícil acesso de várias famílias à escola, a falta de orçamento, ou seja, de renda para custear o básico dos materiais necessários para estudo e entre outras. Com o surgimento do ensino emergencial remoto na educação infantil, essas dificuldades dobraram, pois, as famílias em sua maioria que não possuem internet de qualidade, aparelhos de celulares, e ou, computadores para acesso das aulas on-line, tal impasse tem colaborado significativamente para o grande aumento da evasão dessas crianças da escola mesmo que de modo virtual.

Em meio a tamanhos desafios, tensões e frustrações o processo de alfabetização foi sendo de certa forma interrompido à medida que a pandemia se alastrou. Partindo desses pressupostos o ensino remoto foi começando a ser entendido como uma forma de ensino dificultoso para as crianças, pois acredita-se que mesmo com a presença virtual das mesmas nas salas on-line, não há a garantia de que realmente elas aprendam. Se para a alfabetização acontecer, é necessário haver interação com o meio, como essa ação está sendo desenvolvida durante o período remoto? Quais os impasses encontrados na educação infantil para alfabetização dessa maneira?

Devido essa falta de interação com o meio, o desenvolvimento cognitivo das crianças de certa forma foi modificado, pois tanto a afetividade quanto a cognição são processos que estão interligados entre si. No entanto sem haver essa relação escola e aluno, o desenvolvimento intelectual e social da criança que é fundamental para a iniciação da vida em comunidade é modificado. Reafirmando em relação ao desenvolvimento, a psicomotricidade atua como uma ponte, pois é através dos movimentos que uma criança realiza ao longo da sua vida, que ela compreende o mundo que a cerca. Pois esses movimentos farão com que sua sensibilidade, emoções e afetividade aconteça de forma mais ordenada. O objetivo do estudo é buscar analisar a importância do desenvolvimento cognitivo para aprendizagem, a importância da psicomotricidade na vida de uma criança e os impasses causados pela ruptura do ensino presencial que levou a vários desafios pedagógicos.

2. METODOLOGIA

A metodologia é baseada em estudos bibliográficos de artigos já publicados e monografias disponíveis no portal Google Acadêmico. Esse tipo de pesquisa de procedimentos técnicos basear-se-á na busca de dados secundários, sendo necessária uma pesquisa bibliográfica “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos [...]” segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54). A busca foi sistemática compreendida entre os dias 02 a 28 de maio de 2021, tendo como palavras-chave: ensino remoto, educação infantil, ensino on-line, pandemia, COVID-19, com filtro dos artigos publicados dos últimos 3 anos, ou seja, 2019 a 2021. Em seguida criou-se um quadro de referencial teórico, como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina de Prática Curricular na Dimensão Político Educacional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, do Centro Educação Superior de Balsas, Campus Balsas. Com relação à abordagem do problema é qualitativa, conforme Knechtel (2014, p. 97) “é uma modalidade de pesquisa voltada para o entendimento de fenômenos humanos e cujo objetivo é obter uma visão detalhada e complexa desses fenômenos, analisando a forma como os respondentes os configuram e os apreendem”. Quanto aos objetivos são embasados na pesquisa exploratória, Gil (2002, p. 41) afirma que “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Dessa forma, as interpretações dos dados terão resultados mais significativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia em sua totalidade, afetou diversos setores da sociedade, bem como a área educacional. Com esse período de turbulência é importante trazer a questão, se realmente essa concepção de “educação de qualidade” vem trazendo uma boa qualidade para os diferentes sujeitos da educação, principalmente com as dificuldades enfrentadas por todos. Pensar em algo de qualidade é pensar em diferentes atributos que seriam importantes para a educação. Fez-se necessário criar caminhos estratégicos para a implementação do ensino remoto. Dentro do campo educacional, as séries mais atingidas foram as iniciais, especificamente as crianças em processo de alfabetização, pois corresponde como o tripé do ensino para a formação do indivíduo. Tal processo envolve um conjunto de especificidades importantes para o desenvolvimento e aprendizagem do público infantil, o mesmo é uma das fases mais importantes para o futuro desses indivíduos, a afetividade e a cognição são parte dessa ação.

Tanto a afetividade quanto a cognição são assuntos abordados na teoria de Vygotsky, que visa mostrar a importância dessa interação do sujeito com o meio a qual está inserido. Segundo ARAUJO (2021, p. 05):

“(...)o desenvolvimento de um ser humano, nessa perspectiva teórica, justifica-se por tudo aquilo que ele constrói socialmente ao longo da sua história. Especificamente, a escola é um desses espaços sociais que tem grande representatividade na formação do sujeito.”

Essa formação se dá através da mediação, princípio do estudo de Vygotsky, entre sujeito, grupo simbólico (linguagem) e meio social, a qual desempenha uma grande atuação no processo cognitivo da criança em atividade de alfabetização. Deste modo a intervenção de forma organizada permite estimular os processos mentais.

Esse mesmo conhecimento produzido através da mediação ou da introdução de um indivíduo a um novo ambiente, é captado e reformulado de acordo com suas experiências e vivências no mundo. Tais indivíduos, compartilham valores e experiências importantes para o seu avanço intelectual e social. Contudo, a forma de internalizar o mundo a sua volta acontecerá de forma diferente, pois o modo em que cada um vê e interpreta é divergente.

Os comportamentos também são influenciados com os estímulos do meio, e esses comportamentos dão continuidade ao processo de construção deste indivíduo, que parte desde um movimento até a demonstração de sentimento. Assim, essa construção contínua através dos estímulos do meio permite que o processo de alfabetização aconteça, pois, todas estas ações são relacionadas as formas que os mesmos se movimentam e se comportam assim a ciência psicomotora estuda estes estímulos físicos e motores de cada um.

A psicomotricidade é a ciência que investiga o homem através dos movimentos do corpo. Pois o corpo é a origem do desenvolvimento de uma criança.

O desenvolvimento psicomotor se processa de acordo com a maturação do sistema nervoso central, assim a ação do brincar não deve ser considerada vazia e abstrata, pois é dessa forma que a criança capacita o organismo a responder aos estímulos oferecidos pelo ato de brincar, manipular a situação será uma maneira eficiente da criança ordenar os pensamentos e elaborar atos motores adequados a requisição (VELASCO, 1996, p.27).

Sendo assim, a psicomotricidade busca mostrar a importância do brincar, pois é através dessas brincadeiras que uma criança começa a se desenvolver. O corpo é o principal instrumento de comunicação desde os nascimentos. Pois os bebês não possuem o desenvolvimento da fala, mas sua comunicação se dá através dos movimentos e do choro. De acordo Kyrillos e Sanches, o corpo passa por três conhecimentos básicos:

O movimento, que segundo os conhecimentos atuais ultrapassa o ato mecânico e o próprio indivíduo, sendo à base das posturas e posicionamentos diante da vida; o intelectual, que encerra a gênese e todas as qualidades da inteligência do pensamento humano, seu desenvolvimento depende do movimento para estabelecer, desenvolver e operar; o afeto, que é a própria pulsão interna do indivíduo, que matiza a motivação e envolve todas as relações do sujeito com os outros, com o meio e consigo mesmo (2004, p.167).

A psicomotricidade destaca também a relação existente entre os movimentos, a afetividade e a aprendizagem, pois o mesmo, permite que o desenvolvimento global da criança aconteça. A aprendizagem da criança está voltada ao desenvolvimento infantil. Em sua teoria Piaget (1987) também destaca a importância do estágio sensório-motor e da motricidade no desenvolvimento de uma criança.

Desse modo a alfabetização é compreendida como o processo de iniciação do aluno com o ensino no qual irá compreender sua relação com o aprendizado e com a instituição que faz parte. Durante esse aprendizado inicial o letramento e a escrita são pontos cruciais para o desenvolvimento desse docente e para a tomada de consciência acerca do mundo que lhes cerca como aponta Freire (1999, p. 5), “a alfabetização e a conscientização jamais se separam”. Os desafios enfrentados com a ruptura do ensino presencial para o ensino remoto vão além do uso das tecnologias, são problemáticas bem maiores sobre a

disponibilização de materiais para mediação dessas aulas de forma distante, a falta de ferramentas digitais, as relações histórico-culturais e o vínculo família e escola como agentes que devem trabalhar interligados e se comunicarem entre si, principalmente no atual momento vivido pois:

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência (OSORIO, 1996, p.82).

As diferenças socioeconômicas é uma das realidades que mais afetaram não somente o ensino presencial, mas também o ensino remoto. Durante a pandemia diversas situações foram observadas e registradas não apenas em locais isolados, mas a nível regional como aponta os índices: 91 % das crianças da Região Sul teve acesso ao ensino por meios digitais, na Região Norte, 40% dos estudantes de Ensino Fundamental ficou sem atividade. No total, pelo menos 8,7 milhões de estudantes brasileiros não tiveram acesso ao ensino remoto até o mês de julho (AMORIM, 2020).

A escola possui objetivos que são necessários para a formação dos indivíduos eticamente e socialmente, pois é na mesma que ocorre a mais importante etapa do desenvolvimento intelectual do aluno, e devido a isso há a necessidade de adaptação com as tecnologias.

Para Orofino, (2005, p.49).

Estamos todos de alguma forma ou de outra, via rádio, telefone, TV ou internet, “plugados no mundo”, e também as crianças e adolescentes o estão. É certo que há regiões inteiras do globo que não compartilham desta materialidade tecnológica e do acesso a estes meios. Mas o fato é que esta é a cultura dominante dos nossos tempos. Uma cultura em que as mídias desempenham um papel-chave na estruturação de uma nova forma de mundialização.

Dessa forma escola e família devem estar unidas como corpo docente único que fazem parte da formação desse aluno, pois a construção dessa parceria rende bons frutos assim essa relação será de grande qualidade.

É a partir das novas concepções do ensino que a forma de educar se modificou, fazendo com que os alunos criassem novos conceitos em relação ao uso das tecnologias, bem como a criação de jogos educativos que fizessem com que a criança mesmo longe do ambiente escolar se sentisse motivada e cativada pôr o conteúdo que lhe era proposto a aprender. Na rede de ensino publica estes conceitos ficaram mais superficiais pelo fato de que grande parte das famílias tinha sequer acesso a uma internet de qualidade para acesso das atividades ofertadas pela escola, devido isso houve-se a formulação de novas ideias para que todos os alunos pudessem conseguir aprender mesmo em um momento que necessita de cautela e atenção.

Analisando tais concepções em relação a essa reestruturação educacional não somente a família teve que se readaptar com esse uso das tecnologias e as práticas escolares, mas também os educadores que precisaram pensar formas de dar prosseguimento aos estudos dessas crianças por meio do uso de ferramentas

difícilmente utilizadas no mundo educacional antes da pandemia assim:

Compreender este contexto e encontrar meios que promovam a disseminação do conhecimento através da mídia, adentra ao campo cognitivo como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, pois busca associar a criatividade e a imaginação com a racionalidade e a lógica, mediatizando, estimulando e potencializando a capacidade cerebral, construindo efetivamente a aprendizagem (SILVANIRA; RAUPP; LUIS; SERAFIM, 2010, p. 02).

Houve a necessidade de recursos não só tecnológicos, mas também didáticos para que estes educadores conseguissem usar estas ferramentas como, por exemplo, salas de vídeo (Google Meet, Teams, Zoom e entre outras ferramentas) para transmissão de conhecimentos para estes aprendente. Dessa forma houve-se uma reforma nitidamente inesperadas no meio educacional, pois a inteligência e o aprendizado são moldados a partir do que é ofertado para os mesmos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, para que o processo de aprendizagem aconteça, o mediador do ensino deve compreender que sem a relação com o meio é praticamente impossível haver o desenvolvimento e o processo de alfabetização. É notório que as relações sociais e Histórico-cultural são essenciais no processo de maturação da aprendizagem.

A partir do exposto do período pandêmico muitos impasses foram encontrados em relação a conjuntura da alfabetização não tradicional. Vale ressaltar que há a necessidade de preparação discente, para o uso das novas tecnologias e a disponibilização de recursos tecnológicos para os alunos. Pois muitos não havia preparação para alfabetizar, muito menos aptos a ferramentas tecnológicas.

Constata-se que esse desenvolvimento cognitivo será considerado inferior, pois os processos de internalização e acomodação do conhecimento através do meio social e tecnológico será afetado. Portanto, é importante a reflexão acerca das dificuldades encontradas por professores e alunos durante a pandemia.

Podemos compreender que os indivíduos se desenvolvem por meio das experiências compartilhadas e com a ruptura do ensino presencial para o ensino remoto, fez com que esse contato dentro das escolas se interrompesse, assim, as vivências dentro de sala de aula também foram interrompidas. E com isso o desenvolvimento deles também foi considerado insuficientes, por diversos fatores, incluindo a falta de interação entre aluno escola. Na escola muitos são os sujeitos que participam dela e que a partir da mesma conseguem entender de forma mais objetiva acerca do mundo em que vivemos, é por meio disso que podemos observar como se dá a maturação desse indivíduo que a partir do comportamento observado demonstra como se comporta em meio aos questionamentos ou ações grupais, e principalmente sobre os comportamentos que ocorrem de forma individual.

A partir do que vem sendo abordado a educação foi uma das áreas mais afetadas com todo esse cenário de pandemia e de crise sanitária, é importante ainda refletir acerca da importância do aprendizado individual destas crianças pois a inteligência e o aprendizado é moldado durante todo a caminhada escolar dos mesmos e observar as necessidades que estes apresentam é mais que necessária, pois as dificuldades referentes a pandemia são basicamente novas, mas há problemáticas que perpetuam a educação há muitos anos. Dessa maneira a participação e dedicação individual é necessária por menor que seja a idade de quem está aprendendo e uma forma de conseguir alcançar estas metodologias é incentivando

a criança a ter curiosidade de ver e praticar com os materiais que lhes são ofertados, com recursos didáticos e pedagógicos que chamem atenção visual e principalmente motora destes indivíduos que estão nessa primeira fase do aprendizado, pois é perceptível que nesse momento os mesmos possuem capacidades inovadoras de aprendizado.

Outro fator que vale ser ressaltado é que em um ambiente escolar há sujeitos com realidades diferentes, desde um professor até aos alunos. E que ao eclodir uma pandemia o termo “educação de qualidade” foi reanalisado, pois a qualidade educacional nos dias atuais foi capaz de mostrar as divergências nesse âmbito. Tanto os estudantes quanto os docentes foram capazes de compreender essas diferenças, pois antes da pandemia, todos viviam em um ambiente bem adaptado relativamente. Após as problemáticas pandêmicas, todos puderam compreender as realidades de ambas as partes. Pois é nesse contato com a vida de cada um, que há o reconhecimento do verdadeiro ser, ou seja, há a compreensão do sujeito.

Faz-se necessário também compreender a importância da motricidade na vida de uma criança, até porque é no estágio sensório motor que uma criança começa a desenvolver suas aptidões e movimentos e assim haver a interação com o ambiente em que estão inseridos e a aprendizagem se intensificará a partir disso, além de que fará parte do desenvolvimento dos diferentes sujeitos no processo de alfabetização.

Reafirmando acerca de todas as etapas do desenvolvimento educacional e social de cada indivíduo percebe-se a necessidade de analisar todas as formas de transmissão de conhecimento e todas as maneiras de aquisição pois nos primeiros anos da vida escolar é onde o cérebro é moldado e desenvolvido, é neste momento que se deve observar de que forma o aluno se comporta em sala de aula, analisando cada um em sua individualidade. Dessa maneira apesar dos impasses pedagógicos causados pela pandemia o uso das tecnologias de modo emergente permitiu que a análise de problemáticas em sala de aula fossem atentamente observadas e direcionadas para o tratamento correto e para a maneira certa de trabalho para com estas crianças.

Sendo assim mesmo com todas estas ações o planejamento também é um dos fatores primordiais para o desenvolvimento da criança dentro do ambiente escolar, pois ali o mestre planejará sua aula a partir do modo em que cada aluno se comportará ou participará, assim fazendo com que as etapas de desenvolvimento sigam uma ordem cronológica de acordo com as teorias que se dividem em três fases de desenvolvimento que fazem com que haja a maturação do indivíduo, onde

primeiramente ele terá sua aquisição egocêntrica na primeira fase de seu desenvolvimento, na segunda o mesmo conhecerá todo o ambiente que o cerca a partir das dúvidas e nas demais fases o mesmo conseguirá concretizar todas as ideias adquiridas na etapa anterior.

5. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Karina. **Educação em tempos de pandemia e isolamento**. Atena Editora, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas 2002.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em Educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

KYRILLOS, Michel Habib M.; SANCHES, Tereza Leite. **Fantasia e criatividade no espaço lúdico: educação física e psicomotricidade.** In: ALVES, Fátima. **Como aplicar a psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com amor e união.** Rio de Janeiro: Wak, 2004. p.153-175.

OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios,** OSORIO, Luiz Carlos. **Família Hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. **participação e visibilidade.** Guia da escola cidadã. vol. 12. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Rio Grandedo Sul, 2013.

SILVANIRA, Carla; RAUPP, Fabrício; LUIS, Marcio; SERAFIM, Silvio. **Mídia-Educação: recursos midiáticos e a mediação do conhecimento.** Rio Grande do Sul: CINTED-UFRGS: Novas Tecnologias na Educação, 2010.]

VELASCO, Cassilda Gonçalves. **Brincar: O Despertar Psicomotor.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

ATRIBUTOS QUÍMICOS DO SOLO EM DIFERENTES COBERTURAS VEGETAIS DE ÁREA DE CERRADO

Aragão Beckmam de Barros – UNIBALSAS 1
 Antonio Santana Batista de Oliveira Filho - UNIBALSAS 2
 Airton Andrade da Silva – UEMA 3
 Fernanda Barbosa dos Reis – UEMA 4
 Jefferson Carvalho Barros-UNIBALSAS 5

INTRODUÇÃO

A maioria dos solos da região dos Cerrados são os Latossolos, cobrindo 46% da área. Esses tipos de solos podem apresentar uma coloração variando do vermelho para o amarelo, são profundos, bem drenados na maior parte do ano, apresentam acidez, toxidez de alumínio e são pobres em nutrientes essenciais (como cálcio, magnésio, potássio e alguns micronutrientes) para a maioria das plantas (GERRA; JORGE, 2018).

A área total do Cerrado é de 203,9 milhões de hectares, sendo a área antropizada do Cerrado, isto é, coberta com culturas agrícolas, pastagens cultivadas, silvicultura, áreas urbanas, áreas de mineração, mosaico de ocupações e solo exposto, corresponde a 43,6% do bioma, e com essa forte pressão de ocupação ocorreram perdas na biodiversidade, fragmentação e degradação de remanescentes de vegetação e dos solos naturais do Cerrado (SANO et al., 2020).

A produtividade agropecuária é influenciada, principalmente, pelos atributos físicos, químicos e biológicos do solo, sendo necessário conhecer e quantificar a variação desses atributos, uma vez que os solos estão em constante modificação e o tipo de utilização ou sistema de cultivo influencia os atributos químicos do solo, principalmente pelo manejo de corretivos e fertilizantes (CARNEIRO et al., 2016).

Na região do Cerrado brasileiro, o cultivo convencional e o uso intensivo de implementos agrícolas, aliados aos fatores de formação do solo, têm promovido mudanças na variabilidade dos seus atributos químicos, físicos e biológicos (MATIAS et al., 2015). As alterações nos atributos químicos decorrentes das aplicações de calcário e fertilizantes nos horizontes superficiais são as mais destacadas, nos diferentes sistemas de uso do solo, onde os solos sob cerrado, destacam-se os baixos valores de pH e de $Ca^{2+} + Mg^{2+}$ e altos valores de Al^{3+} , enquanto, nas áreas sob cultivo, os valores de pH aproximam-se da neutralidade, associados a maiores teores de $Ca^{2+} + Mg^{2+}$ e menores de Al^{3+} (FONTANA et al., 2016).

Assim, o conhecimento dos danos provocados pelos diferentes sistemas de usos do solo é essencial para melhorar a qualidade do solo, pois a avaliação é complexa e deve ser realizada em função de um conjunto de indicadores específicos (atributos) e suas inter-relações, já que se tem verificado que indicadores isolados não são suficientes para explicar a perda ou o ganho da qualidade de determinado solo. Desta forma, com o objetivo de implantar práticas sustentáveis de manejo do solo, é essencial conhecer os atributos químicos do solo

¹ Acadêmico do Curso de Agronegócio da Unibalsas e bolsista do Programa de Iniciação Científica. E-mail: aragao.barros@alu.unibalsas.edu.br

² Professor do curso de Agronegócio da Unibalsas, graduado em Agronomia e Mestre em Produção Vegetal. E-mail: antonio.santana@prof.unibalsas.edu.br

³ Graduado em Agronomia e Mestrando em Agricultura e Ambiente pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: airtonxtp@hotmail.com

⁴ Graduada em Agronomia e Mestranda em Agricultura e Ambiente pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: fernanda15reis@gmail.com

⁵ Professor e Coordenador do curso de Agronegócio e da pós-graduação em Gestão Executiva no Agronegócio da Unibalsas, graduado em Administração e Mestre em Administração Pública. E-mail: coord.agronegocio@unibalsas.edu.br

(DALCHIAVON et al., 2016). Portanto, com este trabalho objetivou-se avaliar os atributos químicos do solo em diferentes coberturas vegetais no cerrado brasileiro.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em áreas de Balsas/MA, no período de agosto a outubro de 2021. (Figura 01). A região possui latitude 7° 31' 59" Sul, longitude 46° 2' 6" Oeste, altitude de 243 metros e, de acordo com a classificação climática de Köppen, apresenta clima tropical chuvoso (Aw). O solo é Classificado segundo EMBRAPA (2013), como Latossolo Vermelho Amarelo.

Figura 01: Localização geográfica do Município de Tasso Fragoso, Maranhão.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

Foram utilizadas três diferentes Áreas de Manejo (AM) para amostragem: 1. área de cerrado (vegetação nativa); 2. área de lavoura cultivada com soja ; 3. área de cultivo de pastagem.

As amostras compostas (4 amostras composta por área) de solo, foram coletadas à profundidade de 0-20 cm na entrelinha nas áreas cultivadas com lavoura de soja e pastagem. No caso das áreas de vegetação nativa (área de cerrado), a coleta ocorreu à mesma profundidade e, não havendo influência da adubação, procedeu-se à coleta em pontos aleatórios. As amostras foram acondicionadas em sacos plásticos e enviadas ao laboratório para determinação de parâmetros químicos do solo.

As amostras foram submetidas as análises químicas os atributos químicos Matéria Orgânica do Solo (MOS), Capacidade de Troca de Cátions (CTC), Potencial Hidrogeniônico (pH), Saturação por bases (V%), teores dos macronutrientes Fósforo (P), Potássio (K), Cálcio (Ca), Magnésio (Mg), Enxofre (S) e dos micronutrientes Boro (B), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn) e Zinco (Zn).

O delineamento experimental adotado foi em blocos casualizados, sendo três áreas de manejo, com quatro blocos, resultando em 12 amostras compostas de solo. Os dados foram submetidos à análise de variância e quando significativas submetidas a teste de Tukey, utilizando o programa estatístico Agroestat (BARBOSA; MADONADO JÚNIOR, 2015).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram observadas diferenças significativas nos atributos químicos matéria orgânica do solo (MOS), Capacidade de troca de cátions (CTC), potencial hidrogeniônico (pH) e saturação por bases (V%) nas diferentes áreas de manejo (AM) (Tabela 1). Também foram observadas diferenças no teste de média (Tabela 2) desses atributos químicos.

Tabela 1. Análise de variância para os atributos químicos de matéria orgânica do solo (MOS), Capacidade de troca de cátions (CTC), potencial hidrogeniônico (pH) e saturação por bases (V%) de diferentes áreas de manejo (AM).

Causas da Variação	Valores do teste F			
	MOS	CTC	pH	V%
AM	20,72**	26,14**	8,55*	9,08*
Média	24,91	5,99	4,55	46,35
Desvio padrão	3,46	0,81	0,26	12,12
CV (%)	3,88	13,65	5,68	26,15

* $p < 0,05$; ** $p \leq 0,01$; ^{NS} não significativo; CV: coeficiente de variação.

Fonte: Os autores, 2021.

Tabela 2. Teste de média para os atributos químicos de matéria orgânica do solo (MOS), Capacidade de troca de cátions (CTC), potencial hidrogeniônico (pH) e saturação por bases (V%) de diferentes áreas de manejo (AM).

Área de manejo	Média das análises			
	MOS g dm ⁻³	CTC cmol _c dm ⁻³	pH	V%
Nativa	20,00 b	3,58 b	4,12 b	25,70 b
Cultivo de soja	20,75 b	7,29 a	4,85 a	60,37 a
Pastagem	34,00 a	7,11 a	4,67 ab	53,00 a
DMS	7,50	1,77	0,56	26,31

DMS: diferença mínima significativa a 5%.

Fonte: Os autores, 2021.

Foi observado maiores teores de MOS para a área de manejo de pastagem. Assim, diversos trabalhos realizados em regiões de zonas tropicais demonstram a importância da MOS e a sua influência nos atributos químicos do solo, como na disponibilidade de nutrientes (CUNHA NETO et al., 2018). De modo geral, áreas de pastagem produtivas, destacam-se pelo alto teor de MOS, pois acumulam mais biomassa vegetal (DIAS FILHO; LOPES, 2021). De acordo Gazolla et al. (2015), com pode-se inferir que o maior conteúdo de MOS em sistemas com a introdução de espécies forrageiras no sistema, ou seja, essas forrageiras acumulam mais

biomassa vegetal do que as culturas agrícolas em função do alto desenvolvimento vegetal, tanto na parte aérea como nas raízes.

Menores valores para MOS foram encontrados para as áreas de manejo de Cultivo de soja e Nativa. De acordo com Gazolla et al. (2015), as culturas agrícolas possuem fitomassa, muitas vezes, insuficiente para a manutenção da cobertura do solo. Porém tais dados, em relação a área Nativa, não vão de encontro aos resultados obtidos pelo autor, onde os maiores valores de MOS ocorreram na área Nativa devido ao maior aporte de resíduos vegetais na superfície do solo, em função da vegetação presente na área, associado à ausência da ação antrópica, pois numa situação estável, normalmente em solos sob vegetação nativa com baixo grau de antropização, os teores de MOS não apresentam grandes variações ao longo do tempo, à medida que as adições de C orgânico via resíduos vegetais e a sua conversão em MOS, são da mesma magnitude que as perdas de C orgânico pela mineralização da MOS, promovidas pela atividade microbiana.

Maiores médias foram observadas para as análises de CTC e V% para as áreas de manejo de pastagem e cultivo de soja, sendo tal fato justificado por estas áreas de manejo possuírem os maiores valores para o pH, ou seja, o solo destas áreas de manejo estão mais próximos da neutralidade. De acordo com Peixoto et al. (2019), o pH do solo é um dos principais atributos químicos relacionados com o desenvolvimento das plantas, pois a acidez do solo, quando em excesso, pode ocasionar alterações químicas, restringindo o crescimento das plantas, principalmente em relação a disponibilidade de macronutrientes, sendo mais desejado valores de pH mais próximos da neutralidade para favorecer a troca catiônica e maior quantidade de bases no solo.

A capacidade de troca iônica dos solos representa, portanto, a graduação da capacidade de liberação de vários nutrientes, favorecendo a manutenção da fertilidade por um prolongado período, e a saturação por bases é um excelente indicativo das condições gerais de fertilidade do solo, sendo que o índice V% baixo significa que há pequenas quantidades de cátions saturando as cargas negativas dos coloides e que a maioria delas está sendo neutralizada por H e Al, tornando o solo mais ácido e podendo conter alumínio em nível tóxico às plantas (RONQUIM, 2010).

Os menores valores para os atributos CTC, pH e V% foram para área Nativa, tal resultado pode ser justificado pela característica dos solos do cerrado, que naturalmente são ácidos e devido a ausência de manejo para a correção desse solo. De acordo com Carneiro et al. (2018), os latossolos representam 46% dos solos no Cerrado e são naturalmente ácidos, pela constituição do material de origem e pelo elevado processo de intemperismo, e, normalmente, apresentam baixos teores de cátions básicos.

Foram observadas diferenças significativas de acordo com a análise de variância (Tabela 3) nos teores dos macronutrientes Fósforo (P), Potássio (K), Cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e Enxofre (S) nas diferentes áreas de manejo (AM). Também foram observadas diferenças no teste de médias (Tabela 4) para estes macronutrientes, menos para o enxofre, que não teve diferença entre suas médias nas diferentes áreas de manejo.

Tabela 3. Análise de variância para teores dos macronutrientes Fósforo (P), Potássio (K), Cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e Enxofre (S) de diferentes áreas de manejo (AM).

Causas da Variação	Valores do teste F				
	P	K	Ca	Mg	S
AM	18,62**	14,80**	26,36**	15,79**	0,31 ^{ns}
Média	32,00	0,11	2,30	0,61	4,33

Desvio padrão	11,78	0,03	0,54	0,09	1,57
CV (%)	36,82	29,15	23,38	31,95	72,87

* p < 0,05; ** p ≤ 0,01; ^{NS} não significativo; CV: coeficiente de variação.

Fonte: Os autores, 2021.

Tabela 4. Teste de média para teores dos macronutrientes Fósforo (P), Potássio (K), Cálcio (Ca), Magnésio (Mg) e Enxofre (S) de diferentes áreas de manejo (AM).

Área de manejo	Média das análises				
	P mg dm ⁻³	K -----cmol _c dm ⁻³ -----	Ca	Mg	S mg dm ⁻³
Nativa	3,27 b	0,04 b	0,72 b	0,19 b	3,50 a
Cultivo de soja	51,62 a	0,15 a	2,87 a	0,96 a	4,25 a
Pastagem	41,12 a	0,14 a	3,30 a	0,69 a	5,25 a
DMS	25,57	0,07	1,16	0,42	6,85

DMS: diferença mínima significativa a 5%.

Fonte: Os autores, 2021.

As áreas de manejo de pastagem e cultivo de soja apresentaram as maiores médias para os macronutrientes K, Ca e Mg, tal fato pode ser justificado pela correção da acidez do solo dessas áreas agricultáveis a partir da adição dessas bases e adubação. Estes nutrientes são as bases do solo, o que vai de encontro com os resultados do pH mais próximo da neutralidade e da saturação por bases (V%), que leva em conta a soma dessas 3 bases e a CTC do solo, nessas áreas de manejo.

As bases do solo (Ca, Mg e K) são cátions, que quando resentes em quantidade ideal, possuem a função de saturar as cargas negativas dos coloides do solo, tornando assim outros nutrientes mais fáceis de serem absorvidos pelas plantas, pois, os coloides do solo possuem cargas negativas, o que resulta na retenção cations nesses coloides, fato que limita a fertilidade do solo (RONQUIM, 2010). A maior concentração de K, Ca, Mg pode ser explicada pelo uso do gesso e calcário em áreas agricultáveis para a correção da acidez e inativação de alumínio, onde este insumos melhoram as condições químicas do solo em todas as camadas (RAMPIM et al., 2011).

Em trabalho realizado por Freitas et al. (2017), onde avaliaram os macronutrientes sob diferentes áreas de manejo, observaram que os teores de K, Ca e Mg variaram estatisticamente entre os diferentes usos do solo e foram estatisticamente maiores na área sob cultivo, nas duas profundidades analisadas, possivelmente os valores elevados desses nutrientes na área cultivada sejam devido às contínuas aplicações de calcário e fertilizantes.

O maior teor de fosforo foram obtidos nas áreas de manejo de pastagem e cultivo de soja, devido esse macronutriente ser utilizado na adubação de áreas agricultáveis e pela correção da

ácides nessas áreas. De acordo com Batista et al. (2018), a adubação fosfatada é fundamental para a manutenção do elemento no solo e a absorção pelas plantas, pois naturalmente, os solos de regiões tropicais apresentam baixos níveis de P, devido ao elevado intemperismo sofrido ao longo dos anos e a alta afinidade dos íons fosfato pelas superfícies dos colóides do solo.

O macronutriente enxofre não apresentou diferença nos teores das diferentes áreas de manejo, tal fato pode ser justificado pela principal fonte de enxofre no solo ser proveniente da matéria orgânica, pois mesmo havendo adubação desse nutriente há grande perdas por lixiviação (BATISTA et al., 2018).

A não diferença entre os teores de enxofre nas diferentes áreas de manejo vai de encontro com os resultados da pesquisa de Freitas et al. (2017), onde avaliaram os macronutrientes sob diferentes áreas de manejo, e observaram que os valores de S não diferiram entre os sistemas de uso e manejo em ambas as profundidades, o que demonstra que os sistemas não conseguiram alterar a quantidade destes elementos no solo.

Foram observadas diferenças significativas na análise de variância (Tabela 5) para os teores de Boro (B), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn) e Zinco (Zn) nas diferentes áreas de manejo (AM). Também foram observadas diferenças no teste de médias (Tabela 6).

Tabela 5. Análise de variância para teores dos micronutrientes Boro (B), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn) e Zinco (Zn) de diferentes áreas de manejo (AM).

Causas da Variação	Valores do teste F				
	B	Cu	Fe	Mn	Zn
AM	6,28*	44,62**	5,63*	15,45**	25,76**
Média	0,38	0,37	49,66	1,03	1,01
Desvio padrão	0,07	0,08	11,27	0,22	0,22
CV (%)	18,79	22,49	22,69	21,49	21,76

* $p < 0,05$; ** $p \leq 0,01$; ^{NS} não significativo; CV: coeficiente de variação.

Fonte: Os autores, 2021.

Tabela 6. Teste de média para teores de Boro (B), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn) e Zinco (Zn) de diferentes áreas de manejo (AM).

Área de manejo	Média das análises				
	B	Cu	Fe	Mn	Zn
	-----mg dm ⁻³ -----				
Nativa	0,30 b	0,16 b	63,25 a	1,52 a	0,61 b
Cultivo de soja	0,38 ab	0,68 a	36,50 b	0,90 b	1,66 a
Pastagem	0,48 a	0,25 b	49,25 ab	0,68 b	0,78 b
DMS	0,15	0,17	24,45	0,48	

DMS: diferença mínima significativa a 5%.

Fonte: Os autores, 2021.

A maior média para o micronutriente zinco foi encontrada na área de manejo de cultivo de soja, tal fato pode ser justificado por essa área apresentar os maiores valores de CTC e V%. De acordo com Lana et al. (2017), o zinco é fortemente retido nos colóides do solo, sendo sua maior disponibilidade em solo com boa saturação por bases, porém, os fosfatos tendem a reduzir a

sua disponibilidade, indo de encontro com os maiores valores de fósforo para a área de manejo de pastagem.

A maior média para o atributo químico ferro foi encontrada para a área Nativa, sendo justificado por essa área possuir o menor pH, menor presença de MOS e fósforo, pois altos teores de matéria orgânica e excesso de fósforo podem induzir a indisponibilidade de Fe (BATISTA et al., 2018). De acordo com Freitas et al. (2017), o menor pH aumenta a presença do micronutriente como o Fe, que é o micronutriente que sofre o maior efeito da elevação do pH sobre a diminuição da solubilidade. Também é observado a relação da maior concentração de manganês com o baixo pH na área Nativa, pois (HANSEL; OLIVEIRA, 2016) a disponibilidade de Mn aumenta quando o pH do solo diminui, além de, em sistemas naturais, estar na forma de óxidos de Mn, frequentemente misturado a óxidos de ferro, corroborando para a maior presença de ferro e manganês na área Nativa.

O maior valor de cobre foi encontrado para a área de cultivo de soja devido essa área possuir menores valores para MOS e íons metálicos (Ca, Fe, Mn) e. A deficiência é mais evidente em solos com altos teores de matéria orgânica, dada a alta estabilidade dos quelatos formados entre o Cu e a matéria orgânica (BATISTA et al., 2018). Os íons metálicos, tais como o cálcio, manganês e ferro, quando em menores concentrações, não atrapalham a disponibilidade de cobre no solo (HANSEL; OLIVEIRA, 2016).

O maior valor de boro foi encontrado para a área de pastagem, indo de encontro com o resultado de MOS, pois de acordo com Batista et al. (2018), no solo, a principal fonte de B é a matéria orgânica, podendo estar sujeito a lixiviação, visto que não é facilmente adsorvido aos colóides do solo pela ausência de cargas da forma predominante que é H^3BO^3 .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As zonas de manejo de pastagem e cultivo de soja apresentaram os maiores valores para os atributos químicos e macronutrientes, porém o enxofre não apresentou diferença significativa entre as zonas de manejo estudadas.

As zonas de manejo de pastagem e cultivo de soja apresentaram os maiores valores para os micronutrientes boro, cobre e zinco. Porém a área Nativa apresentou os maiores valores para manganês e ferro.

Tornam-se necessários mais trabalhos para avaliar o comportamento dos atributos químicos e os macro e micronutrientes em diferentes zonas de manejo, para assim entender suas interações com os diferentes tipos de solos do País.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. A. et al. Princípios de fertilidade do solo, adubação e nutrição mineral. In: BRANDÃO FILHO, J.U.T., FREITAS, P.S.L., BERIAN, L.O.S., and GOTO, R., **comps. Hortaliças-fruto [online]**. Maringá: EDUEM, 2018, p. 113-162.
- CARNEIRO, Jefferson Santana et al. Supercalagem: alterações em atributos químicos de um Latossolo Vermelho amarelo distrófico. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 16, n. 1, p. 31-38, 2018.

CAVALCANTE, E. G. S.; ALVES, M. C.; SOUZA, Z.M.; PEREIRA, G. T. Variabilidade espacial de atributos químicos do solo sob diferentes usos e manejos. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 31, n. 6, p. 1329-1339, 2007.

CUNHA, F. V.; PEREIRA, M. G.; LELES, P. S. S.; ABEL, E. L.S. Atributos químicos e físicos do solo em áreas sob diferentes coberturas florestais e pastagem em Além Paraíba-MG. *Ciência Florestal*, v. 28, p. 13-24, 2018.

CARNEIRO, Jefferson Santana et al. Diagnóstico e manejo da variabilidade espacial da fertilidade do solo no cerrado do Piauí. *Revista de Ciências Agroambientais*, v. 14, n. 2, 2016.

DALCHIAVON, F. C.; RODRIGUES, A. R.; LIMA, E. S.; LOVERA, L. H. MONTANARI, R. Variabilidade espacial de atributos químicos do solo cultivado com soja sob plantio direto. *Revista de Ciências Agroveterinárias*, v. 16, n. 2, p. 144-154, 2017.

DIAS-FILHO, M. B.; LOPES, MJ dos S. **Fertilidade do solo em pastagem: como construir e monitorar**. Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E), 2021.

FONTANA, Ademir et al. Características e atributos de Latossolos sob diferentes usos na região Oeste do Estado da Bahia. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 51, p. 1457-1465, 2016.

FREITAS, Ludmila et al. Indicadores da qualidade química e física do solo sob diferentes sistemas de manejo. *Revista Unimar Ciências*, v. 26, n. 1-2, 2017.

GAZOLLA, Paulo Roberto et al. Frações da matéria orgânica do solo sob pastagem, sistema plantio direto e integração lavoura-pecuária. *Semina: Ciências Agrárias*, v. 36, n. 2, p. 693-704, 2015.

GUERRA, Antonio José Teixeira; JORGE, Maria do Carmo Oliveira. **Degradação dos solos no Brasil**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

HANSEL, Fernando D.; OLIVEIRA, Maurício L. Importância dos micronutrientes na cultura da soja no Brasil. *Informações Agrônomicas*, n. 153, p. 1-8, 2016.

JAKELAITIS, A.; SILVA, A. A.; SANTOS, J. B.; VIVIAN, R. Qualidade da camada superficial de solo sob mata, pastagens e áreas cultivadas. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, v. 38, n. 2, p. 118-127, 2008.

LANA, Regina Maria Quintão et al. Micronutrientes catiônicos: fontes, doses e ambientes. *Revista Brasileira de Ciências Agrárias*, v. 12, n. 3, p. 332-339, 2017.

MARCHIORI JÚNIOR, M.; MELO, W. J. Alterações na matéria orgânica e na biomassa microbiana em solo de mata natural submetido a diferentes manejos. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 35, p. 1177-1182, 2000.

MATIAS, Sammy Sidney Rocha et al. Variabilidade espacial dos atributos do solo em duas áreas de manejo convencional no Cerrado piauiense. *Revista de Ciências Agrárias Amazonian Journal of Agricultural and Environmental Sciences*, v. 58, n. 2, p. 217-227, 2015.

PEIXOTO, Daniel José Ghiggi et al. Atributos químicos de solo após incubação com produtos com cálcio e magnésio. **Acta Iguazu**, v. 8, n. 3, p. 62-68, 2019.

RAMPIM, L.; LANA, M. C.; FRANDOLOSO, J. C.; FONTANIVA, S. Atributos químicos de solo e resposta do trigo e da soja ao gesso em sistema semeadura direta. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 35, p. 1687-1698, 2011.

RONQUIM, Carlos Cesar. **Conceitos de fertilidade do solo e manejo adequado para as regiões tropicais**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2010. 26 p.

SANO, Edson Eyji et al. Características gerais da paisagem do Cerrado. **Embrapa Informática Agropecuária-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2020.

A PROTEÇÃO ECOLÓGICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Ana Cássia Marques de Lima – UNIBALSAS 1
Larissa Valéria Lima Silva – UNIBALSAS 2
Matheus Figueiredo Nunes de Souza – UNIBALSAS 3

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a proteção ecológica no sistema jurídico brasileiro, fazendo uma análise, primeiramente, dos principais documentos legislativos que tratam da proteção ambiental. A escolha desse ponto de partida se deu em virtude de o sistema e toda produção jurídica não poder renunciar a uma legislação que foi deliberada politicamente, conforme aduz Neves (2012, p. 89-90). Não se trata, claro de confundir a instauração de processos legislativos, que é componente institucional da vida político estatal, com o próprio direito positivo⁴.

No entanto, conforme relembra Luhmann (1983, p. 236), a positividade do direito acontece quando o próprio direito se estabelece como base do próprio direito: primeiramente, a lembrança de um ato legislativo que aconteceu em determinado momento passado vai servir de base à vigência de uma decisão como escolha entre diversas possibilidades, que só então poderá ser confirmada ou declarada ilegal, e assim sucessivamente.

Esse artigo é produto do Projeto de Iniciação Científica “Constitucionalismo e Sustentabilidade na Modernidade Periférica”, que tem como objetivo final identificar os efeitos de insuficiência de diferenciação funcional sobre a proteção do meio ambiente prevista no direito, bem como verificar se existe um bloqueio na generalização destas expectativas normativas – ou seja, verificar se as normas jurídicas de proteção ambiental possuem caráter simbólico.

Esse projeto tem a pretensão de elaborar uma pesquisa transversal, a partir da sociologia do direito, que será dividida em três partes: (i) a primeira é identificar os principais documentos legislativos sobre proteção ambiental no Brasil; após (ii) será feita uma coleta de dados sobre a degradação ambiental no Brasil; e, por último, (iii) far-se-á uma análise jurisprudencial que procura identificar a prática dos tribunais na aplicação das normas de proteção ecológica, a fim de verificar se elas são aplicadas de forma generalizada, em comparação com os dados e a legislação vigente.

A presente pesquisa se justifica, primeiramente, por se tratar de tema pouco estudado, tendo em vista a intersecção de temas como o desenvolvimento constitucional nos países de modernidade periférica e sustentabilidade, a partir de uma investigação de cunho sociológico, a partir da teoria dos sistemas.

Não obstante, reveste-se de importância singular para a comunidade científica pela necessidade de compreender como as estruturas sociais, principalmente o direito, lida com questões que dizem respeito ao ambiente ecológico da sociedade e

a necessidade de sua preservação. Ainda, a pesquisa busca, com a utilização do método funcionalista, servir de base para estudos posteriores que busquem identificar equivalentes funcionais em outras estruturas sociais para a proteção do ambiente ecológico.

A pesquisa apresenta um caráter qualitativo, pois tem o propósito de analisar a relação dos processos de descrição, classificação e observação de fenômenos, de como

os conceitos se interconectam, resultando em um procedimento circular (DEY,2005, p. 31ss).

O paradigma epistemológico utilizado será o construtivismo, associado à teoria dos sistemas (BARALDI; CORSI; ESPOSITO, 2021, p. 57-60), que considera a realidade social como construída a partir de observadores que podem observar outros observadores, que podem se influenciar reciprocamente, fazendo com que o sentido e as categorias sociais sejam constantemente atualizados.

O método científico a ser empregado é o funcionalista, associado à teoria dos sistemas. Esta análise descreve a relação entre os problemas e suas possíveis soluções: trata-se de um esquema de confrontação entre várias soluções e problemas, soluções que aparecem como intercambiáveis enquanto são equivalentes à mesma função. Consiste em levar em consideração as soluções funcionais equivalentes em relação ao problema em questão (BARALDI; CORSI; ESPOSITO, 2021, p. 99).

As técnicas de pesquisa a serem empregadas são a revisão de literatura, selecionada, respectivamente, pelos critérios de relevância, acessibilidade e atualidade; a pesquisa documental consiste na investigação de leis, com foco material na tematização ambiental/ecológica. Ademais, utilizou-se as técnicas de categorias e conceitos operacionais, que visa apresentar definições propostas para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias expostas (PASOLD, 2015).

DA TEMATIZAÇÃO À COMUNICAÇÃO ECOLÓGICA NA SOCIEDADE MUNDIAL

A coevolução entre pessoas e sistemas sociais fez com que a evolução sociocultural passasse a alterar zonas de causalidade entre comunicação e não-comunicação, selecionando, de maneira contingente, temas e correlatos semânticos para alertar a sociedade sobre os problemas que o meio ambiente sofre e as consequências retroativas que podem existir sobre a própria sociedade.

No entanto, a natureza não se comunica, não é possível saber quais as angústias da fauna ou da flora. Isso reforça que toda informação, comunicação, descrição ou conhecimento produzido sobre o meio ambiente, é, antes demais nada, uma produção social. Afinal de contas, conforme asseveram Rocha, Schwartz e Clam (2013, p. 60):

[...] a sociedade é comunicação. E tudo o que se comunica faz parte da sociedade ou é sociedade. A sociedade é uma realidade com clausura autorreferencial ordenada de forma autossustitutiva, de vez que tudo que deve ser substituído ou mudado, em seu interior, deve ser mudado ou substituído a partir de seu próprio interior. É assim que a sociedade se comunica, se transforma e se complexifica. Dessa forma, a sociedade é tida como o sistema global da comunicação.

Os problemas ambientais começam a serem observados, dignos de atenção e comunicados socialmente a partir da publicação da obra *Silent Spring*, de Rachel Carson (1962). Nele, a autora com uma fábula sobre uma cidade no coração da América, onde a vida parecia viver em harmonia com o ambiente que a circundava.

Esta cidade era cercada por fazendas prósperas, com campos de trigo e encosta de pomares. No outono, os carvalhos, os bordos e os vidoeiros passavam um fulgor de colorido, sobre um fundo com pinheirais. As raposas uivavam nas colinas e as renas cruzavam silenciosamente os campos. Ao longo da estrada, grandes samambaias e flores silvestres encantavam os olhos dos viajantes durante o ano. Até no inverno, as margens das estradas carregavam beleza, onde os inúmeros pássaros vinham se alimentar de amoras e sementes de ervas secas, que estavam por cima da neve.

No entanto, uma estranha ferrugem se espalhou pela área e tudo começou a mudar. Como se alguma feitiçaria tivesse se instalado na comunidade: doenças misteriosas varriam os rebanhos de galinhas; o gado e as ovelhas adoeceram e morreram. Na cidade, os médicos ficavam cada vez mais intrigados com novos tipos de doenças que apareceram entre seus pacientes. Houve, inclusive, várias mortes súbitas e inexplicáveis, em adultos e crianças.

Através desse conto, é possível identificar as principais violências contra o meio ambiente são feitas pelo Homem, representada pela contaminação da terra, do ar, dos rios e dos mares, pela utilização de materiais danosos e até letais. Esta poluição, em sua grande parte, não tem reparação.

De meados da década de 1940 em diante, mais de 200 substâncias químicas foram criadas para a matança de insetos, roedores, ervas daninhas e outros organismos rotulados como “pestes”. Como consequência, os insetos desenvolveram-se evolutivamente, a fim de tornarem-se imunes aos inseticidas particulares usados contra eles, demandando novas substâncias químicas mais letais. Juntamente com a capacidade de destruição da humanidade pela guerra nuclear, o problema central deste tempo é a contaminação total do ambiente por meio de substâncias com grande potencial lesivo – substâncias estas que se acumulam nos tecidos das plantas e animais e até mesmo penetram nas células germinativas para destruir ou alterar o próprio material hereditário do qual o futuro depende (CARSON, 1962, p. 12/13).

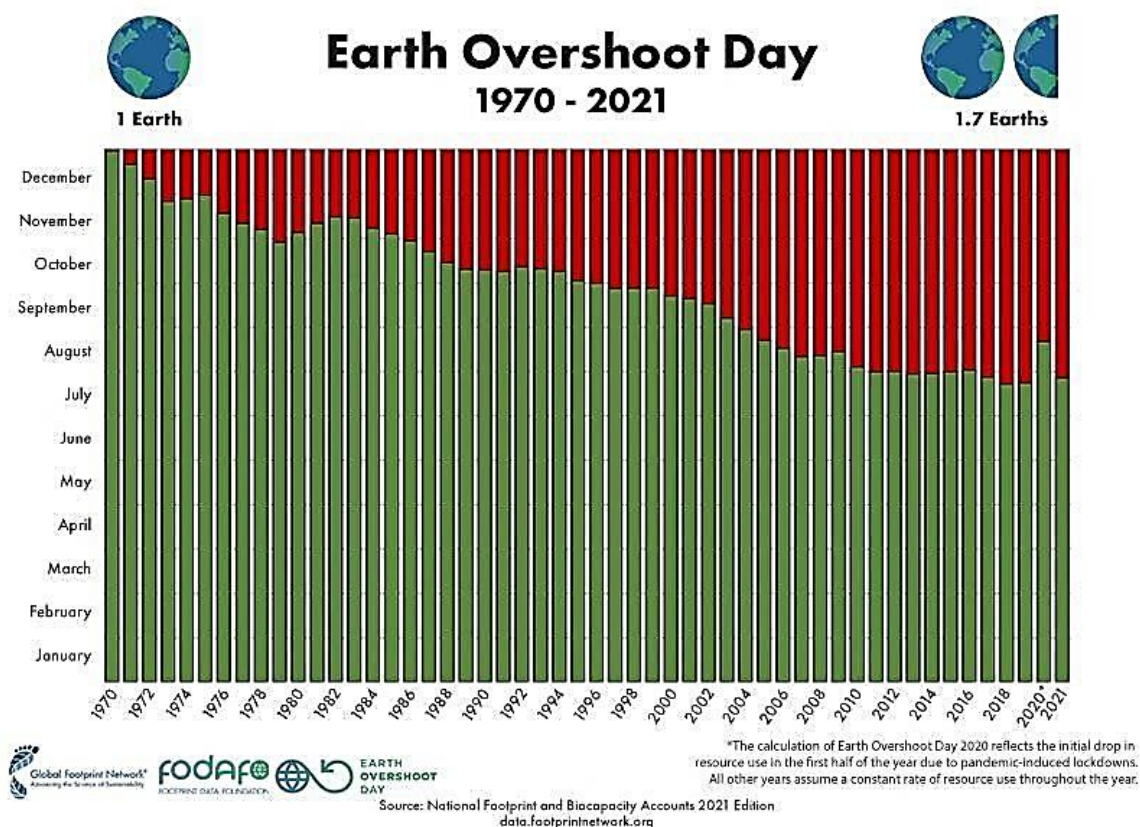
A autora alerta, ainda, que se está em uma era dominada pela indústria, na qual o direito de fazer dinheiro a qualquer custo raramente é desafiado, e quando o público protesta, confrontado com evidências óbvias dos resultados danosos da aplicação de pesticidas, lhes são dadas pequenas pílulas tranquilizantes de meias-verdades (CARSON, 1962, p. 15).

O que existe é uma diferença na forma com que o tempo ecológico e o tempo nos sistemas sociais são construídos, de maneira que existe um descompasso. O sistema econômico é um dos sistemas sociais que atua com uma externalização destrutiva no meio ambiente, e que se (re)constrói e se (re)atualiza com a duração de seus eventos (pagamentos) e a capacidade de renovação de suas possibilidades (novos pagamentos).

Assim sendo, por mais que haja um esgotamento rápido dos combustíveis fósseis, pode não ser considerado lucrativo migrar para novas matrizes energéticas. Por mais que a exaustão gradual dos recursos sejam relevantes para o cálculo econômico, o sistema social da economia se baseia apenas em seus próprios critérios para tomada de decisões (LUHMANN, 1989, p. 57) – quer dizer, por mais que existam riscos ecológicos, a circularidade econômica é mantida.

Um exemplo de como os custos ambientais não são incluídos no desenvolvimento social, especialmente econômico, é o *Earth Overshoot Day*, o dia em que todos os recursos naturais renováveis, tais como as árvores, a água, o solo fértil, os peixes, entre outros que a Terra pode oferecer ao longo de um ano foram esgotados.

FIGURA 1 – Earth Overshoot Days, de 1970-2021



FONTE: GLOBAL Footprint Network (online, 2021)

É possível identificar que, a cerca de cada dez anos, os recursos renováveis da Terra se esgotam cada vez mais rápido: o período com menor diferença foi entre 2010 e 2020, tendo acontecido o *overshoot day* com 16 dias antes; e já o maior período foi de 56 dias, entre 1970 e 1980.

Cumprir destacar, porém, conforme advertência metodológica feita pela Global Footprint, que o cálculo realizado em 2020 reflete uma diminuição no uso dos recursos no primeiro semestre do ano em razão dos *lockdowns* induzidos pela pandemia do coronavírus. Já em 2021, a previsão é que o *overshoot day* aconteça em 29 de julho – 23 dias mais cedo, em relação ao ano passado.

Nesse mesmo período, o sistema político já colocava repetidamente suas esperanças na ciência, a fim de alertar a sociedade sobre os problemas ecológicos e seus riscos. Em nível mundial, isso se estabelece com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que ocorreu na cidade de Estocolmo, em 1972. O contexto assinalava que a contaminação da água e do ar, a erosão e outras formas de deterioração do solo, os efeitos secundários dos biocidas e o desperdício estavam afetando a condição do Homem, seu bem-estar físico e mental, sua dignidade e o desfrutar dos direitos humanos mais

básicos, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos (SAAVEDRA, 2014, p. 107). O documento criado contém os dezenove princípios que caracterizam o Manifesto Ambiental para os tempos presentes, com o intento de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e melhoria do ambiente humano” (UN, 1972).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, publicou um relatório – “Nosso Futuro Comum”, responsável por prover o conceito de “desenvolvimento sustentável” como aquele que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações em atender as próprias necessidades (UN, 1987).

Cinco anos depois, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, acontece Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), onde a mensagem passada era sobre a complexidade dos problemas enfrentados, principalmente a partir da perspectiva latino-americana, que salientava que a pobreza, assim como o consumo excessivo por populações afluentes causaria estresse prejudicial ao meio ambiente. O relatório emitido, a chamada Agenda 21, delineava um projeto de ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para as atividades que protegessem e renovassem os recursos ambientais (UN, 1992).

Mais recentemente, em 2002 e 2012, ocorreram a Rio+10 (em Johannesburgo, África do Sul) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20, novamente na cidade do Rio de Janeiro). Já em 2015, na sede da ONU em Nova York, ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, onde promulgou-se a Agenda 2030, com dezessete novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e o consumo e produção responsáveis (UN, 2015). E por último, em dezembro de 2015, houve a assinatura do Acordo de Paris, que tem o objetivo de reduzir o aquecimento global, e a partir de 2020 passou a substituir o Protocolo de Kyoto (UNFCCC, 2015).

Pode-se observar que no mesmo período em que se tem uma crescente degradação dos recursos naturais renováveis, também se inicia a produção de acordos de proteção ambiental na comunidade internacional. Isso demonstra que os critérios seletivos para tomadas de decisões são próprios da estrutura social, enquanto todo o entorno social e a ecologia servem de informações à irritação interna – ou, para dizer com Gregory Bateson (1972, p. 176), “[...] o mundo da forma e da comunicação não invoca coisas, forças ou impactos, mas apenas diferenças e ideias (A diferença que faz a diferença é uma ideia. É um ‘bit’, uma unidade de informação)”.

Para que a comunicação opere de maneira recursiva dentro de um sistema social e que sirva de base para o próximo comportamento a ser adotado, é necessário que o haja um fechamento no nível de suas operações, isso quer dizer que a produção de suas operações deve acontecer por suas próprias estruturas⁵; e aberto no nível cognitivo, pois as operações autorreferentes não absorvem o sentido total, não levam ao fim e não concluem, o que permite enlances ulteriores para a atualização constante do sentido.

O fechamento operacional e a abertura cognitiva são praticados apenas no interior do sistema. A cognição faz com que o sistema conheça o mundo, à medida que os fatos externos são levados em consideração apenas como informação produzida internamente – e tal informação pode alterar o estado do sistema (LUHMANN, 2016a, p. 113/114). A clausura operativa é o que possibilita um sistema se distinguir do ambiente, constituindo-se em unidade diferenciada do seu entorno.

Isso significa que política, direito, economia, entre outros, não necessitam de premissas externas para orientarem a produção de seus próprios elementos, mas se voltam às comunicações anterior para darem continuidade ao sentido construído. No que tange aos problemas ecológicos, a preocupação é em dar continuidade à comunicação que transfere o sentido das consequências da externalização destrutiva da operacionalização dos sistemas sobre a própria sociedade, de forma retroativa.

Falar em comunicação ecológica é falar sobre os critérios de seleção capazes de comunicar sobre a exposição a riscos ecológicos indeterminados (ROCHA; WEYERMÜLLER, 2014, p. 234). Com a restrição do âmbito de relações no sistema, por meio da estrutura, são criados correlatos semânticos que comunicam a sustentabilidade, de maneira que toda consequência que implique na extinção da vida humana significa o silêncio das ondas, o fim da comunicação, o fim da sociedade.

No sistema jurídico brasileiro, isso passa a ser internalizado de maneira diferenciada a partir da Constituição de 1988, pois sob regime militar, não havia autonomia do sistema do direito face a política, caracterizando uma forma de instrumentalismo constitucional, onde os detentores do poder utilizavam do sistema do direito como meio de dominação e imposição de vontade, sem estarem necessariamente vinculados às restrições. Em virtude da falta de autonomia, a estrutura jurídica não conseguia tematizar internamente de maneira adequada a problemática ecológica, portanto, não produzia ressonância para lidar com as possibilidades de risco e danos ambientais. Isso é facilmente percebido na Constituição de 1967/69, onde não havia menção específica que incumbia ao Estado a tarefa de proteção ambiental, havendo um breve comentário no artigo 180, parágrafo único, que determinava a proteção de “monumentos e paisagens naturais notáveis” por parte do Poder Público (KRELL, 2013, p. 4492).

A situação muda com a promulgação da nova Constituição da República, que autonomiza o sistema jurídico e traz independência para que as estruturas possam cumprir com a função social de prevenção e resolução de conflitos. A existência de risco e a possibilidade de danos ambientais é internalizada a partir do estabelecimento da norma contida no artigo 225, que determina que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, essencial à sadia qualidade de vida e bem de uso comum do povo. Além desses fatores, impõe-se à coletividade e ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações vindouras (BRASIL, 1988).

ECOLOGIA JURÍDICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

A comunicação ecológica é um tipo de comunicação extremamente improvável em virtude de os sistemas parciais da sociedade serem fechados em suas estruturas, processando a complexidade externa cada um à sua maneira – o que não impede que acontecimentos que ocorrem no entorno podem produzir efeitos apenas sob condições muito especiais e, sobretudo, colocam-se na própria frequência do sistema, isto é, os acontecimentos do entorno levam a uma sequência de reações, dependendo das condições estruturais. É o que Luhmann (1996, p. 9-10) chama de ressonância.

Toda ressonância é delimitada e faz com que as irritações ou perturbações vindas de fora do sistema sejam absorvidas conforme as estruturas internas e então sejam normalizadas. Assim, o ambiente ecológico produz, ao mesmo tempo, muito e pouca ressonância dentro da sociedade: no sistema de totalidade das comunicações, a

ressonância é sempre improvável, o que significa que a sociedade produz pouca ressonância face aos riscos ecológicos; agora, dentro das fronteiras internas da sociedade, as interdependências comunicativas entre sistemas funcionais podem produzir muita ressonância, por mais que as perturbações ambientais produzam pouca. Isso faz com que mudanças (aparentemente) insignificantes de um dos sistemas produzam “efeitos-explosão” nos demais.

A Constituição brasileira pode ser percebida em duas perspectivas: como acoplamento estrutural ou como subsistema do sistema jurídico. Nessa última, a Constituição deve ser entendida como um mecanismo reflexivo, que concede autonomia operacional e surge como fruto de uma diferenciação funcional interna do próprio direito (constitucional/infracostitucional), pois há uma necessidade de critérios internos para a aplicação jurídica concreta e para o estabelecimento de normas jurídicas gerais (esse é o papel do direito constitucional).

A dimensão operativa, como subsistema, significa que a vigência das normas constitucionais não decorre unicamente do procedimento constituinte e da reforma constitucional enquanto procedimento de filtragem especificamente orientado para este fim, mas como uma concretização constitucional, como pluralidade destes processos de filtragem. Ou seja, as normas constitucionais devem ser concretizadas – por meio de um processo circular de normatividade entre texto e realidade constitucional.

Por outro lado, a Constituição é o acoplamento que permite a interpenetração com a política, fazendo com que o significado da semântica empregada no dispositivo constitucional determine o próprio agir sistêmico da política e do direito. Com relação à proteção ambiental plasmada no artigo 225, da Carta Maior, ao determinar que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, se reconhece que o (meio) ambiente é tão importante quanto o sistema social, procurando evitar ao máximo a concretização dos danos, pois a sua destruição leva, necessariamente, à destruição da comunicação – pois o ambiente é o pressuposto do sistema social.

Em segundo lugar, impõe-se “[...] ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, ou seja, o dever de proteção por parte do Poder Público é a forma de internalização da problemática ecológica pelo sistema político, que traz efetividade por meio da tomada de decisões coletivamente vinculantes à não produção de comunicações destrutivas ao ambiente ecológico. Já o direito constrói uma diferença interna entre liberdades e coerção legal, que impõe restrições ao agir social da coletividade que pode concretizar danos ambientais.

Essa semântica da liberdade (permissão/proibição) a qual o direito maneja, como se fosse um regulador social, pode fazer com que haja uma mudança do princípio da reciprocidade do contrato para a ponderação de interesses e a proteção da boa-fé, ou novas legitimações ao direito e restrições à liberdade. Nesse mesmo sentido opera a tematização ecológica que é problematizada: uma distinção interna do direito entre direitos à liberdade e a coerção legal (LUHMANN, 1989, p. 67) frente às questões ambientais e as consequências sociais do agir destrutivo.

O sistema político e a legislação produzida e deliberada serve de base e auxilia na tomada de decisões jurídicas. Dessa maneira, é possível identificar diversas legislações de proteção ambiental que cumprem esse propósito e auxiliam no manejo da incerteza e do risco face às questões ambientais. A fim de tornar palpável essa assertiva, realizou-se

pesquisa das legislações promulgadas mais importantes em matéria ambiental, no período de 1988, com o surgimento da Constituição, até 2020.

O primeiro documento político que vai abordar de forma mais profunda a questão ambiental é a Lei 8.771, de 1991, que dispõe sobre a política agrícola ao fixar os fundamentos, definir os objetivos e as competências institucionais. Ainda, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Em uma perspectiva de sustentabilidade, esse instrumento tem vai auxiliar no desenvolvimento da noção de agroecologia⁶ e quais os impactos dessa prática no desenvolvimento social com respeito ao meio ambiente.

Após, em 1995, têm-se a Lei 8.974, que tratava da regulamentação dos incisos II e V do § 1º do artigo 225, da Constituição Federal, para estabelecer normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM). Autoriza, ainda, o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Essa lei foi posteriormente revogada pela Lei 11.105, de 2005, que apresenta redação mais refinada e mais detalhada, ao regulamentar, além daqueles incisos constitucionais supracitados, também o inciso IV do § 1º da Constituição Federal. Estabelece uma diferença material na norma: em comparação com o texto de 1995, a nova legislação vai além e estabelece as normas de *segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados* – e não apenas o mero uso das técnicas de engenharia genética e liberação dos OGMs no meio ambiente. A redação ainda determina, em maior abrangência material, além da criação e reestruturação da Comissão Técnica já prevista, o estabelecimento do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS).

Já a Lei 9.433, de janeiro de 1997, passa a instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos⁷, bem como regulamentar o inciso XIX do artigo 21, da Constituição Federal. Ainda, altera o artigo 1º da Lei 8.001/90.

Trata-se de uma das leis mais importantes que regulam a questão ambiental, pois a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos vai determinar que a água é um bem de toda a população, razão pela qual seu uso e aproveitamento deve ser feito mediante aprovação do Poder Público. Essa proteção vai de encontro com a compreensão de que a água é um direito humano fundamental (SANTOS; SOUZA; DANELLI JÚNIOR, 2020; SANTOS; SOUZA, 2020; FONSECA, 2019) e deve ser garantida sua qualidade para a toda a sociedade, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

Com o advento da Lei 9.605, em fevereiro de 1998, passa-se à regulação das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Houve uma atualização legislativa com a Lei 13.052, de 2014, que alterou a redação do artigo 25 da antiga lei, determinando, agora, que animais apreendidos sejam libertados prioritariamente em seu habitat, além da necessidade de estabelecer as condições necessárias ao bem-estar desses animais.

Essa lei contribui para a manutenção da complexidade da ecologia, ao estabelecer punições para aqueles que agem destrutivamente. É possível dizer que, de todas as leis que foram e serão apresentadas na sequência, esta é a que melhor traduz a semântica do direito no trato das questões ambientais, pois lida diretamente com a

semântica da permissão/proibição do agir que pode ter impactos destrutivos retroativos sobre a sociedade.

Entre 2000 e 2002 foram criadas a Lei 9.985 e o Decreto Federal 4.136, que tratam, respectivamente, da regulamentação do artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; e da especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

Outra lei que cumpre importante função é a Lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, consolidando critérios (princípios, objetivos...) para a tomada de decisões na gestão de recursos sólidos. Uma inovação trazida com o novo instrumento é a regulação da responsabilidade compartilhada, onde Poder Público e Sociedade são responsáveis pela destinação correta do lixo, abrangendo desde a obtenção da matéria-prima, seleção de insumos, produção, consumo e descarte final, além de tratar acerca de produtores, importadores, distribuidores, entre outros. O objetivo que se estabelece é diminuir o volume de rejeitos nos aterros e incentivar os mecanismos de reutilização e reciclagem, diminuindo os problemas que impactam não apenas na ecologia, mas na saúde pública.

A Lei Complementar 140, de dezembro de 2011, vai determinar a fixação da cooperação entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Ou seja, fixa as normas, nos termos dos incisos III, VI e VII, do caput e do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal.

Por meio dos objetivos fundamentais plasmados no artigo 3º, por parte da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, verifica-se a preocupação na proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, sem, no entanto, garantir um equilíbrio com o desenvolvimento socioeconômico, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Para tanto, fica estabelecido, conforme o artigo 4º da referida Lei, alguns instrumentos de cooperação, tais como: os consórcios públicos, convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares, as Comissões Tripartites nacional e estadual e a Comissão Bipartite do Distrito Federal; os fundos públicos e privados; a delegação de atribuições e de execução de ações administrativas de um ente federativo a outro.

O Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) é um marco na proteção ambiental ao determinar a essencialidade funcional das Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Reservas Legais (RL), proporcionando uma manutenção da biodiversidade, redução dos riscos causados pela intensificação dos eventos climáticos extremos, além de proteger as nascentes e os rios, impedindo a erosão dos solos e deslizamentos de terra (SCARAMUZZA et. al., *online*, s. d.).

Por último, em 2017, a grande produção legislativa que visa a proteção do meio ambiente é a Lei 13.465, que passa a tratar da regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. A lei trouxe mecanismos que visam a regularização fundiária e urbana, com o propósito de distribuir da melhor maneira as

propriedades na zona urbana e na zona rural, garantindo uma distribuição equitativa e uma inclusão igualitária.

Dessa maneira, verifica-se que o sistema político e jurídico passam a incorporar as preocupações ambientais, estabelecendo, cada um a partir da sua função social, limitações a qualquer agir destrutivo proveniente da sociedade e que tenha reflexos retroativos sobre ela.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível verificar que o tratamento social dado aos problemas ambientais tem aumentado cada vez mais ao longo dos anos, seja no plano internacional, seja no sistema brasileiro. Isso acontece no mesmo período em que é possível observar o aumento do consumo dos recursos renováveis da Terra, que a cada década, acontece mais cedo. Atualmente, está-se consumindo o equivalente a 1,7 Terra de recursos renováveis. A questão ambiental não pode mais *não ser* observada.

O objetivo do presente artigo era apresentar os principais instrumentos legislativos produzidos politicamente e que podem ser internalizados pelo sistema jurídico, servindo de base à produção de decisões jurídicas. A pesquisa se deu no período de 1988, sendo o marco inicial a própria promulgação da Constituição brasileira, até dezembro de 2020.

Além da checagem das principais leis que tratam da questão ambiental, produziu-se ainda uma base teórica sobre como a sociedade internaliza as questões ambientais e como elas são generalizadas e tematizadas para cada um dos sistemas sociais. Isso foi possível por meio da concepção de comunicação ecológica e de ressonância: o primeiro diz respeito aos critérios de seleção capazes de comunicar sobre a exposição a riscos ecológicos indeterminados; ao passo que a ressonância é a capacidade dos sistemas em fazer com que as irritações ou perturbações vindas de fora do sistema sejam absorvidas conforme as estruturas internas e então sejam normalizadas.

Ainda, o presente artigo é fruto do Projeto de Iniciação Científica “Constitucionalismo e Sustentabilidade na Modernidade Periférica”, que tem como objetivo final identificar os efeitos de insuficiência de diferenciação funcional sobre a proteção do meio ambiente prevista no direito, bem como verificar se existe um bloqueio na generalização destas expectativas normativas – ou seja, verificar se as normas jurídicas de proteção ambiental possuem caráter simbólico.

Esse projeto tem a pretensão de elaborar uma pesquisa transversal, a partir da sociologia do direito, que será dividida em três partes: (i) a primeira é identificar os principais documentos legislativos sobre proteção ambiental no Brasil; após (ii) será feita uma coleta de dados sobre a degradação ambiental no Brasil; e, por último, (iii) far-se-á uma análise jurisprudencial que procura identificar a prática dos tribunais na aplicação das normas de proteção ecológica, a fim de verificar se elas são aplicadas de forma generalizada, em comparação com os dados e a legislação vigente.

Dessa maneira, o presente artigo alcançou o propósito específico e o da primeira etapa desse Projeto de Iniciação Científica. No entanto, a fim de identificar se, de fato, o direito ambiental brasileiro é simbólico, será necessário desenvolver as próximas duas etapas da pesquisa, para que seja possível comparar os dados e a prática dos tribunais na aplicação das normas.

REFERÊNCIAS

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Northvale, New Jersey: Jason Aronson Inc., 1972.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 de junho de 2021.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Greenwich, CT: Fawcett Publication, 1962.

FONSECA, Camila Avila da. **O acesso à água frente a crise da soberania do Estado: a sustentabilidade da governança como modelo de gestão dos recursos hídricos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade IMED, Passo Fundo, 100p., 2019.

GLOBAL Footprint Network. **Earth overshoot day, 1970 – 2021**. [online], 2021. Disponível em: <<https://www.overshootday.org/newsroom/past-earth-overshoot-days/>>. Acesso em 26 de junho de 2021.

KRELL, Andreas Joachim. Comentário ao artigo 225. *In*: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **Direito à agroecologia: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

LUHMANN, Niklas. **Ecological Communication**. Translated by John Bednarz Jr. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas. ¿Puede la sociedad moderna evitar los peligros ecológicos?

Argumentos 24, septiembre 1996.

NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROCHA, Leonel Severo; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. **Introdução à teoria do sistema autopoietico do Direito**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **Historia del debate ambiental en la Política mundial 1945-1992: la perspectiva latinoamericana**. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados Universidad Santiago del Chile, 2014.

SANTOS, Sara Maria Pereira dos; SOUZA, Matheus F. N. de. Água como direito humano fundamental. *In*: ENAPIC. Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica Faculdade de Balsas – UNIBALSAS, 2020, Balsas. **Anais do Encontro Anual de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS**, v. 11, p.131, 2020.

SANTOS, Sara Maria Pereira dos; SOUZA, Matheus F. N. de; DANELLI JÚNIOR, César Augusto. **Privatização da água: uma análise acerca da violação do direito humano**. Artigo Científico (Graduação em Direito) – Curso de Direito, Faculdade de Balsas. Balsas, 2020.

SCARAMUZAA, Carlos Alberto de Mattos et. al. **Análise do impacto da aplicação do Código Florestal em municípios de alta produção agrícola.** [online], s. d.

Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?24940/Estudos-ressaltam-importancia-ambiental-do-Codigo-Florestal>>. Acesso em 28 de junho de 2021.

UN. United Nations. **Report of the United Nations Conference on the human environment:** Stockholm, 5-16 June 1972. 1972. Disponível em:

<https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1>. Acesso em 28 de maio de 2021.

UN. United Nations. General Assembly. **World Commission on Environment and Development.** Report of the World Commission on Environment and Development: "Our Common Future". 1987. Disponível em:

<<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

UN. United Nations. **Report of the United Nations Conference on environment and development:** Rio de Janeiro, 3-14 June 1992: volume I. 3 vols. 1992.

Disponível em: <<https://www.un.org/esa/dsd/agenda21/Agenda%2021.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

UN. United Nations. **Resolution adopted by the General Assembly on 25**

September 2015. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em:

<https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E>. Acesso em 28 de maio de 2021.

UNFCCC. United Nations Framework Convention on Climate Change. **Paris Agreement.** 2015. Disponível em:

<https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2021.

ANALOGIA SOBRE PODER E JUSTIÇA: DO CONCEITO DE IDEIA EM THOMAS HOBBS À SUJEIÇÃO DA NORMA JURÍDICA EM HANS KELSEN: DESAFIOS SISTÊMICOS DO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO NA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA UNIDADE FEDERATIVA DE PERNAMBUCO

Danilo Queiroz Toscano de Melo – Centro Universitário Estácio do Recife¹

1 INTRODUÇÃO

Muitos fatores estiveram e estão relacionados ao início e ao desenvolvimento teórico, social e acadêmico desta pesquisa. No ano de 2017, através do programa de monitoria voluntária da disciplina Direito Penal I, do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Estácio do Recife, sob a orientação do Professor Paulo André Furtado da Silva, em evento interno da mesma Instituição de Ensino Superior, foi apresentado o Resumo Simples “Trabalho Carcerário e Governança Estadual: Impactos de Políticas de Inclusão por intermédio do Estado de Pernambuco”.

Nessa fase, ainda que preliminarmente, tentava-se traçar perfil de possível projeto de pesquisa do trabalho de conclusão do mesmo curso. Estabeleceu-se o objetivo de, baseado na grande intelectual do feminismo racial, Angela Davis, propor análise quantitativa (Gênero, Escolaridade e Faixa etária) da população carcerária pernambucana, a fim da oferta dessa mão de obra para com a mesma Unidade Federativa.

No ano seguinte, 2020, sob a orientação do Professor Danilo Gomes de Melo, foi apresentado oralmente em evento e publicado o artigo científico “Demografia Carcerária: Fatores de Impacto no Estado de Pernambuco”.

Neste ano, 2021, foi apresentado o Resumo Simples “Metodología de estudio didáctico para el estudio de los sistemas penitenciarios regionales” (VISIÓN 2021, XIV Version, Universidad de La Costa – Colômbia) e o Resumo expandido “Projeto De Pesquisa De Mestrado Interdisciplinar Em Direitos Humanos: Gênero E Raça: Desafios Institucionais Da Política Carcerária No Estado De Pernambuco” no IV CONIESM (Faculdade IESM, Timon/MA), ambos ainda sob a orientação do Professor Danilo Gomes de Melo.

Com o intuito de ganhar mais autonomia acadêmica, e já possivelmente avaliando a possibilidade de ingresso num programa de Pós-graduação *Stricto sensu*, foram submetidos os artigos “Crítica, Antropologia, Criminologia e Poder: Utilização de Relatórios do DEPEN na busca por resultados científicos” e “Oclocracia, Despotismo ou Inércia: Expertise sobre racismo estrutural pelo conceito seletividade na população carcerária pernambucana”, ambos já apresentados (dia 03 de novembro de 2021) na XX JONIC, evento da IES do mesmo curso, neste momento, aguardando publicação.

Ainda assim, foi submetido, e também já aceito o “Minicurso: Métodos Científicos: A utilização de fontes bibliográficas de abordagem qualitativa na construção de estudos com os relatórios regionais do DEPEN”, que irá acontecer entre os dias 02 e 03 de dezembro, no III INTEGRA do Instituto Federal Goiano.

Apesar de parecer uma pesquisa com um certo grau de resultados ou um com um contexto já formalizado, muitos aspectos podem ser melhor estudados, e dar maior visibilidade a problemas sociais muitas vezes despercebidos.

¹ Acadêmico do Curso de Direito. Direito, democracia e inclusão social. E-mail: danilo.toscanodemelo@gmail.com

Nesta fase, é bastante junta a referência ao feminismo lésbiano, uma vez que já houve a construção de trabalho sobre Racismo estrutural e a Metodologia da pesquisa científica com base nas fontes de informação encontradas, porém, desde o primeiro artigo, em 2020, pôde-se evidenciar também a desproporcionalidade em relação ao padrão Gênero.

Ainda assim é de evidente notoriedade a menção a essa corrente do feminismo, onde se destaca a intelectual Tania Navarro Swain, pois traz também a referência ao perfil da História e da Teoria Política ao englobar o Contratualismo, tendo como influência também na busca por material teórico desta pesquisa Joan Scott.

Dentro do último artigo apresentado, ficou bastante evidente a referência ao intelectual Tocqueville, pois ao evidenciar os conceitos de Oclocrácia (tirania da maioria), Despotismo (tirania absoluta) e Inércia, sugere-se uma provocação sobre o contexto do abuso de poder relacionado ao Racismo estrutural não apenas na Unidade Federativa de Pernambuco, mas no Brasil.

Por outro lado, no sentido de se espelhar no perfil Seletividade, presente na criminologia crítica, o segundo artigo propôs não apenas uma análise por um padrão Racial, mas também com os atributos iniciais desta pesquisa, escolaridade e faixa etária.

Aqui, serão analisados como referencial teórico o Paradigma de Estado de Natureza de Thomas Hobbes, o Conceito de Norma Jurídica de Hans Kelsen, além da influência histórica do feminismo como um ramo autônomo do conhecimento científico.

Ainda assim, pretende-se fazer menção ao contexto de Seletividade, presente na Criminologia Crítica, e da história de uma maneira muito Geral. Propondo análise do perfil Gênero Feminino da População Carcerária Pernambucana, aduz-se a busca por resultados qualitativos de natureza descritiva, e com ênfase na construção de Conhecimento da Criminologia Crítica.

2 METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

Por tratar-se de uma pesquisa que também se destina a estudar o comportamento de uma determinada região/população, aparentemente pode ter semelhança com um estudo de caso, entretanto, apesar de sua íntima relação com a população carcerária do estado de Pernambuco, seu objetivo foca-se na análise do perfil social feminino com base na comparação entre o Contratualismo de Thomas Hobbes e Hans Kelsen, tendo por uma premissa a formação de um contrato social de submissão ao Estado, e pela outra a Construção da Norma Jurídica.

Por se espelhar no perfil demográfico da população carcerária pernambucana na segunda metade do ano de 2017, obviamente envolve dados quantitativos, e que mesmo estiveram presentes em outras pesquisas realizadas com o mesmo fulcro.

Quanto a sua abordagem, terá como maior escopo qualitativo, entretanto, ainda fará, mesmo que não seja seu objetivo, a utilização de dados quantitativos. Mesmo assim, apesar da aparente semelhança com uma pesquisa de natureza empírica, não terá premissa de encontrar resultados de impacto objetivo (documental e metódico) a fim de causar impacto, perfazendo apenas a intenção de estudo descritivo de natureza bibliográfica.

Dessa forma, com fulcro de dar continuidade aos estudos já realizados, e encontrar na análise da Política Moderna, explicações para a utilização do Feminismo Swanviano na explicação da composição do grupo carcerário pernambucano no período definido, mesmo período das pesquisas anteriores.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Além da desproporcionalidade racial nos grupos minoritários, em relação a população geral do Estado de Pernambuco, é também evidente também o desgaste do fator Gênero, não por haver notavelmente mais mulheres, mas pelo contrário, pela quantidade de mulheres presas ser nitidamente bastante inferior a quantidade de homens no sistema carcerário pernambucano (DE MELO, 2021, in press)

No estudo anterior, em relação ao grupo de mulheres presas, além de fortemente desproporcional em relação a quantidade de homens [segundo o Relatório do DEPEN, a quantidade de homens presos em toda Unidade Federativa é superior a 16 vezes a quantidade de mulheres presas no ano de 2017].

Outrossim tenha demonstrado até agora um viés proporcional ao perfil da população feminina no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, nesta parte, pretende-se desenvolver referencial teórico, dessa forma, a fim de melhoria no estudo didático e de facilitar a compreensão, esta parte será dividida em três seções:

3.1 Do medo à Liberdade: Pacta Sunt Servanda

Nesta seção serão analisados os paradigmas da formação do Estado, para depois vir a discutir o Estado Brasileiro, e, por fim o Feminismo na sociedade. Neste momento, serão utilizados três grandes paradigmas para o entendimento sobre a noção de Estado, Hobbes, Rousseau e Tocueville.

Não por favoritismo ou aversão, inicia-se falando do conceito Hobbesiano de Estado de Natureza. Para Ribeiro (2006, p. 59.), Hobbes se assemelha a pensadores dos séculos XVII e XVIII, uma vez que conceitua como valor primordial ao sentido e relacionamento do Homem a Honra, pois, para Hobbes, o pensamento (Trazido nas fontes primárias no conceito de “Ideias”, Leviatã) seria aquilo que o Homem constrói, e então o conflito será evidente no confronto entre os próprios Homens.

Se à prudência se acrescentar o uso de meios injustos e desonestos, como aqueles a que os homens são levados pelo medo e pela necessidade, temos aquele perverso talento a que se chama astúcia, e é um sinal de pusilaminidade. Porque a magnanimidade é o desprezo pelos expedientes injustos ou desonestos. E aquilo que os latinos chamavam Versutia (que traduz por versatilidade), e consiste no afastamento de um perigo ou incomodidade presente mediante a passagem a um ainda maior, como quando se rouba um homem para pagar a um outro, é apenas uma astucia de vistas curtas, que se chama Versutia a partir de Versura, que significa aceitar dinheiro como usura pelo presente pagamento dos juros. (HOBBS, 2020)

Como se percebe, dentro do conceito da modernidade, a visão de Hobbes é bastante esclarecedora quanto a forma e a expressividade da natureza humana na busca da satisfação de seus objetivos, ora expressos por “ideias”, entretanto, deve-se esclarecer a utilização desse material bibliográfico como uma forma de fundamentar ou mesmo elucidar a aparente necessidade humana de se estruturar o Estado.

Nesse sentido, percebendo o conceito Hobbesiano de Natureza Humana, pode-se evidenciar a construção do Estado como uma forma de impor limites, e até mesmo guiar relações. Na próxima seção, serão analisados o conceito de Constitucionalismo e o Constitucionalismo Brasileiro.

3.2 Da Seletividade à Crítica a Norma

Percebendo ou mesmo interligando os interesses do Homem e a sua necessidade de instituições, parte-se agora para o pressuposto de construção e definição do Estado Brasileiro, constituidamente formal e com um corpo Normativo Próprio.

[...] O que transforma este fato num ato jurídico (lícito ou ilícito) não é a sua facticidade, não é o seu ser natural, isto é, o seu ser tal como determinado pela lei da causalidade e encerrado no sistema da natureza, mas o sentido objetivo que está ligado a esse ato, a significação que ele possui. O sentido jurídico específico, a sua particular significação jurídica, recebe-a o fato em questão por intermédio de uma norma que a ele se refere com o seu conteúdo, que lhe empresta a significação jurídica, por forma que o ato pode ser interpretado segundo esta norma. A norma funciona como esquema de interpretação. Por outras palavras: o juízo em que se enuncia que um ato de conduta humana constitui um ato jurídico (ou antijurídico) é o resultado de uma interpretação específica, a saber, de uma interpretação normativa. Mas também na visualização que o apresenta como um acontecer natural apenas se exprime uma determinada interpretação, diferente da interpretação normativa: a interpretação causal. A norma que empresta ao ato o significado de um ato jurídico (ou antijurídico) é ela própria produzida por um ato jurídico, que, por seu turno, recebe a sua significação jurídica de uma outra norma. O que faz com que um fato constitua uma execução jurídica de uma sentença de condenação à pena capital e não um homicídio, essa qualidade - que não pode ser captada pelos sentidos - somente surge através desta operação mental: confronto com o código penal e com o código de processo penal. Que a supramencionada troca de cartas juridicamente signifique a conclusão de um contrato, deve-se única e exclusivamente à circunstância de esta situação fática cair sob a alçada de certos preceitos do código civil. O ser um documento, um testamento válido, não só segundo o seu sentido subjetivo, mas também de acordo com o seu sentido objetivo, resulta de ele satisfazer às condições impostas por este código para que possa valer como testamento. Se uma assembleia de homens constitui um parlamento e se o resultado da sua atividade é juridicamente uma lei vinculante - por outras palavras: se estes fatos têm esta significação -, isso quer dizer apenas que toda aquela situação de fato corresponde às normas constitucionais. Isso quer dizer, em suma, que o conteúdo de um acontecer fático coincide com o conteúdo de uma norma que consideramos válida. (KELSEN, 1939)

Chega-se neste momento ao ponto de partida que norteia o debate jurídico sobre a Norma, a final, se, como apontado na Seção anterior, os Homens possuem ideias conflitantes, as instituições são criadas como um “Freio Frontal”, as expectativas humanas estariam banalizadas na Norma Jurídica como “Cortex Pré-Frontal” (Figuras de linguagem pertinentes: Analogia, Metáfora, Comparação), essas instituições poderiam ser ineficazes?

Se o objetivo da Norma é garantir a Justiça, no caso em análise, Pernambuco, a Norma Jurídica desempenha fator de igualdade ou segregação?

Segundo Oliveira (2021, p. 41-42), é notório na nossa Constituição o Princípio da Isonomia, entretanto, por fatores ligados a história e “aos costumes” [apesar de inconstitucionais e ferirem padrões morais e éticos], no Direito Penal Brasileiro é bastante evidente a existência da Seletividade.

A interposição a ser feita a partir desse pensamento, e que será trabalhado na próxima Seção é, isso é um padrão [a Seletividade], que nessas condições envolve Gênero?

3.3 Do conceito de Gênero ao Escopo social da Abrangência da Mulher na População Carcerária Pernambucana

De antemão é preciso mencionar que no período selecionado [segundo semestre de 2017], a confirmação da desproporcionalidade de Gênero, expressa uma realidade que talvez

envolva estudos Antropológicos associados a desde o início da Sociedade Ocidental, mas que por uma questão de delimitação de conteúdo e Objetivo de pesquisa não detém abrangência ou mesmo espaço suficiente para que seja realizado.

Dessa forma, o corpo/referencial teórico utilizado aqui terá não necessariamente o intuito de estudar a formação da sociedade, mas a composição de elementos bibliográficos de natureza teórica associadas desde o início do século XX até os dias de hoje.

Segundo Souza, França, Deus (pp, p. 3-4), a completude das relações sociais em que abrange o contexto das famílias ocidentais caracteriza-se o preceito da conformidade do ápice e sua manutenção com a figura do Casamento, gerando efeitos ideologicamente relacionados autorealização, e que culturalmente estão associados a cultura do patriarcalismo.

É bem notável que este argumento se relaciona com os dados até então apresentados, então seria útil se indagar se o perfil histórico, principalmente relacionado ao patriarcalismo ou ao estereótipo de liberdade.

Daí decorre que o proposital afastamento do feminino do protagonismo da História e resultado de manobras de poder reinterpretadas e exportadas como naturais e não culturais, como de fato o são. De outro lado, cultura se constrói e destrói, abrindo-se novas oportunidades para a História futura. Mitos fundadores como os direitos naturais e humanos, foram criados pela humanidade e são necessários para dignificar a convivência, pois se configuram em projetos, objetivos, metas. Com essas fontes abre-se o caminho para novos modelos de poder formados por pessoas autônomas, mas relacionadas com valores compartilhados. É necessário compatibilizar autonomia e relação, com articulação dinâmica, sendo importante que as posições não se estatizem. (FARIA, 2017)

Dessa forma, é bastante notório questionar-se sobre o perfil indenitário da Sociedade Ocidental/Ocidentalizada, pois se a construção de elementos que norteiam a história estão de fato relacionado com o empoderamento do patriarcalismo nas relações de um mesmo grupo familiar/indenitário.

A polícia entrou arrombando a porta e prendendo todo mundo que estava na casa. Por conta das trinta petecas de cocaína, meteu na viatura a mãe, o marido, o filho, a filha e até uma visita que dormia no sofá. No caminho da delegacia, Ieda foi se torturando em silêncio. Sabia que um dia aquilo ia acontecer. Sabia. Mas que tipo de mãe denunciaria o próprio filho?

Tinha percebido quando seu comércio foi convertido em ponto de tráfico. A clientela aumentou, até a cerveja começou a vender mais. Eles, que eram pobres, eram muitos e não tinham estudo, pararam de contar moedas. Ieda achava errado que a vida melhorasse daquele jeito, mas não se impôs. Nem sequer falou no assunto.

Ironia: seu amor pela família a levou a uma cela compartilhada com a filha mais velha no Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua, no Pará. No dia em que conheci Ieda, a filha estava no castigo — não era boa em silêncios como a mãe. Ieda cheirou que eu tinha nível superior e me atropelou de perguntas sobre seus direitos. Não sabia quase nada sobre a pena, o regime semiaberto, tratamento médico em presídios. Dependia de um defensor público cujo rosto nunca tinha visto. Fiquei ali, atropelada mesmo, ofertando uma ou outra informação que havia lido em uma cartilha — e me sentindo inútil. (QUEIROZ, 2015)

Esse último livro referenciado, foi uma indicação de leitura feita pelos Professores que avaliaram a apresentação do Resumo expandido na IV CONIESM, evento da Faculdade IESM. O intuito da utilização deste fragmento de texto tenta na verdade fazer colocação sobre um

retrato de postura feminina mediante a participação ou o fulcro de participação ou envolvimento com a marginalização:

A) **(1º parágrafo, linha 4)** [...] No caminho da delegacia, leda foi se torturando em silêncio. Sabia que um dia aquilo ia acontecer. Sabia. Mas que tipo de mãe denunciaria o próprio filho?

B) **(3º parágrafo, linha 1)** [...]: seu amor pela família a levou a uma cela compartilhada com a filha mais velha no Centro de Reeducação Feminino (CRF) de Ananindeua, no Pará.

De imediato é preciso mencionar que este não é um depoimento de uma apenada do estado de Pernambuco, mas a reflexão que se leva a ter é relacionada ao papel da mulher no contexto familiar. Não é intuito deste trabalho marginalizar ou mesmo recriminar, mas aqui, demonstrar o perfil feminino na história e sua provável influência hoje na sociedade, a final, existe alguma relação entre o depoimento apresentado, em que, apesar do conhecimento, não aprovava a conduta do filho e a baixa quantidade de apenadas na Unidade Federativa?

Dessa forma, percebe-se o aparato histórico e indenitário que o padrão Gênero vem a estabelecer na sociedade atual, além, claro, da interferência teórica que o feminismo como corrente autônoma de estudo vem a possivelmente desenvolver na população carcerária da Unidade Federativa de Pernambuco. No próximo tópico serão discutidas.

4 RESULTADOS E DISCURSÃO

Primeiramente de um ponto de vista histórico, percebe-se forte influência do Discurso intelectual da existência de interesses humanos e da sua necessidade de satisfação, assim como a existência de Conflito entre seus pares, mas é notória, como apontado a necessidade do Estado, assim como de um Corpo Normativo.

Deixando de ter influência apenas do referencial teórico, e tentando já espelhar resultados objetivos para a construção desta pesquisa, a influência de padrões empíricos que norteiam e geram impacto direto na composição do grupo populacional.

Embora o discurso legitimador do Direito penal se funde em sua pretensa igualdade, isto não representa a realidade. A punição e o tratamento dispensado pelo sistema penal aos indivíduos atende, sobretudo, a fatores de índole socioeconômica. O Direito Penal, tanto em sua criação legislativa como em sua operacionalização prática, tem por alvos preferenciais os integrantes das camadas desprivilegiadas da população, os excluídos do processo de distribuição dos bens sociais. (MOREIRA, 2010)

Percebendo assim a desproporcionalidade da relação entre homens e mulheres na população carcerária da Unidade Federativa de Pernambuco, muito pôde-se associar a ideia e aos paradigmas que estiveram relacionados a formação da sociedade brasileira.

Percebe-se no discurso sobre Seletividade Criminal a existência de preceitos, muitas vezes associados a fatores genéticos, educacionais, etc. mas, foi, mesmo que preliminarmente possível perceber a existência de fatores que evidenciem efeito similar ao inverso para com a População Feminina.

Mesmo assim, neste estudo, ao contrário dos anteriores não checando a influência desses aspectos sobre o perfil Racial da população estudada. Souza (2018), contextualiza a existência de relações sistêmicas ou até mesmo socialmente macro operacionais em que as classes dominantes na estrutura do poder social, reiteram para a manutenção do Status quo. Seria esse um entrave para a correta aplicação a Justiça ou resultado de padrões históricos pragmáticos?

Outro fator relacionado a Criminologia Crítica, e que obviamente também deve ser apontado neste estudo é a Vulnerabilidade Criminal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, este estudo tem por finalidade auxiliar outros trabalhos ou mesmo espelhar a construção de outras pesquisas que venham a ser desenvolvidas dentro deste campo de estudo. Pôde-se observar o alto impacto que a história do Gênero Feminino exerce sobre a sociedade hoje em dia, e obviamente suas implicações sobre a Política Criminal da Unidade Federativa de Pernambuco.

Outrossim, tivesse impacto de análise meramente descritiva, se evidencia a consolidação de resultados Empíricos, apesar de não ser esse seu interesse. Ainda que venha a ser questionado se os resultados encontrados são Gerais sobre a sociedade, foram de referência intelectuais de renome mundial, entretanto, os resultados mantêm apenas relação com o Perfil da Política Carcerária do Estado de Pernambuco, e por um Período Específico.

Deve-se ainda mencionar critérios observados desde 2019, e que foram aperfeiçoados desde então:

A) Por se tratarem de Dados de Natureza Quantitativa em relação a padrões relacionados a Demografia (Gênero, Faixa Etária, Escolaridade, Raça, etc.), não se mostrou de grande eficiência realizar estudo sobre uma única Unidade Prisional, devido a alternância dos Dados e até mesmo em Razão da magnitude relacionado ao número de pessoas, que pode não ser tão alto;

B) Durante apresentação de etapa anterior (IV CONIESM, Faculdade IESM, 2021.) foi questionado pela banca avaliadora da pesquisa sobre a utilização de termos que podem causar estranheza ou mesmo soar preconceituosos: Raça; Mulato. Entretanto, deve-se levar em conta que estes termos são os mesmos utilizados nas fontes de pesquisas quantitativas.

6 REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Boitempo Editorial, 2016;

MELO, Danilo Queiroz Toscano De. Oclocracia, Despotismo Ou Inercia: Expertise Sobre Racismo Estrutural Pelo Conceito Seletividade Na População Carcerária Pernambucana. *Revista Eletrônica da Estácio Recife*, v. 7, n. 2, 2021, *in press*;

FARIA, Josiane Petry. A participação feminina na transformação da história patriarcal: dimensões poder e desenvolvimento como liberdade. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 5, n. 10, p. 2-20, 2017;

KELSEN, Hans; LOUREIRO, Fernando Pinto. Teoria pura do direito. Saraiva, 1939;

MOREIRA, Reinaldo Daniel. Notas sobre a seletividade do sistema penal. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*, v. 8, 2010;

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Meu corpo é um útero. Maternidade e Feminismo—Diálogos Interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007;

HOBBS, Thomas. Leviatã. Clube de Autores, 2020;

OLIVEIRA, Paula Daniela Moreira De. Princípio Da Igualdade Da Constituição Federal De 1988 E A Seletividade Do Sistema Penal Brasileiro. 2021;

QUEIROZ, Nana. Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres-tratadas como homens nas prisões brasileiras. Editora Record, 2015;

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança IN Os clássicos da política. 2006;

SANTOS, Richard. Sobre a pele negra. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 135, p.98-101, 2012;

SOUZA, Andressa Da Silva; FRANCA, Kamilla Matos Cardoso; DE DEUS, Yasmim Ellen Rodrigues. Maternidade Compulsória: Implicações Na Vida Da Mulher Contemporânea. ANAIS ELETRÔNICO CIC, v. 17, n. 1, 2019.

SOUZA, Caroline Fontes. Seletividade criminal: a operacionalização do sistema penal como forma de controle social e de manutenção do status quo, 2018;

OS REFLEXOS DA PANDEMIA COVID-19 E AS CONDIÇÕES DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA

Francisco Leilson Santos Sousa – UNIBALSAS¹
Cesar Augusto Danelli Júnior – UNIBALSAS²

INTRODUÇÃO

O presente estudo tinha como objetivo inicial descrever as condições da população carcerária da UPR de Balsas no contexto da Covid-19, contudo, não foi possível lograr êxito em razão do município de Balsas ainda apresentar um alto índice de casos ativos de Covid-19 e em razão disso a UPR ainda está adotando as medidas restritivas em seu interior e restringindo as visitas, outro fator preponderante foi a negativa da instituição em fornecer informações específicas sobre possíveis medidas adotadas para conter o avanço da pandemia entre seus apenados e servidores – a unidade apenas afirmou que segue devidamente todas as orientações do Ministério da Saúde e as recomendações do Conselho Nacional de Justiça – editadas no ato normativo – conhecido com Recomendação 62/2020. do CNJ.

Portando o foco da pesquisa direcionou-se para descrever os reflexos da pandemia da Covid-19 e as condições da população carcerária brasileira. A relevância deste estudo se verifica em razão do Brasil apresentar a terceira maior população carcerária do mundo, com pessoas privadas de suas liberdades em um sistema que desrespeita todos dos princípios constitucionais.

Esse estudo parte da discussão do que pena e diferencia pena de pena de prisão e prisão cautelar, bem como qual o papel da prisão no direito penal brasileiro, busca também relacionar a pena de prisão com o encarceramento em massa no Brasil. Em seguida discute sobre o Estado de Coisa Inconstitucional e quais os fundamentos adotados pelo Supremo Tribunal Federal para reconhecer o sistema prisional brasileiro com ECI. Apontados esses fundamentos conceituais importante, a pesquisa busca enumerar quais as medidas adotadas no Brasil para conter a disseminação da Covid-19 nos presídios brasileiros, bem como se tais medidas tiveram foram eficientes na proteção a saúde a vida dos apenados e servidores dos sistema carcerário.

Neste sentido, o problema a ser investigado é: como a pena em destaque a pena de prisão é vista no direito penal brasileiro? Qual a relação da pena de prisão e o encarceramento em massa? O que é estado de coisa inconstitucional e quais os fundamentos para seu reconhecimento? Quais medidas foram adotadas no sistema prisional brasileiro para conter o avanço da pandemia na população carcerária brasileira? A medidas foram suficientes e eficientes para proteger a saúde e a vida dos apenados e funcionários?

O presente estudo apresenta como método de pesquisa o hipotético-dedutivo. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa com alcance descritivo A pesquisa foi desenvolvida por meio das técnicas de pesquisas revisão de literatura e pesquisa documental. Na primeira, selecionou-se a bibliografia para construção de conhecimento sobre o tema que se pretendia estudar, na segunda objetivou-se a busca informações no Depen – e seus departamento de monitoramento da Covid-19 nos presídios brasileiros.

¹Acadêmico do curso de Direito. E-mail: le.ilsonsantos@hotmail.com

²Professor orientador do curso de Direito. unibalsas.edu.br

1 DIREITO PENAL BRASILEIRO E PRISÃO

Para viver em sociedade foi necessário criar as leis e sanções para tutelar os bens, tais como: propriedade, ouro, dinheiro, honra, a vida, a dignidade, etc, ou seja, se criou leis com finto de punir as ações lesivas aos bens, tutelados por essas leis, nasce assim, o delito. “As consequências jurídicas do delito são as reações jurídicas aplicáveis à prática de um injusto punível (realização ilícita de um fato tipificado como punível na lei penal)” (PRADO, 2021, p. 267).

Desde modo, o Direito Penal moderno, em seu poder de regular e proteger os bens que visa tutelar, tem como consequência aos delitos penais (crime ou contravenção), as penas e as medidas de segurança, sendo, a pena é a mais importante das consequências jurídicas do delito, é imposta pelos órgãos competentes ao agente que cometeu uma infração penal (PRADO, 2021).

A pena, portanto, é uma espécie de sanção penal, ou seja, é a resposta do Estado para o indivíduo que se aventura a desrespeita uma lei penal, consiste na privação de liberdade ou restrição de bens jurídicos do delituoso. A aplicação depende do devido processo legal, no qual se comprova a autoria e materialidade de um comportamento tipificado como crime (na lei penal incriminadora) e culpável, não albergando causa extintiva de punibilidade (CUNHA, 2018).

A pena, como a mais importantes das consequências jurídicas do delito, traz inegável efeito irradiante com graves restrições aos direitos fundamentais do apenado, de forma que a intervenção penal somente pode ser admitida quando for necessário e inevitável para a proteção do cidadão, individual e coletivamente considerado [...]. Assim, prevalecendo o princípio da intervenção mínima [...], em que a lei penal só poderá ocorrer quando for absolutamente necessária para a sobrevivência da comunidade – como ultima ratio legis -, ficando reduzida a um mínimo imprescindível (PRADO, 2020, p. 4).

Destacamos que a Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo que elenca as penas lícitas aplicáveis tais como: perda da liberdade (pena privativa de liberdade); patrimônio (pena de multa, perda de bens); restritivas de direito (prestação social alternativa, suspensão ou interdição de direito) de acordo com o inciso XLVI do artigo 5º. A Carta Maior, também veda inúmeras espécies de pena como: pena de morte, exceto em caso de guerra, caráter perpetuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis, de acordo com o Inciso XLVII do artigo 5º (PRADO, 2020; MASSON, 2020).

Diante do exposto podemos concluir que o Estado mediante uma desordem social usa a pena para manter a ordem e a segurança social. A pena, portanto, é aplicada pelo Estado em decorrência do cometimento de uma infração penal, com o objetivo de punir o infrator, readaptá-lo ao convívio com a comunidade e, diante da intimidação endereçada à sociedade previne a pratica de novos delitos (MASSON, 2020).

1.1 A PENA DE PRISÃO E O ENCARECIMENTO EM MASSA BRASILEIRO

Definido o que é a pena, e em linhas gerais, demonstrado qual a sua finalidade, passa-se a expor o conceito de prisão. A princípio podemos dizer que pena é gênero (conceito maior e mais abrangente) e prisão é espécie (conceito menor, mais restrito), em outras palavras, pena é a qualquer punição imposta pelo Estado ao autor de um crime ou contravenção e Prisão é o ato de ou efeito de prender ou encarcerar, ou seja, uma espécie de pena (a mais gravosa) imposto ao agente infrator (SIDOU, 2016).

Segundo a doutrina consagrada de Távora e Alencar (2019, p. 937) “prisão é o cerceamento da liberdade de locomoção, é o encarceramento, pode advir de decisão condenatória transitada em julgado, que é a chamada prisão pena, regulada pelo Código Penal”. Seguindo o mesmo conceito, Nucci (2021, p. 213) ensina que a “prisão é a privação da liberdade, coibindo-se, por meio do recolhimento ao cárcere, o direito natural e constitucional do ser humano de ir vir e permanecer (art. 5º, caput, da CF)”.

Nos ensinamentos do Lima (2020) a palavra prisão é o ato de prender (deriva do latim – *pressione*), que segundo o estudioso é um conceito utilizado pela legislação pátria de modo impreciso, pois o termo prisão é utilizado para indicar a pena privativa de liberdade (detenção, reclusão e prisão simples), para indicar o ato de acolher alguém em cárcere, decorrente de ordem judicial e ainda para indicar o próprio estabelecimento em que o preso fica segregado. Contudo, o conceito de prisão que mais interessa para direito processual penal, Segundo Lima (2020) é o conceito estabelecido na CF, art. 5º, inciso LXI, compreendida como a privação de liberdade de locomoção com recolhimento da pessoa humana ao cárcere.

No Sistema Penal Brasileiro existe a possibilidade de três espécies de prisão. Nucci, (2021, p. 213) fundamenta que, “Há várias possibilidades no ordenamento jurídico brasileiro prisão civil, prisão disciplinar militar, prisão-pena e prisão cautelar”. Para Lima (2020), as prisões civis e militares são classificadas com extrapenal e a prisão pena é aquela que decorre de sentença condenatória com trânsito em julgado.

Dentro de sistema penal pátrio a prisão mais controversa e mais cruel, que é motivo da crescente e população carcerário brasileira é a prisão cautelar, provisório processual ou sem pena, pois pode ser decretada por mando judicial, mediante provocação, antes do trânsito em julgado da ação penal, como ensina Távora e Alencar (2019).

No transcorrer da persecução penal, é possível que se faça necessário o encarceramento do indiciado ou do réu, mesmo antes do marco final do processo. Isto se deve a uma necessidade premente devidamente motivada por hipóteses estritamente prevista em lei, traduzidas no risco demonstrado de que a permanência em liberdade do agente é um mal a ser evitado. Surge assim, a possibilidade da prisão sem pena, também conhecida por prisão cautelar, provisória ou processual, que milita no âmbito da excepcionalidade, afinal, a regra é que a prisão só ocorra com o advento da sentença definitiva, em razão do preceito esculpido no art. 5º, inciso LVII da CF, pois “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (TÁVORA e ALENCAR (2019, p. 937).

Segundo Távora e Alencar (2019, p. 937) “a prisão-pena é a verdadeira prisão satisfativa, em resposta estatal ao delito ocorrido, tendo por título decisão judicial definitiva”. E “só pode ser aplicada após um devido processo penal no qual tenham sido respeitadas todas as garantias e direitos do cidadão” (LIMA 2020, p. 973).

Estudos como o de Prado (2020) afirmam, ser o Direito penal a forma mais agressiva do Estado intervir diante do indivíduo, pois apresenta consequência estigmatizadoras e grande violência, assim, tende a ser menor utilização. Por outro lado, Lima (2020), aponta em sua doutrina que embora sua utilização venha sendo reduzida ao mínimo necessário é um mal necessário em razão de não ter nenhum substituto válido para pena privativa de liberdade.

Para Nucci (2021, p. 3) “a liberdade individual é a regra; a prisão cautelar, exceção”. Seguindo essa máxima de que a liberdade é a regra e a prisão cautelar se trata de uma medida excepcional, Lima (2020, p. 975) ensina que a cautelar deve estar obrigatoriamente

comprometida com a instrumentalização do processo criminal e que não pode ser utilizada com cumprimento antecipado da pena, a cautelar está a serviço única e exclusivamente do Estado e para zelo da atividade processual e garantir imediato a proteção dos meios ou dos resultados do processo, logo a cautelar não está a serviço da sociedade ou apelos mediáticos (LEP).

2 PRISÃO E ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL

O Brasil vive uma situação muito preocupante no sistema prisional, com presídios cada vez mais lotado, segundo o levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), sobre as penitenciárias do Brasil no período de julho a dezembro de 2019, o sistema penitenciário brasileiro apresentava uma população de 755.274 presos. O levantamento ainda mostra que o sistema dispõe de apenas 442.349 vagas e apresenta um déficit de 312.925. Isso leva a concluir que o sistema está superlotado, as penitenciárias com uma população acima de sua capacidade, além de disso, as condições são insalubres e de higiene precária.

Essa população, segundo relatórios do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, apresenta cerca de 244.698 presos provisórios, que estão cumprindo pena provisória ou como medida cautelar, sem observar nenhum princípio constitucional ou processual (FERREIRA, 2018).

Como essa população carcerária atual o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranque mundial, fica atrás somente dos EUA e da China. Como se observa além de ser uma população muito significativa, não para de crescer.

Esse crescimento se explica devido ao poder estatal ver no direito penal a única e mais eficaz medida contra o sujeito que comete crime. Contudo, Para Prado, (200, p.4) “A intervenção penal só poderá ocorrer quando for absolutamente necessária para a sobrevivência da comunidade – como *ultima ratio legis* -, ficando reduzida a um mínimo imprescindível”.

O aumento no encarceramento é característica marcante do sistema penitenciário brasileiro na atualidade. E mesmo com as alterações no Código de Processo Penal trazida pela Lei 12.403/11, que objetivou promover maior paridade no CPP com os preceitos constitucionais, e criou uma série de medidas cautelares diversas da prisão, o número de prisões provisórias continuou aumentando (SMDH, 2017).

O resultado deste aumento é que o Brasil ocupa a terceira posição de maior população carcerária do mundo, atrás somente dos Estados Unidos e da China. “O elevado número de indivíduos que se encontram nas prisões, apresentado por dados estatísticos de órgãos governamentais, na maioria das vezes está atrelado ao tempo de duração da prisão cautelar e não da prisão pena” (SMDH, 2017), ou seja, uma parcela significativa dos integrantes do sistema prisional brasileiro são presos temporários.

Outro fato alarmante dentro do sistema penitenciário brasileiro é um ambiente degradante, superlotado, como condições desumanas, insalubres, sem higiene e espaço vulnerável para a proliferação de doenças. Nestas condições caóticas todo o sistema penitenciário foi julgado como Estado de coisa inconstitucional pelo STF na ADPF 347.

O conceito Estado de Coisa Inconstitucional foi inicialmente adotado pela Corte Constitucional da Colômbia que julgou não uma lei ou um ato normativo federal, mas sim, um sistema inteiro – o sistema carcerário colombino como inconstitucional, em razão das reiteradas violações aos direitos humanos.

Neste sentido, Taquary e Leão (2019) conceitua que “O Estado de Coisas Inconstitucional é caracterizado pela vulnerabilidade massiva e generalizada de vários direitos constitucionais e que atingem número significativo de pessoas, e pela omissão das autoridades que deveriam agir para fazer cessar as violações e adotar medidas para garantir e reparar os direitos violados”.

Para reconhecer o Estado de Coisa Inconstitucional é necessário observar alguns requisitos. A Suprema Corte Colombiana para julgar como Estado de Coisa Inconstitucional o Sistema carcerário daquele país observou os seguintes critério, como aponta Taquary e Leão (2019).

O fundamento jurídico essencial da sentença refere-se aos requisitos elencados pela Corte Suprema de Justiça sobre o Estado de Coisas Inconstitucional. Para se reconhecer esse estado são necessários: a violação massiva e generalizada dos direitos fundamentais que afeta um número amplo e indeterminado de pessoas; a omissão reiterada das autoridades públicas quanto à garantia dos direitos fundamentais e, a consequente incapacidade em reverter o quadro objetivo de inconstitucionalidade, uma verdadeira “falha estatal estrutural”; a atuação coordenada de órgãos e entidades do poder público para a adoção de medidas complexas, necessárias à superação do quadro de violação de direitos; e a potencialidade de congestionamento da justiça²⁶. A categoria jurídica de Estado de Coisas Inconstitucional permitiu ratificar o reconhecimento da Corte Suprema de Justiça Colombiana como precursora na defesa de direitos humanos, em especial dos direitos dos presos à disposição da Justiça, sejam provisórios ou condenados, e a responsabilidade do Estado nas violações, internalizando as regras universais do sistema onusiano e as regionais do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Taquary e Leão, 2019).

O ordenamento jurídico brasileiro usou pela primeira vez o paradigma Estado de Coisa Inconstitucional ao julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 347), que foi provocada ao Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com intuito de reconhecer o Instituto do Estado de Coisa Inconstitucional em relação ao sistema penitenciário do Brasil. A ação tinha também o objetivo de propor medidas de proteção em face das inúmeras lesões a preceitos fundamentais sofridos pelos presos, decorrente da omissão do poder público.

A ADPF tem por objetivo reparar ou evitar lesão a preceito fundamental ou questionar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, está prevista na CF de 88 no artigo 102, § 1º, e é regulamentada pela Lei nº 9.882/99.

No relatório da denúncia da ADPF, o partido PSOL, afirma que o sistema penitenciário brasileiro se configura como Estado de Coisa Inconstitucional, por ferir preceitos fundamentais dos presos e alega que tais lesões a direitos e garantias fundamentais é resultante da omissão dos Poderes Públicos, da União, dos Estados e do Distrito Federal (ADPF, p. 8).

E afirma ainda, na denúncia com base alicerçada no relatório da Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Clínica UERJ, que o sistema penitenciário brasileiro preenche todos os requisitos próprios para ser reconhecido com Estado de Coisa Inconstitucional, a saber: violação de preceitos fundamentais decorrentes de atos do Poder Público e inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesividade (ADPF, p. 8.).

Outro fator, destacado na provocação ao STF, foi que a superlotação e as condições degradantes do sistema prisional configuram cenário fático incompatível com a Constituição Federal, presente a ofensa de diversos preceitos fundamentais consideradas a dignidade da pessoa humana, a vedação de tortura e de tratamento desumano, o direito de acesso à Justiça e os direitos sociais à saúde, educação, trabalho e segurança dos presos.

o sistema carcerário não se verifica meras falhas ou escassez de suprimentos e de verbas como nas escolas e universidades, mas sim uma universalidade de falências, omissões, comissões, irregularidades, falhas, violações de direitos que decorrem do Poder Público e atinge todos os sistema prisional, agravando-se pelo fato de que essa realidade é resultado da inércia e/ou falta de coordenação dos poderes estatais (SOUSA, 2019, p 21) .

Como se observa, o sistema penitenciário brasileiro de forma massiva viola preceitos fundamentais e se mostra ineficaz para sanar tais violações. Diante deste paradigma - Estado de Coisa Inconstitucional, surge a Pandemia, A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (Ministério da Saúde, 2021), com potencial para tornar esse quadro ainda mais dramático. Assim, o presente estudo ocupar-se-á em investigar e listar quais foram as alterações no sistema penitenciário brasileiro foram tomadas para proteger seus atores (presos e funcionários) da contaminação do vírus causador da pandemia.

2.1 PANDEMIA COVID-19 E MUDANÇAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos (MS, 2021).

Segunda a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a maioria das pessoas infectadas com o vírus COVID-19 apresentam doença respiratória leve a moderada e se recuperam sem a necessidade de tratamento especial. Os idosos e aqueles com problemas médicos subjacentes, como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer, têm maior probabilidade de desenvolver doenças graves.

O Ministério da Saúde (MS, 2021) em seu site, informa que o vírus pode ser transmitido durante um aperto de mão (seguido do toque nos olhos, nariz ou boca), por meio da tosse, espirro e gotículas respiratórias contendo o vírus, que de acordo com as evidências mais atuais, o SARS-CoV-2, da mesma forma que outros vírus respiratórios, é transmitido principalmente por três modos:

- i) a transmissão por contato é a transmissão da infecção por meio do contato direto com uma pessoa infectada (por exemplo, durante um aperto de mão seguido do toque nos olhos, nariz ou boca), ou com objetos e superfícies contaminados (fômites).
- ii) a transmissão por gotículas é a transmissão da infecção por meio da exposição a gotículas respiratórias expelidas, contendo vírus, por uma pessoa infectada quando ela tosse ou espirra, principalmente quando ela se encontra a menos de 1 metro de distância da outra.
- iii) transmissão por aerossol é a transmissão da infecção por meio de gotículas respiratórias menores (aerossóis) contendo vírus e que podem permanecer

suspensas no ar, serem levadas por distâncias maiores que 1 metro e por períodos mais longos (geralmente horas) (MS, 2021)

Como se observa a transmissão da infecção causada pelo SARS-CoV-2, assim como as demais infecções respiratórias são transmitidas pelo contato direto com pessoas infectadas com o vírus, seja por objetos compartilhados ou gotículas de salivas, para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz 2021), as pessoas privadas de liberdade (PPL) têm risco elevado de infecção pelo Sars-CoV-2, especialmente em países de baixa e média renda como o Brasil, onde mais de 700 mil indivíduos nessa situação vivem, na maioria dos casos em celas coletivas, insalubres, pouco ventiladas, superlotadas e, não raro, com acesso limitado à água.

Esse cenário caótico, presídios operando acima de sua capacidade (superlotação), falta de higiene, falta de cuidados básicos com a saúde, dificulta a adoção de medidas preventivas para a expansão da pandemia, segundo o MS (2021), entre as medidas indicadas pelo Ministério, estão as não farmacológicas, como distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena dos contatos dos casos de covid-19, conforme orientações médicas (Informações adicionais podem ser descritas na Portaria GM/MS nº 1.565).

Segundo os pesquisadores da FioCruz (2021), a condição desumana do sistema penitenciário brasileiro possibilita a observação das principais medidas preconizadas pelo MS para prevenção da pandemia, quais sejam, distanciamento social e medidas de higiene individuais e coletivas. Ainda, que as máscaras faciais disponibilizadas são insuficientes e que são usadas utilizadas, na maioria das vezes, em algumas prisões, somente para os deslocamentos externos e raramente no interior das celas, onde a situação de aglomeração é permanente.

As instalações prisionais são locais favoráveis para a proliferação de doenças infecciosas pela dificuldade de se adotar medidas de prevenção e controle devido ao pequeno espaço das celas e sua superlotação, além do deficiente fluxo de ar nas instituições, o insatisfatório número de profissionais da saúde e de instalações e equipamentos compatíveis com o montante de detidos. (SOUSA, 2020).

Diante do agravamento da pandemia e o crescente números de mortos pelo mundo, a escassez de medicamentos para o tratamento e a única forma de conter o avanço do vírus são as medidas de isolamento social, uso de máscara e medidas de higiene, afetou os sistemas punitivos mundiais e medidas libertarias foram tomadas, a exemplo, No Irã 85 mil prisioneiros foram colocados em liberdade e 10 mil receberão perdões, na Turquia 45.00043. No estado de Ontário, Canadá, foram 1000, assim como na Renânia do Norte-Vestfália44. Em Portugal os números alcançaram 15% da população carcerária (PEREIRA e IANNI, 2020).

Sousa (2020), em seus estudos, conclui que tais medidas libertária adotadas por esses países, parte da ideia que a liberdade destes prisioneiros é a medida mais eficaz para impossibilitar a transmissão do vírus, pois compreendem que essa é a única maneira de obstar o contato entre os sujeitos, a medida mais eficaz do que lutar contra uma pandemia já alastrada, razão pela qual as orientações devem ser emitidas e adotadas antes de haver a infecção nos estabelecimentos carcerários.

Assim, tem-se que os interesses em se admitir que o sujeito permaneça nas unidades prisionais com o propósito de preservar a segurança pública, se contrapõem com o direito de manutenção de sua saúde, pois que estará submetido a um alto risco de infecção, por estar vulnerável e exposto ao vírus. Para isso, é preciso que tal população receba uma análise diferenciada e benevolente das autoridades competentes, não lhes sujeitando a tal condição indigna e desprezível.

Contudo, no Brasil, apesar das condições precárias, insalubres e sem atender o mínimo existencial para a população em cárcere, mais de 95% da população carcerária em regime integralmente fechado assim permaneceu, concedendo-se o regime domiciliar para apenas quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco mil presos do universo atual de oitocentas e oitenta e cinco mil pessoas presos (PEREIRA e IANNI, 2020).

Segundo Carvalho (et al, 2020), O Brasil seguiu da declaração de pandemia da OMS e também a Portaria n. 188/GM/MS, em relação à população privada de liberdade através da Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse documento envolve medidas desencarceradoras e de não aprisionamento, além de outras ações sanitárias. A Recomendação 62/202037 considera como pertencente ao grupo de risco: idosos; gestantes; pessoas com doenças crônicas, respiratórias ou com condições imunossupressoras.

Segundo Sousa (2020):

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação no 62, em 17 de março de 2020, de vigor por prazo de 90 dias, determinando algumas medidas de prevenção à COVID-19 no sistema de justiça criminal e ao âmbito socioeducativo. O art. 4o da diretriz estatui que os magistrados devam, durante o processo criminal, proceder à revisão das prisões provisórias, preferindo mulheres gestantes, lactantes e mães ou responsável de criança de até 12 anos de idade ou qualquer adolescente que se enquadre no grupo de risco; que estiverem em unidade com superlotação, que não disponham de sistema de saúde adequado, que estejam interditadas ou que apresentem estrutura que permita a propagação do vírus; e os detidos por prisão preventiva que tenham extrapolado o prazo de 90 dias, ou em razão de prática de atos infracionais sem violência ou grave ameaça. O mesmo dispositivo ainda aduz que o julgador deverá suspender pelo período de 90 dias a obrigação do dever de apresentação periódica a juízo dos indivíduos em liberdade provisória e suspensão condicional do processo; e a prisão preventiva deve ser apercebida como medida excepcional.

Outro marco importante para evitar a disseminação da Covid-19 nos presídios e assim colocar em risco a saúde dos apenados o STF, deferiu medida liminar em habeas corpus coletivo impetrado pela DPU para determinar que os juízes e Tribunais do país cumpram a Recomendação 62/2020 do CNJ e adotem uma série de medidas para evitar a propagação da Covid-19 nos estabelecimentos prisionais (o informativo 1006 do STF).

Na prática, essa decisão surgiu da provocação da Defensoria Pública da União que, impetrou habeas corpus coletivo em favor de todas as pessoas presas em locais acima da sua capacidade, as quais sejam integrantes de grupos de risco para a Covid-19 e não tenham praticado crimes com violência ou grave ameaça. A DPU apontou que a situação do sistema prisional não atende o princípio da dignidade da pessoa humana e aumenta os riscos de vida para a população em cárcere. A sentença possibilita a concessão de liberdade provisória ou a colocação em prisão domiciliar dos presos que: a) estejam custodiados em presídios acima de sua capacidade; b) integrem o chamado grupo de risco (idosos e pessoas com comorbidades); e c) não estejam custodiados por crimes praticados com violência ou grave ameaça (INFORMATIVO STF. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, n. 1006/2021).

3 REFLEXOS DA PANDEMIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Segundo a Organização da Nações Unidas (ONU, 2021), por meio do seu Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), os sistemas carcerários com mais de 11 milhões de detidos estão sendo mais afetados que outros setores. Estima-se que mais de 527 mil presos foram infectados em 11 países. Deste total, 3.800 morreram em 47 nações.

Com testes escassos em várias localidades e um vírus que se movimenta muito rapidamente, o número real pode ser ainda mais alto. Também é preciso pensar que, por causa da interação muito próxima com os prisioneiros, os agentes de prisão, trabalhadores de saúde e outros profissionais nos presídios estão sob maior risco de contaminação. Não resta dúvida de que as prisões são ambientes de alto risco de transmissão da COVID-19 para todos que vivem e trabalham lá.

Para a ONU (2021) o impacto da Covid-19 nos prisioneiros é maior pois as unidades prisionais na maioria dos países estão enfrentando problemas financeiros, superlotação, condições precárias o que acaba mitigando o enfrentamento aos efeitos da pandemia. Diante desta, situação muitas prisões não conseguem suprir o básico, faltando espaço suficiente, nutrição, água potável, itens de limpeza e higiene, ventilação apropriada. O acesso a equipamentos de proteção pessoal, termômetro e material de testagem de Covid-19 tornou-se um desafio.

Outros fatores, segundo o mesmo relatório da ONU (2021), que agravam o enfrentamento a Covid-19, nos presídios e coloca em risco a vida da população em cárcere é o perfil epidemiológico desta população com alta prevalência de doenças crônicas e contagiosas. Muitas nações não negligenciam o atendimento a essas pessoas, não prestando atendimento adequado.

No Brasil, segundo Sousa (2020, p. 8) “são considerados ainda alguns fatores que promovem a propagação de doenças infecciosas nas prisões: a idade do detento, sua escolaridade, condições clínicas pré-existentes, uso de drogas intravenosas, ventilação da área ocupada pelo prisioneiro, tempo em que ficará no sistema prisional. Esses quadros agravam o perfil epidemiológico dos detentos. Segundo o Infopen (2019), no sistema penitenciário nacional há 29.999 diagnósticos de HIV, sífilis, hepatite, tuberculose e outras doenças infecciosas.

No Brasil a medida mais expressiva no combate a pandemia nos presídios foi a interrupção de visitas, segundo Simas et al (2021, p. 4), foi:

[...] como medidas de contenção da transmissão, foram interrompidas visitas, transferências entre unidades prisionais e atividades coletivas em escolas e oficinas e mesmo o banho de sol, que se tornou mais raro. Por outro lado, foram pouco aplicadas medidas desencarceradoras, recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 4, para reduzir a superlotação nas prisões por meio da liberdade provisória ou definitiva de PPL em final de cumprimento da pena ou em regime semiaberto, ou ainda prisão domiciliar para aqueles com maior risco de evolução grave ou fatal, sejam presos com comorbidades (grupos de risco), sejam presos idosos (1,26% [9.489] das PPL no Brasil tem mais de 60 anos) 5. Em poucas locais, as PPL idosas foram isoladas em algumas prisões, para se beneficiarem de um acompanhamento médico reforçado.

Contudo, outras medidas foram tomadas como conclui em seus estudos, Sousa (2020) ao aferir que o Depen e demais órgãos da administração pública editaram algumas normas para nortear e regulamentar o trabalho dentro das Unidades prisionais, bem como planos de ação para conter o avanço da Covid-19 entre os privados de liberdade. Entre essas medidas estão a suspensão de visitas, atividades educacionais e trabalho, e liberação dos detentos que apresentaram maiores propensões de desenvolver COVID-19 em grau grave.

As presentes ações foram necessárias, e objetivam ser eficientes para proteger as pessoas privadas de liberdade. Ainda sim, o sistema prisional brasileiro vive momentos de calamidade. Segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) monitora casos suspeitos e detectados de COVID-19 nos estados, em seu boletim de 15 de junho de 2021, o Brasil apresenta 61.641 casos confirmados entre pessoas privadas de liberdade, com um total de 229 óbitos de pessoas presas.

Quadro 1 quantidade de pessoas infectada no Brasil no âmbito do sistema prisional

	Servidores	Pessoas presas	Total
Testes realizados	75.056	326.647	401.730
Casos confirmados	23.812	61.641	85.453
Óbitos registrados	267	299	496

Dados: fornecidos pelo boletim do Depen de 15 de junho de 2021.

Fonte: elaboração própria.

Como se observa, ao todo foram testados 401.730 (quatrocentos e um mil e setecentos e trinta pessoas para Covid-19, tantos servidores do sistema prisional, quanto as pessoas privadas de liberdade. Em uma análise rápida dos dados (quadro 1), fornecidos pelo Depen até dia 15/06/2021, foram registrados um total de 85.453 (oitenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e três) casos confirmados de Covid-19, no âmbito prisional brasileiro, destes 23.812 são de servidores e 61.641 são de pessoas presas.

Na tabela também mostra que até a data do boletim do Depen foram verificados um total de 496 óbitos por covid-19, entre essas pessoas a maioria são de funcionários, um número expressivo de 267 pessoas falecidas, e 229 óbitos de pessoas presas.

Os dados de monitoramento do Depen, ainda mostram os percentuais de cada região em relação ao número de casos confirmados e número de óbitos.

Quadro 2: Percentual de casos confirmados de Covid-19 por região

Região	Servidores	Pessoas presas
Centro-oeste	13,3%	18,1%
Nordeste	23,1%	14,9%
Norte	16,1%	8,4%
Sudeste	35,3%	37,3%
Sul	12,3%	21,5%

Dados: fornecidos pelo boletim do Depen de 15 de junho de 2021.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3: Percentual de óbitos por Covid-19 por região

Região	Servidores	Pessoas presas
--------	------------	----------------

Centro-oeste	6,4%	20,1%
Nordeste	16,1%	12,7%
Norte	15,7%	8,7%
Sudeste	52,1%	46,3%
Sul	9,7%	12,2%

Dados: fornecidos pelo boletim do Depen de 15 de junho de 2021.

Fonte: elaboração própria.

Confrontando tais percentuais, observa-se que a Região Sudeste ocupa o primeiro lugar em percentual de números de casos confirmados e números de óbitos, tanto de servidores como de pessoas presas, esses números significativos se explicam, entre outros fatores, essa região ser a que apresenta a maior parcela da população carcerária do país, maior número de testes aplicados, maior atualização dos dados.

Os dados fornecidos pelo departamento de monitoramento da Covid-19 nos presídios mostra os dados de cada unidade da federação. Esses dados estão organizados no quadro a seguir na forma de tabela.

Quadro 4: o número de casos e de óbitos por UF – sistema prisional

REGIÃO	UFS	SERVIDORES		PESSOAS PRESAS	
		Casos confirmados	Óbitos	Casos confirmados	Óbitos
Centro - oeste	Distrito Federal	691	2	3.363	5
	Goiás	814	2	2.336	12
	Mato Grosso do Sul	563	3	4.608	6
	Mato Grosso	849	19	2.915	5
Nordeste	Alagoas	282	4	97	0
	Bahia	1.533	4	1.083	3
	Ceará	1.074	9	2.408	6
	Maranhão	936	12	510	3
	Paraíba	236	4	422	4
	Pernambuco	466	5	2.592	10
	Piauí	426	2	989	1
	Rio grande do Norte	294	1	636	0
Sergipe	254	2	426	2	
Norte	Acre	578	3	286	4
	Amazonas	984	7	940	2

	Amapá	189	0	348	1
	Pará	814	10	926	0
	Rondônia	756	17	1.301	3
	Roraima	149	1	268	9
	Tocantins	359	4	1.084	1
Sudeste	Espírito Santo	1.338	3	1.193	7
	Minas Gerais	2.646	20	6.697	13
	Rio de Janeiro	273	4	540	25
	São Paulo	4.148	112	14.510	61
Sul	Paraná	1.186	8	4.627	18
	Rio Grande do Sul	752	2	3.335	21
	Santa Catarina	1.222	7	3.169	6

Dados: fornecidos pelo boletim do Depen de 15 de junho de 2021.

Fonte: elaboração própria.

A comparação desses dados mostra que os estados que tiveram maior número de pessoas presas confirmadas com Covid-19, foram os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Por outro lado, os estados que apresentaram o menor número de pessoas presas convidadas com essa infecção fora os estados do Alagoas, Roraima e Acre. Já os que apresentaram maior número de servidores confirmados com Covid-19 foram São Paulo, Minas Gerais e Bahia e os que apresentam menor índice de servidores positivados foram os estados de Roraima, Amapá e Paraíba.

No comparativo de número de óbitos por Covid-19 de pessoas presas, os números mais expressivos estão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e o menores números estão com os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Pará, com zero óbitos. Na análise de óbitos entre os servidores encontra-se o maior número em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

Os dados acima devem ser analisados levando em consideração cada unidade da federação com suas especificidades, bem como quais medidas cada uma delas adotaram como mecanismo de contenção da pandemia nas suas unidades prisionais. Neste sentido, ressalva o Depen, que qualquer análise nos dados devem levar em consideração:

A incidência de casos deve ser analisada à luz dos contextos locais, com especial atenção para: a) o tamanho das populações privadas de liberdade nesses estabelecimentos e seus respectivos quadros de servidores; b) a política de testagem adotada por cada Unidade da Federação nessas instituições; c) a transparência e regularidade na divulgação dessa informação. UFs que apresentam maior número absoluto de casos registrados não necessariamente são aquelas com situação mais alarmante, uma vez que esse número pode refletir aspectos como: maior quantitativo de indivíduos privados de liberdade; adoção de políticas de testagem em massa, capazes de diagnosticar casos

mesmo entre assintomáticos; regularidade quanto à atualização e à divulgação desses dados (DEPEN, 2021).

O estudo desses dados é o mais próximo que temos da realidade concreta, contudo a FrioCruz (2021), faz uma ressalva quando a possibilidade dessas informações serem um recorde preciso da realidade e assim serem utilizada para dimensionar a real situação da pandemia no sistema prisional brasileiro, pois para a fundação é extremamente limitado o acesso das PPL ao teste RT-PCR e ao fato de serem incluídos nesse sistema unicamente casos laboratorialmente confirmados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou descrever os reflexos da pandemia Covid-19 na população carcerária brasileira. Nesta investigação inicialmente conceituou-se pena no direito penal brasileiro e conclui-se que no sistema penal pátrio a pena de prisão e as prisões cautelares são vistas como a mais importante das consequências para o delito. E é aplicado pelo estado em decorrência de um crime ou infração penal, com objetivo de punir o infrator e prevenir a prática de novos delitos

É diante da valorização da pena, sobretudo pena de prisão que o direito penal brasileiro não se manifesta com *ultima ratio*, princípio seguido pelo direito penal moderno e que se considera um Estado de Direito. Por assumir essa postura penalizador, o Brasil ocupa a terceira posição mundial como maior população carcerária do mundo. Essa população vive um Estado de Coisa Inconstitucional, pois todo o sistema penitenciário viola de forma massiva e generalizada preceitos fundamentais.

O estudo buscou apontar de forma geral os fundamentos para o reconhecimento do sistema carcerário brasileiro como ECI, buscou ainda correlacionar esse estado de violação das garantias fundamentais com o contexto da Covid-19. Nesta correlação é evidente que as pessoas privadas de liberdade estão expostas de forma agressiva ao vírus, pois os presídios brasileiros, vivem uma situação caótica, operando com superlotação, com condições insalubres, com falta de espaço, ventilação adequada, falta de higiene, alimentação precária, bem como poucos recursos para fornecer máscaras, álcool em gel e testagem em massa.

Para conter o avanço da pandemia nos presídios brasileiro o poder público tomou algumas medidas para diminuir os efeitos negativos da infecção nos atores do sistema prisional, destaca-se como medida principal a recomendação, 62/2020 do CNJ e o informativo 1006 do STF, contudo tais medidas não foram suficientes, pois no Brasil até dia 15 de junho de 2021 foram, confirmados 85.453 casos de Covid-19 e um triste número de 496 óbitos, esses números levam em conta tanto servidores quanto pessoas presas.

Esses números podem ser ainda, mais gravoso, pois nem todas as UFs testaram em massa seus apenados ou servidores, ou investigaram todos os óbitos que ocorram por infecção respiratória no âmbito prisional. Assim, o presente estudo conclui que a pandemia Covid-19, apesar das medidas tomadas de prevenção, provocou mudanças no sistema prisional brasileiro e gravou ainda mais as violações de direitos e garantias fundamentais presente na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. In: VadeMecum Saraiva Compacto, 20. Ed. – São Paulo: 2018, p. 4-250.

_____. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941. Código de Processo Penal.

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.. Código Penal.

Conselho Nacional de Justiça. Recomendação Nº 62 de 17/03/2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. acesso em 20/03/2021.

CUNHA, Rogério Sanches; GRECO, Rogério. **Abuso de Autoridade: Lei 13.869/2019: Comentada artigo por artigo**. 2 ed. ver., atual e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

CARVALHO, Sérgio Garófalo et. al. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. DOI: 10.1590/1413-81232020259.15682020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n9/3493-3502> . Acesso em 20/03/2021

FERREIRA, Paula de Oliveira. Audiência de custódia e sua efetivação no processo penal brasileiro. 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24081>, acesso em 20 de fevereiro de 2021.

Fundação Osvaldo Cruz – FioCruz. Artigo defende vacinação de encarcerados contra a Covid-19. publicado em: 06/05/2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/artigo-defende-vacinacao-de-encarcerados-contr-covid-19>. Acesso em 20/06/2021.

INFORMATIVO STF. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, n. 1006/2021. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=informativoSTF>. Data de divulgação: 1º de março de 2021.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Pacote Anticrime: Comentários à Lei nº 13.964/19 – Artigo por artigo**. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Relatório Pesquisa Audiência de Custódia – São Luís/ MA. / Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; Fundo Brasil de Direitos Humanos. _ São Luís: SMDH, 2017. Disponível em: http://smdh.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Relat%C3%B3rio-Pesquisas-Audi%C3%A2ncias-de-custodia_I-edi%C3%A7%C3%A3o_2019-_SMDH.pdf, acesso em 10 de fevereiro de 2021.

Supremo Tribunal Federal. ADPF 347 MC/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 9.9.2015. (ADPF-347). Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>, acesso em 20 de fevereiro de 2021.

Ministério da Justiça e Segurança Pública – Departamento Penitenciário Nacional – Depen - COVID-19 Painel de Monitoramento dos Sistemas Prisionais. disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Monitoramento-Casos-e-%C3%93bitos-Covid-19-16.6.21-Info.pdf>. acesso em 18/0/2021.

Organização da Nações Unidas – ONU. COVID-19 já contaminou mais de meio milhão de presos em todo o mundo, aponta UNODC. disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115654-covid-19-ja-contaminou-mais-de-meio-milhao-de-presos-em-todo-o-mundo-aponta-unodc>. Acesso em 20/06/2021

Mistério da Saúde. CORONAVÍRUS. <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido> publicado em Publicado em 08/04/2021 20h10 Atualizado em 12/05/2021 01h24

Organização Mundial Da Saúde. Coronavírus. disponível em https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1 acesso em 20/06/2021.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal: volume único.** – 8 ed. ver. ampl e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado.** – 8 ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade.** – 6 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

_____. **Prática Forense Penal.** – 13 ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PEREIRA, Claudio José Langroiva; IANNI, Gabriela de Castro. **Pandemia de (in)dignidade: o coronavírus e o estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro.** Ciências Criminais em Perspectiva, vol. 1, nº 1 jul-dez. 2020. Disponível em: <https://www.scilit.net/article/e335f781c18b081c4321d707d3edebcb>. Acesso em 10/03/2021

PRADO, Luiz Regis. **Direito penal constitucional: a (des)construção do sistema penal.** Organização Luis Roberto Gomes, Mario Coimbra. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

_____. **Curso de direito penal brasileiro: parte geral e parte especial.** – 18. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2020.

_____. **Tratado de Direito Penal Brasileiro: parte geral (art. 1º ao 120)** – 4 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SIDOU J. M. Othon et al. ,**Dicionário jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas.** – 11. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TÁVORA, Nestor; ALENAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal.** – 14 ed. rev. e atual. – Salvador: JusPodivm, 2019.

SIMAS, Luciana; et al. Por uma estratégia equitativa de vacinação da população privada de liberdade contra a COVID-19. Cadernos de Saúde Pública. ISSN 1678-4464. 37 nº.4. Rio de Janeiro, Abril 2021. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1369/por-uma-estrategia-equitativa-de-vacinacao-da-populacao-privada-de-liberdade-contra-a-covid-19>. Acesso em 20/05/2021.

SOUSA, Lorena Silva. **A crise no sistema prisional e o reconhecimento do “Estado de Coisas Inconstitucional”:** uma análise dos fundamentos fáticos e jurídicos na provocação ao ... na ADPF de nº 347 (p. 21). LAECC. Edição do Kindle.

SOUSA, T. A. L. DE. **As Medidas Adotadas no Sistema Penitenciário Federal no Combate à Pandemia e Covid-19.** Universidade de Brasília. Submetido 17/08/2020 - Aceito 23/11/2020 DOI: 10.15628/holos.2020.10993. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/10993/pdf>. Acesso em: 20/05/2021.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto; LEÃO, Wangle Samuel Costa. **O Dialógo Entre Colômbia e Brasil Sobre o “Estado de Coisas Inconstitucional”.** Rev. secr. Trib. perm. revis. Año 7, Nº 13; Marzo 2019; pp. 193-212. ISSN 2304-7887 (en línea) ISSN 2307-5163 (impreso) DOI: 10.16890/rstpr.a7.n13.p193. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/333629766_El_dialogo_entre_Colombia_y_Brasil_sobre_el_estado_de_cosas_inconstitucional. Acesso em 20/02/2021.

BREVES IMPRESSÕES SOBRE TEMPOS LÍQUIDOS, CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO

César Augusto Danelli Jr - UNIBALSAS¹

Fábio Roberto Pillatt - UNIBALSAS²

Camila Sousa da Silva - UNIBALSAS³

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer o inferno. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 1990, p.150).

1 INTRODUÇÃO

O ruído da primeira manifestação do *coronavírus* soou no silêncio noturno, ou, mais precisamente, no momento inesperado do inconsciente tocar a campainha na varanda de nossa razão. Deste modo, quando fomos abrir a porta da consciência e nos confrontarmos diante do mundo dos fenômenos, o *coronavírus* já arrombou a dos fundos e se hospedou: *da onde vem este mais sinistro de todos os hóspedes?*.

Dado o alcance do fenômeno do *coronavírus* em todas as esferas da vida humana, bem como a necessidade de olhar para os seus desdobramentos basilares e, por conseguinte, pensar nos enfrentamentos nas mais diferentes perspectivas, este resumo pretende discutir, basicamente, os efeitos trazidos por esta pandemia para a educação, considerando, neste caso, um contexto, como reflete Bauman, em tempos profundamente líquidos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em um estudo bibliográfico (e/ou de revisão de literatura), de natureza qualitativa, perseguindo, nesta vereda, as relações possíveis entre o contexto pandêmico, o fenômeno da educação e a atmosfera líquida teorizada por alguns textos de Zygmunt Bauman. Assim, a literatura sobre Bauman, ousaríamos dizer, são maiores do que se poderia ler durante uma vida inteira e, neste sentido, convém alertar que o respectivo escrito não está comprometido com a leitura exaustiva (ou com pretensão de esgotamento) deste autor, bem como, de seus eventuais comentadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ano de 2020, sem sombra de dúvidas, foi um dos mais nefastos em nossas coexistências. Com o surgimento da situação de exceção por conta da pandemia do novo *coronavírus*, ainda que se trate de uma questão de saúde pública, atravessou o cenário mundial em seus mais diversos campos, trazendo desdobramentos na senda da política, da economia, da sociedade e, por conseguinte, ao campo educacional. Todos nós fomos obrigados, de uma

¹ Doutorando em Educação nas Ciências pela Unijuí. Professor Universitário na Faculdade de Balsas (UNIBALSAS).

² Pós-Doutor e Doutor em Educação nas Ciências pela Unijuí. Professor Universitário na Faculdade de Balsas (UNIBALSAS).

³ Doutoranda em Educação nas Ciências pela Unijuí. Professora Universitária na Faculdade de Balsas (UNIBALSAS).

forma ou de outra, a empreender medidas de isolamento, que impactaram sobremaneira em nossas atividades cotidianas e, logo, também, docentes.

Na perspectiva de Bauman (2013), a crise da educação contemporânea é, em certa medida, radicalmente singular, uma vez que, talvez pela primeira vez na história moderna, percebemos que as diferenças entre os seres humanos, a falta de um modelo universal único e absoluto como referência de compreensão de mundo e as consequências do contexto pandêmico nos apresentaram questões que redesenharão as nossas relações a partir das gerações que hoje respiram neste mesmo mundo que sonhamos em compartilhar de maneira pacífica e harmônica.

Esta interrupção forçosa trouxe no âmago do debate educacional – considerando as particularidades deste novo cenário –, o uso das tecnologias educacionais enquanto possibilidade de realização das atividades escolares não presenciais. Em tempos líquidos, em que se patina sobre gelo fino em alta velocidade, tal como pensa Bauman, ainda estamos diante da necessidade, agora incontornável, de congregar esforços e iniciativas na formação docente para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota, que, cabe destacar, estão sendo mediadas pelo uso, cada vez maior, das tecnologias. Neste sentido, a demanda que se impôs e atravessou com toda força a atividade docente, se refere à capacidade, sobretudo, de experimentar e sistematizar esse conhecimento e avaliar o movimento de aprendizagem dos alunos, procurando, desta forma, potencializar o uso dos recursos tecnológicos, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido.

Tanto em termos de Brasil como a nível internacional, sem esquecer, também, dos esforços empregados no campo da educação, a pandemia escancarou, dolorosamente, aquilo que já sabíamos e desviávamos constantemente o olhar, lançando os holofotes sobre as nossas desigualdades, que são, convém lembrar, resultados das tentativas de nossas objetivações, ainda que não reconheçamos como tal. Assim, voltando a recordar das leituras de Bauman, os conceitos de ordem e progresso, dentre outros, foram eleitos como uma espécie de perspectiva compreensiva para entendermos, ainda que minimamente, os fenômenos produzidos pela civilização moderna. “A sociologia de Bauman demonstra que o sonho moderno de uma sociedade ordenada acabou (re)produzindo o seu contrário, quer dizer, mais desordem, mais caos ou, conforme a expressão que ele empregou para caracterizar essa tendência, mais ambivalência”, (ALMEIDA; GOMES; BRACHT, 2009, p. 17), nesta vereda, a modernidade, ao projetar os conceitos citados como grandes utopias, acabou por produzir suas próprias distopias, também no campo da educação, fragilizando, desta forma, o que “garante” a Carta Magna do País, que assegura o acesso igualitário à educação como direito social.

Ademais, alargando um pouco mais a compreensão baumaniana no que se refere ao fenômeno educacional, podemos, sem medo de arriscar, falar que, no seu ponto de vista, um mundo que não traz uma pluralidade de interpretações não tem mais poder de reflexão. Os seres humanos, nas suas mais variadas possibilidades de serem sujeitos, precisam forjar uma relação com o conhecimento de uma maneira original e, ao mesmo tempo, pessoal, caso contrário, enfraquecerão como indivíduos. Este período nos incitou muitas reflexões - ou lições, ainda que iniciais e provisórias - acerca do que precisará ser mudado na escola no contexto daquilo que poderíamos chamar de “pós-pandemia”. Desta maneira:

o “mundo da escola” deve se vincular cada vez mais ao “mundo da vida”, derrubando muros e se inserindo num contexto humano ampliado de formação pessoal e de grupo. Com esse mundo saturado de informações, é preciso que se criem consciências críticas, cientes de que a educação

está também nas mídias, nos movimentos sociais, nos espaços públicos de encontro da diversidade, dilatando a perspectiva da educação¹.

Precisamos reconstruir conceitos para acomodar e organizar nossas experiências. Não podemos acreditar, ainda mais nestes tempos, líquidos e de completa incerteza diante do contexto pandêmico, que basta, por exemplo, seguir, dogmaticamente, currículos, desconsiderando, neste caso, o estabelecimento de relações mais próximas com os estudantes e com as realidades que o cercam, i. é, não é prática suficiente apenas reproduzir conteúdos dos documentos curriculares, ignorando, insensivelmente, além do planejamento, da seleção de conceitos e objetos de conhecimento, a reflexão acerca do que, a quem e para que queremos ensinar.

De outro ângulo, há muitos discursos que pairam no ar, no sentido, inclusive, de estabelecer uma relação de causa e efeito de perspectiva mecanicista que, para dar um exemplo, após o término ou, pelo menos, controle da pandemia, sairemos humanos “melhores”, como se a mudança fosse automática, não passando, necessariamente, por se colocar a questão da fragilidade e do sofrimento humano de maneira radical e profunda. Talvez tenhamos, como em outras situações ao longo da tradição, mais uma “chance” de mudança, que passa pela deliberação incontornável de nossas subjetividades e da permanente tentativa de esforço intersubjetivo, abrindo-se, outra vez, o palco da fragilidade de nossas “verdades”, colocando-nos, por conseguinte, na responsabilidade existencial de encontrar sentido para nossa condição humana, sempre reconhecendo, enquanto suposto, que este mesmo “dar sentido” é proposição nossa.

Como pensam Almeida, Gomes e Bracht (2009), uma das grandes tarefas, nesse contexto líquido, pandêmico e de extrema polarização política, é estabelecer uma conversa abrindo mão de um suposto metafísico-dogmático ou alguma verdade absoluta que não possa ser reformulada diante da posição alheia, do inesperado, que balança nossos corrimões de verdades estáveis, retirando nossa segurança e nos lançando diante do mar das incertezas que nos cerca. Nesta direção, o suposto fundamental da civilidade “pós-pandemia” gira em torno das possibilidades de conviver com aquilo que nos aparece, de alguma forma, estranho, ou então, dos desafios que se apresentam no encontro inesperado com o diferente, sem que isso represente, necessariamente, intolerância, imposição e, sobretudo, violência e, até mesmo, derramamento de sangue.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De resto, torna-se importante, para a educação – além de repensar o mundo e, nesta tarefa, apresentar às futuras gerações este balanço positivo da tradição que está depositada em cada um de nós, ainda que, muitas vezes, não nos demos conta – considerar a historicidade da qual ela também é parte, não abrindo mão, convém mencionar, do uso da “razão niilista” (em que se abre mão de um fundamento absoluto) que encharca o fenômeno intersubjetivo no seu próprio processo de continuidade e manutenção, prosseguindo, portanto, com nossa autocriação humana.

Tomando por base o terreno teórico até agora refletido e, principalmente, sob o pretexto de apontar alguns caminhos possíveis a partir de uma perspectiva conclusiva, ainda que não se tenha perseguido – desde o momento, vamos dizer, de “cravar a estaca no deserto” na tarefa

¹ FURLAN, Cássia Cristina; MAIO, Eliane Rose. Educação na Modernidade Líquida: entre tensões e desafios. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 21, n. 2 (2016), p. 297. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/27999/pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

de estabelecer hermeneuticamente um ponto de partida argumentativo – uma verdade absoluta e/ou última para os problemas outrora provisoriamente formulados, a busca pela articulação de algo com pretensão de “fechamento” tendo como “pano de fundo” pensamentos que não se apresentam a tal, configura-se, deste modo, em um espinhoso e improvável movimento de refinamento de breve escrito como este. No máximo, deixa para o leitor ou leitora um, digamos assim, “olhar de superfície”.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintão; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. *Bauman e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. Sobre educação e juventude: conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CALVINO, I. *As Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. [Trad.: Diogo Mainardes].

A BNC - Formação e as TDICs: perspectivas dos docentes de Letras Licenciatura

Tatiana da Silva Pereira - UEMA
Ana Patrícia Sá Martins - UEMA

1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração o momento de ensino remoto em que fomos inseridos, em meio ao vírus do COVID-19, faz-se necessário analisar a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, denominada BNC - Formação (2019), pois os usos das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) promovem um ensino-aprendizagem que dialoga com a multimodalidade e multissemiose da linguagem dos mais diversos gêneros textuais e mídias digitais.

É válido destacar que o Parecer CNE/CP nº 22/2019, denominado BNC - Formação, desenvolveu nos leitores muitas críticas e podemos destacar as de Coimbra (2020). A autora questiona: "Como articular um projeto de formação nacional que dê conta dos atuais desafios educacionais?" (p. 622). Com isso, abordamos como problemática para nossa pesquisa: Como as prescrições quanto às TDICs, identificadas na BNC- Formação, influenciaram nas perspectivas didáticas desenvolvidas pelos docentes do departamento de Letras da UEMA/Campus Balsas, no contexto de ensino remoto emergencial? Para responder à pergunta, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de estudo de caso. E para geração de dados, elencamos os Planos de Ensino de disciplinas elaborados pelos docentes durante o ano letivo de 2020, bem como seus discursos acerca de suas práticas pedagógicas desenvolvidas, a partir de um questionário no Google Forms.

Objetivamos, então, apreender dados acerca das percepções dos docentes do curso de Letras quanto às prescrições curriculares promulgadas pela BNC - Formação (2019) em seus planejamentos de ensino. Nesse sentido, sustentamos nossas análises nos estudos do Círculo de Bakhtin e a Teoria/Análise Dialógica do Discurso (ADD), principalmente nas categorias de polifonia, dialogismo e valoração.

2 METODOLOGIA

Como mencionado, para metodologia deste trabalho, utilizamo-nos da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico documental e de estudo de caso, durante o segundo semestre de 2020 e o primeiro de 2021. Inicialmente, investigamos os Planos de Ensino disponibilizados e elaborados pelos docentes da UEMA/Campus Balsas, referente às disciplinas ministradas no decorrer do ano letivo de 2020. Depois, produzimos fichamentos acerca da análise documental da BNC - Formação, analisando também o currículo do Curso de Letras Licenciatura do Campus Balsas. Posteriormente, elaboramos um questionário na plataforma do Google Forms com 8 perguntas abertas e fechadas e disponibilizamos aos professores do departamento.

Sob o aporte teórico do Círculo de Bakhtin e da Teoria/Análise Dialógica do Discurso (ADD), a partir das categorias de polifonia, dialogismo e valoração, analisamos as prescrições da BNC - Formação (2019), quanto aos usos das tecnologias digitais na formação inicial de professores, bem como as avaliações dos docentes do departamento de Letras da UEMA, campus Balsas, com base no questionário produzido na plataforma do Google Forms.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado na seção anterior, num primeiro momento, no que se refere aos Planos de Ensino das disciplinas ministradas pelos professores, é relevante enfatizar que foram ministradas disciplinas de Estágio Supervisionado, Literaturas e Língua Estrangeira, validando que durante o semestre de 2020.1 o número desses Planos foi relativamente menor, com 10 disciplinas; já no semestre de 2020.2, totalizaram 13 Planos. Observamos também que o Parecer foi aprovado pelo MEC e pelo CNE em 07 de novembro de 2019, sendo dividido em 11 seções e 51 páginas.

Ainda com os Planos de Ensino, analisamos também as Tecnologias Digitais empregadas e propostas pelos docentes. De imediato, percebemos que os recursos digitais propostos para transmitir aulas remotamente que mais se destacaram foram: a sala virtual do SIGUEMA e o pacote de aplicativos da Microsoft disponibilizado pela universidade, principalmente o Teams.

No que se refere aos gêneros discursivos propostos nos Planos, podemos destacar: podcast; web seminários no power point e canva; resenhas no google drive; fóruns de discussão; questionários, fichamentos, plano de aula (estes últimos elaborados em word, canva e/ou google drive), etc. Vale ressaltar que muitos dos gêneros e plataformas digitais elencadas nos planos de ensino foram readequadas, conforme transcorriam as interações nas aulas síncronas com alunos. Por isso, a condução e o desenvolvimento das aulas se davam numa perspectiva dialógica. Nesse enfoque, é mediante a relação professor-aluno que o ensino-aprendizagem ocorre, de forma a considerar o dialogismo como categoria analítica que pressupõe os gêneros discursivos pois, o diálogo entre professor e aluno ocorre por meio da interação entre eles, mesmo sem ocorrer um diálogo face a face, visto que apenas “se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem” (BRAIT, 2012, p. 80 *apud* NUNES, 2017, p. 11).

Quanto ao questionário do Google Forms disponibilizado aos docentes por meio de link no aplicativo do WhatsApp, no grupo dos docentes de Letras Licenciatura da UEMA/Campus Balsas, prevíamos a participação dos 11 professores, porém somente 6 deles responderam a nossa pesquisa. O questionário continha 8 perguntas abertas e fechadas a respeito da BNC - Formação e dos Planos de Ensino. Os docentes tiveram um período de um mês, do dia 10 de maio de 2021 ao dia 10 de junho de 2021, para responderem ao questionário.

Com base nas respostas dos participantes, é possível afirmarmos que todos assinalaram conhecer a BNC - Formação (2019) e suas diretrizes. Ao serem questionados sobre as prescrições em tal documento quanto aos usos das tecnologias digitais na graduação, destacamos a resposta de um dos docentes, o qual assegura que as tecnologias devem ser utilizadas não só para mediar web conferências, mas também colaborar na construção do conhecimento didático-pedagógico dos professores em graduação. Nesse sentido, esse professor valorou as prescrições agregando à ideologia, induzindo-nos a destacar Volochinov (1989, p. 95), ao mencionar que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico [ideologia formalizada] ou vivencial [ideologia do cotidiano].”.

Por meio da análise do questionário e das perspectivas dos docentes, podemos destacar, por exemplo, a pergunta de número 5, onde indagamos acerca dos gêneros discursivos e suas utilidades durante o período de ensino remoto emergencial de 2020. Elaboramos uma questão objetiva, visando selecionar os gêneros que predominaram durante esses semestres e, percebemos a predominância de um único gênero, o qual todos selecionaram, o web seminário. Nesse sentido, observamos a presença da polifonia levando-nos a observar que os gêneros estão sendo o sujeito da ação, assim como destaca Bezerra (2005), quando menciona que as vozes presentes em um discurso não são o objetivo do autor, mas sim os sujeitos que nele pertencem. Portanto, com toda nossa análise, levando em conta o contexto pandêmico que

estamos passando, esse projeto contribuirá futuramente para entendermos como tudo passou a ser nesse momento único.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por meio da análise e discussão de dados desse trabalho, percebemos que os docentes estão cientes e utilizando das TDICs para desenvolver o ensino-aprendizagem durante o ensino remoto, assim como estão buscando empreender as competências e habilidades, requeridas pela BNC - Formação (2019), de forma situada e crítica. Nesse sentido, observamos que esses docentes formadores de futuros professores valoram os usos da TDICs em paralelo aos gêneros discursivos durante o ensino remoto emergencial.

5 REFERÊNCIAS

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo. Contexto, 2005, p. 191-200.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Documento final. MEC. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC-Formação**. Portaria Nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019.

COIMBRA, Camila Lima. Um modelo anacrônico para os cursos de licenciatura no Brasil: uma análise do Parecer CNE/CP nº 22/2019. **Formação em Movimento**, v. 2, p. 621-645, 2020.

NUNES, Jozane Assunção. Discursos (re)velados: uma análise dialógica das novas diretrizes para a formação docente. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 56, p. 09-35, 2017.

VOLOSHINOV, V. N. ¿Qué es el lenguaje? Tradução do italiano de Ariel Bignami. In.: SILVESTRI, A.; BLANCK, G. **Bajtín y Vigotsky: la organización semiótica de la conciencia**. Barcelona: Anthropos, 1993[1929]. p. 217-243.

BASE NACIONAL CURRICULAR - FORMAÇÃO E AS PRESCRIÇÕES AOS USOS DIDÁTICOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COM OS FUTUROS PROFESSORES

Letícia Aparecida Nunes Moraes – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Ana Patrícia Sá Martins – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

1 INTRODUÇÃO

O contexto pandêmico demonstrou ainda mais a urgência da inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) no âmbito escolar, além de instigar discussões acerca de como os documentos prescritivos discutem e propõem o uso das TDICs em sala de aula, inclusive com relação à formação inicial de professores. Netto et. al (2020) afirmam que embora há muito tempo hajam discussões acerca da necessidade de incorporar as tecnologias digitais ao ambiente escolar, professores viram-se despreparados frente a esse novo modelo de ensino, alunos precisaram assumir maior autonomia com relação a sua aprendizagem e as Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram de repensar a sua gestão.

Tendo em vista que no final de 2019 foi publicado o Parecer CNE/CP nº 22/2019, doravante BNC-Formação, o qual estabelece as diretrizes para a formação inicial de professores no Brasil, nos questionamos: Quais as prescrições curriculares previstas na BNC-Formação (2019) quanto às competências e habilidades requeridas aos futuros professores para o uso didático das tecnologias digitais? Nesse sentido, o presente trabalho, desenvolvido dentro do contexto de uma pesquisa de iniciação científica pela Universidade Estadual do Maranhão, objetiva analisar as prescrições da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação com relação à utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na formação dos licenciandos em Letras, bem como investigar as apreciações valorativas presentes no documento no que diz respeito ao ensino com as tecnologias digitais.

2 METODOLOGIA

Com aporte teórico dos estudos do Círculo de Bakhtin e da Teoria/Análise Dialógica do Discurso, a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, analisamos o discurso oficial do Parecer CNE/CP no 22/2019, doravante BNC-Formação, analisando aspectos gerais do documento e dando ênfase na seção de competências e habilidades. Para tanto, consideramos que as vozes presentes nessa rede de discursos caracterizam uma relação dialógica entre os “ditos” que formularam as prescrições oficiais no Parecer. Nessa perspectiva, elencamos como nossas categorias analíticas: *valoração*, *polifonia* e *dialogismo*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bakhtin esclarece que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p. 280)”. Nesse sentido, os Pareceres, em especial os que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais, caracterizam-se como documentos prescritivos de regulação social, visto que intencionam a adoção de procedimentos a partir dos quais os cursos de formação devem se organizar (NUNES, 2017, p. 13).

A seguir, destacamos de que modo as competências relacionadas às TDICs aparecem no documento e como afetam a percepção acerca do trabalho docente.

QUADRO 01 – Competências específicas e habilidades referentes às TDICs na área do conhecimento profissional

Competências Específicas	Habilidades
1.3 Reconhecer os contextos	1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações. (BRASIL, 2019, p. 19)

Fonte: Elaborado pelas autora.

Na seção referente à área do conhecimento profissional, destacamos a habilidade que enfatiza que o professor deve *conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações*. Nesses enunciados, notamos o posicionamento discursivo com relação aos conhecimentos que o professor deve ter acerca das tecnologias disponíveis mundialmente, ou seja, o documento ressalta a necessidade de o professor estar atento às ofertas do mercado.

Tanto aqui quanto em diversos outros momentos do documento, notamos a articulação de diferentes vozes, como aquelas advindas dos discursos neoliberais, e de organizações internacionais, as quais, orquestradas pelo enunciador do discurso, são utilizadas para legitimar e ratificar diferentes aspectos relacionados à formação e trabalho docente presentes no Parecer. Sendo essa articulação de vozes caracterizada como polifonia, que conforme Bezerra (2012) é definida como a “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equipolentes, interagindo em um mesmo universo” (BEZERRA, 2012, p. 194-195).

Desse modo, a formação inicial de professores fica reduzida às demandas de instâncias internacionais, as quais, conforme presente no Parecer, promovem o engessamento e a padronização das políticas educacionais, restringindo o trabalho do futuro professor à aquisição dos atributos necessários para colocar em prática o que está posto na BNCC, visto que as competências indicadas na BNC-Formação estão pautadas no *saber fazer*, segundo Gonçalves (2020).

Além disso, defendemos que a inserção dessas diversas vozes tem como finalidade induzir o pensamento de que tanto o trabalho prescrito quanto o trabalho real das IES devem alinhar-se às determinações de outros países por meio da avaliação externa da escola e dos docentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise das prescrições do documento, percebemos que as TDICs são consideradas relevantes para o ensino e que esse uso deve ser pensado pelo professor, no entanto o Parecer não estimula e/ou promove a formação continuada, sendo essa tão

necessária quando pensamos o uso didático das tecnologias digitais. Targino (2018, p.7) ressalta que, tendo em vista as constantes transformações do mundo atual, a formação continuada é essencial e impacta no aprendizado dos alunos e deve acontecer ao longo de sua carreira profissional. A autora ainda reforça que o Estado e as Redes de Ensino necessitam criar oportunidades de formação para os docentes. Ademais, a construção discursiva do Parecer acaba, muitas vezes, responsabilizando o professor por diversos aspectos referentes à educação, como o sucesso ou fracasso e a evasão escolar, por exemplo.

5 REFERÊNCIAS

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: **Bakhtin: conceitos-chaves**. (Org.) BRAIT, Beth. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – **BNC-Formação**. Portaria Nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; MOTA, Maria Renata Alonso; ANADON, Simone Barreto. A RESOLUÇÃO CNE/CP N. 2/2019 E OS RETROCESSOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. **Formação em Movimento**. v.2, i.2, n.4, p. 360-379, jul./dez. 2020.

Disponível em: < [A RESOLUÇÃO CNE/CP N. 2/2019 E OS RETROCESSOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES | Revista Formação em Movimento \(ufrj.br\)](#)>

NUNES, Jozanes Assunção. DISCURSOS (RE)VELADOS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DAS NOVAS DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DOCENTE. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, p. 9-35, 2017. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/tla/a/4GDKq5CMn6YRjSctTtg8SKq/abstract/?lang=pt>>

TARGINO, Graciela Mendes Nogueira. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Entre disputas e narrativas. In: **JORNADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM/ENCONTRO DO PROFEDUC E PROFLETRAS/JORNADA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL**, 2018, CAMPO GRANDE v. 1. Disponível em: < [BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENTRE DISPUTAS DE NARRATIVAS | Targino | JORNADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM/ENCONTRO DO PROFEDUC E PROFLETRAS/JORNADA DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL \(uems.br\)](#)>

DIREITO PROCESSUAL PENAL SIMBÓLICO E A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NA COMPREENSÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Ana Letícia Barros Teixeira¹
César Augusto Danelli²

1 INTRODUÇÃO

O direito penal é um ramo do direito público que atua de maneira subsidiária, tratando as demandas que infringem os bens jurídicos do indivíduo e que não são tutelados por outras leis ordinárias. A partir de uma perspectiva luhmanniana pós-moderna, acerca da compreensão da sociedade mundial como uma rede sistêmica formada por núcleos que estabelecem redes de comunicação com o seu entorno, o presente artigo buscará evidenciar o simbolismo presente nas normas do sistema jurídico penal/processual penal. Compreende-se que não há meios eficazes para manter sua autonomia e seu caráter autorreferencial diante da hipercomplexidade do ambiente. Consequentemente, determinados fatores externos ao próprio sistema passam a interferir de maneira demasiada no seu interior, algo comum aos países periféricos como o Brasil. Essa característica, no entanto, prejudica o caráter generalizante das normas jurídicas, como fator para controlar expectativas e regular condutas. Isto pode ser relacionado aos próprios princípios que regem o ordenamento nacional, a exemplo da presunção de inocência.

Desta forma, a pesquisa que segue parte da indagação, “é possível que em países como o Brasil, a culpabilidade de um investigado só seja definida após a devida investigação legal, ou o sistema penal é influenciado por questões externas, como os meios de comunicação de massa, no processo que envolve o julgamento de uma lide?”. Buscando uma aproximação dessa questão, procedeu-se uma revisão de literatura, explorando conceitos centrais da Teoria Sistêmica, do constitucionalismo brasileiro e dos aspectos que envolvem a Justiça Criminal Brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando Foucault descreve a espetacularização dos corpos dos condenados, na obra “Vigiar e Punir (1975)”, relatando em suas primeiras páginas o suplício de Damiens, evidencia um sistema processual penal do tipo inquisitivo, desenvolvendo verdadeiros espetáculos para “garantir” a justiça. Este sistema foi marcado pela concentração das funções de investigar, julgar e punir em uma única autoridade, que discricionariamente decidia a vida e a morte de pessoas postas a seu poder.

Ademais, a evolução do sistema jurídico desenvolveu o modelo acusatório (art.3-A, CPP), alteração que possibilitou a desconcentração daqueles que investigam, processam e julgam, além de humanizar o código por meio dos princípios. Com destaque aos mais relevantes, o princípio da presunção de inocência (art.5, LVII, CF/88), impõe que, “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988). Possuindo duplo grau de entendimento, seja para determinar que a comprovação da culpa depende de decisão a qual não caiba mais recurso, assim como para delegar à acusação a responsabilidade de comprovar a culpa do réu.

Ademais, no contexto de desenvolvimento das sociedades modernas e funcionalmente diferenciadas, Niklas Luhmann, aperfeiçoa seus estudos, a fim de desenvolver uma teoria abstrata, capaz de explicar o sistema jurídico na obra “O Direito da sociedade (2016)”. Na coletânea, o autor compreende a sociedade mundial como uma rede sistêmica, formada por diferentes subsistemas que estabelecem relações de comunicação entre si, sem perder seu

caráter autorreferencial – autopoiese. Ademais, o direito seria um subsistema que opera a partir de cadeias, qual seja, um tipo de processo decisório que incorpora as expectativas normativas no caso concreto, para então criar a norma, que deverá ser generalizada congruentemente e em termos contra fáticos (NEVES, 2018).

Nesta perspectiva diferencia ambiente e sistema, sendo aquele, todo o emaranhado de ideias que não fazem parte do código binário “lícito/ilícito” do direito, embora sejam úteis para tornar suas normas eficazes e simétricas, uma vez que comunicam-se com o interior sistêmico para formar uma rede de comunicações que irá filtrar o que é útil e o que não é. Ademais, a teoria esbarra em questões da realidade infraconstitucional, qual seja, a inobservância do fechamento operacional e a abertura cognitiva sistêmica, sendo influenciado por questões externas, a exemplo dos meios de comunicação de massa.

Considerando-se o fenômeno da desconstitucionalização fática, na qual NEVES (2018), retrata as discrepâncias entre realidade constitucional e normas constitucionais, o resumo discorrerá sobre o princípio da presunção de inocência. Quando Carnelutti (1957) assevera as consequências aquém do crime, evidencia os malefícios de uma condenação não só para o acusado, bem como para sua família. Não obstante, as consequências de um crime não podem ser eternas, assim como, deve-se prezar pelo zelo para evitar julgamentos precipitados e errôneos.

Conseqüentemente, a partir do momento em que um ato criminoso é apurado e adquire grande repercussão, o sentimento de “justiça”, velado pelo desejo de vingança privada, pode condenar antecipadamente o indiciado, antes mesmo de findar o processo de investigação policial. Isto, foi visto em meados de 1994, no caso da “Escola Base”. Nele, duas mães haviam alegado que suas filhas foram violadas sexualmente, causando a prisão de 6 pessoas, entre elas, os proprietários da instituição. Tamanha era a comoção com tal caso, que a polícia responsável pela resolução do “crime” precipitou-se, à medida que disponibilizou a questão aos meios midiáticos, sem ao menos ter instituído previamente um inquérito policial, ou concluído a oitiva dos investigados. Conseqüentemente, uma série de reportagens foram veiculadas a respeito dos supostos abusos cometidos na Escola Base, que teve sua reputação e credibilidade drasticamente ruída.

Destarte, a retratação inúmeros casos cotidianos evidenciam o papel das mídias na apuração de diligências policiais e processuais, a exemplo do caso “O.J SIMPSON”, “ELIZE MATSUNAGA”, “IRMÃOS NEVES”, situações ao qual a grande repercussão influencia o pensamento da massa e conseqüentemente a forma como tais litígios serão resolvidos. Tal interferência demasiada e sem respeito a privacidade ou eficiência que requerem o processo penal, ferem os princípios inerentes a Lei Maior, prejudicando aqueles que são condenados inocentemente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da sociedade pós-moderna tornou-se pluralista em um espaço democrático como o brasileiro, sendo marcado pela tentativa de incluir a população nos processos do agir e vivenciar constitucional. Assim, após a instabilidade de governos ditatoriais, centralizadores e autoritários, o Estado Democrático de Direito permite o acesso de seus cidadãos aos direitos e garantias fundamentais, que serve como ponto de influência nas demais normas infraconstitucionais, a exemplo do Código de Processo Penal.

O modelo sistêmico processual penal, fecha-se operativamente a fim de possibilitar que o código bilateral lícito/ ilícito dependa exclusivamente de questões definidas pelo próprio interior sistêmico, e não pela hipercomplexidade do ambiente externo junto a seus inúmeros fatores, como o poder, o dinheiro, as mídias etc. Neste âmbito, os próprios princípios que orientam os

procedimentos que serão adotados com a aplicação da norma, passam a perder sua autonomia própria em face de interesses externos. Como exemplo, o simbolismo presente no princípio de presunção de inocência, evidencia um desejo democrata em possibilitar uma maior segurança jurídica, o que na realidade não se aplica, consolidando uma deturpação entre texto constitucional e realidade constitucional (NEVES,2018).

Assim, um rol de incisos presentes no art.5º da Lei maior, passam a representar um simples “pedaço de papel” diante das anomalias e assimetrias presentes no sistema processual penal, evidenciando os prejuízos da inquisição presente na fase pré processual, assim como da publicidade dos atos processuais, em uma sociedade refém dos meios de comunicação de massa. Como exemplo, cita-se o caso da Escola Base, realidade ao qual uma acusação caluniosa, prejudicara a vida de seis indivíduos que provaram ser inocentes.

Com base nisso, suscita-se a dúvida sobre “Qual o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade atual? Eles seriam úteis para democratizar o conhecimento, evitando a ignorância do povo? ou seriam simples elementos manipuláveis em favor de um interesse específico?

Para concluir e responder tal indagação, faz-se alusão a obra distópica de George Orwell, “1984”. Na trama, o caos da Oceania, país totalitário e opressor, ao qual a veracidade das notícias são mutáveis, consolidam um governo cuja base se concentra em “quem controla o passado controla o presente, quem controla o presente controla o futuro”, além de instituir um partido com traços socialistas cujo lema prevalece sob a insígnia “Guerra é paz, ignorância é força, liberdade é escravidão”. Sendo assim, depreende-se a similaridade entre a distopia ficcional de Orwell e a realidade brasileira, desde que os meios são utilizados em detrimento de interesses específicos, qual sejam garantir a manutenção do seu próprio poder e de sua influência, e não satisfazer as necessidades da sociedade.

5 REFERÊNCIAS

CARNELUTTI, Francesco. “ As misérias do processo penal”.

FIGUEIREDO, Carolina D. Poder e comunicação: um breve debate sobre a questão do poder nos meios de comunicação de massa. Revista Eco-Pós, v-10, nº2, p.233-247, julho-dezembro 2007.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e punir. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

LUHMANN, Niklas. “O direito da sociedade”. 1º ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016.

NEVES, Marcelo. Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. 1ºed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

SILVA, Gabriela de B. Como o caso da escola base enterrou socialmente os indivíduos. Disponível em: [https:// canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base](https://canalcienciascriminais.com.br/caso-escola-base). Acesso em: 17 fev. 2021.

TÁVORA, Nestor. Código de processo penal para concursos.12ºed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.

ORWELL, George. “1984”. São Paulo: Editora Antofagica, 2021.

OS DESAFIOS NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO REMOTO EMERGENCIAL EM BALSAS:

Percepção de gestores e professores de uma escola pública do ensino fundamental

Ana Paula Correia da Silva -graduanda de Letras, UEMA - campus Balsas
 Denis Silveira Guedes- graduando de Letras, UEMA - campus Balsas
 Érica Beatriz Alves Vieira - graduanda de Letras, UEMA - campus Balsas
 Kaline dos Santos Soares- graduanda de Letras, UEMA - campus Balsas
 Rayganna Silva Gomes- graduanda de Letras, UEMA - campus Balsas
 Profª Drª. Ana Patrícia Sá Martins-Departamento de Letras, UEMA - campus Balsas

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus trouxe um novo ritmo à humanidade, além de agravar ainda mais a crise sanitária, econômica, política e educacional (SOUZA, 2020). Tendo como base essa nova realidade trazida pelo Covid-19, a pesquisa teve como objetivo averiguar as condições de infraestrutura e os impactos causados pela mesma numa escola pública de ensino básico fundamental, bem como entender os desafios enfrentados pelos profissionais da educação que atuam nesse ambiente. Com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) nesse período remoto, a problemática que norteou nossa pesquisa foi: Quais são os desafios na avaliação educacional no contexto remoto emergencial enfrentados por professores e gestores em uma escola pública municipal do ensino fundamental em Balsas-MA?

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo e exploratório, do tipo estudo de caso. Para Lakatos e Marconi (2007, p. 107), o papel da metodologia de pesquisa é ajudar a “fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado”.

Para Strauss & Corbin (1998), o método de pesquisa consiste em um conjunto de procedimentos e técnicas que são utilizados para coletar e analisar os dados. Conforme os autores, os métodos tendem a fornecer os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder nossa questão. Sendo assim, com a orientação e supervisão da professora e Drª Ana Patrícia Sá Martins, foram discutidos e analisados arquivos que permitiram informações acerca da avaliação do ensino educacional e escolar no Brasil. Esses documentos serviram como base para a elaboração dos questionários, que foram aplicados numa escola pública municipal do ensino fundamental no dia 16/10/2021, na cidade de Balsas-MA, no contexto da disciplina de Avaliação Educacional e Escolar, durante o 4º período do curso de Letras na Universidade Estadual do Maranhão, campus Balsas.

Com isso, a metodologia utilizada para geração de dados foi a aplicação de dois questionários, com perguntas mistas produzidas na plataforma Google Forms. O primeiro questionário foi cedido para 1 gestor, e o outro para os 4 professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas, desta mesma escola.

Para o recolhimento das respostas, foram disponibilizados os links dos questionários que foram enviados através da rede do aplicativo de comunicação WhatsApp. Esta análise busca, pois, proporcionar uma visão geral sobre os desafios encontrados pelo gestor e professores no exercício das suas profissões em uma mesma escola municipal, do ensino básico fundamental na cidade de Balsas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionários foram produzidos separadamente, o que foi enviado para o gestor continha onze perguntas, as quais abordavam sua experiência no tempo de trabalho na educação, como ele avalia seu desempenho na gestão escolar no antes e agora com a pandemia do Covid-19, e os aspectos positivos e negativos que encontra no exercício da profissão. Já o voltado para os professores, continham quinze perguntas, que abordavam sobre o grau de qualificação profissional, pontos positivos e negativos na perspectiva da profissão e sobre como eles estão lidando com o ensino em meio a pandemia.

Através da análise dos resultados obtidos mediante a aplicação dos questionários, foram coletadas informações acerca do gestor, sendo possível analisar que ele possui especialização na área de gestão escolar e que já trabalha há mais de 10 anos nessa mesma função nas escolas. Devido à pandemia, como relatado pelo gestor, a escola, em conjunto com as demais no país, optou por ensino remoto e não conseguiu promover nem antecipar cursos facilitadores para a preparação dos professores para o uso de meios de comunicação com os alunos, somente os cursos na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os quais só foram liberados para o acesso dos mesmos após o método adotado. E para o retorno das aulas presenciais no ano de 2021, foram seguidos protocolos de segurança e rodízio de turmas, evitando a propagação do vírus.

O diretor avalia que a qualidade do seu trabalho administrativo no ensino semi presencial está sendo satisfatório, mesmo que com a falta de infraestrutura da escola, a falta de disciplina e dificuldades na adaptação dos alunos com o esse novo método de ensino, o mesmo tá conseguindo manter um bom desempenho no ambiente escolar.

No questionário voltado para os professores, foram obtidas as respostas de 4 docentes, que ao serem questionados sobre a opção do curso, Letras e suas respectivas Literaturas, responderam que por falta de opção de outros cursos, na época, esse era o que mais lhe agradava. Apenas 1 dos professores escolheu o curso por afinidade, por gostar das disciplinas inglês e português. Metade dos entrevistados ainda lecionam outras disciplinas em sala de aula, como Matemática, Ética e Ensino Religioso, e não possuem qualificação para exercerem as mesmas.

No decurso do ensino remoto, 3 professores afirmaram que tinham conhecimentos de tecnologias da informação e da comunicação para realizarem as aulas com êxito, mas 1 relatou que não possuía esses domínios sobre tecnologias, tendo que recorrer aos colegas de trabalho para sanar algumas dúvidas, e depois aos cursos que foram disponibilizados no AVA.

As dificuldades que foram encontradas com essa nova modalidade de ensino remoto com o uso das (TICS) pode ser confirmada com a ideia de Almeida (2020, p. 18) quando diz que os pais, professores e alunos tiveram muitos problemas de adaptação com esse novo método emergencial, e que todos que resistiram à essa mudança de ensino tiveram que experimentá-la, mesmo não possuindo nenhuma preparação ou formação, anteriormente.

Antes da pandemia, a escola já sofria com a falta de infraestrutura e disponibilidade de aparelhos de computadores e rede de Internet, o que impossibilitava os professores no desenvolvimento de atividades como o compartilhamento de cursos e plataformas educacionais com os alunos. Segundo Amaral et al (2018, p. 15), as instituições e os docentes precisam urgentemente fazer circular novas formas de ensino, diferentes do modelo tradicional, que possam promover novas técnicas e estratégias capazes de tornar os alunos mais participativos.

Os docentes alegam que mesmo com a urgência na busca de novos métodos de ensino na educação, que o surto do vírus da Covid-19 trouxe, a escola ainda não tem estrutura para disponibilizar esses recursos tecnológicos quando as aulas retornarem presencialmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que nossa pesquisa coopera para melhor entendimento sobre os desafios dos professores da educação básica nesse cenário pandêmico. É preciso preocupar - se com a infraestrutura, com a oferta de cursos preparatórios para os gestores e professores, e com a disponibilidade de computadores e rede de internet no ambiente escolar. Com os profissionais capacitados e um ambiente de estudo adequado, todos os obstáculos que surgirem serão sanados, e o rendimento e desempenho dos alunos, professores, gestores e escola decorrerá cada vez melhor, seja em um período de aulas remotas ou presenciais.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Ensino Híbrido, rotas para implantação na educação infantil e no ensino fundamental, Pró Infantil Editora, Curitiba, 2020.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). Metodologias Ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso editora Ltda, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed.5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Elmara Pereira de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas , vol. 17, n o 30, setembro de 2020, p. 110–18, <https://doi.org/10.22481/ccsa.v17i30.7127>.

STRAUSS, A., CORBIN, J. Noções básicas de técnicas de pesquisa qualitativa. Thousand Oaks, CA. Sage publications, 1998.

A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MELHORAMENTO INSTITUCIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DOS CICLOS EDUCATIVOS

Railda Alves de Macedo Costa - UNIBALSAS

Dowglas Pyragibi Evangelista Correa de Oliveira – UNIBALSAS

Adriano Ferreira da Silva Neto - UNIBALSAS

INTRODUÇÃO

As condições educativas institucionais são por vezes praticadas a partir da ideia de como funcionará o ano letivo, com o planejamento escolar. Essa tarefa coloca em discussão as surpresas que no tempo citado aparecem e, evidentemente, as atenções consistem em se voltar a elas para que sejam compreendidos os sujeitos ali envolvidos e suas eventuais inquietações. Com isso, a insistente ideia de que a pedagogia contemporânea requeira que os atuais meios educativos se esteja pautada não somente na oferta da escola, mas da dedicação aos indivíduos que fazem parte do processo educativo, também das experiências que esse conjunto trás.

A avaliação tendo como objetivo trabalhar questões relacionadas às práticas escolares que precisam de melhoria, promove reflexões sobre a importância do ato de avaliar durante todo o processo de ensino-aprendizagem, apreciando sua diversidade e relevância na interação dos indivíduos com a práxis escolar. E, avaliação aqui parte da instituição, mas com objetivo de ter seus reflexos, estrategicamente analisados, em observância do discente, que em algum momento destaca parte do seu ser dentro desse mesmo processo, o que demanda da instituição conceitos e deveres que façam dessas situações um caminho para o crescimento intelectual, individual, ético e do respeito mútuo. Esse estudo, busca discutir a avaliação como instrumento para melhoria institucional para o desenvolvimento dos ciclos educativos.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com base em uma pesquisa bibliográfica sistemática – nesse caso, em uma plataforma digital específica, a Pearson vinculada a Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. Martins Júnior (2015, p. 49) ressalta que a pesquisa bibliográfica “é o tipo de pesquisa na qual o pesquisador busca em fontes impressas ou eletrônicas (CD e/ou Internet), ou na literatura cinza (grifo do autor), as informações que necessita para desenvolver uma determinada teoria”, à qual se submeteram as indagações dos autores para fundamentar o texto. Com o intuito de organizar as ideias aqui contidas, foram selecionadas citações de autores como a Cervi (2013) e Costa et al (2017) com o uso da técnica de fichamento, de modo a delimitar o conteúdo a partir das questões que motivaram o desenvolvimento do texto. As informações selecionadas, que foram discutidas, revistas e aplicadas, deram origem a outras experiências à medida que surgiam indagações acerca da problemática, o que acrescentou ao conhecimento novas visões em torno do assunto aqui tratado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da ideia de que a escola é um espaço onde circulam e se manifestam diversas formas de pensamento, compreende-se que as tomadas de decisões na comunidade escolar precisam estar atreladas ao campo didático, de modo a abarcar os fatores mais laterais – que não se desenrolam restritamente ao que professores planejam para o ano letivo. A saber: “a escola deve dar especial importância à livre expressão de ideias e de sentimentos, à aceitação das diferentes ideias e opiniões, à tolerância nos relacionamentos” (CERVI, 2013, p. 84).

Por essa razão, atentar aos intuitos disciplinares é correspondente a levar em consideração o que dá caráter aos conceitos de cada disciplina, o que agora tenta aproximá-las do dia a dia do aluno. Nesse caso, associar o sentimento e o comportamento do discente às propostas pedagógicas sintetiza um dos pontos que mais desafiam o estímulo à aprendizagem: o fazer com que o aluno se sinta parte da compreensão dos assuntos tratados em aula. Pois, “as escolas passaram a ser vistas como fábricas, os alunos como matéria-prima, e os conceitos pedagógicos, filosóficos e sociológicos foram submetidos a uma razão técnica” (ibidem, p. 63).

Outro ponto a ser ressaltado está nas próprias atividades avaliativas isoladas em si – no sentido de manter procedimentos tradicionalmente específicos nos quais a escola se coloca em posição de síntese com relação ao aluno para defini-lo – e seu significado para a vida, e como estabelecer horizontes que estão para além dessas atividades, o que fazer para que isso seja útil socialmente, a (des) valorização da intelectualidade: seu significado no meio social sendo feito ainda no ambiente escolar, das relações interpessoais e qual sua contribuição para desenvolvê-los. Portanto, não é a submissão do aluno ao aparelhamento escolar, mas a desenvoltura, a construção e o que serve a esse aluno esses meios, partindo da avaliação do funcionamento da própria escola. Cervi (2013) relata que “a avaliação interage com a cultura da organização escolar, inclusive, pela diversificação dos objetos avaliados: avaliação do currículo, do desempenho docente, dos materiais didáticos, das condições de funcionamento das escolas” (p. 75-76). A justaposição qualitativa entre os fazeres avaliativos institucionais e a cadeia da produção do saber equivale à cristalização sistêmica dos objetivos postos ao ano letivo, isto é, o produto advém do que necessita ser trabalhado sobre o incógnito e das funções já praticadas nos atos constitutivos escolares. É a integração empírica — porque é comum e já experimentado, portanto mais prático — objetivando o tão esperado resultado. Isso significa que, para se tornar um processo minimamente eficiente, é necessário estabelecer critérios que darão indicadores em benefício da avaliação e seus resultados. Costa et al (2017, p. 55) explicita que “a palavra “critério” vem do latim criterium e do grego kriterion que quer dizer discernir. Os critérios tornam as regras do jogo mais claras e podem ser mais adequados quanto maior a relação entre professores e estudantes”. Também:

Os critérios de avaliação, antecipadamente negociados, permitem ao professor acompanhar não só a atividade, mas a aprendizagem de seus estudantes, identificando, na complexidade do real, as aptidões que estão sendo construídas. Os registros desta ação são mais interpretativos, focalizando as múltiplas relações que interferem na aprendizagem dos educandos, seus avanços e dificuldades. (ibidem, p. 56).

Sendo assim, o que poderia se tornar ponto central, o desconhecido, o estranho, o além do que se sabe, persiste em não admitir que a avaliação pode ser reversa, não mais direcionada ao aluno, mas o que fazer a partir do que já se conhece, pois onde não se trata, pelos menos, da intenção de apontar certas similitudes da projeção da escola com o que anseia tanto o presente — a linguagem, origem e perspectivas — do discente para sejam efetivas as abordagens disciplinares. Cervi (p. 80) afirma que “a objetividade passa a ser vista como a condição que neutraliza a dispersão, as distorções, o despotismo e o desperdício dos processos e não, necessariamente, a subjetividade do processo que sem dúvida, persiste”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas noções aqui adquiridas, a análise feita a partir das problematizações nos campos que envolvem a avaliação em face das ações vigentes em instituições educacionais, para que se tente compreender o papel comum a que se tem como perspectiva do ensino como meio a ser revisto sempre quando surgem questões que visem fazer do processo flexível às demandas

do dia a dia na educação. São percursos inevitáveis dentro dos espaços onde a ideia de geração de conhecimento é a principal força argumentativa entre os indivíduos, ou seja, tratar da formação do saber com certos cuidados que se somem aos interesses que emergem do alunado.

As reflexões tratam de modos que se voltam para a estrutura oferecida pelas instituições que se formam como conjuntura de benefícios para atenderem, de modo central, os pontos que estão para além dos generalizantes que são programados para o ano letivo, ou seja, é uma tentativa de abarcar tanto o ponto de vista do discente como rever o que se é feito para que isso ocorra e se desenrole de forma produtiva. É um caminho que pode ser refeito a partir de críticas aos desdobramentos dos cumprimentos de deveres feitos pela própria escola, em vistas a dar respostas satisfatórias às demandas do cotidiano.

REFERÊNCIAS

CERVI, Rejane de Medeiros. **Planejamento e avaliação educacional** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2013. Cap. 4 e 5.

COSTA, Rita de Cássia Marques; MARTINS, Evaneide Dourado; FELIX, Neudiane Moreira. **Avaliação Institucional do Ensino-Aprendizagem**. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/avaliacaoinstitucional/pdf/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional.pdf>. Acesso em 06 de Nov. de 2021.

O REPENSAR DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: Um estudo de caso de uma escola municipal de Balsas - MA

Jéssica Ferreira Sousa ¹
Adriano Ferreira da Silva Neto - UNIBALSAS²

1 INTRODUÇÃO

A avaliação ocupa um lugar de peso no processo de aprendizagem e necessita ser encarada como movimento de ação e reflexão, não apenas para medir ou elencar números que tornem esse processo quantitativo, deve possibilitar uma reflexão crítica em relação aos estudantes, mediante as situações presentes no processo de ensino, a avaliação da aprendizagem possui o caráter de mensurar o alcance dos objetivos de aprendizagem, na maioria das vezes acaba não atendendo à especificidade do trabalho docente, que deve ser a ampliação da potência humana. A avaliação precisa ser concebida como processo, sendo assim, não pode ser reduzida a metas numéricas. Logo, o presente trabalho tem como objetivo levantar questões sobre o que realmente é avaliar, seus reflexos, tabus e que uma nova visão possa ser obtida, afinal ela tem sido vista como requisito para obtenção de “notas” para ingressar no ano seguinte, e que de certa forma deixa de acontecer o diagnóstico do aprendiz, que possui maior relevância, tais reflexões trazem para a educação o objetivo de contribuir na orientação do educador, que avaliar não é classificar, mas diagnosticar o aprendiz do aluno bem como de si próprio, até porque avaliar não é um assunto pronto e acabado.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho deu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002, p.32). “Pesquisa bibliográfica é um procedimento exclusivamente teórico, compreendida como a junção, ou reunião, do que se tem falado sobre determinado tema”. Utilizou-se abordagem com caráter qualitativa, que para Vieira e Zouain (2005) a “pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles” esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fatos e dos elementos que o envolvem. Para a coleta dos dados empíricos fez se necessários de uma entrevista 2

com questões abertas aplicadas com professores da educação básica no município de Balsas região sul do estado Maranhão. Os dados coletados foram organizados, analisados e discutidos de forma sistemática à luz da Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2020), que contribuíram para novos entendimentos acerca do tema e para geração de novos conhecimentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A importância da avaliação no processo de aprendizagem:

É notório, que a caminhada do processo de educar e avaliar, são processos distintos, ou seja, são processos separados a qual é feito a mediação onde o professor trabalha desenvolvendo esse acompanhamento do educando podendo assim de tal forma não só observar as dificuldades na qual esses educando possui, mas podendo através da observação procurar obter meios para tira-dúvidas e dificuldades que possam surgir no decorrer do processo de educar.

Todavia, a exigências dessa avaliação nesse processo se dar através de uma forma de segmentos que exigem dos educando o conhecimentos adquiridos no decorrer de cada

semestre, esse processo se dar através de aplicações de provas, trabalhos e tarefas da qual serão propostas pelo professor dentro da sala de aula, promovendo assim dessa maneira um processo de construção do conhecimento desse educando. HOFFMANN (2013), entende avaliação como uma ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as experiências vividas, a formular e reformular hipóteses, direcionando para um saber enriquecido. É importante que reflitamos sobre as estratégias utilizadas pelo docente sobre o processo de avaliação da aprendizagem, uma vez que a ação do professor faz toda a diferença para aquisição da aprendizagem e a significação de novos saberes.

Percebe-se com o estudo que a concepção de avaliação como mecanismo de classificação ainda é bem evidente e que o ato de avaliar é confundido com o meio, ou seja, acontece de forma pontual, em momentos predefinidos. Tal prática desenvolvida pela instituição pesquisa nos remete uma ideia de poucos avanços não sendo utilizada como elemento de tomada de decisão visando o auxílio constante do processo de ensino-aprendizagem. LUCKESI (2014), descreve que “avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.

Isso nos leva a crê que a avaliação deverá ser contínua e está em constante atenção para que o processo possa observar o que não foi aprendido e intervir com maestria buscando a efetividade da aprendizagem. Espera-se que surjam novas práticas de ensino e um sistema com foco no desenvolvimento de competências e habilidades que favoreça o ato de aprender com eficiência.

Portanto, a mediação nesse processo de teste e tarefas aplicadas nos educandos requer uma observação maior, ou seja, juntamente com qualquer atividade aplicada em sala de aula deverá ter um grau de investigação pela parte do professor a respeito da construção desse conhecimento a qual o aluno está adquirindo do processo, faz-se necessária toda uma investigação da trajetória a qual o aluno percorre em busca de alcançar uma aprendizagem significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo abrangente sobre a avaliação na aprendizagem orientado segundo os autores Hoffmam (2013), Fonseca (2002), Vieira e Zouain (2005), no entanto esse processo que se dar por meio de uma avaliação que traz consigo uma forma da qual observamos como poderá ser avaliado todo esse processo dentro do âmbito escolar, de certa forma este trabalho teve como intuito observa como é feita essa mediação de avaliação dentro da escola no processo de ensino aprendizagem juntamente com professor e aluno. Questões como: por que o aluno não aprende? A avaliação promove ou exclui o aluno? Os professores sabem avaliar? Qual o objetivo do processo de avaliação? Respostas às estas questões ainda são grandes desafios no campo da pesquisa, carecendo de mais estudos mais aprofundados.

Nesse sentido as discussões sobre avaliação possibilitam a tomada de decisão sobre a necessidade de ações que possam trazer melhorias na qualidade de ensino, visto que, é necessário dentro do processo de avaliação a realização de um diagnóstico que possibilite conhecer o estado de aprendizagem do educando, espera-se que a avaliação favoreça a da aprendizagem ter um caráter de que possibilite melhoria do processo de ensino quanto as práticas avaliativas

5 REFERÊNCIAS

HOFFMANN, J. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2014.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 4

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

ADUBAÇÃO ORGÂNICA E MINERAL NO CRESCIMENTO DO QUIABEIRO

Myrelly Nazaré Costa Noieto – UEMA

Adriana Araujo Diniz - UEMA

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho - UNIBALSAS

1 INTRODUÇÃO

As hortaliças exercem um papel fundamental na saúde do ser humano, pois, além de fibras, antioxidantes e minerais, elas (com exceção de tubérculos e raízes) são compostas em grande quantidade por água, por isso, além de oferecer todos esses compostos que beneficiam grandemente a saúde, as hortaliças auxiliam na hidratação do corpo (VIEIRA; MEDONÇA; ALMEIDA, 2019).

A produção de hortaliças com o uso de adubos orgânicos cresceu também, em decorrência da necessidade da obtenção de segurança alimentar, a fim de tentar minimizar os desequilíbrios ecológicos causados pela adubação intensiva com fertilizantes minerais, reutilizando assim, materiais orgânicos que muitas vezes seriam descartados, de modo a entrelaçar também uma adubação que ofereça nutrientes as plantas e que contribua para o meio ambiente (SEDIYEMA; SANTOS; LIMA, 2015).

A adubação mineral com NPK exerce influência nos processos de crescimento e também desenvolvimento das plantas, distribuindo assimilados nas partes reprodutivas e vegetativas (SILVA et al., 2018). Em decorrência de tais fatos, o quiabeiro tem mostrado boas respostas quanto ao uso de adubação mineral NPK, porém, para que haja o aproveitamento desses nutrientes, é necessário que haja um fornecimento na quantidade e no momento certo (OLIVEIRA et al., 2015).

Diante do exposto, o trabalho teve como objetivo avaliar crescimento do quiabeiro em função da adoção de diferentes doses de matéria orgânica com e sem utilização de adubação mineral.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi conduzido no município de Balsas-MA, 07° 31' 57" S de latitude e 46° 02' 08" W longitude. Realizou-se a abertura das covas para plantio, em que cada parcela experimental foi composta por 4 plantas, espaçadas em 0,75m entre plantas e 1,0 m entre linhas. As covas foram preenchidas com matéria orgânica e adicionado NPK, conforme cada tratamento, sendo fornecidos, no plantio, 266,67 kg ha⁻¹ de ureia (N), 170,21 kg/ha⁻¹ de MAP (fonte de P2O5) e 413 kg ha⁻¹ de K2O (Cloreto de potássio).

Foi adotado o esquema fatorial (6x2) em blocos casualizados, referentes a seis doses de adubação orgânica (0, 10, 20, 30, 40 e 50 t ha⁻¹), na presença e ausência de adubação mineral, com três blocos e 4 plantas por parcela, totalizando 144 plantas. Foram utilizadas sementes da cultivar Santa Cruz 47.

Após 100 dias de emergência das plântulas, realizou-se a da altura de planta, diâmetro do caule e número de folhas. Os dados foram submetidos a análise de variância e regressão.

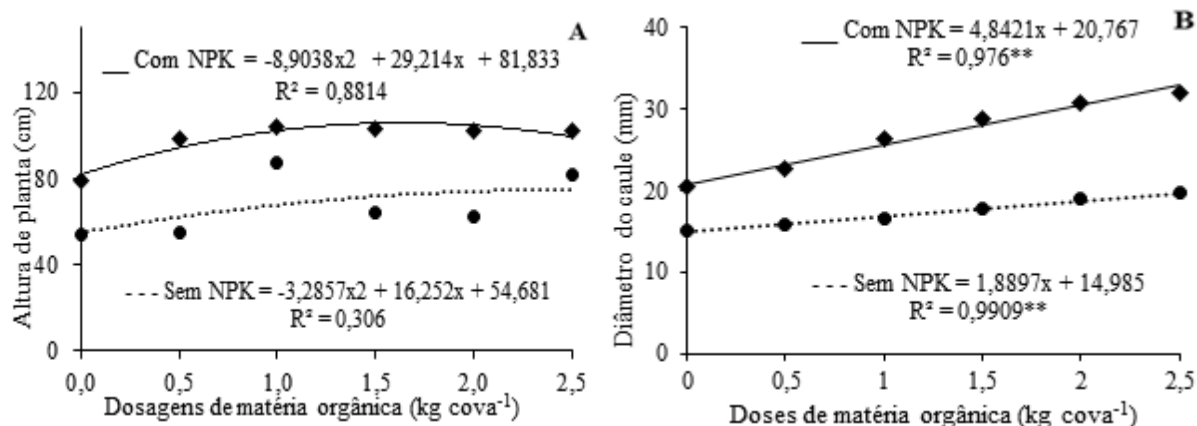
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para altura de planta, obteve-se resultado significativo da interação NPK x matéria orgânica. Nesses tratamentos, as plantas cresceram em altura até a dose ótima estimada de 1,64 kg cova⁻¹ na altura de 105,79 cm. Já nos tratamentos que receberam somente matéria

orgânica, é observado uma variação de 53 a 82 cm da altura das plantas em função das doses de matéria orgânica aplicadas de 00 a 2,5 kg cova⁻¹ respectivamente (Figura 1A).

Houve significância para a interação NPK x adubação orgânica para a variável diâmetro do caule, onde observou-se um crescente aumento do diâmetro conforme o aumento das doses de matéria orgânica, tanto nos tratamentos que se utilizou somente matéria orgânica, quanto naqueles em foi utilizado NPK e esterco bovino. Nas parcelas que se utilizou somente matéria orgânica, são verificados resultados inferiores aos tratamentos que receberam NPK e matéria orgânica (Figura 1B).

Figura 1. A) Altura de planta e (B) diâmetro do caule do quiabeiro em função da aplicação de esterco bovino nos tratamentos sem (---) e com (—) NPK.

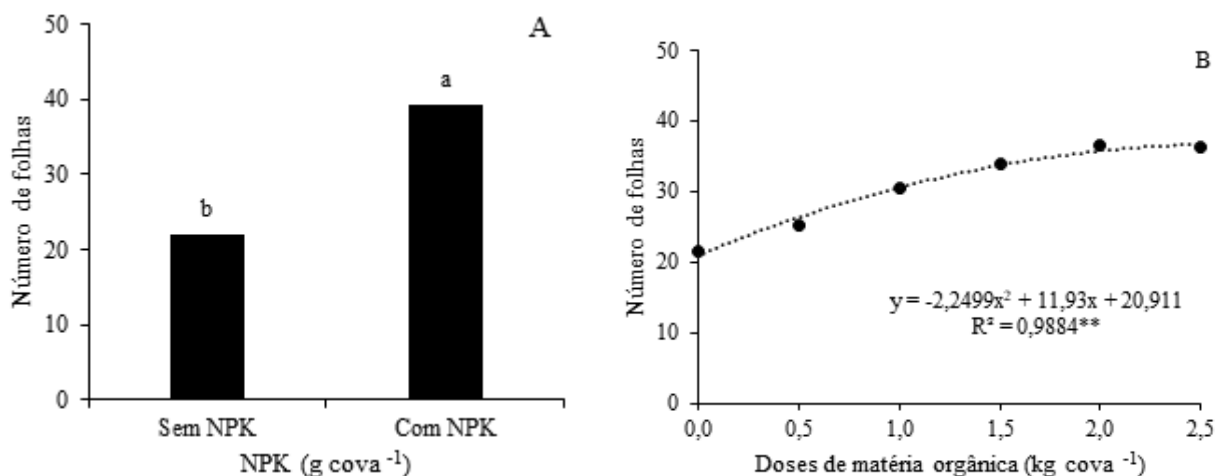


Fonte: NOLETO, M. N. C (2021).

Para a variável número de folhas, verificou-se significância nos fatores isolados: presença e ausência de NPK e doses de matéria orgânica (Figura 2). É verificado o efeito do fator NPK nos tratamentos em que há a ausência e presença do adubo mineral. Os tratamentos que obtiveram valores superiores a 40 folhas, receberam NPK nas covas no momento do plantio, já os tratamentos que não houve aplicação do NPK nas covas de plantio, obteve média de 22 folhas, apresentando incremento de 80%. Em estudos realizados por Medeiros et al. (2020), foi constatado que o número de folhas foi influenciado pela aplicação de adubação mineral.

Quando se analisa o fator matéria orgânica (Figura 2B), verifica-se que os valores se ajustaram a um modelo quadrático de regressão. É observada uma diferença da testemunha e a dose onde obteve o resultado máximo (2,0 kg de esterco bovino cova⁻¹), em que, na dose 0 é obtido um valor de 21 folhas e na dose de 2,0 kg cova⁻¹ um valor de 37 folhas, com uma diferença de 16 folhas e um incremento de 76%, verificando a influência dos componentes presentes no esterco para o número de folhas por planta. A dose ótima é de 2,44 kg cova⁻¹ de esterco bovino com valor de 37 folhas.

Figura 7. A) Número de folhas em função da aplicação de NPK nos tratamentos. B) Número de folhas em função da aplicação de esterco bovino nos tratamentos.



Fonte: NOLETO, M. N. C (2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A combinação de NPK associado a doses de esterco bovino promoveu resultados satisfatórios para as variáveis: altura de plantas, diâmetro do caule e número de folhas.

A altura de plantas foi superior nas plantas adubadas com com NPK associada as doses de matéria orgânica.

A combinação de NPK e matéria orgânica promoveu maior diâmetro das plantas.

O número de folhas foi superior nas plantas dos tratamentos com NPK e nos tratamentos com o aumento das doses de matéria orgânica, isoladamente.

5 REFERÊNCIAS

- MEDEIROS, A. S.; ALVES, F. I. S.; FERRAZ, R. L. S.; CAMPOS, A. C.; QUEIROZ, M. M. F.; MAGALHÃES, I. D. Crescimento e alocação de fitomassa do quiabeiro submetido à doses de nitrogênio e irrigação com água residuária. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, v.12, n.3, p. 2621- 2631, 2020.
- OLIVEIRA, A. P. D; SILVA, O. P. R; SILVA, J. A; SILVA, D. F. D; FERREIRA, D. T. D. A; PINHEIRO, S. M. G. Produtividade do quiabeiro adubado com esterco bovino e NPK. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.18, n. 10, p. 989-993. 2015.
- SEDIYEMA, M. A. N; SANTOS, I. C. D; LIMA, P. C. D. Cultivo de hortaliças do sistema orgânico. **Revista Ceres**, v.61, n.12, p. 829-823, 2015.
- SILVA, V. L.; OLIVEIRA, A. C.; FARIAS, G. A.; SILVA, W. V.; SILVA, L. P. Doses de NPK em tomateiro Marmande e seu desempenho a campo no cerrado. **Revista de Agricultura Neotropical**, v. 5, n. 1, p. 54-59, 2018.
- VIEIRA, E. de. L. P.; MENDONÇA, X. M. F. D.; ALMEIDA, F. do. C. Produção e consumo de hortaliças orgânicas: eixo gerador de segurança alimentar. **Revista de Extensão da Integração Amazônica**, v. 1, n. 2, p. 88-91,2019.

TEORIA PSICANÁLÍTICA: A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.

FONTES, Karolayne da Silva¹
 PILLATT, Líbera Raquel. Bazzan²
 JÚNIOR, César Augusto Danelli³
 ROVANI, Iolanda Gouveia⁴
 PILLATT, Fábio Roberto⁵

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a temática sobre afetividade vem ganhando espaço nos debates educacionais, uma vez que a mesma é considerada um instrumento fundamental para o desenvolvimento intelectual dos educandos. Assim, o afeto é parte integrante da psique humana, já que engloba o sentimento, a paixão e emoção do sujeito, por isso é tão importante no ato educativo. Levando em consideração que na escola se encontra uma diversidade cultural e que cada aluno possui com base em suas experiências uma forma de ver e compreender o mundo, o professor deve nas suas práticas pedagógicas partir da realidade na qual esses alunos fazem parte. Em vista disso, essa pesquisa busca verificar a partir da teoria psicanalítica criada por Sigmund Freud entre os séculos XIX e XX, como os vínculos afetivos entre professor e aluno contribuem para o processo de ensino e aprendizagem.

Logo, entende-se que a relação entre professor e aluno está demarcada pela afetividade quando estes interagem entre si. Com isso, para que possam estreitar vínculos, é imprescindível que estejam sempre dialogando, buscando atender as necessidades de ambos. A postura do professor na sala de aula e a maneira como lida com o objeto do conhecimento, afeta direta ou indiretamente os alunos. Dado o exposto, a psicanálise aborda a afetividade na relação professor-aluno a partir da transferência. Segundo Freud (1914), a transferência é um fenômeno percebido nas diversas relações humanas e que muitos estudiosos da psicanálise usam para fundamentar a relação professor-aluno, a mesma consiste nos desejos inconscientes experimentados nas primeiras relações das crianças, geralmente com os membros familiares.

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar com base no viés psicanalítico a influência da afetividade, na relação professor-aluno, e suas implicações para a aprendizagem. Tendo como objetivos específicos: a) conhecer o significado da afetividade na relação professor-aluno e suas implicações no processo de aprendizagem; b) compreender a importância da afetividade na relação professor-aluno;

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Balsas-Unibalsas. E-mail:fontesk202@gmail.com

² Doutoranda em Educação nas Ciências (Formação de Professores) pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/RS. Mestre em Educação nas Ciências (Educação Popular) pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/RS. Atualmente é professora na Faculdade de Balsas-Unibalsas/MA e Coordenadora da Comissão Própria de Autoavaliação Institucional - CPA e Editora da Revista Científica da Faculdade de Balsas – Unibalsas/MA. E-mail: pillatt.libera@gmail.com

³ Doutorando em Educação nas Ciências (Filosofia) pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/RS. Mestre em Educação nas Ciências (Filosofia) pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/RS. Atualmente é professor na Faculdade de Balsas- Unibalsas/MA. E-mail:cesardanelli@gmail.com

⁴ Mestre em Ciências da Educação e da Formação pela Universidade do Alentejo – UALG/Portugal. Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Atualmente é professora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Balsas - Unibalsas/MA e Coordenadora do Departamento de Educação Infantil do Município de Balsas/MA. E-mail:iolanda38rovani@hotmail.com

⁵ Doutor e pós-doutor em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/RS. Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Atualmente é professor da Faculdade de Balsas – Unibalsas/MA e Coordenador do Núcleo de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão –NPPGE. E-mail: pillatt@gmail.com

c) verificar como a afetividade influencia no processo de ensino e aprendizagem, considerando as teorias psicanalíticas.

Diante o exposto, a pesquisa foi realizada por etapas. Onde em primeiro instante buscou-se apoio em livros e artigos que contribuíssem para a fundamentação teórica da pesquisa. Em segundo momento, foi utilizado para a coleta de dados um questionário com 10 (dez) perguntas mistas, direcionado aos professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública do Município de Balsas- MA. O grupo de amostragem corresponde por 23 (vinte e três) professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que atuam no turno matutino, com intuito de perceber o entendimento destes docentes quanto a afetividade e suas posturas diante das diversas atividades realizadas em aula.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório. Por pesquisa qualitativa entende-se a abordagem que estuda os aspectos dos fenômenos sociais não têm uma preocupação com a representatividade numérica, uma vez que busca ter uma melhor compreensão de um fato levando em consideração a perspectiva dos participantes inseridos em determinado contexto. Neste sentido, no livro sobre Métodos e técnicas de pesquisa social, o autor Gil (2008, p.27) afirma que a pesquisa de cunho exploratório tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Assim, a pesquisa foi realizada por etapas, em primeiro instante buscou-se conhecimentos em livros e artigos científicos, para fundamentar o tema pesquisado, dialogando com autores que possuem escritos sobre a temática. Em segundo momento, foi utilizado para a coleta de dados um questionário com 10 (dez) perguntas mistas, direcionado aos professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública do Município de Balsas- MA. O grupo de amostragem correspondia 23 (vinte e três) professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que atuam no turno matutino, mas observou-se na devolutiva do questionário que apenas 18 (dezoito) professores submeteram seus posicionamentos na pesquisa.

Para a aplicação do questionário, foi utilizado o “Google Forms” como meio de coletar os dados necessários para a pesquisa. Esta ferramenta foi escolhida para alcançar o máximo de professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, numa escola da rede municipal de Balsas-MA, para conhecer a perspectiva dos professores foi enviado o link do questionário com perguntas mistas, de modo que os docentes pudessem escrever seus entendimentos sobre a temática de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do questionário realizado com os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública da cidade de Balsas-MA, foi possível perceber o que os professores entendem sobre a afetividade no contexto do ambiente escolar e a forma como os mesmos enxergam a relação entre professor e aluno dentro da sala de aula. Para transcrever os posicionamentos dos sujeitos pesquisados, os professores serão representados pelo número correspondente de 1 a 18.¹

¹O questionário foi aplicado com dezoito professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede Municipal de ensino da cidade de Balsas, MA. Contudo, durante a análise e interpretação dos dados serão apresentados apenas sete falas dos sujeitos pesquisados, visto que os demais posicionamentos apresentam a mesma idéia.

Primeiramente, foi perguntado à eles se os aspectos cognitivos e afetivos podem ser vistos e/ou trabalhados separadamente. Seguindo a perspectiva do professor 1, “*esses aspectos devem andar juntos*”, o professor 2 também sustenta o mesmo pensamento ao afirmar “*que os dois aspectos são importantes para o desenvolvimento do aluno*”. Quando se trata da qualidade de ensino e aprendizagem, é preciso levar em consideração o desenvolvimento do educando, a sua evolução de forma integral e para que isso ocorra os professores precisam na sua prática pedagógica elaborar atividades que estimulem os diversos sentidos que fazem parte do ser humano.

Ao mesmo tempo em que os professores demonstram um consenso a respeito de que o cognitivo se conjuga ao afetivo, constatam também que o conceito de afetividade no ambiente escolar ainda é pouco compreendido, pois quando questionados sobre o que entendiam por afetividade na educação 44,4% dos professores disseram que é aquilo que afeta e 38,9% destacaram que a afetividade é uma palavra possível de diversas interpretações. Diante disso, percebe-se que ainda se faz necessário compreender a razão desta relação na constituição do saber dos educandos, e para que isso ocorra

[...] precisamos, primeiramente, compreender o psiquismo humano como um sistema complexo que funciona relacionando processos biológicos, psicológicos e sociais e que tem nas categorias de atividade e consciência seu núcleo de sustentação e desenvolvimento (GOMES, 2013. p. 04).

Deste modo, podemos considerar que o conhecimento não se assenta apenas sobre as bases cognitivas, uma vez que a aprendizagem precisa levar em conta o pleno desenvolvimento do aluno, isto é, o professor precisa em sua prática pedagógica estimular a autonomia, que possam refletir sobre suas ações cotidianas e consigam resolver situações nas diversas áreas de suas vidas. Além disso, foi apresentada no decorrer do questionário uma escala de 0 a 10 para que os professores pudessem, a partir da sua perspectiva sobre a temática e considerando suas práticas educativas, assinalar aonde eles considera importante investir mais, seja no aspecto afetivo ou cognitivo. No decorrer da análise, percebe-se que a maioria dos docentes consideram importante destinar mais atenção à cognição, já que é um campo em que os alunos desenvolvem a capacidade lógica, a linguagem, a memória e etc.

Segundo Albuquerque (2010), a psicanálise fornece à pedagogia elementos para reflexões acerca dos processos educativos por meio dos mecanismos de transferência e contratransferência, que funcionam como subsídios de identificação projetiva no quadro da aprendizagem e na relação entre educador e educando. Neste sentido, ao abordar a interação existente no ambiente escolar, 50% dos professores afirmam que o olhar para com o aluno, o tom de voz ao falar com o educando, como também os momentos de tirar dúvidas sobre os conteúdos estudados podem afetar a relação entre professor e aluno, pois a sua postura nestes momentos contribuem para o desejo de querer aprender dos educandos.

Logo para o professor 3 “*a relação entre professor e aluno afeta sim positivamente ou negativamente. A postura do professor o modo como é construída essa relação é que faz toda a diferença no aprendizado*”. Considerando que a sala de aula é um ambiente no qual existem pessoas que possuem características e pensamentos distintos, é válido refletir sobre a postura dos professores diante dos acontecimentos corriqueiros da sua prática pedagógica. De acordo com o professor 4 “*é muito importante que o professor mantenha uma postura calma e receptiva, para que esse aluno tenha abertura para falar com o mesmo*”, em seguida, o professor 5 salienta

que “a aprendizagem em sala de aula depende muito do relacionados professor-aluno. Se tiver uma boa comunicação entre ambas as partes, a aprendizagem flui”.

Levando em conta as respostas apresentadas no questionário, os professores destacam que a maneira como reagem às circunstâncias diárias da sala de aula pode afetar a relação entre educador e educando. Tomando como base a perspectiva dos sujeitos pesquisados, serão apresentados alguns conceitos psicanalíticos, especificamente o fenômeno transferencial, como tentativa de explicar as afirmações apresentadas pelos docentes. Para Mrech (2003, p. 63),

As relações professor-aluno passaram a ser concebidas tendo por base as relações afetivas construídas a partir de conteúdos extraídos da transferência positiva (relações de amor, aceitação, respeito, etc.) e transferência negativa (relações de ódio, afastamento, rejeição, desrespeito, ataque, etc.).

O fenômeno transferencial é inevitável e se apresenta nas diversas relações entre os sujeitos, neste artigo será levado em consideração as transferências positivas e negativas apresentadas a partir das interações entre os indivíduos, se tratando especificamente do ambiente escolar. Assim, pode-se vislumbrar a manifestação da transferência positiva no processo educacional a partir do consentimento dos professores pesquisados quando consideram que para a aprendizagem acontecer de forma efetiva é preciso levar em consideração a interação entre alunos e professores, como também a boa comunicação entre eles, uma vez que apresentam os sentimentos afetuosos e amistosos entre educador e educando.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a afetividade pode ser interpretada por diversos sentidos, buscou-se por meio deste artigo refletir sobre a razão de ser da mesma no ambiente educacional, uma vez que se refere tanto aos sentimentos e emoções quanto sobre aquilo que afeta o outro. Neste sentido, o fazer pedagógico do professor deve levar em consideração o pleno desenvolvimento do aluno, ou seja, olhar o educando como um ser repleto de intencionalidade, subjetividade e historicidade. A educação não deve ser tratada como uma “caixa” para padronizar os indivíduos, mas sim como um meio de emancipar e tornar seres capazes de refletir sobre o meio social.

Assim, por meio deste trabalho foi possível perceber que a afetividade na relação professor-aluno possibilita compreender os mecanismos que se encontram por detrás das interações entre os sujeitos que se apresentam na sala de aula, além de permitir ao professor perceber o que pode ser aperfeiçoado nas suas práticas pedagógicas. Após analisar as devolutivas do questionário nota-se que embora os professores entenda que a cognição não é a única responsável pela aprendizagem dos educandos, ainda é necessário compreender como a afetividade pode se apresentar na educação, e de que maneira pode contribuir para a formação dos alunos. A sala de aula é um ambiente no qual se encontra pessoas com diferentes modos de ver e agir no mundo, por isso, cabe ao professor levar em consideração a especificidade de cada sujeito, uma vez que cada um aprende de forma diferente.

5 REFERÊNCIAS

COELHO, M.T.A.D.; RAPHAEL, J.K.D. **Psicanálise e educação**: considerações acerca do mestre e da mestria. *Cógitto*, Salvador, n.14, p. 20-23. 2013.

FRANCO, V. ALBUQUERQUE, C. **Contributos da psicanálise para a educação e para a relação professor-aluno.** Centro de estudos em educação tecnologias e saúde. Viseu 2010, p. 173-198.

FREUD, S. **A dinâmica da transferência.** In: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (o caso Schreber), artigos sobre a técnica e outros textos (1911-1913) – Obras completas, v.10. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: ATLAS S.A, 2008.

GOMES, C.A.V. **O lugar do afetivo no desenvolvimento da criança: implicações educacionais.** MARINGÁ: Psicologia em Estudo, v. 18, 2013.

LAPLANCHE, J., & PONTALIS, J.B. **Vocabulário da psicanálise:** sob a direção de Daniel Lagache: tradução Pedro Tamen. 4ª ed. SP: Martins Fontes, 2001. [PDF] Disponível em: <<https://docero.com.br/>>. Acessado em 27 de maio de 2020.

LEITE, S.A.S. **Afetividade nas práticas pedagógicas.** Campinas: Temas em psicologia, v. 20, 2012.

MESQUITA, R. DUARTE, F. **Dicionário de psicologia.** PLÁTANO EDITORA, S.A. 1ª ed. E-2379-96, 1996.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21ª ed. RJ: VOZES, 2002.

MOURA, W. G. de. **A psicanálise vai à escola:** um olhar clínico sobre a aprendizagem e suas dificuldades. 1ª ed. São Luís, MA: Editora & Gráfica Expressa, 2019.

MRECH, L. **Psicanálise e educação:** novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

NOGUEIRA, R.K.S.; BARBOSA, A.M.; ZACARIAS, J.C.; MEDEIROS, K.N.; BALBINO, E.S. **A afetividade na relação professor-aluno a partir da teoria psicanalítica:** um estudo realizado na Escola Pedro de França Reis. AL: EDUCERE, 2013.

OLIVEIRA, I.M. **Nas fronteiras entre o biológico e o cultural, o afeto.** Cad. Cedes, Campinas, v. 35, 2015.

PEREIRA, M.P. **Algumas contribuições da psicanálise à psicopedagogia: a transferência na relação professor-aluno.** Bol.psicol, SP, v. 67, n. 146, p. 25-36, jan. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432017000100004>. Acessado em 28 de maio de 2020.

RIBEIRO, M.P. **Contribuição da psicanálise para a educação: a transferência na relação professor-aluno.** Psic. da Ed., São Paulo, 39, 2º sem. de 2014, p. 23-30.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2007.

SILVA, C.S.R. **A relação dinâmica transferencial entre professor e aluno no ensino.** Ciências & Cognição. Coimbra, v. 8. 2006.

SOUZA, M.T.C.C. **As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico.** São Paulo: Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17, p. 249-254. 2011.

TASSONI, E.C.M. Dimensões afetivas entre professor-aluno. In: LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org.) **Afetividade e práticas pedagógicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, 1ª reimpr. Da 2ª ed. 2008.

TASSONI, E.C.M.; SANTOS, A.N.M. **Afetividade na aprendizagem da leitura e da escrita: uma análise a partir da realidade escolar**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 13, 2013b.

TASSONI, E.C.M.; SANTOS, A.N.M. **Afetividade, ensino e aprendizagem**: um estudo no GT20 da ANPEd. São Paulo: Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. V 17, 2013a.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artemed, 2007.

PRODUÇÃO DO QUIABEIRO SUBMETIDO À ADUBAÇÃO ORGÂNICA E MINERAL

Myrelly Nazaré Costa Noieto – UEMA

Adriana Araújo Diniz - UEMA

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho - UNIBALSAS

1 INTRODUÇÃO

As culturas olerícolas possuem características próprias de cultivo, utiliza de forma intensa a água de irrigação, exigindo também uma quantidade significativa de adubos/fertilizantes, representando cerca de 25% do custo de produção (SOCOLOSKI et al., 2017). O quiabo (*Abelmoschus sculentus* L.) é uma hortaliça comumente popular nas regiões tropicais e subtropicais por ser uma cultura rústica e resistente ao calor, também não exige tanta tecnologia na sua produção (SANTOS et al., 2019).

Com a finalidade de obter uma melhor produtividade, surge a necessidade de um subsídio, onde na maioria das vezes para pequenas produções, utiliza-se adubos orgânicos, sendo eles de enorme importância para o cultivo de hortaliças (SALLES et al., 2017). Esses adubos orgânicos, considerados como formas alternativas e quase sem custo para obter uma produtividade favorável, são construídos e elaborados através do uso de propriedades que normalmente são desprezados, dentre eles: O esterco animal, seja ele de caprinos, bovinos, aves, urina ou até húmus de minhocas, são ricas fontes de Nitrogênio (N) (MATOS et al., 2017). E para a obtenção de resultados mais favoráveis quanto a produtividade, a adubação orgânica, pode ser atrelada à fertilizantes minerais, como: nitrogênio, fósforo e potássio (GOULART et al., 2018).

Visando tais fatores, o trabalho teve como objetivo avaliar a produção do quiabeiro em função da adoção de diferentes doses de matéria orgânica com e sem utilização de adubação mineral.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no município de Balsas-MA, 07° 31' 57" S de latitude e 46° 02' 08" W longitude. Inicialmente realizou-se a abertura das covas para plantio, em que cada parcela experimental foi composta por 4 plantas, espaçadas em 0,75m entre plantas e 1,0 m entre linhas. As covas foram preenchidas com matéria orgânica e o NPK, conforme cada tratamento. Nos tratamentos que receberam NPK foram fornecidos, no plantio, 266,67 kg ha⁻¹ de ureia (N), 170,21 kg/ha⁻¹ de MAP (fonte de P₂O₅) e 413 kg ha⁻¹ de K₂O (Cloreto de potássio).

O delineamento experimental adotado foi em esquema fatorial (6x2) em blocos casualizados, com seis doses de adubação orgânica (0, 10, 20, 30, 40 e 50 t ha⁻¹), na presença e ausência de adubação mineral, com três blocos, e 4 plantas por parcela, totalizando 144 plantas para o experimento. Foram utilizadas sementes da cultivar Santa Cruz 47.

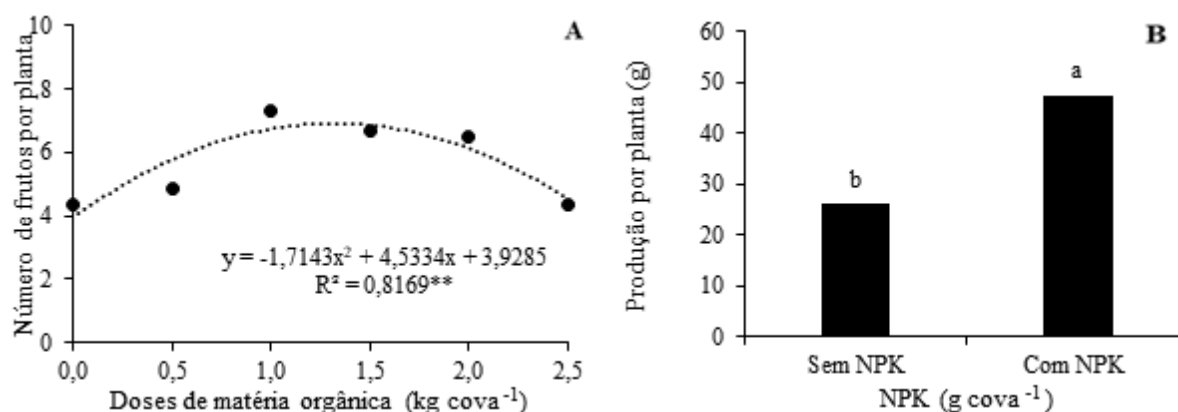
Quando as plantas estavam com 100 dias realizou-se a contagem total de número de frutos, massa média dos frutos e produção de frutos. Os dados foram submetidos a análise de variância e regressão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número de frutos por planta respondeu significativamente à ação do fator isolado doses de matéria orgânica (Figura 1A). Nesses tratamentos, as plantas obtiveram aumento em número de frutos até a dose ótima estimada de 1,32 kg cova⁻¹ no valor de 6,92 frutos planta⁻¹. Resultados semelhantes foram encontrados por Sales et al. (2020), que verificou que o número de frutos por planta foi elevado à 6,5 unidades quando se utilizou a forma de adubação com biofertilizante bovino com 100% dos teores de NPK proporcionando superioridades sobre os outros tratamentos.

Na produção de quiabos por planta, foi verificado efeito significativo para o fator isolado NPK, apresentando superioridade nas médias dos tratamentos que foram submetidos a adubação química (Figura 1B), com incremento em 82%. Esses resultados expressam a eficiência do NPK na produção de frutos de quiabeiro. O quiabeiro responde de forma benéfica a adubação com NPK com relação ao aumento da produtividade dos frutos, visto que o nitrogênio funciona como complemento das necessidades das plantas (OLIVEIRA et al., 2014), já o fósforo é o nutriente que mais limita a produção, enquanto o potássio é responsável por favorecer a formação e a translocação dos carboidratos, que melhora a qualidade dos frutos (BABATOLA, 2013). Portanto, um bom fornecimento desses nutrientes às plantas, no momento e época certa favorecem a produção desses frutos.

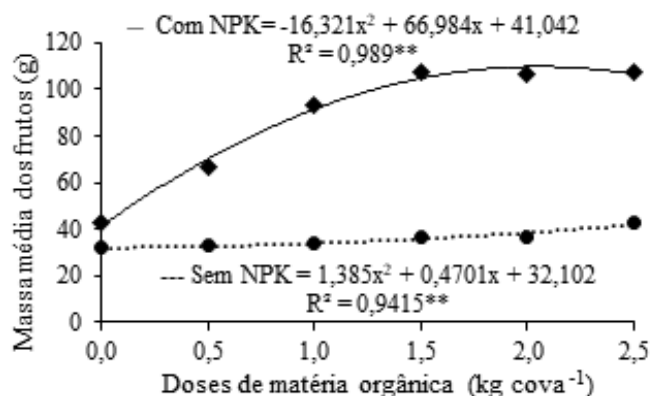
Figura 1. A) Número de frutos por planta de quiabeiro em função da aplicação de esterco bovino nos tratamentos. B) Produção por planta de quiabeiro em função da aplicação de NPK nos tratamentos.



Fonte: NOLETO, M. N. C (2021).

A massa média dos frutos foi significativa ($p < 0,05$) para a interação NPK x matéria orgânica (Figura 2), em geral, se observa que a massa média dos frutos aumentou em função da adição de NPK na maioria das doses de matéria orgânica utilizadas. Os tratamentos com matéria orgânica e adição de NPK foram superiores aos tratamentos sem a aplicação do insumo químico para a massa média dos frutos. No solo com matéria orgânica e NPK, obteve-se aumento a partir da dose de 1 kg cova⁻¹ de esterco bovino para a MMF, com valores de 93,39; 107,8; 106,71 e 107,23 g nas doses de 1,0; 1,5; 2,0 e 2,5 kg cova⁻¹, respectivamente.

Figura 2. Massa média dos frutos (MMF) de plantas de quiabeiro em função da aplicação de esterco bovino nos tratamentos sem (---) e com (—) NPK.



Fonte: NOLETO, M. N. C (2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doses de 1,0 e 1,5 kg cova⁻¹ de esterco bovino com NPK foram responsáveis pela obtenção de maior número de frutos. A massa média de frutos foi superior nos tratamentos com NPK associado a doses a partir de 1,5 kg cova⁻¹ de esterco bovino. A variável produção por planta foi superior nos tratamentos apenas com NPK.

5 REFERÊNCIAS

- BABATOLA, L. A. Effect of NPK 15:15:15 on the performance and shelf life of okra (*Abelmoschus esculentus*). **Journal of Agriculture, Biotechnology and Ecology**, v. 6, n.1, p.95-101, 2013.
- GOULART, R. G. T.; SANTOS, C. A. dos.; OLIVEIRA, C. M. de.; COSTA, E. S. P.; OLIVEIRA, F. A. de. ANDRADE, N. F. de.; CARMO, M. G. F. do. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v.8, n.3, p.66-72, 2018.
- MATOS, C. F.; PINHEIRO, É. F. M.; PAES, J. L.; LIMA, E.; CAMPOS, D. V. B.; Avaliação do potencial de uso de biofertilizante de esterco bovino resultante do sistema de manejo orgânico e convencional da produção de leite. **Revista Virtual de Química**, v. 9, n. 5, p. 1957-1969, 2017.
- OLIVEIRA, A. P.; SILVA, O. P. R.; SILVA, J. A.; SILVA, D. F.; FERREIRA, D. T. A.; PINHEIRO, S. M. G. Produtividade do quiabeiro adubado com esterco bovino e NPK. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, V.18, n.10, p.989– 993, 2014.
- SALES, J. R. S.; SOUZA, M. V. P.; SOUSA, G. G.; MAGALHÃES, C. L.; COSTA, F. H. R.; VIANA, T. V. A. Crescimento e estado nutricional do quiabeiro (*Abelmoschus esculentus* L.) submetido a adubação com biofertilizantes. **Revista principia**. n. 50, p. 198-207, 2020.
- SALLES, J. S.; STEINER, F.; ABAKER, J. E. P.; FERREIRA, T. S.; MARTINS, G. L. M. Resposta da rúcula à adubação orgânica com diferentes compostos orgânicos. **Revista de Agricultura Neotropical**, v. 4, n. 2, p. 35-40, 2017.
- SANTOS, F. F. **Acúmulo de nutrientes em tomateiro e adubação potássica na produtividade e qualidade de fruto**. 2018. Tese (Doutorado em Agricultura tropical e subtropical) – Instituto Agrônômico. Campinas. 122f. 2018.

SOCOLOSKI, A. GRZEBIELUCKAS, C.; SANTOS, J. S. C.; STIELER, M. C.; LIMA, A. F. A. Análise econômica da produção olerícola: um estudo com agricultores familiares. **Revista Custos e@ gronegório online**, v. 13, p. 389-407, 2017.

PANORAMA DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE BALSAS - MA NO CONTEXTO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Bruno Dos Reis Miranda, graduando de Letras, UEMA - Campus Balsas
Gustavo Nogueira Lopes, graduanda de Letras, UEMA - Campus Balsas
Maria Fernanda Lopes Camilo, graduanda de Letras, UEMA - Campus Balsas
Profª Drª. Ana Patrícia Sá Martins - Departamento de Letras, UEMA - Campus Balsas

1 INTRODUÇÃO

As avaliações educacionais externas em larga escala são uma realidade no país desde a década de 1990, com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A consolidação do Saeb em nível nacional possibilitou que os sistemas de ensino pudessem ser avaliados e comparados quanto ao aprendizado de seus alunos, e não apenas quanto à capacidade de atendimento por meio da expansão da rede de ensino (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Diante disso, a problemática que motivou a proposição de nossa pesquisa foi: Quais são as percepções dos profissionais da educação, a comunidade docente de língua portuguesa, a respeito das avaliações em larga escala?

Neste sentido, buscando investigar o panorama da avaliação educacional, durante o contexto de ensino remoto emergencial em Balsas, a referida pesquisa foi proposta sob a orientação da Profa. Dra. Ana Patrícia, no semestre de 2021.2, na disciplina de Avaliação Educacional, no curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, campus Balsas. Portanto, nos deparamos com a necessidade de analisar essa temática a partir da visão de professores de uma escola da rede estadual de ensino em Balsas-MA, no contexto de ensino remoto emergencial.

2 METODOLOGIA

Como metodologia, utilizamo-nos de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e de estudo de caso (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Num primeiro momento, foram produzidos questionários na plataforma Google Forms, direcionados ao gestor e professores de língua portuguesa, e em seguida selecionamos a escola a ser utilizada como amostra para nossa pesquisa. Enviamos os questionários via e-mail aos docentes. Assim, o uso dos formulários e o direcionamento proposto pelas questões facilitaram nossa investigação, pois mostraram com clareza a percepção a respeito da avaliação educacional e escolar sob a ótica de educadores e professores de língua portuguesa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA 2000, p. 122)

Nesse sentido, entendemos que os resultados da pesquisa, junto às discussões acadêmicas na disciplina Avaliação educacional, nos nortearam acerca da realidade dos indicadores de desenvolvimento educacional no país. Durante o processo de desempenho da pesquisa, nessa formação continuada e permanente, em alguns períodos, o dispersar-se do alvo natural de estudo e ensino provoca uma deslocação que necessite da pesquisa um olhar crítico

e cogitativo sobre a formação, e também acima da ação pedagógica. Após o levantamento da realidade investigada, como primeiro instrumento damos espaço ao desenlace da parte preceptora docente.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades que enfrentam, mesmo antes do ensino remoto emergencial, no planejamento de suas aulas, os docentes manifestaram em sua maioria não possuir muita dificuldade em seus planejamentos, a falta de recursos e interesse dos alunos são mazelas mais trabalhosas. Para superar as dificuldades citadas, os docentes afirmam buscar novas metodologias, principalmente, as que sejam mais acessíveis aos alunos e que estimulem-os de alguma forma. Indo ao encontro das prescrições sugeridas pela BNCC (2018), colocando os alunos como protagonistas e transformando-os em peças realmente ativas no processo de ensino-aprendizagem ao invés de apenas telespectadores.

Ainda segundo a BNCC (2018), a avaliação escolar tem o objetivo de fazer uma análise global e integral do estudante. Nesse ponto, você pode utilizar a avaliação formativa, considerando os contextos e as condições de aprendizagem dos alunos, fazendo registros como referência para melhorar o desempenho escolar etc. Nesse quesito, os professores em questão, afirmam que as orientações curriculares contidas neste documento são pensadas/tomadas pela gestão educacional da escola e que é feito um planejamento pelo corpo docente onde o currículo da escola segue as diretrizes curriculares do Estado do Maranhão, usando mapa de focos que seleciona as habilidades mais importantes para trabalhar com os alunos.

Em relação às avaliações externas oficiais como o Saeb e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) os docentes mantêm uma visão positiva no que diz respeito a funcionalidade das mesmas, no entanto eles afirmam, como relatado por um dele, que "muitas delas não retratam a realidade, pois nem sempre os alunos a realizam da forma como deveriam, respondem às questões sem fazer uma leitura atenta".

Ainda sob o mesmo questionamento, a gestora sugere que "Devido às lacunas deixadas na educação durante o ensino remoto emergencial, esse ano a função das provas deveria servir apenas como uma base para ser calculado o tamanho do prejuízo e não para levar em conta o que deixou ou não de aprender o aluno, caso esses pontos fossem levados em consideração nos encontraremos um parâmetro para então recomeçamos do ponto zero."

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, os resultados da pesquisa demonstram que devemos ter em vista que o processo avaliativo é constante, e que os indicadores de desenvolvimento educacional são instrumentos qualitativos e quantitativos de extrema importância, porém em circunstâncias de ensino remoto emergencial aplicar tais instrumentos é, no mínimo, contraditório tendo em vista que só acentuaria o gritante paradigma social que os alunos vivem, além de que os resultados obtidos não serão os esperados, visto o prejuízo causado aos discentes durante o período pandêmico.

Levando em consideração que o termo avaliar carrega o sentido de diagnosticar por meio de atividades aquilo que o aluno aprendeu no decorrer do ano, esse processo nos mostra como se encontra o processo de ensino/aprendizagem atual da instituição em específico. Numa perspectiva mais direta podemos contextualizar que "uma avaliação espelha um juízo de valor, uma dada concepção de mundo e de educação, e por isso vem impregnada de um olhar absolutamente intencional que revela quem é o educador quando interpreta os eventos da cena pedagógica" (SORDI, 2001 p.173).

Por fim, defendendo a importância das avaliações como uma visão significativa que possuem o objetivo de analisar as concepções no contexto escolar, “a avaliação que acontece ao final nos dá uma dimensão do significado e da relevância do trabalho realizado” (AZZI, 2001).

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e pesquisa*, v. 39, p. 177-194, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Avaliação e processo de ensino-aprendizagem. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 3, n. 17, p. 20, 1997.

SIMIONATO, Marta Maria; SOARES, Solange Toldo. Teoria e Metodologia da Pesquisa Educacional: ponto de partida para o trabalho de conclusão de curso, Comitê Editorial do NEAD/UAB, 2014.

O ENSINO REMOTO EM MEIO À PANDEMIA DO COVID-19: Dificuldades no processo de ensino em uma escola pública estadual de Balsas - MA

Adrielle dos Santos Guida. Graduanda em Letras – UEMA/CESBA
Guilherme Cordeiro da Silva. Graduando em Letras – UEMA/CESBA
Maria do Espírito Santo de Carvalho Lopes. Graduanda em Letras – UEMA/CESBA
Profa. Dra. Ana Patrícia Sá Martins. Departamento de Letras UEMA/CESBA

1 INTRODUÇÃO

Após coleta e análise das respostas obtidas via formulário de pesquisa, observamos que o ensino no contexto pandêmico trouxe consigo desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação. O uso de tecnologia e mídias digitais foram o maior recurso utilizado para o ensino aprendizagem. Nesse contexto, a problemática que motivou a pesquisa foi: os profissionais da educação estavam preparados para o ensino remoto? Quais as metodologias de avaliação escolar frente às dificuldades encontradas? Pretendemos, pois, apanhar dados acerca do processo de avaliação escolar durante o período pandêmico.

2 METODOLOGIA

Considerando que a realização de uma pesquisa envolve muitos aspectos importantes como o tipo de pesquisa e o percurso metodológico seguido para alcançar os resultados, o trabalho apresentou parte de uma abordagem qualitativa. De acordo com Reis (2012, p.61), "a abordagem qualitativa está no modo como interpretamos e damos significados ao analisarmos os fenômenos abordados sem empregar métodos e técnicas estatísticas para obter resultados sobre o problema ou tema estudado".

Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa de cunho exploratório, do tipo caso. Averiguamos as metodologias de ensino utilizadas no período remoto. A presente pesquisa situa-se dentro do contexto da disciplina de Avaliação Educacional e Escolar, com orientação da Profa. Dra. Ana Patrícia Sá Martins, professora do 4º período de Letras, ministrada na UEMA, Campus Balsas.

Utilizamos como instrumento de geração de dados questionários com perguntas mistas, produzido no Google Form e disponibilizamos a pesquisa para professores e gestor da instituição. Com isso, estamos analisando as perspectivas dos gestores e professores acerca dos processos avaliativos no contexto remoto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, analisamos as informações obtidas via questionários realizado no dia 19/10/2021, em uma escola estadual, na zona urbana do município de Balsas- Ma. A pesquisa foi feita com 3 professores formados em Letras. Os dados do gestor da escola constam que o mesmo possui formação em licenciatura plena em Educação Física, atua há 22 anos na área da educação e a escola que ele coordena atende em média 400 alunos. Com o ensino remoto, a principal dificuldade apontada pelo gestor foi a falta de conectividade. Neste ponto, podemos observar que a escola não possuía preparo para o contexto emergencial.

As aulas eram realizadas de forma remota, atendendo a limitação institucional, já no segundo semestre houve o revezamento das turmas e no dia 11 de outubro a escola já estava com aulas 100% presenciais. Segundo relato do gestor, a maior parte dos alunos são de famílias de baixa renda, em que os provedores financeiros não chegaram a concluir o ensino médio, o

que indiretamente influencia no desenvolvimento do aluno. Ao ser questionado sobre a contribuição que a UEMA poderia oferecer à escola, o coordenador respondeu que a contribuição poderia ser feita pedagogicamente, estando presente na instituição escolar, uma parceria que beneficia ambos os lados, conforme o participante.

O questionário voltado aos professores abordava sobre o grau de qualificação profissional, pontos positivos e negativos no exercício da profissão e sobre como estão lidando com o ensino em meio à pandemia. Conforme análise dos dados, 66,7% de 3% dos entrevistados trabalham na área da educação há mais de 10 anos e 33,3% atuam há menos de 05 anos. Ao serem questionados sobre a opção do curso de Letras e suas respectivas Literaturas, 66,7% responderam que tiveram influência familiar ou afinidade com o curso, e apenas 33% respondeu que foi por falta de opção. Apenas 1 dos professores entrevistados trabalha em um único turno.

Quanto ao contentamento com a profissão, os profissionais ressaltaram que possuem satisfação em ver os alunos aprendendo e a certeza de estar transformando pessoas que conseqüentemente transformarão outras pessoas. O desinteresse estudantil e o não reconhecimento da importância da profissão foram citados como aspectos negativos. Relacionado ao ensino remoto, o gestor afirma que a escola promoveu oficina sócio emocional e oficina de utilização das plataformas digitais.

As dificuldades encontradas pelos professores foram a falta de recursos didáticos, como biblioteca e laboratório, encontrar meios para que o aluno realmente adquirisse conhecimento e a indisciplina de alguns alunos que atrapalharam o planejamento pedagógico. Os professores citaram como dificuldade ainda o fato de “Encontrar estratégias corretas para que o aluno queira aprender o conteúdo”, visto que com o ensino remoto o auxílio do professor é limitado ao virtual, e a “Falta de recursos como biblioteca e laboratório” a escola possuía déficit em recursos pedagógicos que auxiliassem alunos que por sua vez não tinham acesso à internet ou material didático.

Com o intuito de superar as dificuldades, os professores relataram ter pesquisado meios viáveis de lecionar sem prejudicar nenhum aluno, utilizaram livros digitais e conversaram com alunos e pais sobre a importância do ensino aprendizagem. Quanto às formas de avaliação do aluno, os docentes citaram a assiduidade e a participação, bem como conhecimento no assunto abordado, levando em consideração a situação em que o aluno se encontra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Com base nas respostas apresentadas é possível observar que a educação necessita de mais investimento, tais como infraestrutura, recursos tecnológicos, oficinas e cursos preparatórios é necessário também o reconhecimento da profissão. A pesquisa foi de suma importância para comprovar que a tecnologia tem papel fundamental para o ensino aprendizagem podendo ser utilizada de forma multimodal.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. Interfaces Científicas Educação, v. 8, n. 3, pág. 348-365, 2020.

BORBA, R. C. N.; TEIXEIRA, P. P.; FERNANDES, K. O. B.; BERTAGNA, M.; VALENÇA, C. R.; SOUZA, L. H. P. Percepções docentes e práticas de ensino de Ciências e Biologia na pandemia:

uma investigação da Regional 2 da SBERBio. Revista de Ensino de Biologia da SBEEnBio, p. 153-171, 2020.

CORDEIRO. K. M. A. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020. Disponível em:

<http://oscardien.myoscar.fr/jspui/bitstream/prefix/1157/1/0> IMPACTO DA

REIS. L. G. Produção de Monografia da teoria à Prática: O Método Educar pela pesquisa (MEP). 4. Ed. Brasília: Senac-DF, 2012.

EIXO 2 – Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica.

Trabalhos produzidos a partir de pesquisas em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes que submeteram resumo simples. Este Eixo é composto por 37 resumos.

A CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E SUA APLICABILIDADE EM TEMPOS MODERNOS DE LIQUIDEZ

Joelma Curcino da Silva Sousa¹

Ereni Piroli Baziqueto²

Palavras-chave: Conciliação. Celeridade. Liquidez.

Resumo: Essa reflexão consiste em um diálogo entre o meio alternativo de resolução de conflitos - a Conciliação, e sua aplicabilidade, em tempos de modernidade líquida, tendendo a rapidez na resolução dos conflitos processuais e, via de consequência, na celeridade da atividade jurisdicional. Essa pesquisa foi desenvolvida a partir do Grupo de Estudos do Bauman da Unibalsas, vinculado às atividades exercidas junto ao CEJUSC de Balsas, com o objetivo de gerar uma reflexão sobre a importância da devida resolução de conflitos, frente ao princípio da razoabilidade deste procedimento. É verdade que o modelo tradicional de resolução de conflito da lide processual encontra-se em crise, com o sistema judicial abarrotado de demandas. De acordo com o CNJ (2020), no ano de 2019 o Maranhão possuía, na Justiça Estadual, 1.079.872 casos pendentes, enquanto só havia, no mesmo período, 5.820 servidores e auxiliares destinados ao trabalho nestes casos. No Brasil, em 2019, esse número chegou a 20.669.278 somente na Justiça Estadual. Neste sentido, os meios alternativos de resolução de conflitos, a exemplo da conciliação, antigo instituto judicial observado em passagens Bíblicas (Gênesis, versículo 36-44, cap. 31), podem ser considerados como os meios mais pertinentes a trazer a celeridade processual e dirimir a superlotação do sistema. Todavia, faz-se imprescindível a sua aplicação na forma devida, para que a aceleração dos casos pendentes não comprometa a prestação jurisdicional minimamente satisfatória. A instabilidade dos fundamentos, ressaltada por Bauman (2013) como fator da modernidade líquida, pode gerar um procedimento realizado sem o devido rigor às técnicas de conciliação, almejando apenas o fechamento de metas em busca de atingir um número expressivo de resoluções rápidas. Não se pode olvidar que no desenvolvimento teórico, a conciliação possui estruturas sólidas com arranjos jurídicos bem estabelecidos, todavia, no campo concreto muitas vezes se liquidifica. Isto porque a modernidade líquida trouxe, juntamente com a incansável busca pela satisfação instantânea, estruturas frágeis e a ausência de solidez. A consequência disso é um sistema judicial com o

¹Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Balsas (Unibalsas). E-mail: joelmasousa6102@gmail.com

²Professora da Faculdade de Balsas (Unibalsas). E-mail: erenipiroli@gmail.com

mero objetivo de desencahar, mediante a conciliação, mais um processo em contraponto a uma enorme demanda de lides resolvidas sem a mínima satisfação jurisdicional. No Brasil há inúmeros casos pendentes de resolução e para lidar com esse problema é necessário trabalhar com dados estatísticos e com o aumento equilibrado aos casos, da força humana de trabalho e o rigor das técnicas e objetivos ideais da conciliação. Para tanto, um dos pontos de partida é o oferecimento de cursos como meio de capacitar o operador de Direito a trabalhar com a conciliação na forma devida.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio Janeiro: Zahar, 2003.

Bíblia Sagrada: nova versão internacional/Sociedade Bíblica Internacional. - Santo André: Geografia, 2017.

Justiça em Números 2020: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em 09/11/2021

METODOLOGIA CONSTRUTIVISTA: A TRADICIONAL FORMA DE ENSINO- APRENDIZAGEM SUPRI A NECESSIDADE DAS NOVAS GERAÇÕES?

Kerlle Beatriz Ribeiro Maia¹

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações já fizeram.” Jean Piaget

Palavras-chave: metodologia construtivista; educação; ensino.

Resumo: Nas sociedades humanas, a cultura se institui a partir da aquisição sistemática de experiências, resultante das relações do homem com a realidade, e pode ser orientada à sua reprodução ou transformação (FREIRE,1996). Nos últimos dois anos, devido à pandemia do COVID 19, presenciamos a “invasão” da tecnologia no dia a dia dos estudantes. Uma mudança drástica que colocou a prova às metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, o ato de aprender é um processo contínuo e faz parte do ser humano, pois mesmo sem percebermos, todos os dias aprendemos algo novo devido a interação com a sociedade. As concepções sobre educação fazem parte dos caminhos tomados pela humanidade em sua incansável busca pela cultura, o que acaba engessando as formas de ensino e criando padrões que inibem a curiosidade e vontade dos alunos de aprender. O ensino tradicional trás consigo muitos traços da era industrial, onde o objetivo era preparar pessoas capazes de seguir ordens e manuais, unicamente para atender as linhas de montagem do mercado fabril e observamos que maior parte do ensino atual está preocupada com a memorização de conceitos, enunciados e tantas outras definições. Por consequência, os professores dominam os assuntos e organizamos para que possa ser transmitido aos alunos um conhecimento “frio” havendo uma distribuição de conteúdos sistematizados para que sejam incorporados ao acervo cultural da sociedade. E se alimentam da falsa ideia que se o aluno foi capaz de reproduzir os conteúdos ensinados, ainda que de forma inflexível, houve aprendizagem. O mundo tecnológico vive em constante transformação, devido à pandemia anos de desenvolvimento foram acelerados e a agilidade e facilidade de buscar uma informação torna maçante a aplicação de tantos conteúdos. Conforme o exposto, o ensino construtivista surge para evidenciar o lado socializador das instituições e mostrar que a aprendizagem não se limita a apresentação de conteúdos, mas esses sendo extremamente importantes para ativar os conhecimentos prévios dos estudantes, a metodologia visa incluir: problematizações, simulações e construção de novos significados e soluções. E através de um projeto de intervenção e coleta de dados apurar informações capazes de

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. kerllebeatriz@gmail.com.

evidenciar formas mais assertivas para a aprendizagem no ambiente de ensino superior. Desta forma, espera-se que os alunos construam seu conhecimento a partir de estímulos promovidos pelos educadores, identificando problemas e formulando explicações.

Referências:

- [1] LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de pesquisa**, p. 187-206, 1999.
- [2] LIMA, Valéria Vernaschi. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 421-434, 2016

MODELE A SILUETA, ACERTE O NARIZ E PONHA O PEITO: A PROBLEMÁTICA ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Lisiane Sibeli de Andrade Lescano¹

¹ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. lisiane.sibeli@prof.unibalsas.edu.br.

² Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jackeline.batista@alu.unibalsas.edu.br

³ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. raiana.silva@alu.unibalsas.edu.br.

Jackeline Cardoso Batista²

Raiana Pinto Rodrigues da Silva ³

Palavras-chave: Mulher, Violência, Estética e Padrão.

Em se tratando da violência contra a mulher, como forma de aniquilamento de sua dignidade, sendo exposta na contemporaneidade, como expressão da questão social em que é agravada pela desigualdade social, decorrente do modo de produção capitalista. Nessa toada, é manifesto não apenas os preconceitos e as diversas formas de opressão, mas outros aspectos, como a ênfase do corpo-máquina onde se busca um corpo “perfeito, saudável e jovem”. Desse modo, a sociedade tanto cultua o corpo como não cessa de desprezá-lo, comercializá-lo e igualá-lo. Diante desse contexto, a mídia, as entrevistas de emprego, a medicina e a moda, colocam a aparência corporal como núcleo do glamour, da prosperidade, da saúde e da felicidade. Enquanto a realidade cotidiana se apresenta de forma instável, caótica e incerta (desemprego, violência e crises econômicas) a realidade do mundo da fama e o espetáculo das imagens contribuem para que o próprio corpo seja considerado a única coisa que resta ao ser. (Trinca, p.3 e 4, (2006). Fato é e isso é ululante que se diga que a atual forma de conduzir o problema onde à mulher para ser aceita e se manter na contemporaneidade tenha que seguir um corpo esteticamente dentro dos padrões, nota-se uma forma de controle sobre o corpo feminino mesmo que de uma forma mascarada, as regras estabelecidas são meios para a violência da mulher no capitalismo atual, ofuscando assim os valores internos. Em pesquisa feita pelo G1, acerca da beleza estética para se conseguir um emprego, foi entrevistado 240 pessoas contratantes (homens e mulheres) e 81% têm a aparência da mulher como fator fundamental para conseguir um emprego, o que vai em desconformidade com o princípio da igualdade. Em arremate a violência contra a mulher acerca de valores estéticos é encoberta pelo capitalismo, já que é intensificada de acordo com a classe social, ainda mais agravada quando as mulheres são negras, trans, e periféricas. Desse modo, na direção de se construir uma sociedade sem misoginia, opressão e machismo, onde as mulheres, lutam por sua liberdade de expressão e independência financeira, consideradas por muitos anos como o sexo “forte”, mostram-se hoje como o sexo frágil e reféns do padrão de beleza imposto pela sociedade. Por derradeiro

esclarece-se que para a metodologia do trabalho, utilizou-se o método de abordagem indutivo, como método de procedimento monográfico e como técnica de pesquisa a bibliográfica.

Referências:

- [1] TRINCA, Tatiane Pacanaro. O corpo-imagem na “cultura do consumo”: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. Marília, 2008. 154p.; Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/trinca_tp_ms_mar.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2021.
- [2] Sem autor; Para 81%, aparência é fundamental para conseguir vaga de emprego. G1, 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2014/05/para-81-aparencia-e-fundamental-para-conseguir-vaga-de-emprego.html>>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.
- [3] Feminismos, gênero e desigualdades [recurso eletrônico] / organizadores: Nariel Diotto ... [et al.]. - Cruz Alta: Ilustração, 2021.

A Influência da Cultura na Formação Social do Cidadão

Daniel Silva Sousa

Geicilane Lira

Mylena Diamantina

Palavras-chave: Influência cultural, Cultura, Preservação, Cidadão, Tradição.

Resumo: Esse resumo tem o objetivo de discutir a influência da cultura na formação do cidadão, por meio deste, realizado à partir de reflexões na disciplina de Cultura e Ação Publicitária da professora Alzira Maria Coelho. Mais do que uma característica essencial de uma sociedade, a cultura pode ser considerada como o elemento principal que difere uma nação de outra. Os costumes, a música, a arte e, principalmente nosso modo de pensar e agir, fazem parte da cultura de um povo e devem ser preservados para que nunca se perca a singularidade do coletivo em questão, é uma rede que compartilhamos e criamos nossas crenças, onde o cidadão é conduzido por essa cultura o que ele acredita ser sua verdade. Passada a nós pelos nossos ancestrais, através dela herdamos a nossa música, nossa arte etc. Hoje a Influência que deixaremos para as próximas gerações, estão vindo de tecnologias, que era algo esperado, mas mesmo sendo encantador visto por uma perspectiva de uma geração que aos poucos estão perdendo sua ancestralidade e se transformando em algo não cognitivo, já que a internet está levando todos a uma só direção e crenças. Pedroso (1999) afirma que. “Um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação”. Nossa cultura não é a única, precisamos estar cientes da nossa relação com o outro e entender as vantagens e desvantagens da nossa influência cultural temos a oportunidade e responsabilidade de preservar essa cultura. Segundo Barros (2008). “proteger não significa defender o isolamento ou o fechamento ao diálogo com outras culturas, mas sim encontrar meios de promover a sua própria cultura”. A riqueza que os costumes têm gerado pela sapiência de forma saudável, pode ser visto na vida cotidiana do cidadão, tornando tão rotineiro ao ponto de receber bem novas tradições que são inevitáveis de acontecer no decorrer da vida, mas se modificando em ideologias. A solução para essa mistura de conhecimento com publicidade a qual todo cidadão tem acesso, é ser o que realmente você luta, fazer mesmo sem uma plateia de likes e por fim respeitar aquilo que não pertence a você, pois devemos entender que esse domínio que recebemos faz parte de nós como identidade, Segundo o sociólogo brasileiro Herbert José de Souza “Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo pela sua ciência; muda sim pela sua cultura”.

Referências:

1. SOUZA, Herbert José. Sociólogo Brasileiro
2. WILLIAM, Felipe. Artigo; A influência cultural na formação do cidadão.
<https://www.filantropia.org/informacao/a-influ%C3%Aancia-da-cultura-na-forma%C3%A7%C3%A3o-do-cidad%C3%A3o>
3. BARROS, José Márcio. Diversidade Cultural – da proteção à promoção. 1ª ed. São Paulo. Editora Autêntica, 2008.
4. PEDROSO. A. F. A importância das raízes culturais para a identidade cultural do indivíduo. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/artes/a-importancia-das-raizes-culturais-para-identidade-htm>>. <Acesso em 01/Ago/2018.>

¹ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Alzira.coelho@prof.unibalsas.edu.br

² Acadêmicos da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Daniel.sousa@alu.unibalsas.edu.br

³Geicilane.sousa@alu.UniBalsas Mylena.sousa@alu.Unibalsas.edu.br

⁴Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Camila.sousa@prof.unibalsas.edu.br

Representatividade negra na literatura infanto-juvenil

Rafaela Lima de Miranda¹

Carla Maria Schuch²

Palavras-chave: representatividade, literatura, afrodescendência, identidade.

Resumo: O tema do trabalho foi impulsionado pela necessidade de debater questões sociais como o racismo, demonstrando o potencial da escola como ambiente primordial para o combate do preconceito racial ao fazer uso da literatura afro-brasileira como instrumento indispensável para a construção identitária de crianças negras. O objetivo principal desse trabalho é reconhecer a importância da representatividade negra nos livros infanto-juvenis e como eles são capazes de, ao mesmo tempo que desenvolver a competência leitora e social dos alunos, contribuir para a formação da sua identidade. Como hipótese dessa problemática, temos que o contato com livros que abordam a presença do negro como sujeito de direitos e multicultural, são mecanismos capazes de combater o preconceito. Por conseguinte, precederá como material para a pesquisa de campo, que se desenvolverá por meio de uma entrevista em caráter aberto, utilizando apenas direcionamentos questionadores na Escola Municipal Paulo Dias, em Feira Nova do Maranhão. Após o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo, objetiva-se a realização de uma análise sobre a efetivação da construção identitária de crianças negras a partir de sua representatividade na literatura infantil, fazendo o confronto entre as Leis direcionadas à História e cultura afro-brasileira com a realidade escolar, confirmando ou não a hipótese levantada nesta pesquisa. Isto posto, com fins metodológicos e procedimentais para o desenvolvimento dessa pesquisa de natureza básica, lançamos mão da abordagem qualitativa com objetivo exploratório.

Referências:

5. CASTILHO, S. A Representação do Negro na Literatura Brasileira. Ponta Grossa, 2004.
6. ERIKSON, Erick. H. Identidade, Juventude e crise. Rio de Janeiro, 1972.
7. FARIAS, Jessica Oliveira. A Representação do negro na Literatura Brasileira. Revista Periferia, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 17-32, jan/jun. 2018.
8. SILVA, Jerusa Paulino da. A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva. 2010, Juiz de Fora.

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. rafaela.miranda@alu.unibalsas.edu.br

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.schuc@prof.unibalsas.edu.br

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS TAREFAS ENVOLVIDAS COM A MANUTENÇÃO E O SUPORTE DO SITE DO ELETRO PONTOMAX E SUAS RESPECTIVAS FERRAMENTAS

Ézio José dos Reis Oliveira¹

Jakson Ferreira de Sousa²

Palavras-chave: *Website, E-commerce, NuvemShop, Bling.*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar e demonstrar os relatórios das atividades desenvolvidas dentro do *website e-commerce* da empresa PontoMax. O primeiro passo foi entender como funciona o processo de vendas dentro do *site*, desde a parte de cadastro do cliente até a entrega de sua mercadoria e como é feito o cadastro de novas mercadorias para alimentação do *site*. Foi analisado os processos que envolvem as vendas *online*, o processo de alimentação dos dados para venda de novas mercadorias e como é usado para apoiar as ações do *marketing*, na divulgação de produtos e também para análise de mercado. Os processos desenvolvidos são feitos e geridos por duas ferramentas que são o NuvemShop e o Bling, com apoio do sistema principal da loja física. Após o processo de análise das atividades desenvolvidas, foi percebido como as ferramentas utilizadas possuem funcionalidades que agregam os processos que envolvem o *e-commerce* da empresa, mas também com possibilidade de atender empresas de pequeno porte, proporcionando uma melhor dinâmica para construção de um *e-commerce*, com menores custos de licenciamento, em relação à outras ferramentas similares. No entanto, para fazer a utilização das duas ferramentas mencionadas, foi preciso que os programadores do sistema físico da loja elaborassem uma API, para estabelecer uma conexão dos dados da loja física com os do *site*. Desta forma, as duas ferramentas entregaram ótimos resultados à empresa, trazendo facilidade no processo que envolvem a realização das compras, por parte do cliente, e um bom nível de praticidade, em relação a parte do suporte e usabilidade dos recursos das ferramentas em analisadas.

Referências:

9. ALVES, W. P. **Desenvolvimento e design de sites**. São Paulo: Editora Érica, 2014
10. BLING, **Sistema ERP para pequenos sites**, 2014. Disponível em: <<https://www.bling.com.br/home>>. Acesso em: 23 de março de 2021.
11. GYRA, **Como funciona PagSeguro, o mais usado dos meios de pagamentos**, 2020. Disponível em: <<https://gyramais.com.br/blog/meios-de-pagamento-brasileiros/>>. Acesso em: 19 de março de 2021.

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ezio.oliveira@alu.unibalsas.edu.br

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br

12. NUVEMSHOP, **Loja virtual nuvemshop**, 2014. Disponível em: <<https://www.nuvemshop.com.br/>>. Acesso em: 24 de março de 2021.
13. OLIVIERO, C. A. J.; DEGHI, G. J. **E-commerce**. São Paulo: Saraiva, 2015
14. TEIXEIRA, T. **Comércio eletrônico - Conforme o Marco Civil da Internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil**. São Paulo: SARAIVA, 2015

PENSÃO ALIMENTÍCIA NA GUARDA COMPARTILHADA

Kleyde dos Santos Coelho Assis¹

Ereni Piroli Baziqueto²

Palavras-chave: guarda compartilhada, pensão alimentícia, convivência familiar.

Resumo: A guarda compartilhada de menores é o modelo padrão, adotado como regra desde o ano de 2014, nas situações em que pai e mãe não morem na mesma residência, ressalvados os casos previstos em lei. Apesar de ser o modelo adotado, ainda restam muitas dúvidas acerca do tema, sobretudo ao que concerne à pensão alimentícia. Dessa forma, com o objetivo de orientar a população balsense, fora realizada, por meio do Projeto “Pergunte a Casa do Direito”, uma pesquisa, cujo tema é “Pensão Alimentícia na Guarda Compartilhada”. Nesse propósito, para a efetivação do referido estudo, realizou-se uma análise bibliográfica, através da qual se escolheu a obra de Mendes (2017) para ser base desta pesquisa, além da legislação vigente sobre o assunto. O estudo foi transmitido, em forma de entrevista, em um canal de televisão no município de Balsas-MA. Os principais questionamentos versaram sobre a definição da guarda compartilhada, sobre quem tem o poder de exercê-la e como a pensão alimentícia é caracterizada neste tipo de guarda. Em suma, a guarda compartilhada é legalmente entendida como a responsabilização conjunta e, também, o exercício de direitos e deveres dos genitores que não residam na mesma casa, referentes ao poder familiar dos seus filhos, à vista disso, o pai e a mãe decidirão em nível de igualdade sobre todas as questões que envolverem os menores. Na prática, os filhos terão uma residência fixa, não havendo uma alternância de lar. Assim, o que é compartilhado neste regime é a responsabilidade sobre a vida dos filhos, devendo haver equilíbrio no tempo de convívio com os pais, considerando sempre o melhor interesse da criança. No que tange ao exercício da guarda, compreendeu-se que, em determinados casos, ela poderá ser exercida por parentes e até mesmo por terceiros. Ademais, não há a desobrigatoriedade do pagamento de pensão alimentícia pelos genitores por ser a guarda compartilhada. Os alimentos continuarão a ser pagos e serão proporcionais às condições e possibilidades de cada um dos pais. Destarte, o genitor em que estiver fixada a residência do menor, receberá a pensão em seu nome e será o responsável por administrar as despesas do mesmo. A divulgação de um tema relevante como este, oportuniza a todos a possibilidade de conhecer e reivindicar direitos fundamentais que ajudam a promover uma vida digna, como o direito ao alimento e a convivência familiar.

Referências:

¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Kleyde.adv@hotmail.com.

² Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. erenipiroli@gmail.com.

- [1] BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, DF: Senado, 2002.
- [2] BRASIL. Código de Processo Civil Brasileiro. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF: Senado, 2015.
- [3] BRASIL. Lei da Guarda Compartilhada. Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Brasília, DF: Senado, 2014.
- [4] MENDES, Stela Maris Vieira. Manual de Direito de Família e Sucessões. 2.ed. Campo Grande: Contemplar, 2017.

INVENTÁRIO ELETRÔNICO: OCS INVENTORY

Palavras chaves: Inventário eletrônico. OCS Inventory. Gerência de redes. Controle de Ativos.

Resumo: Este trabalho tem por finalidade implementar uma ferramenta livre de inventário eletrônico em uma organização. Foi optado pela ferramenta OCS Inventory NG (*Open Computer and Software Inventory Next Generation*). Sua vantagem é o fato de ter suporte a vários idiomas, entre esses o Português Brasileiro, atualmente o sistema pode ser instalado em sistemas operacionais Linux e está disponível na versão 2.9., além da comunidade desenvolvedora ativa e interface de fácil interpretação. Diante disso, implantar esse *software* na empresa tem o potencial de melhorar a Gestão de T.I (Tecnologia de Informação), contribuindo diretamente e positivamente nos resultados da corporação. Inicialmente foi observado que a empresa em questão não utilizava uma ferramenta de inventário eletrônico de ativos e como as empresas estão buscando cada vez mais a diminuição dos gastos, dentre suas despesas fixas e variáveis, foi analisado a indicação de uma ferramenta que fosse livre, ou seja, que não trouxesse gastos com licenciamento para a empresa, onde foi instalado e testado. Em relação aos passos metodológicos, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, logo em seguida, a instalação e parametrização da ferramenta, iniciando pela versão server, que requer a instalação em uma máquina Linux, sendo que para este trabalho foi optado pela instalação em uma máquina física, com a distribuição Linux *Mint* (Debian). A partir disso, iniciou-se a configuração dos agentes nos terminais, para isso foram utilizados três tipos diferentes de máquinas: Linux, Windows e Android. Logo após, concluída toda a instalação, obteve-se informações detalhadas, como por exemplo, quantidade de máquinas, de sistema operacional, de *software* e de memória, tudo disponível no parque de inventário, e com acesso facilitado para os gestores da empresa. A empresa selecionada foi a Graúna Motos, situada na cidade de Balsas, e com o uso dessa ferramenta foi possível perceber diversas vantagens, como realizar o inventário de *hardware* e *software* dos equipamentos e ainda receber relatórios quando preciso. Dessa forma usando a ferramenta OCS Inventory, coletará informações, prestará relatórios automatizados e sempre atualizados a qualquer momento, sem qualquer intervenção, da real situação e/ou capacidade das máquinas da empresa e ainda armazenando todas as informações no banco de dados MySQL no servidor. Conclui-se que, com a inserção desta ferramenta, há possibilidades de auxiliar na tomada de decisões com relatórios precisos e de fácil acesso do parque de ativos.

Referências:

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. sergio.muniz@alu.unibalsas.edu.br.

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br.

15. NAVITA. Disponível em: <https://navita.com.br/blog/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-inventario-de-ti/>>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
 16. FERREIRA, C.C.G.; MOREIRA, K.C. da S.; CASAGRANDE, N.G. As inter-relações pessoais nas pequenas empresas. Florianópolis: 1999.
 17. OCS INVENTORY. Disponível em: <ocsinventory-ng.org, 2011>. Acesso em 08 de maio de 2021.
 18. OSC Inventory NG 2.xDocumentation – OSC Inventory Documentation. Disponível em: <http://wiki.ocsinventory-ng.org/>>. Acesso em: 10 de março de 2021.
- PINHEIRO. Gerenciamento de redes de computadores versão 2.0, Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.allnetcom.com.br/upload/GerenciamentodeRedes.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

A ESSENCIALIDADE DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA ANTE A AUSÊNCIA DE IGUALDADE NO MEIO SOCIAL

Igor Almeida Brito¹

Ereni Piroli Baziqueto²

Palavras-chave: Deficiente, Benefício, Dignidade.

Resumo: Os direitos do portador de necessidades especiais são regulados pela Lei 13.146/15 (Estatuto do Deficiente), a qual, em seu artigo 2º, os define como aquelas pessoas que possuem algum impedimento a longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que em virtude disso são impedidos de participar de forma igualitária dentro do meio social. A par disso, o presente resumo se utiliza do método hipotético-dedutivo, para realizar uma interpretação sobre o benefício assistencial concedido à pessoa com deficiência. A criação do benefício assistencial foi instituída com base no art. 203, V da Constituição Federal, sendo que os requisitos para sua obtenção são: a renda familiar deve se perfazer em $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, em conluio com a constatação da deficiência impeditiva à longo prazo a ser constatada por perito médico competente. A dificuldade de adequação do portador de deficiência ao meio social é notória, sendo que, apenas através da obtenção desse benefício, poderia se falar minimamente, na materialização da condição de sujeito de direitos em condição igualitária com as outras. Para além do benefício assistencial em questão e, em complemento à própria Lei 13.146/15, que apresenta em seus dispositivos incentivos para que a pessoa com deficiência consiga ingressar no mercado de trabalho, proibindo discriminações, e, garantindo a existência de ambientes inclusivos e acolhedores às pessoas portadoras de deficiência, há também o auxílio-inclusão. O auxílio-inclusão foi criado especialmente para àquelas pessoas que eram titulares do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência, e que eventualmente conseguem ingressar no mercado de trabalho, funcionando desta forma, como um suporte para que o portador de deficiência consiga desenvolver sua autonomia, já que, uma vez ocorrendo seu ingresso no mercado de trabalho, ele poderá usufruir unicamente desse auxílio-inclusão, que atualmente corresponde ao valor de meio salário mínimo. Destarte, diante dos pontos abordados, conclui-se que a garantia desses benefícios aos portadores de deficiência adequam-se perfeitamente ao princípio basilar do Estado Democrático de Direito, qual seja, o da dignidade da pessoa humana, de tal forma que através dessa assistência fornecida pelo Estado é que a pessoa deficiente que possui fatores impeditivos para o meio social, conseguirá obter e desenvolver minimamente seus direitos fundamentais, reduzindo as desigualdades a que são submetidos.

¹ Acadêmico de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. E-mail: igor.brito@alu.unibalsas.edu.br.

² Professora da Faculdade de Balsas - UNIBALSAS. E-mail: erenipiroli@gmail.com

Referências:

19. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 08. nov.2021
20. MINISTERIO DA CIDADANIA. **Auxílio Inclusão já pode ser solicitado por pessoas com deficiência que recebem o BPC**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-inclusao-ja-pode-ser-solicitado-por-pessoas-com-deficiencia-que-recebem-o-bpc>>. Acesso em: 08.nov.2021
21. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08. nov. 2021

NOVA LEI ORGÂNICA DE BALSAS: DOS PODERES DO MUNICÍPIO

Matheus Figueiredo Nunes de Souza¹

Ariadna de Souza Carvalho Coelho²

Palavras-chave: Controle de constitucionalidade. Lei Orgânica. Poderes do Município.

Resumo: Trata-se de projeto de extensão que visa revisar seção específica dos “Poderes do Município”, da Lei Orgânica do Município de Balsas, para verificar a adequação de sua constitucionalidade à Constituição do Estado do Maranhão e Constituição Federal. O objetivo do trabalho é identificar as inconstitucionalidades existentes no Título III – dos Poderes do Município, da Lei Orgânica do Município de Balsas. O método científico empregado foi o dedutivo, com as técnicas de pesquisa de revisão de literatura, selecionada, respectivamente, pelos critérios de relevância, acessibilidade e atualidade; e análise documental, constituída pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município. Até o momento, os resultados parciais indicam diversas inconstitucionalidades, desde contradições diretas ao texto constitucional até omissões legislativas, a serem sanadas pela proposição de uma nova redação.

Referências:

22. BALSAS. Lei Orgânica nº 01, de 5 de abril de 1990. **Lei Orgânica do Município de Balsas**. Balsas: Câmara Municipal, 1990.
23. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
24. CANOTILHO, J. J. Gomes... [et. al]. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- MARANHÃO. Constituição (1989). Constituição do Estado do Maranhão. São Luís: Assembléia Estadual Constituinte, 1989.

¹ Doutorando em Direito Político Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa de estudos modalidade Isenção Integral. Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. matheus.nunes@prof.unibalsas.edu.br.

² Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. Ariadna.coelho@alu.unibalsas.edu.br

O preconceito com o segurado especial para a concessão de benefício previdenciário.

Merenciana dos Reis Sousa

Sâmua Letícia Santana

Stela Maria Wendler

Palavras-chave: INSS, Estereótipo, Justiça.

Resumo: o presente trabalho levanta a problemática do estereótipo do segurado especial no momento de judicialização nos juizados especiais e federais, do pedido de benefício previdenciário ao trabalhador rural, dispõe sobre as diferenças de critérios para julgamento de uma região para outra, em contrapartida do conceito de segurado especial apresentado em lei e nas doutrinas. O objetivo desta discussão é debater sobre os fundamentos usado por cada região dentro dos juizados, para julgar a concessão de benefício rural e discorrer como se dá essa diferenciação tendo em vista que a lei, a doutrina e o INSS Administrativamente, caracterizam o segurado especial de forma única, sem diferenciações, e de que maneira isso afeta a igualdade da lei na sua aplicação. O método utilizado foi o dedutivo, com o emprego das técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica, selecionada, respectivamente, pelos critérios de relevância, acessibilidade e atualidade; e análise documental, consiste de legislação e jurisprudência. Ao analisarmos as decisões judiciais vemos uma grande dificuldade para que o segurado especial tenha seu pedido concedido, variando desde a dificuldade de provas até mesmo por não aparentar fisicamente ou personificadamente o estereótipo criado pelo julgador do que é um trabalhador rural, dessa forma o intérprete indefere mais uma vez o pedido por optar por uma decisão desfavorável ao segurado quando poderia optar apenas por seguir a legislação previdenciária e súmulas pela TNU.

Referências:

- FONSECA, Regina Lúcia Teixeira Mendes da. *Dilemas da decisão judicial As representações de juízes brasileiros sobre o princípio do livre convencimento motivado* Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2008.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR

Matheus Figueiredo Nunede Souza¹
 Stela Maria Wendler²
 Rosa Cecília Neiva Rocha³
 Merenciana dos Reis Sousa⁴

Palavras-chave: Tempo. Responsabilidade. Indenização. Consumo.

Resumo: O art. 8º, CDC trata a respeito da responsabilidade que o fornecedor tem de oferecer aos consumidores produtos e serviços em perfeito estado, que devem ser úteis e não causar danos, assim como explana Maurílio Casas Maia (2014, p. 163): “O direito à tutela do tempo para desenvolvimento da personalidade humana representa consequência direta dos direitos fundamentais à dignidade e à liberdade do ser humano. Destarte, o dano injusto a esse bem jurídico representa ofensa distinta da esfera patrimonial ou mesmo moral em sentido estrito do cidadão” afirmando ser o tempo um bem jurídico tutelado. Diante disso, o objetivo da presente pesquisa é identificar a morosidade da resolução das demandas consumeristas dos fornecedores em face dos consumidores, com o objetivo de informar sobre a violação de seus direitos imateriais e a buscar o devido ressarcimento disposto em várias das fontes legislativas. Para tanto, o problema de pesquisa do qual se parte é: como é possível a falta de tempo útil para a solução de vícios e defeitos gerar danos ao consumidor? O método científico utilizado foi o dedutivo, com o emprego das técnicas de pesquisa de revisão de literatura, selecionada, respectivamente, pelos critérios de relevância, acessibilidade e atualidade, e pesquisa documental, ancorada em legislação e jurisprudência condizentes à temática. O contexto em que a situação se insere é a de grande reclamação por defeitos nos produtos e serviços, bem como o agir de má-fé por parte de muitos fornecedores, pois além dos defeitos apresentados, as soluções são dificultosas e demoradas, são cansativas ligações à *call centers*, longas filas em bancos, protocolos administrativos, e em boa parte dos casos vindo a recorrer ao sobrecarregado Poder Judiciário. Diante disso, os consumidores se veem reféns de um grande investimento de seu valioso tempo útil, onde tem-se, portanto, um agravante do problema, visto os avanços jurídicos quanto ao tempo ser um bem jurídico tutelado e com esse reconhecimento há a responsabilização na seara cível, por se tratar de uma circunstância involuntária ao consumidor, causada unicamente por responsabilidade do fornecedor. Portanto, diante de tal

¹ Doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa modalidade Isonção Integral. Professor do Curso de Direito – UNIBALSAS. matheus.nunes@prof.unibalsas.edu.br.

² Acadêmica do 8º período do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. stela.wendler@alu.unibalsas.edu.br

³ Acadêmica do 8º período do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. rosa.rocha@alu.unibalsas.edu.br.

⁴ Acadêmica do 8º período do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. merenciana.sousa@alu.unibalsas.edu.br.

conduta, deve responder pelos prejuízos patrimoniais e extrapatrimoniais gerados, indenizando devidamente o consumidor por esse tempo que não volta e não se recupera, mas pode e deve ser compensado de forma adequada.

Referências:

[1] MAIA, Maurílio Casas. O dano temporal indenizável e o mero dissabor cronológico no mercado de consumo: quando o tempo é mais que dinheiro é dignidade e liberdade. Revista de Direito do Consumidor, ano 23, vol. 92, p. 163. Abril/2014. Disponível em: < <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/77223> >. Acesso em 12/11/2021.

JURÍDICO, Âmbito. A Responsabilidade Civil pela perda do tempo útil nas relações de consumo. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-139/a-responsabilidade-civil-pela-perda-do-tempo-util-nas-relacoes-de-consumo/amp/>. Acesso em 12 de nov. de 2021

A MOTIVAÇÃO HUMANA E O IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES

Carla Weber Carvalho¹

Camila Sousa da Silva²

Bruna Stephany Sousa da Silva³

Palavras-chave: Motivação; Pirâmide de Maslow; Administração.

Resumo: Este trabalho busca apresentar aspectos da motivação humana no mundo do trabalho. Empresas são constituídas, em grande parte, por pessoas, são elas que dão vida às organizações, por meio do diálogo e troca de experiências. No estudo da Administração existe a teoria comportamental que conforme escreve Chiavenato (2003) essa é baseada nas atitudes pessoais de cada sujeito. Assim, para explicar como se dá o comportamento das pessoas, o autor relata a necessidade de estudar a motivação humana. Para um profissional da Administração, torna-se relevante e necessário conhecer sob quais condições os sujeitos que estão em sua coordenação se apresentam no que diz respeito à motivação. Sabe-se que a motivação é intrínseca, ou seja, ela é movida por questões pessoais. Nesse sentido, o estudioso, Abram Maslow durante suas pesquisas sobre a motivação humana, elencou cinco necessidades humanas que contribuem para que os indivíduos estejam motivados, são elas: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e necessidades de autorrealização (CHIAVENATO, 2003). Esse estudo das necessidades ficou conhecido como a Pirâmide de Maslow ou a Hierarquia das Necessidades de Maslow. Os dois nomes são bem sugestivos, pois o desenho que Maslow fez, tem formato de uma pirâmide, onde na base encontram-se as necessidades mais básicas, ou seja, as fisiológicas, e no topo da pirâmide as necessidades mais altas, como a de autorrealização. Segundo o autor da Hierarquia das Necessidades, as listadas no alto da pirâmide, somente podem ser alcançadas se as necessidades abaixo delas forem atendidas. Nesse sentido, entendemos que, para que uma equipe de trabalho se mantenha motivada, é necessário a observância para todas as necessidades listadas por Maslow. Se uma empresa é constituída por pessoas, e essas têm necessidades que precisam ser atendidas para que estejam motivados, trabalhador junto com a empresa podem pensar estratégias de forma que conduzam à realização. A relação de trabalho pode ser movida por ações que contribuam para que pessoas possam ser felizes e realizadas em seus postos de trabalho. O fato é que pessoas desmotivadas impactam negativamente no

¹ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br.

² Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. dir.academica@unibalsas.edu.br

³ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. bruna.silva@alu.unibalsas.edu.br

clima organizacional, por isso a necessidade da visão dos processos da Administração para gerenciar as necessidades humanas.

Referências:

25. CERTO, Samuel C. Administração Moderna. Tradução de Maria Lúcia G.L. Rosa, Ludmilla Teixeira Lima. Revisão técnica José Antonio Dermengi Rios. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
26. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed. ver e atual. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
27. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Baueri: Manole, 2014.

**TOPONÍMIA DA MESORREGIÃO LESTE MARANHENSE: comparativo dos elementos
geográficos e tipo dos municípios**

Aline Oliveira da Silva¹

Ana Júlia Nogueira Martins²

Gustavo Barbosa Guimarães³

Idelfonso de Sousa Jorge Júnior⁴

Palavras-chave: Toponímia; Topônimo; Leste Maranhense; Elementos Geográficos;

Resumo: A Toponímia é uma disciplina que se insere na Onomástica, ciência que estuda os nomes próprios. Ela reflete as nomeações que marcaram e perduraram ao longo do tempo e propõe-se a investigar as vertentes linguísticas contidas em cada topônimo, sendo variações, significações, origem, língua e as motivações do nomeador. A partir disso, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais dos projetos de pesquisa dos bolsistas de iniciação científica do projeto Atlas Toponímico do Estado do Maranhão - ATEMA, orientado e coordenado pela Profa. Dra. Maria Célia Dias de Castro, referente aos municípios de Alto Alegre do Maranhão, Matões, São Benedito do Rio Preto e São Bernardo, localizados na Mesorregião Leste Maranhense. A pesquisa encontra-se em andamento e a metodologia possui caráter quali-quantitativo e envolve pesquisas nos dicionários onomásticos-etimológicos e confecção da ficha-lexicográfica em planilha Excel. Os dados foram obtidos a partir dos Mapas Municipais Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), relativos aos municípios em estudo. Tendo os como base, realizou-se o levantamento dos topônimos e seu elemento geográfico - que pode ser dividido em físico (rio, lago, igarapé) e humano (localidade, fazenda, povoado) - para realização das classificações toponímicas, seguindo o modelo taxonômico proposto por Dick (1990; 1992). Os acidentes de natureza humana referem-se àqueles com intervenção do homem no ambiente; e os acidentes físicos refletem a ação natural do ambiente. Observou-se que os topônimos mais ocorrentes foram os elementos geográficos de cunho humano, com 483 ocorrências, enquanto os topônimos de cunho físico apresentaram apenas 107 ocorrências. Castro (2016, p. 26) afirma que “Os topônimos são exemplos de nomes com um referente real, o lugar. Nós os usamos para adquirirmos informações e nos situarmos

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - Campus de Balsas. Email: aliineamoriimad7@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - Campus de Balsas. Email: anajulianm12@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - Campus de Balsas. Email: gustavobarbosa.g80@gmail.com

⁴ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - Campus de Balsas. Email: idelfonsojorge@outlook.com

especialmente em relação a outros lugares, na nossa vida cotidiana”. Como exemplos desta afirmação podemos citar Fazenda *Anapurus*, Localidade *Três Palmeiras*, Fazenda *São Roque*, Retiro *da Maricota*, Povoado *Mandacaru*, Localidade *Buritirana*, Povoado *Amapá*, Povoado *Juçaral*, Povoado *Água Azeda*, Povoado *Buritizal*, etc. Após a análise, foi possível inferir que a ocorrência de acidentes geográficos de natureza humana prevaleceu em relação aos de natureza física, demonstrando a grande interação homem e meio e sua intervenção no ambiente.

Referências:

- [1] CASTRO, Maria Célia Dias de. **Toponímia Maranhense: Referência e Prototípidade**. Estudos linguístico-literários: Reflexões Teóricas e Práticas. Editora UEMA, Maranhão, 2016.
- [2] DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 3ed. – São Paulo, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 3. ed. São Paulo: FFL/USP, 1992.

HOME OFFICE COMO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Ana Maria Ferreira da Silva¹

Layana Rezende dos Santos²

Carla Weber Carvalho³

Palavras chave: Contingência; Crise; Tecnologia.

Resumo: Neste trabalho vamos apresentar sobre a Teoria da Contingência, que aborda a relação do meio externo com o mundo dos negócios. Vamos dar ênfase aos acontecimentos provocados pela pandemia da COVID-19, em especial ao cenário do Brasil. Durante o cenário de pandemia muitas empresas tiveram que optar por um plano de contingência para conter a proliferação do vírus, mas nem todas estavam preparadas ou não tiveram suporte necessário para enfrentar a crise sanitária. Nesse contexto, segundo o IBGE, cerca de 716 mil empresas brasileiras encerram suas atividades e 1,3 milhões de empresas tiveram que suspender temporariamente apenas em 2020 (IBGE, 2020), e mesmo com a flexibilização dos decretos governamentais, muitas empresas sofrem as consequências. Muitas organizações tiveram que optar pelo *home office* como forma contingencial, sendo a única opção existente para não pararem suas atividades de forma definitiva. Algumas empresas já praticavam essa técnica de flexibilização de jornada de trabalho quando um funcionário, que por algum motivo, não conseguisse se deslocar até o local de trabalho, mas não com todos os funcionários. Então, foi necessária a criação de um plano de ação que se encaixasse na realidade de cada empresa, para que não tivesse baixas na produtividade. Houve também a atenção para a realização de reuniões constantes para avaliar a eficácia do *home office* e também observar como cada funcionário estava conciliando o ambiente familiar com o empresarial. As ferramentas tecnológicas são de grande ajuda para circunstâncias como essas, porém, é necessário que auxiliem de forma positiva para que não aconteçam redução de produtividade. Importante que os colaboradores tenham acesso aos documentos para a realização das tarefas, acesso à internet, atendimento aos clientes de forma virtual. A hibridização, com a volta de parte desses funcionários também pode fazer parte do cenário, com visitas ao ambiente de trabalho com rotação de dias pela equipe, para *feedbacks*. Existem vários pontos a serem explorados pelo *home office*, como: o trabalhador não precisar enfrentar trânsito, assim, é poupado do estresse, maior independência e liberdade profissional, empresa pode implantar plataformas de atendimento aos clientes e flexibilizar formas de contato. A pandemia foi um choque para todos,

¹ Aluna da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ana.maria@alu.unibalsas.edu.br.

² Aluna da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. layana.santos@alu.unibalsas.edu.br.

³ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

mostrando que as empresas precisam estar prontas para momentos de crise com planos contingenciais, precisam estar abertas a mudanças e ao uso de tecnologias.

Referências:

- [1] CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed. ver. e atual. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
- [2] OLIVEIRA, JOANA. 716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE. In: EDICIONES EL PAÍS. EL PAÍS. SÃO PAULO, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- [3] SOUZA, Alexandre. HOME OFFICE, CONTINGÊNCIA OU CAMINHO SEM VOLTA? QUAIS OS DESAFIOS?. In: Business, Tecnologia . InfraPrime. SÃO PAULO, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- [4] SIDNEY. Home Office é a solução para a contingência?. In: Blog GNC. Strohl Brasil. SÃO PAULO, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://strohlbrasil.com.br/home-office-e-a-solucao-para-a-contingencia/>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- [5] EMPRESA, EMPREENDEDORISMO | ABERTURA DE. Confira as vantagens e desvantagens do home office. In: SEBRAE. Portal SEBRAE. BRASIL, 23 nov. 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/vantagens-e-desvantagens-do-home-office,78f89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- [6] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O IBGE apoiando o combate ao COVID-19. BRASIL: IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VACINAÇÃO COMPULSÓRIA CONTRA A COVID-19 NO AMBIENTE TRABALHISTA

Kérlen Maia Moraes 1;
Leonardo Luiz Maltarollo Zanqueta²;
Ereni Piroli Baziqueto³.

Palavra-chave: Vacinação compulsória; Direito coletivo; COVID-19.

RESUMO: O que se pretende nesta pesquisa é analisar a obrigatoriedade da vacinação compulsória para imunização contra a COVID-19 e a importância da mesma aos colaboradores no ambiente de trabalho, bem como, explicar sobre as recentes decisões dos tribunais superiores, referente ao assunto abordado. O método utilizado para realização do trabalho foi analítico e exploratório, pois no primeiro momento foi analisado o material a ser utilizado, e no segundo procurou-se se familiarizar com o fenômeno investigado, buscando maior compreensão e precisão sobre o assunto. Insta enaltecer, que a vacinação contra a COVID-19 e sua obrigatoriedade, causa conflitos entre dois direitos fundamentais basilares da Constituição Federal, o direito à liberdade individual de escolha e o direito à saúde coletivo (Mendes et al, 2008) que se reflete na relação entre empregador e empregado na imposição da vacinação. Assim, conforme entendimento do Superior Tribunal Federal, o empregador pode exigir que seus colaboradores sejam imunizados, garantindo a preservação da saúde dos demais funcionários, sobrepondo, desta forma, o direito coletivo sobre o direito à liberdade individual. Em contrapartida, os empregados só poderão se recusar à vacina, caso comprovem através de laudo médico, que tenham alergia há algum componente do imunizante. A não vacinação, por ideologia, convicção ou crença religiosa, por exemplo, poderá ensejar a demissão por justa causa, pois consideram-se recusa injustificada. O empregador antes de dispensar o empregado deverá notificá-lo sobre a importância de ser vacinado e as consequências do descumprimento dessa regra empresarial. Diante desta decisão, o Ministério Público do Trabalho tem recomendado que as empresas criem políticas de conscientização dos empregados a favor da vacinação compulsória, onde os colaboradores possam tirar eventuais dúvidas sobre a vacinação, bem como, seus efeitos colaterais e o risco de serem contagiados, devendo as empresas incluir no seu Programa de Riscos Ambientais (PPRA) e no Programa Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Visto isso, pode-se concluir que, no que tange a vacinação compulsória no ambiente trabalhista, o direito à vida deve prevalecer sobre quaisquer outros direitos, ainda que também considerados de natureza fundamental, como o da liberdade.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Balsas -UNIBALSAS.
kerlle.maia@alu.unibalsas.edu.br

² Acadêmico de Curso de Direito da Faculdade de Balsas -UNIBALSAS.
leonardo.zanqueta@alu.unibalsas.edu.br

³ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. E-mail: erenipiroli@gmail.com

Ademais, nenhum direito fundamental pode ser considerado absoluto, em especial, quando a contrariedade a este direito tem a finalidade de proteger a saúde de toda comunidade.

Referências:

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 de novembro de 2021.
2. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Trabalhador pode ser obrigado a se vacinar?** Disponível em: https://www.csjt.jus.br/web/csjt/semana-nacional-da-execucao-trabalhista/-/asset_publisher/By5C/content/id/8638643. Acesso em 06 de novembro de 2021.
3. MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Martires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. Rev. Atual. São Paulo. Saraiva. 2008.

AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Deyse Cirqueira de Moraes¹
Adriano Ferreira da Silva Neto²

Palavras-chave: Afetividade, Educação Infantil, Ensino, Aprendizagem,

Resumo: A criança ao chegar na escola, já traz consigo conhecimentos de vivências e experiências positivas e negativas que precisam ser lapidadas, e o professor da Educação infantil é o profissional habilitado para ensinar às crianças a saber lidar com as adversidades e emoções. É nesse cenário que entra em cena a acolhida, aconchego e o afeto como elemento indispensável da ação docente na educação infantil. Sallas (2011, p. 11), “Afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua juntamente com a cognição e o ato motor no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento”. Nesse sentido, a afetividade é vista como uma ação facilitadora do processo de ensino-aprendizagem quando o aluno é estimulado pela empatia com o professor, desenvolvendo assim uma prática pedagógica mais direcionada ao aluno e com resultados observados no decorrer das situações de aprendizagens. Como a afetividade pode ser desenvolvida no processo de ensino-aprendizagem na Educação infantil? Acredita-se que o fazer docente contribui muito para o desenvolvimento dos aspectos da afetividade já nos primeiros anos escolares. O presente trabalho tem como escopo, refletir como a afetividade enquanto estratégia de ensino contribui para o ensino-aprendizagem na educação infantil. A metodologia empregada deu-se através de uma pesquisa bibliográfica acerca de textos já produzidos de autores clássicos e contemporâneos que refletem, apontam e indagam sobre o assunto no intento de traçar caminhos que possam melhorar as metodologias de ensino e a valorização da aprendizagem tais como Wallon (1975), Vygotsky (1989), Lima (1997). A afetividade está constantemente presente na vivência da criança, independentemente de sua origem, gênero ou classe social. E, é na educação infantil que as crianças são estimuladas a desenvolverem suas habilidades e potencialidades, dentre elas as emoções que também fazem parte desse desenvolvimento. É na infância que o ser humano tem a formação do caráter, por isso refletir sobre a afetividade como estratégia de ensino para a educação infantil se torna tão importante. A pesquisa justifica-se pelo valor do afeto no desenvolvimento infantil e pelas necessidades de avaliar como essas características contribuem de forma positiva no desenvolvimento cognitivo do aluno. Com o estudo, a afetividade está inteiramente relacionada à importância das relações professor-aluno como interações afetivas, contribuindo para o

¹ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. @email.com.br.

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. adrianoneto.prof@email.com.br.

desenvolvimento social e psicológico da criança, considerando o lado emocional do aluno no âmbito escolar. As teorias de Wallon contribuíram efetivamente para a realização do presente trabalho por abordarem a dimensão humana, contextualizando o aluno em seu meio a partir da valorização de suas potencialidades e resgate de sua autoestima, além de enfatizar a importância das relações sociais e afetivas. Vygotsky (1989, p. 101) propôs que: “O desenvolvimento intelectual se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade”. É esperado novos fazeres como estratégias de ensino na educação infantil e que esses fazeres não demore e que diretrizes educacionais valorize a pedagogia do afeto favoráveis para a formação da criança como um todo, cognitivo, social e individual também. Cabe ao professor o papel de mediador nessa relação e a ação da escola é o estabelecimento da relação dialética à qual se refere o autor, onde o aluno é o sujeito e a escola faz às vezes de sociedade. Lima (1997, p.2) por sua vez traz a reflexão: Todas as experiências vividas na escola ganharão significado quando articuladas ao processo global de desenvolvimento do indivíduo e não concebidas como um aglomerado de experiências independentes, vividas exclusivamente no âmbito escolar. Dessa forma, proporcionar-se um ambiente propício para que seu aluno desenvolva não só o conhecimento como também o seu autoconhecimento, possibilitando meios que despertem o máximo da capacidade da criança, é o caminho da educação, que não possui apenas uma direção, pois, cada aluno tem aptidões diferentes e cabe ao professor ajudá-lo a explorar esse potencial com a junção das habilidades afetivas que podem contribuir para aprendizagem significativa.

Referências:

1. LIMA, Elvira Souza. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos**. São Paulo: GEDH – Grupo de Estudos do Desenvolvimento Humano, 1997.
2. VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
3. VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
4. VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
5. WALLON, Henry. **A psicologia genética: psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975, p.188.

ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ÁGUAS DE COCO IN NATURA, ENVASADAS E COMERCIALIZADAS NA CIDADE DE BALSAS-MA

Maria Maray Nogueira de Sousa¹

Alaécio Pinheiro dos Reis²

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho ³

Adriana Araujo Diniz⁴

Jefferson Carvalho Barros⁵

Palavras-chave: potássio, sódio, água de coco, fotometria de chama.

Resumo: O coqueiro tem sua origem nas ilhas de clima tropical e subtropical localizadas no Oceano Pacífico, sendo o Sudeste Asiático sua principal referência de centro de origem e diversidade, porém em toda a América Latina, a produção e o cultivo também são vistos, o que está relacionado com sua fácil adaptabilidade. No Brasil, o que se observa é a crescente comercialização de coco verde, que está relacionado com hábitos saudáveis da população, levando-se em conta o fato da água de coco possuir baixos teores de gorduras e carboidratos, garantindo um baixo valor calórico, mas apresentando características nutricionais importantes relacionadas a sais minerais, como potássio, sódio, magnésio, cálcio, fósforo, ferro, selênio, manganês, zinco etc, além de aminoácidos e proteínas e vitaminas. Assim, objetivou-se realizar análises físico-químicas de água de coco envasadas e comercializadas na cidade de Balsas-MA, de modo a verificar a qualidade e que fatores influenciam no produto final que chega ao consumidor. Foram analisados parâmetros como pH, sólidos solúveis totais (SST), acidez titulável total (ATT), potássio e sódio, o que mostrou que as amostras de água de coco adquiridas no mercado local e que são comercializadas, apresentaram valores correlatos com os rotulados e com a legislação específica em vigor. Somente alterações nos valores de ATT foram verificadas, o que pode indicar que a matéria prima utilizada poderia estar prematura para a colheita, visto que acidez elevada tende a diminuir com o amadurecimento do fruto. Para sódio, não foi verificada diferença estatística entre os resultados, mostrando que todos os valores estão dentro dos limites aceitáveis pela legislação em vigor.

Referências:

¹ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. maray_nogueira@hotmail.com.

² Professor da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. alaecio@yahoo.com.br.

³ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. antonio.filho@unesp.br.

⁴ Professora da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. adrisolos2016@gmail.com.

⁵ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.agronegocio@unibalsas.edu.br.

1. AROUCHA, E. M. M., GÓIS, V. A., LEITE, R. H. L., SANTOS, M. C. A., SOUZA, M. S. Acidez em frutas e hortaliças. **Revista Verde de Agroecologia** (Mossoró – RN) v.5, n.2, p. 01 – 04. 2010
2. FORTUNA, S. B. D.; FORTUNA, L, J. Avaliação da qualidade microbiológica e higiênica sanitária da água de coco comercializada em carrinhos ambulantes nos logradouros do município de Teixeira de frutas (BA). **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.32.n.2.2008.
3. HOFFMANN, F. L.; COELHO, A. R.; MANSOR, A. P.; TAKAHASHI, C. M.; VINTURIM, T. M. Qualidade microbiológica de amostras de água de coco vendidas por ambulantes na cidade de São José do Rio Preto - SP. **Revista Higiene Alimentar**. 3, v. 16, n. 97, p. 87, 2002.
4. NETO, F. M.; HOLANDA, J. S.; FOLEGATTI, M. V.; GHEYI, H. R.; PEREIRA, W. E.; CAVALCANTE, L. F. Qualidade do fruto do coqueiro anão verde em função de nitrogênio e potássio na fertirrigação. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.11, n. 5, p. 453– 458, 2007.

INFLUÊNCIA DO TEMPO DE PRÉ-CONDICIONAMENTO NA QUALIDADE DE GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE SOJA

Laís Sodré Ribeiro¹

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho²

Adriana Araujo Diniz³

Jefferson Carvalho Barros⁴

Ronald Sousa da Silva⁵

Palavras-chave: Umidade. Hidratação. Semente. *Glycine max*. Vigor.

Resumo: A soja por apresentar um grande valor agregado, assume um papel de alta relevância na economia mundial. A utilização de sementes de alto vigor é cada vez mais importante em qualquer sementeira, pois para atingir elevados resultados é preciso passar por um rigoroso processo de produção. Além disso, também é essencial que os testes de qualidade sejam realizados de maneira precisa, pois é por meio destes que a tomada de decisão é feita. Existem muitos fatores que interferem na qualidade dos testes, entre eles o teor de umidade das sementes, que resultam em danos de embebição, plântulas anormais ou morte por deterioração. Assim o objetivou-se no presente trabalho determinar o tempo ideal de pré-condicionamento de soja *Glycine max*, cultivar M8644 IPRO, em relação ao tamanho da semente. Foram testados diferentes tempos de pré-condicionamento: 12, 14, 16, 18, 20 horas de sementes de dois tipos de peneiras 5,5 (P1) e 6,5 (P2). O delineamento utilizado foi DIC (delineamento inteiramente casualizado) em parcelas subdividas no tempo com quatro repetições de 50 sementes para cada tratamento. Após o processo de pré-condicionamento as sementes foram submetidas aos testes de umidade e germinação em papel para que fosse avaliado a germinação de plântulas e a umidade. De forma geral os resultados evidenciam que existe diferença nos testes de acordo com o tempo de pré-condicionamento para a cultivar M8644 IPRO, e que as sementes P1 absorvem água mais rapidamente não havendo necessidade de longos períodos de hidratação, pois com 12 horas ela atinge seu teor ideal. As sementes P2 por apresentarem tamanho e massa maior é necessário submeter a um tempo longo de pré-condicionamento, o de 14 horas foi o suficiente.

¹ Acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. laissodreribeiro@gmail.com.

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. antonio.filho@unesp.br.

³ Professora da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. adrisolos2016@gmail.com.

⁴ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.agronegocio@unibalsas.edu.br.

⁵ Acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. ronaldfu59@gmail.com.

Referências:

1. COSTA, N.P. da; MESQUITA, C. de M.; MAURINA, A.C.; FRANÇA NETO, J.B.; KRZYZANOWSKI, F.C.; HENNING, A.A. 2003. Qualidade fisiológica, física e sanitária de sementes de soja produzidas no Brasil. **Revista Brasileira de Sementes**, v.25, p.128-132.
2. MAUAD, M. et al. 2010. Influência da densidade de semeadura sobre características agronômicas na cultura da soja. Dourados-MS: **Revista Agrarian**. v. 3, n. 9, p. 175-181.
3. RODRIGUES, D. DA S.; SCHUCH, L. O. B.; MENEGHELLO, G. E.; PESKE, S. T. 2018. Desempenho de plantas de soja em função do vigor das sementes e do estresse hídrico. **Revista Científica Rural**, v. 20, n. 2, p. 144-158.
4. ROSSI, R. F.; CAVARIANI, C. FRANÇA-NETO, J. B. 2017. Vigor de sementes, população de plantas e desempenho agronômico de soja. **Revista Ciências Agrárias**, v. 60, n. 3, p. 215- 222.

O OVERSHARENTING E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS DA CRIANÇA

Matheus Figueiredo Nunes de Souza¹

Merenciana dos Reis Sousa²

Sâmua Leticia Santana³

Stela Maria Wendler⁴

Palavras-chave: *Oversharenting*. Direito à imagem. Direito à privacidade. Ministério Público.

Resumo: A sociedade da informação, diferenciada, é impulsionada por avanços tecnológicos que influenciam no comportamento das pessoas. Um desses fenômenos é o *oversharenting*, que se trata do compartilhamento excessivo de imagens realizadas pelos pais em relação aos filhos. Com isso, o objetivo da presente pesquisa é identificar se o *oversharenting* se caracteriza como violação do direito personalíssimo à imagem previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por parte dos pais. Diante disso, o problema de pesquisa do qual se partiu foi: é possível que os pais violem os direitos personalíssimos dos seus filhos através de exposição excessiva nas mídias digitais? O método científico utilizado foi o dedutivo, com o emprego das técnicas de pesquisa de revisão de literatura, selecionada, respectivamente, pelos critérios de relevância, acessibilidade e atualidade, e pesquisa documental, ancorada em legislação e jurisprudência condizentes à temática. Conforme pesquisa realizada pela empresa de softwares de segurança AVG com cerca de duas mil mães, 81% (oitenta e um por cento) de bebês com menos de dois anos possuem algum tipo de perfil em redes sociais com imagens disponíveis. Essa situação é preocupante, pois a disponibilização de conteúdo de menores nas redes sociais pode facilitar o uso indevido por agentes criminosos. Visando isso, o próprio artigo terceiro do ECA procura coibir essa prática, já que pode resultar em violação dos direitos de privacidade e imagem dos menores. Também, o melhor interesse da criança (MEIRELLES, 2006, p. 467) deve ser assegurado, tendo em vista que efetiva a condição da criança ou adolescente como pessoa humana. É um mandamento normativo que oferece um caminho à problemática do uso abusivo da imagem de menores. Assim, o questionamento que se coloca é se os pais devem ser punidos por promover essa exposição descabida, que pode resultar em dano (se não efetivo, jurídico) aos filhos menores. No entanto, o que é claro é que o Ministério Público, na condição de *Custos Legis*, fiscal da lei, é guardião dos interesses dos incapazes, e,

¹ Doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa modalidade Isonção Integral. Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. matheus.nunes@prof.unibalsas.edu.br.

² Acadêmica do 8º Período do Curso de Direito – UNIBALSAS. merenciana.sousa@alu.unibalsas.edu.br.

³ Acadêmica do 8º Período do Curso de Direito – UNIBALSAS. samua.santana@alu.unibalsas.edu.br.

⁴ Acadêmica do 8º Período do Curso de Direito – UNIBALSAS. stela.wendler@alu.unibalsas.edu.br.

portanto, deve zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. O Ministério Público tem capacidade postulatória para tutelar os direito à imagem e à privacidade dos menores.

Referências:

1. TURRA, Karin. Seria o “oversharenting” uma violação ao direito à privacidade e à imagem da criança?. Disponível em: <<https://silo.tips/download/karin-kelbert-turra-1>>, Acesso em 12 de nov. de 2021.

O FORDISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO

Palavras-chave: Fordismo, Taylorismo, Produção em Massa.

Resumo: Este trabalho busca apresentar sobre o modelo Fordista, que foi estruturado por Henry Ford. O Fordismo foi um dos movimentos que ditaram a Segunda Revolução Industrial. Seu início se deu em meados do século XIX juntamente com as inovações na área engenharia mecânica, com o motor a combustível fóssil e petroquímica. Podemos destacar ainda as inovações do modelo organizacional com os conceitos de Frédéric Taylor, o qual desenvolveu a teoria da administração científica, usando como conceito a máxima produção com menos tempo e custos. Assim, buscou a massificação dos produtos que antes se exigia um grande esforço para a sua produção. Henry Ford colocou em prática os conceitos estipulado por Taylor no início do século XX com seu modelo de mão de obra especializada, onde um funcionário tinha a necessidade de executar apenas uma atividade, sendo desnecessário o mesmo entender o processo como um todo. Nesse sentido se houvesse necessidade de substituição de mão de obra, ela tornava-se mais simples, uma vez que esse processo era feito de forma repetitiva. Outro ponto era a mecanização do processo por meio de esteiras rolantes, que conseguiu massificar sua produção e revolucionar os conceitos da indústria (CHIAVENATO, 2003). Assim, com o conjunto desses dois pontos era possível intensificar a produção de um mesmo produto sendo possível a fabricação de centenas e até milhares de unidades de uma só vez. A produção em massa é um sistema que busca produzir grandes quantidades de um produto sem flexibilidade de variação, dessa forma era possível baratear os custos na fabricação. Porém, uma atualização dessa unidade, seja diversidade de cores, aspectos mecânicos ou outras variações de modelos e designer tornava-se impossível, uma vez que, por ser produzido em grandes quantidades, uma atualização rápida e efetiva, era algo muito difícil de ser executado. Com a grande produtividade e oferta de produtos, barateava-se o valor do produto para o consumidor final. Assim, surgiu um produto popular e acessível. O Fordismo teve uma grande importância para a humanidade, uma vez que revolucionou os conceitos de indústria e ditou por muito tempo o que viria a ser o modelo de produção em massa. Apesar de sua crise com a chegada dos modelos mais contemporâneos, como o Toyotismo, foi um movimento que teve fundamental importância para o avanço da administração das organizações da época, impactando de certa forma, no que hoje temos implantado no mundo dos negócios.

Referências:

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. joao.mota@alu.unibalsas.edu.br

² Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. eduardo.sousa@alu.unibalsas.edu.br

³ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

1. CERTO, Samuel C. Administração Moderna. Tradução de Maria Lúcia G.L. Rosa, Ludmilla Teixeira Lima. Revisão técnica José Antonio Dermengi Rios. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7.ed. ver e atual. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PROJETO INTERDISCIPLINAR: Integrando Áreas do Conhecimento nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Jamara Moraes de Miranda¹

Járede Sousa Barros de Oliveira²

Clarice Lima Coelho³

Palavras-chave: Projeto Interdisciplinar. Pesquisa. Conteúdo. Aprendizagem.

Resumo: O Colégio Espaço Criativo incorporou em sua proposta pedagógica a metodologia de projetos, o PI - Projeto Interdisciplinar, que consistiu na realização de atividades centradas no aluno, com ênfase no desenvolvimento de competências, a partir dos conteúdos propostos no material didático, propiciando a relação entre as diferentes áreas do conhecimento, contribuindo assim para uma aprendizagem significativa. O trabalho com projetos configura-se em um percurso didático pedagógico, com objetivos de aprendizagens definidos, mediado pelo educador, oportunizando aos alunos a compreensão dos conteúdos estudados por meio de vivências, o estudante desempenha um papel ativo no processo e o conhecimento passa a ser construído por meio da interpretação da realidade e pelas relações estabelecidas entre a sua vida e os componentes curriculares, resultando na elaboração de novos saberes. O PI contemplou os conteúdos do material didático, com a utilização de diferentes recursos tecnológicos, e estudo dos gêneros e temáticas distribuídas entre os Anos Finais do Ensino Fundamental. A turma do 6º Ano realizou pesquisas a partir do estudo teórico, comparando e compreendendo a organização sociopolítica entre os períodos da antiguidade e contemporaneidade e apresentou os resultados em formato de seminário. Após estudos e debates entre os alunos do 7º Ano, a turma produziu podcasts sobre as contribuições dos africanos, portugueses e indígenas na formação cultural brasileira. O 8º Ano apresentou seus resultados de pesquisa com propaganda social (vídeo), depois de estudarem sobre a escravidão no Brasil, uso de anabolizantes e doação de sangue. Como produto final de pesquisa, a turma do 9º Ano apresentou uma sequência de cenas de novela (vídeos) sobre os interesses da Guerra Fria e as técnicas de melhoramento na produção de alimentos. O processo avaliativo considerou todas as etapas do desenvolvimento do PI, contemplando os seguintes critérios: estudo do gênero, produção e reescrita para elaboração dos slides, roteiros para gravação das propagandas, podcasts e cenas de novelas, compreensão dos conteúdos estudados, engajamento no trabalho coletivo, cumprimento dos prazos, critérios específicos dos

componentes curriculares, descritos nos projetos de cada turma e apresentação do produto final.

Referências:

1. ANTUNES, Celso. Um método para o Ensino Fundamental: o projeto. Petrópolis: Vozes. 2001.
2. COC. Manual Pedagógico. Pearson Education do Brasil, 2021.
3. FONTE, Paty. Projetos Pedagógicos Dinâmicos. A paixão de educar e o desafio de inovar. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
4. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 51ª edição, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

-
1. Professora do Colégio Espaço Criativo - CEC. claricelcoelho@gmail.com.
 2. Coordenadora Pedagógica do Colégio Espaço Criativo - CEC. sousajarede@gmail.com.
 3. Diretora do Colégio Espaço Criativo - CEC. educajam@gmail.com.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Melissa Raquel Ramos Brito¹

¹ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. melissa.brito@alu.unibalsas.br.

² Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. josiana.sousa@alu.unibalsas.edu.br.edu.br

³ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

Josiana Alves de Sousa²

Carla Weber Carvalho³

Palavras-chave: Mudanças; Organização; Pessoas.

Resumo: Este trabalho visa apresentar como a teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO), estudada no curso de Administração e ministrada na unidade curricular Teoria Geral da Administração influencia no crescimento de uma empresa. Segundo o professor Lobos (1975), o desenvolvimento organizacional é entendido como um processo de mudança na forma em que as organizações funcionam, tentando retirar padrões de comportamento. Conforme escreve Chiavenato (2003) o movimento dos estudos sobre o desenvolvimento organizacional iniciou em 1962, onde seu foco foi para entender sobre o ser humano, as empresas e o espaço em que estão inseridas. Assim, se pensava na expansão e no desenvolvimento das organizações. Nessa teoria encontramos como destaque a mudança da cultura organizacional por meio das pessoas que nela atuam. A teoria e prática do DO tem-se desenvolvido parcialmente como uma reação frente aos problemas que se percebem como sendo inerentes às organizações burocráticas e seus princípios hierárquicos. Assim, paralelamente ao interesse e dedicação ao estudo de problemas organizacionais, tais como a produtividade, também tem ocorrido preocupação por conhecer mais a respeito do impacto que as relações de poder têm sobre as atitudes e saúde mental dos indivíduos. De fato, boa parte da visão inicial dos propulsores do DO foi a respeito do conceito de poder intra-organizacional, o qual deriva-se dos primeiros estudos de satisfação no trabalho e da ideia de que a tecnologia e a estrutura organizacional exercem um efeito alienante sobre os indivíduos. Essa teoria tem como um dos principais objetivos as pessoas, porque acredita que para se conseguir ter uma empresa forte, é necessário ter equipe qualificada, e isso é possível desenvolvendo as pessoas. Portanto, empresas que conseguem observar os fatores que afetam o desempenho organizacional e criam estratégias, além de ações de mudanças, tendem a se desenvolverem e crescerem com sucesso, tendo em vista que é um processo contínuo e precisa ser planejado para ser realizado de forma correta. Pois, uma empresa estruturada e com tecnologias adequadas às tarefas dos colaboradores, terá retornos lucrativos, pessoas mais felizes pessoalmente e profissionalmente.

Referências:

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7 ed. rev. e atual. 13^o Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LOBOS, Julio. Desenvolvimento organizacional: teoria e aplicações. SCIELO BRASIL, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759019750003000>

¹ Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. melissa.brito@alu.unibalsas.br.

² Acadêmica da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. josiana.sousa@alu.unibalsas.edu.br.edu.br

³ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. carla.weber@prof.unibalsas.edu.br

LÉXICO FITONÍMICO NO ÂMBITO DO PROJETO “LAUDATO SI”: Uma prática de extensão no Colégio Padre Ângelo de Lassalandra

Antônia Paula Martins¹

Vitória Lúcia Ferreira Guimarães²

Maria Célia Dias de Castro³

Palavras-chave: Léxico. Fitonímia. Práticas Pedagógicas. Ensino Fundamental.

Resumo: O estudo do léxico de uma língua é extremamente importante para a compreensão da realidade linguística e cultural de um povo. É um acervo linguístico à disposição dos falantes como recurso de categorizações cognitivas do mundo que os cerca. Estes itens linguísticos podem se manifestar de diferentes formas, revelando sua dinamicidade no tempo e no espaço. Dessa maneira, conhecer o léxico de uma língua é entender como pensam as pessoas que fazem uso dessa face da língua, bem como conhecer a forma como estes sujeitos se relacionam com o meio social. Nessa discussão, ganha ênfase o léxico fitonímico, subárea da onomástica, cujos termos revelam a maneira como o homem exerce suas habilidades linguísticas envolvendo a flora da região onde vive, construindo, assim, sua concepção de meio e mundo. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral mostrar o desenvolvimento do projeto de extensão LÉXICO FITONÍMICO NO ÂMBITO DO PROJETO “LAUDATO SI” DE REFLORESTANDO DO CERRADO DO MUNICÍPIO DE BALSAS, desenvolvido com os alunos dos 8.º anos do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal de Balsas. O propósito é a criação de um catálogo fitonímico com os elementos da fauna apresentados no projeto. A base teórica se fundamenta nos estudos do léxico e da ecolinguística, numa perspectiva da interdisciplinaridade, considerando a língua numa abordagem ecossistêmica e não fragmentada. Para tanto, fundamentar-se-á em autores como Dick (1990), Castro (2012) e outros. Para alcançar objetivo proposto, a metodologia partiu de uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado para o levantamento fitonímico das espécies que fazem parte do cerrado. Sequencialmente, tem havido socialização das informações com os alunos sobre as principais espécies de plantas do cerrado maranhense e suas sementes, notadamente sobre o processo de dormência dessas espécies, para que possam se apropriar de forma eficaz desse conhecimento e aplicá-los no momento do plantio. Durante a execução do projeto, experiências têm sido relatadas levando em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, bem como aqueles construídos durante a execução do projeto. Até o momento, verificou-se que os alunos

¹ Acadêmica do 6.º período do curso de Letras-Português, Inglês e Respectivas Literaturas – UEMA. antoniamartins4@aluno.uema.br

² Acadêmica do 4.º período do curso de Letras-Português, Inglês e Respectivas Literaturas- UEMA. vitoriaguimaraes@aluno.uema.br

³ Professora da Universidade Estadual do Maranhão – [UEMA]. celialeitecastro@hotmail.com

envolvidos se mostraram capazes de reconhecer algumas espécies de plantas do cerrado maranhense, bem como seu valor para a população e a necessidade de se reflorestar as áreas desmatadas por ações antrópicas.

Referências:

1. CASTRO, M. C. D. de. 2012. Maranhão: sua toponímia, sua história. 2012. 474 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
2. DICK, M. V. de P. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. Coletânea de estudos. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.
3. FERREIRA, A. J. A. Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).
4. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

TECNOBIOGRAFIA PESSOAL: UMA EXPERIÊNCIA DE LETRAMENTOS DIGITAIS NA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

José Gustavo Martins¹
Geane Martins Mendes²
Maria Célia Dias de Castro³

Palavras -Chaves: Tecnologias. Prática de Ensino. Gênero Textual.

Resumo: As tecnologias da informação e comunicação (TICs) alteraram o modo de realização das atividades do homem contemporâneo. Essas mudanças impactaram diretamente os mais diferentes setores e espaços de interação e realização dessas atividades, dentre eles, os espaços formais de ensino onde se processa a aprendizagem. O aumento do uso dessas ferramentas para a realização dessas atividades tem exigido desses sujeitos novas habilidades. Isso significa dizer que novos tipos de letramentos são exigidos, de maneira específica, os *letramentos digitais*, que estão relacionados ao uso das tecnologias digitais na realização de determinadas tarefas. Assim, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os letramentos digitais dos alunos da 2.ª série do ensino médio a partir do gênero textual *tecnobiografia*, nas aulas de Língua Portuguesa. Conhecidas como a narração da história de vida dos sujeitos em relação às tecnologias (BARTOON; LEE, 2013), as *tecnobiografias* no contexto digital, tornam-se aliadas para o desenvolvimento dos letramentos, não apenas digitais, mas os inúmeros multiletramentos exigidos socialmente. Metodologicamente, os dados coletados para as *tecnobiografias* foram coletados com entrevistas realizadas de forma virtual fazendo uso do aplicativo *padlet*. Essa escolha metodológica considera o momento pandêmico, o que impossibilitou um contato presencial com os sujeitos da pesquisa. Nesse raciocínio, a construção das *tecnobiografias* buscou despertar o interesse dos alunos para a leitura e produção de gêneros textuais *online*, como refletir sobre a presença das tecnologias na vida desses alunos nas aulas de Língua Portuguesa. Teoricamente, sustentaram este trabalho autores como Marcuschi(2004), Barton; Lee (2013), Soares (2020), Kennedy (2013) e outros que discorrem sobre a temática abordada. Por fim, os resultados apontaram que os alunos apresentam certas habilidades em relação ao uso das tecnologias e que fazem uso dessas ferramentas de forma produtiva, contribuindo inclusive no auxílio aos avós e aos pais que estão “migrando” para esse mundo tecnológico. Concluiu-se ainda que, pelo fato de os sujeitos da pesquisa fazerem parte da geração dos “nativos digitais”, percebeu-se que eles conseguem lidar de forma competente com essas ferramentas potencializando, inclusive, o processo de aprendizagem a partir da leitura, da escrita, nas aulas de Língua Portuguesa.

Referências:

1. BARTON, D.; LEE, C. Linguagem online: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola, 2015.
2. KENNEDY, H. Technobiography: researching lives, online and off. *Biography*, n.26, v.1, p. 120-139, 2003.
3. MARCUSCHI, Luiz A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antônio C. (org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13 – 67.
4. SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos*. *Revista Pedagógica*, 29 de fevereiro de 2004. Artmed Editora.

¹ Mestrando em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL. jose.martins@uemasul.edu.br

² Mestranda em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL. geane.mendes@uemasul.edu.br

³ Professora da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA- celialeitecastro@hotmail.com

Visual Law: Uma Inovação no Poder Judiciário Brasileiro

Matheus Figueiredo Nunes de Souza¹

Keyllany Brandão Morais²

Regina Lima de Oliveira Rocha³

Palavras-chave: Acesso Judicial. Eficiência. Inovação. Poder Judiciário. Visual Law.

Resumo: A presente pesquisa tem como escopo contrapor o formalismo e o tradicionalismo presentes no Poder Judiciário por meio do Visual Law, no intuito de superar as barreiras encontradas ao tentar obter a prestação jurisdicional e a resolução das lides, e de deixar o Direito um pouco mais claro e acessível a aquele sobre quem exerce a jurisdição. Porém, não se pode olvidar que essa técnica proporcionada pode acarretar situações ainda não visualizadas e enfrentadas. Assim surge as seguintes problemáticas: Como inserir o Visual Law sem extrapolar a formalidade típica do Poder Judiciário que garante a seriedade para manter a ordem e a execução dos serviços forenses? Como essa técnica melhorará a comunicação entre as partes e o entendimento dos fatos pelo juiz em uma petição inicial, por exemplo? Para cumprir com o proposto, o método científico utilizado foi o dedutivo, com o emprego das técnicas de pesquisa de revisão de literatura, selecionada, respectivamente, pelos critérios de relevância, acessibilidade e atualidade. Produziu-se, dessa maneira, uma pesquisa essencialmente doutrinária e qualitativa. Cabe ressaltar que a técnica do Visual Law vem aos poucos sendo implementadas nas relações jurídicas brasileiras após este termo ter sido citado no teor da Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais precisamente no seu art. 32, parágrafo único, a saber: “sempre que possível, dever-se-á utilizar recursos de Visual Law que tornem a linguagem de todos os documentos, dados estatísticos em ambiente digital, análise de dados e dos fluxos de trabalho mais claros, usuais e acessíveis.” Esse método novo garante a utilização de elementos visuais como, imagens, infográficos, fluxogramas, mapas e etc, nos documentos jurídicos como Petições Iniciais, Recursos, Memoriais, ente outros, no propósito de deixar o seu conteúdo mais claro, acessível e usual. Em síntese, diante desse formalismo e solenidade do Poder Judiciário, a técnica do Visual Law torna-se algo inovador para que haja a simplificação da linguagem jurídica, bem como a inserção da tecnologia visando o seu desfogamento e um atendimento efetivo da prestação judiciária cada vez mais acessível e inclusiva.

¹ Doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com bolsa modalidade Isenção Integral. Professor do Curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. matheus.nunes@prof.unibalsas.edu.br.

² Membro do Projeto de Extensão “Nova Lei Orgânica de Balsas: dos Poderes do Município”, coordenado pelo professor Matheus Figueiredo Nunes de Souza. Graduanda do 10º período do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. keyllany.br@gmail.com.

³ Graduanda do 8º período do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. ginalimarocha@gmail.com.

Referências:

1. BRASIL. Justiça Federal Conselho da Justiça Federal. **Resolução CNJ n. 247/2020**. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/controle-interno/normatizacao/resolucao-cnj-n-347-2020>.
2. Escola de Magistrado da Justiça Federal da 3ª Região. **Seminário Online: “Visual Law – a influência do Design no Direito e nas Atividades do Poder Público”**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wcww5nQAHqo>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.
3. KOTLER, Philip. Administração de Marketing; análise, planejamento, implementação e controle. 3.ed. Trad. de Aílton Bomfim Brandão. São Paulo. Editora Atlas, 1995.
4. Tribunal Regional Federal do Pará. **Minicurso de Visual Law**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JtBblUxnf60>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

Conte e Encante

Edileia da Silva Barbosa¹
Marta Helena Facco Piovesan²

Palavras-chave: Leitura, lúdico, literatura, criatividade, histórias.

Resumo: O projeto “Conte e Encante” é uma parceria da UEMA com o projeto “Tresidela Nova” um projeto social criado pela missionária voluntária italiana Nádia Vetori da comunidade Tresidela. O projeto Conte e Encante tem o intuito de incentivar o hábito da leitura e despertar a imaginação, recuperar a arte de contar histórias, além de criar um ambiente lúdico para que as crianças possam manifestar sua criatividade e oferecer oportunidades de crescimento cultural. Este trabalho é fundamental na vida das crianças, pois a leitura é essencial para a vida social e educacional. Esse trabalho possui o objetivo de disseminar a magia das histórias da literatura infantil, juvenil e seus derivados com ludicidade, envolvendo e desenvolvendo o gosto, o prazer e o encantamento das crianças pelo mundo mágico da leitura. A história tem um papel imprescindível na vida da criança, pois auxilia no desenvolvimento da linguagem, no desenvolvimento cognitivo e na compreensão e criação de bons textos. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa por trabalhar com um conjunto de significados, inspirações e motivações. E o aporte teórico do estudo será composto pela literatura relacionada ao incentivo da leitura, à contação de histórias indexada ao Google livros, Biblioteca Pearson, Scielo, Periódicos Biblioteca local UEMA/CESBA, e os aportes legislativos bem como à BNCC. A metodologia utilizada: leitura em voz alta, dando ênfase a entonações adequadas; leitura em grupo, onde todos participam; leitura silenciosa, para possibilitar melhor compreensão; discussão em grupo sobre as temáticas abordadas; estimular o contato com os textos literários, à prática da leitura de uma forma espontânea. Ainda não temos resultados pela brevidade do início do Projeto, mas a previsão é que alcançaremos excelentes resultados pela boa participação e interesse do público escolhido. Conclui-se que o Projeto Tresidela Nova tem uma importância muito grande na vida das crianças da comunidade; e o projeto Conte e Encante vai complementar, mostrando a relevância de incentivar o hábito da leitura em uma comunidade carente, instigando os alunos a conhecer o mundo mágico da literatura.

Referências:

- ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1989. 174 p.
- BORIOLLO, B. de C. **Relato das atividades de contação de histórias no Centro de Convivência Infantil-CCI-USP**. São Carlos, 2002.
- COELHO, N.N. **A literatura infantil**. 3. ed. São Paulo: Quíron, 1984. 197 p.
- DINORAH, M. **O livro infantil e a formação do leitor**. Petrópolis: Vozes, 1996. 75
- DOHME, V. **Técnicas de contar histórias: um guia para desenvolver as suas habilidades e obter sucesso na apresentação de uma história**. 3. ed. São Paulo: Informal, 2000. 223 p.¹

¹ Acadêmica do 6º período de Letras – português, inglês e suas respectivas literaturas – UEMA Campus Balsas Edileia31@outlook.com

² Professora da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA Campus Balsas martapiovesan@professor.uema.br

LIMITAÇÃO DA LIBERDADE DE OPINIÃO NAS REDES SOCIAIS

Gabrielle Santos Triches¹
 Laryssa Resplandes Costa Silva²
 Manoel de Jesus da Silva Lopes³
 Percilina de Abreu Goes Neta⁴

Palavras-chave: Liberdade de expressão; Violação dos direitos fundamentais; Limite Constitucional.

Resumo: Em seus primeiros artigos, a Constituição da República Federativa do Brasil se mostra como parte formadora de um Estado Democrático de Direito, consagrando a premissa dos princípios da democracia representativa, trazendo uma estabilidade política ao país, e entrando para a história devido ao resgate da democracia e dos grandes avanços concernentes aos direitos e garantias fundamentais e individuais, assim como ascende os avanços na conquista pela a livre manifestação de pensamento. Esta evolução constitucional foi crucial para trazer mais liberdade de expressão, principalmente porque a mesma foi promulgada após um período turbulento na história nacional. Por outro lado também é possível observar que, hoje em dia, com a imersão de boa parte da população na tecnologia, há um grande número de pessoas que se utilizam das ferramentas digitais, principalmente as redes sociais, para gerar e compartilhar ódio, já que se sentem seguras atrás de uma tela, ou mascaradas por IP's criptografados, cometendo até crimes já previsto no nosso ordenamento jurídico. O presente trabalho objetiva compreender essa grande dicotomia entre os limites de pensamento opinativo de uma pessoa que acha ter direito constitucional de se expressar da forma que quer, sobre qualquer tema que seja, e a consequência dessa externalização de pensamento, afetando a vida de outras pessoas, abordando temas já considerados repulsivos pela humanidade, como exemplo o racismo. No entanto, surge uma problemática: embora muitos crimes estejam positivados na Constituição e nas leis, em muitas situações, o limite constitucional entre o que é liberdade de expressão e crime violador dos direitos fundamentais se torna bastante subjetivo a um magistrado julgar cada caso analisado tomando por base a sistemática analogia, e não a lei. Então, como garantir que uma opinião advinda deste pensamento possa ser enquadrada, de forma justa, como crime ou não, e como garantir que ao interpretar esta certa conduta, por um juiz, que é uma pessoa humana, possa ser menos subjetiva possível? Para a discussão desta temática, utilizou-se o método de abordagem indutiva, com técnica de pesquisa qualitativa, buscando levantar indagações importantíssimas sobre esta problemática.

Referências:

1. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
2. [2] AQUINO Geraldo Frazão de. Editora Fórum, <<https://www.editoraforum.com.br/noticias/liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais-e-esponsabilizacao-dos-provedores-coluna-direito-civil/>>. Acesso ao site em 19 de novembro de 2021.

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. trichesgabrielle@gmail.com.

² Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. percilnagoes12@gmail.com.

³ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. manuelloops@gmail.com.

⁴ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. laryssaresplandescs@gmail.com

A GARANTIA DE DIREITOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA E A AMEAÇA DA ADI 6.852/DF

Gervazio Barbalho de Santana Neto 1

Palavras-chave: Defensoria pública; Ameaça; Requisição.

Resumo: A defensoria pública é a instituição responsável por garantir a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos, assistência jurídica integral e gratuita, trazida pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 134. As normas jurídicas existem com o objetivo de pacificar a sociedade, assim como garantir relações justas, no entanto, por diferentes motivos as pessoas não possuem as mesmas possibilidades de garantir os direitos que lhes são assegurados, principalmente pela desigualdade social que existe no Brasil, que revela grandes índices de pobreza e vulnerabilidade. As pessoas hipossuficientes e vulneráveis tem seus direitos básicos desrespeitados de forma recorrente, como por exemplo o direito a saúde, daí, a importância do princípio de acesso à justiça visto em seu plano constitucional e processual como via de resolução de conflitos de forma judicial e, também, pela via dos meios alternativos de solução de conflito de interesses garantido, a essas pessoas, pelo trabalho desenvolvido pela defensoria pública. Visto isso, a presente pesquisa tem como propósito trazer para debate o papel da instituição defensoria pública, assim como evidenciar a ameaça trazida pelo julgamento da ADI 6.852/DF, tendo como cunho metodológico a análise bibliográfica. Destaca-se que para atuar de forma mais célere e eficiente a defensoria possui o poder de requisição, que é prerrogativa fundamental da missão constitucional da instituição, principalmente na atuação coletiva e extrajudicial. Através desse poder, a Instituição tem a legitimidade de solicitar às autoridades, agentes públicos e entidades privadas certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação, conforme prevê a LC 80/94. Ocorre que a prerrogativa, que é essencial ao trabalho dos defensores, se encontra ameaçada pela ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra os arts. 8º, XVI, 44, X, 56, XVI, 89, X e 128, X, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, sob alegação de que haveria violação aos princípios constitucionais da isonomia, (art. 5º, caput, da CF), da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF), do contraditório (art. 5º, LV, da CF) e do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF). Assim, conclui-se que o papel da defensoria pública é primordial para a garantia, implementação e a efetiva defesa dos direitos humanos, sendo a retirada do poder de requisição fator de impacto na defesa dos direitos das pessoas em situações de vulnerabilidades.

Referências:

1. DEFENSORIA PÚBLICA – HISTÓRICO . Disponível em: <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/historico-missao>. Acesso em: 19/11/2021.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.
gervazio.neto@alu.unibalsas.edu.br

ANALISAR E ACOMPANHAR O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DE UM CRM PARA UMA CONCESSIONÁRIA DE MOTOCICLETAS.

Nadson Cruz de Jesus¹
Jakson Ferreira de Sousa²

Palavras-chave: CRM; SIG; ERP; Gestão.

Resumo: Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar o processo de instalação e parametrização de um sistema de gestão de clientes CRM, em uma concessionária de motocicletas. Este processo tem a finalidade de demonstrar as potencialidades de um controle mais eficaz da carteira de clientes, ajudar os gestores na tomada de decisão e facilitar o processo de atendimento aos clientes em geral. Nos dias atuais, onde o contato imediato com as empresas se tornou algo cada vez mais fácil, se faz necessário ter o controle da carteira de clientes e saber onde agir para fidelizá-lo cada vez mais. As organizações são obrigadas a acompanhar esse processo evolutivo, considerando que a gestão antiga da carteira de clientes se tornou ineficaz. Entender sobre gerenciamento da carteira de clientes, é de suma importância, pois implementar um processo de CRM exige o cumprimento de diversas fases, e ter o processo planejado é fundamental para que o objetivo da utilização do sistema seja cumprido. O trabalho foi desenvolvido na empresa Graúna Motos e Motores Ltda e para o cumprimento do objetivo foi realizado um levantamento bibliográfico e elaborado um plano de ação junto a diretoria da empresa, com a intenção de parametrizar a ferramenta de CRM para suas especificidades. Contudo, foi documentado as etapas da escolha do *software* em questão, e os detalhes da ferramenta ERP, adotada pela empresa. Em seguida, foi possível acompanhar como foi realizado as primeiras parametrizações do sistema contratado, que de maneira satisfatória pôde auxiliar os consultores e gestores de vendas nas suas atividades e tomada de decisão. Concluindo, a partir do relatório desenvolvido, foi possível demonstrar os principais aspectos que envolvem o uso de um *software* de CRM nas organizações. Desta forma, foi possível realizar a conexão entre as noções essenciais de uso dos sistemas de informação gerenciais e os contextos de planejamento, implantação e acompanhamento dos resultados, impactando diretamente nos processos de tomada de decisão e na gestão de vendas da organização.

Referências:

1. **CAIÇARA JÚNIOR, C.** Sistemas Integrados de Gestão – ERP: Uma abordagem gerencial. 3ª ed, rev e atual. Curitiba: Ibpex, 2008.
2. **GREENBERG, P.** CRM na velocidade da luz. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
3. **LAUDON, K.C., LAUDON, J.P.** Sistemas de informação: com Internet. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
4. **NEWELL, F.** CRM - o gerenciamento das relações com o consumidor na era do marketing pela Internet. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. nadson.jesus@alu.unibalsas.edu.br.

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. jakson.ferreira@prof.unibalsas.edu.br.

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: um convite à precarização?

Débora Beatriz Franco¹

Netiane Pinheiro²

Monique Ferrarese Stedile Baldin³

Palavras-chave: Precarização. Uberização. Direito do Trabalho. Direitos Humanos. Ken Loach.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a “uberização” do trabalho a partir dos Direitos Fundamentais do trabalhador, buscando questionar a falsa percepção mercadológica de que a uberização seria uma oportunidade de realização de sonhos através de um trabalho autônomo mais compensador. Para tanto, utiliza-se metodologia qualitativa, tendo como embasamento as reflexões do longa-metragem “*Você não estava aqui*” (2018), dirigido pelo cineasta Ken Loach, além de pesquisas bibliográficas. Compreende-se que, com advento da quarta revolução industrial, a fusão do modo físico, digital e biológico possibilitou à sociedade o domínio de descobertas imensuráveis que alteram incisivamente o comportamento social. Na perspectiva sociológica, no que tange aos direitos humanos, a uberização pode ser vista como uma ameaça direta aos direitos elementares dos trabalhadores, haja vista que surgiu em meio a uma crise econômica mundial com o objetivo de flexibilizar a aplicação da legislação trabalhista. Em tal cenário, os trabalhadores se encontravam em situações de extrema vulnerabilidade, sendo obrigados a abdicarem de seus direitos trabalhistas para sobreviver, o que propiciou um movimento de precarização das relações de trabalho. Em seu filme, Ken Loach expõe a uberização como uma nova forma de precariedade salarial, já que nesse sistema de prestação de serviços o trabalhador assume todas as despesas geradas para o desenvolvimento de sua atividade e é ligado ao tomador de serviços através de contrato precário, que oculta o vínculo empregatício e exclui o empregado da condição de sujeito de garantias e direitos trabalhistas. Dentre as relações de trabalho comportadas por esse sistema está a relação estabelecida entre a empresa de prestação de serviços de transporte Uber e os motoristas a ela vinculados. Assim como nos demais contratos compreendidos dentro do termo “uberização”, no caso do Uber analisa-se a utilização da tecnologia, mais especificamente do monitoramento incessante do trabalhador por meio de um aplicativo, como uma forma de controle rígida, a “subordinação algorítmica”, que exacerba a dependência do trabalhador à plataforma. Compreendendo essa nova forma de prestação de serviços, propõe-se a análise de legislações estrangeiras, como a do estado da Califórnia, nos Estados Unidos, que retiram a autonomia de motoristas ligados à empresa Uber para que estes alcancem os direitos sociais fundamentais que são reconhecidos a todos os trabalhadores.

Referências:

[1] ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. debora.sa@alu.unibalsas.edu.br

² Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. netiane.silva@alu.unibalsas.edu.br

³ Professora do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. monique.baldin@prof.unibalsas.edu.br

- [2] ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- [3] SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.
- [4] SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.
- [5] VOCÊ não estava aqui. Direção de Ken Loach. Inglaterra: Vitrine Filmes, 2019. 1 vídeo (101 min.).

REFLEXOS DA COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO: desvalorização do trabalho, desigualdade social e programas de proteção ao trabalhador

Fernanda Guadalupe da Silva Leite 1
 Gervazio Barbalho de Santana Neto 2
 Kedma de Souza Moura 3
 Monique Ferrarese Stedile Baldin 4

Palavras-chave: Covid-19; Proteção do Trabalhador; Auxílio emergencial; Benefício Emergencial; Desigualdade.

Resumo: De acordo com o Instituto Butantan, uma doença gera uma pandemia quando seu agente transmissor se dissemina em diversos países ou continentes, atingindo níveis mundiais e afetando um grande número de pessoas. A constatação e declaração oficial de uma pandemia é realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que em março de 2020 decretou o estado de pandemia em decorrência da disseminação do SARS-CoV-2, também conhecido como Coronavírus ou Covid-19. Tal eventualidade trouxe grandes mudanças em sentido global, afetando todos os setores da sociedade, em especial o mercado financeiro e o direito do trabalho, já que houve a necessidade de estabelecimento de políticas de isolamento social para conter a disseminação do vírus causador da doença. Visto isso, a presente pesquisa tem como propósito analisar como a pandemia reforçou as desigualdades no mundo do trabalho, evidenciando a desvalorização da relação de emprego e a relativização dos direitos trabalhistas, tendo como cunho metodológico a análise bibliográfica e a revisão legislativa e jurisprudencial. A CLT proíbe qualquer distinção relativa a trabalho intelectual, técnico e manual, contudo, tal proibição de discriminação legal não foi totalmente respeitada no período de isolamento social decretado pelos estados e municípios brasileiros. As medidas estatais para contenção do vírus geraram reflexos intensos nos trabalhos manuais, já que resultaram, em grande parte, na suspensão de funcionamento de atividades empresariais não essenciais, resultando no fechamento de empresas, na dispensa de empregados e na redução dos números de produção. Nesse compasso, a perda de renda e o fechamento de postos de trabalho teve como consequência a compressão do consumo e do investimento, evidenciando desigualdades sociais e amplificando o exercício de atividades informais para obtenção de renda por parte dos trabalhadores privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social. Como programas sociais importantes de auxílio dos trabalhadores e das empresas nesse período, destacam-se o Auxílio Emergencial, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Lei 14.020/20) e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Lei 14.043/20), que, apesar de não impedirem o crescimento da pobreza e a marginalização dos direitos dos trabalhadores, foram de importante auxílio para a redução desses números.

Referências:

1. DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**. São Paulo: LTR 2010.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. fernanda.leite@alu.unibalsas.edu.br.

² Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. gervazio.neto@alu.unibalsas.edu.br

³ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. kedma.moura@alu.unibalsas.edu.br.

⁴ Professora do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. monique.baldin@prof.unibalsas.edu.br.

2. HORN, Carlos Henrique Vasconcellos; DONOSO, Virgínia Rolla. **Consequências imediatas da pandemia no mercado de trabalho brasileiro**. Análise: conjuntura nacional e Coronavírus. FCE/UFRGS. Porto Alegre. 13 jul. 2020, 2020.
3. SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. **Fiocruz**. 28 jul 2021. Disponível em: < <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20pandemia%20%C3%A9,sustentada%20de%20pessoa%20para%20pessoa> > Acesso em: 10/11/2021.
4. VASCONCELOS, Emanuelle Alícia Santos de; TARGINO, Ivan. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro (1993-2013). **Revista da ABET**. v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015, p. 141-161. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25705/13881> > Acesso em: 10/11/2021.
5. INSTITUTO BUTANTAN. **Entenda o que é uma pandemia e as diferenças entre surto, epidemia e endemia**. Publicado em: 05/07/2021. Disponível em: < <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/entenda-o-que-e-uma-pandemia-e-as-diferencas-entre-surto-epidemia-e-endemia> > Acesso em: 10/11/2021.

“PHILADELPHIA”: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Eline Fialho do Nascimento¹
 Cleane Maciel Bandeira²
 Fábio Junior de Sousa Conceição³
 Monique Ferrarese Stedile Baldin⁴

Palavras-chave: Preconceito; Discriminação; Homofobia; Ambiente de Trabalho.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar juridicamente a discriminação no ambiente de trabalho através da análise do filme “Philadelphia”, de 1993, que relata a história do jovem Andrew Beckett, um promissor advogado homossexual e soropositivo, que, após ser confirmado como portador do vírus HIV, é coincidentemente demitido de um grande escritório de advocacia da Philadelphia. Após uma árdua procura por advogados para representá-lo no Tribunal, Beckett acaba contratando Joe Miller, um advogado que, tomado pela empatia e pela busca de justiça, decide aceitar o caso. No longa-metragem inspirado em fatos reais, é comprovado que o advogado empregado foi despedido única e exclusivamente pelo fato de ser homossexual e portador do HIV, sendo a ação por ele proposta julgada procedente para condenar o escritório de advocacia ao pagamento de uma indenização milionária. O filme apresenta com muita sensibilidade o terrível efeito social da AIDS, a questão do preconceito contra homossexuais e soropositivos e a relação mútua e confusa do preconceito frente a estas duas questões na sociedade americana da época. Apesar do filme retratar um episódio da sociedade americana da década de 80, a luta contra a discriminação ainda é muito presente na sociedade contemporânea, sendo necessários meios legais de combate a injustiças provocadas pela discriminação em face da orientação sexual e da condição de saúde dos trabalhadores. No âmbito trabalhista brasileiro, a Lei 9.029/95 proíbe a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, e, apesar de não dispor expressamente sobre a discriminação por orientação sexual ou por doença sexualmente transmissível, tem sido aplicada analogicamente pelos Tribunais para proibir e punir os empregadores por tais atos discriminatórios. Nesse mesmo intuito, a jurisprudência consolidou seu entendimento, através da Súmula 443 do TST, de que se presume discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Quanto às normas de âmbito internacional, as Convenções 111 e 159 da OIT e a Recomendação nº 200 da OIT são utilizadas para o estudo dos estigmas trabalhistas envolvendo a AIDS e suas soluções. A importância do estudo desses temas é ressaltada quando se verifica que o impedimento ao acesso ao trabalho de cidadãos por sua orientação sexual ou por doença incurável acaba impondo a essas pessoas outra condenação, aquela que remete à morte, pois após a modernidade só o trabalho insere o sujeito na vida digna em sociedade, constituindo o trabalho como valor fundamental para o exercício da cidadania e a implementação da dignidade humana.

Referências:

[1] BATALHA, Glaucia Fernanda Oliveira Martins. **Orientação sexual e discriminação no ambiente laboral.** *Revista de Direito Internacional UniCEUB*. Brasília, v. 10, n. 2, 2013 p. 369-383. Disponível em: < <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/2716/pdf> > Acesso em 11 de novembro de 2021.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. eline.nascimento@alu.unibalsas.edu.br

² Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. cleane.bandeira@alu.unibalsas.edu.br

³ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. fabio.conceicao@alu.unibalsas.edu.br

⁴ Professora do curso de Direito da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. monique.baldin@prof.unibalsas.edu.br

[2] FERRERO, Vanessa. **Análise Jurídica do filme Filadelfia**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/52123169/philadelphia-filadelfia> Acesso em 10 de Novembro de 2021.

[3] GOMES, Debora Nazaré Borges Gomes. **Homofobia no Âmbito profissional**. Âmbito Jurídico. Publicado em 11 set. 2019. Disponível em < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do-trabalho/homofobia-no-ambito-profissional/> > Acesso em 10 de novembro de 2021.

[4] GUNTHER, Luiz Eduardo. O HIV e a AIDS: preconceito, discriminação estigma no trabalho: aplicação da Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 4, n. 42, p. 46-67, jul. 2015. Disponível em: < https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/90992/2015_gunther_luiz_hiv_aids.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em 15 nov 2021.

CENÁRIOS: CAPTAÇÃO DE CLIENTES

CONCEIÇÃO, Estaniel Paulino da.¹
 CISNEIROS, Giovana Rocha.²
 NOLETO, Helly Steglich.³
 SILVA, Milena Sousa da.⁴
 LUKACHINSKI, Nicolas Matheus Tavares.⁵
 BEZERRA, Victor Rezende.⁶
 FERREIRA, Vitória Eduarda Sousa.⁷
 PILLATT, Líbera Raquel Bazzan.⁸

Palavras-chave: Negociação. Carteira de Cientes. Instabilidade. Captação.

Resumo: Segundo dados da Junta Comercial do Maranhão-JUCEMA no estado foram abertas 35.805 novas empresas até Novembro de 2021. Destas 819 foram abertas na cidade de Balsas destas a maioria é do setor de comércio representado por 350 novas empresas, em segundo lugar aparece o ramo de serviços com 335 empreendimentos. No ano de 2020 foram registrados no mesmo período 954 novas empresas na cidade. Antes da pandemia estes números eram mais baixos, só no ano de 2019 foram registradas 879 novas empresas até Novembro. Estes números de certa forma demonstram a instabilidade econômica, social e política vivenciada em todo o país desde o início de 2020. Das 819 empresas abertas no ano de 2021 até o momento 505 são Microempreendedores Individuais -MEI, este dado reforça a ideia de um empreendedorismo por necessidade. Assim, como é percebida a mudança no comportamento da abertura de novas empresas também é possível observar mudanças no comportamento e perfil dos clientes nestes últimos dois anos. Esta alteração das necessidades, na forma de compra e no volume de consumo chama à atenção e desperta a necessidade de mudanças na dinâmica de captação e negociação de clientes bem como na fidelização destes. “Em um cenário de competitividade, o conhecimento conceitual do processo de negociação por parte dos membros de uma organização é requisito para um melhor desempenho [...]” (CAVALCANTE, SAUAIA, 2006, apud SOUZA, ?, p. 1-2). “A negociação, [...], é um processo de comunicação interativa estabelecido quando duas ou mais partes buscam acordo, para atender seus interesses” (GUIRADO, 2021, p.1). A negociação está presente em diversas situações do cotidiano das empresas, saber negociar é o diferencial. A captação de clientes é uma das etapas do processo comercial, é a partir deste momento que se cria a relação com o cliente para que se possa conhecer, detectar as necessidades e assim convencê-lo a fechar negócios ou adquirir determinado produto ou serviço. “Fica claro que a captação de clientes nada mais é que a busca ativa por pessoas que estejam dispostas a comprar de você. A proposta é criar o maior número de oportunidades possíveis para que o cliente entre em contato com sua empresa e conheça as soluções que ela oferece” (MORAES, 2018, p. 1). Desta forma compreende-se que as empresas precisam estar cientes da necessidade de aprimorar seus processos para o aumento de desempenho. É importante acompanhar de perto a carteira de clientes garantindo que se tenha um aproveitamento eficaz, a manutenção da carteira de clientes se dá também pela forma de negociação.

¹ Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

² Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

³ Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

⁴ Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

⁵ Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

⁶ Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

⁷ Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial da Faculdade de Balsas.

⁸ Professora da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS.

Referências:

GUIRADO, Francisco. **Qual a Definição de Negociação?**. Disponível em: <https://clubedenegociadores.com/negociacao/> Acessado em 10 de novembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> Acessado em 11 de novembro de 2021.

JUCEMA - Junta Comercial do Estado do Maranhão. **Estatística**. Disponível em: <http://portal.jucema.ma.gov.br/> Acessado em 10 de novembro de 2021

MORAES, Daniel. **Captção de clientes: entenda o que é e 13 dicas para otimizar a da sua empresa!** Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/captacao-de-clientes/>, 2018. Acesso em 10 de novembro de 2021.

SOUZA, Arthur Fernandes de. **Abordagem Sistêmica da Negociação** – Um Estudo de Caso na Etapa de Planejamento para Captação de Recursos junto a Instituições RPPS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158594/001022213.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 10 de novembro de 2021.

COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS E OS RECURSOS HUMANOS: SABERES E PRÁTICAS DAQUELES QUE TRABALHAM COM PESSOAS

Helena Sousa Morais - UNIBALSAS¹
 Walery Leite Estevinho – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE 2
 Camila Sousa da Silva - UNIBALSAS³

Palavras-chave: Competências comportamentais, saberes e práticas, rh.

Resumo: o presente estudo tem como proposição realizar um levantamento teórico das definições “competência e comportamento”, destacando alguns marcos históricos e seus usos na prática de quem trabalha com Recursos Humanos na atualidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória composta por levantamento bibliográfico e estudo de caso a partir de um relato de experiência de trabalho realizada pelo setor de R.H. de uma empresa na cidade de Balsas no estado do Maranhão. Pela característica do material, utilizamos como técnica de análise de dados a análise qualitativa (MARCONI; LAKATOS, 2003). O termo competência abrange uma variedade de definições, tendo como marco de seu desenvolvimento a Idade Média, do latim *competere*, com (junto) + *petere* (inquirir, disputar, procurar), segundo o Dicionário eletrônico Origem da Palavra. Das definições mais atuais lançamos luz à de Philippe Perrenoud (2000), sociólogo suíço, que define competência como “a *faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações*” (PERRENOUD, 2000, p. 19). O autor exemplifica competência como saber orientar-se em uma cidade desconhecida (ler um mapa, se localizar, pedir informações...); saber votar; saber se informar. Perrenoud (2000) considera que as competências estão ligadas a contextos culturais, profissionais e condições sociais. Wilhelm Wundt funda no século XIX o primeiro laboratório para investigar o funcionamento da mente (HEIDBREder, 1978). O comportamento segue sendo tema de estudo e interesse até os dias atuais. Tendo como ponto de partida as análises apresentadas acima, introduzimos a seguir uma experiência que se desenvolveu no setor de RH de uma empresa na cidade de Balsas no Estado do Maranhão. A seleção é composta por uma boa triagem dos currículos das pessoas que se candidataram para determinada vaga, já as competências comportamentais são baseadas nos princípios, cultura e valores da empresa, por meio de exemplos que o candidato relata. A necessidade de realocação é realizada a partir de análises e acompanhamento dos resultados daquele profissional alocado em determinado cargo. Partilhando desta experiência e utilizando-a como ponto de análise destacamos os seguintes aspectos: que muitas pessoas se candidatam às vagas porque realmente estão precisando ou porque escolheram e é o que tem

¹ Pós-Graduanda da Curso da Pós-Gestão de Departamento de Pessoal e Compliance Trabalhista da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. E-mail: hsousa63@hotmail.com

² Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Saúde da Família (ENSP/ Fiocruz): waleryestevinho@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Balsas. E-mail: camilasousaub@gmail.com

para aquele momento. Assim sendo, não podemos separar o contexto, a necessidade e a oportunidade como fatores em jogo em um processo de seleção.

Referências:

- [1] Dicionário eletrônico ORIGEM DA PALAVRA. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/competencia>. Acesso em: 26/10/2021.
- [2] HEIDBREder, E. *Psicologias do século XX*. São Paulo: Ed. Mestre Jou. 1978.
- [3] MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- [4] PERRENOUD, P. *Construindo Competências*. Entrevista com Philippe Perrenoud, Universidade de Genebra. Paola Gentile e Roberta Bencini. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html Acesso em: 26 out. 2021. In *Nova Escola* (Brasil). Setembro de 2000, pp. 19-31.
- [5] Vittude Blog. *Psicologia: o que é, para que serve e como surgiu?* Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/o-que-e-psicologia-e-como-surgiu/> Acesso em: 26 out. 2021. 07 de Maio de 218.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE PARA CASA: uma construção participativa entre universitários e crianças

Adão Jorge Rodrigues dos Santos Assunção¹

Antonio Santana Batista de Oliveira Filho²

Jefferson Carvalho Barros³

Palavras-chave: Meio ambiente, preservação, recursos naturais.

Resumo: Para que a educação seja vista como disseminadora de novos valores ao ser humano em relação ao seu meio, é necessário abordar sobre as questões ambientais, compreendendo que esses não são somente meios pelas quais novos valores serão aprendidos, mas que também fundamentam a construção do saber buscando alcançar os direitos essenciais da cidadania. Nesse sentido, o presente projeto, teve como objetivo realizar a produção de mudas trabalhando as múltiplas aplicações ambientais, integrando aos aspectos cotidianos, associado ao trabalho com práticas agroecológicas sustentáveis e enfatizando a educação ambiental na produção de mudas. O público participante dos encontros e da condução da produção de mudas foram os alunos universitários da Unibalsas, bem como as crianças com as quais estes convivem (filhos, irmãos e sobrinhos). Foram realizados encontros a fim de divulgar e socializar a agroecologia e práticas de cultivo de mudas as crianças e aos universitários, e para demonstrar as consequências do descaso com o meio ambiente; vídeos de conscientização em reciclar materiais, dentre outros. Posteriormente foi realizado o cultivo das mudas. Ao final do projeto, algumas mudas foram distribuídas para os professores da Unibalsas, para que esses pudessem plantar em diferentes locais. Durante a execução do projeto, cada participante pode contribuir, expondo suas opiniões oralmente a respeito do assunto, para que assim se pudesse auxiliar na compreensão e no encorajamento no desenvolver das habilidades de expressão oral destes. Os recursos locais foram utilizados como; espécies nativas, reciclagem de materiais, levando o aluno a compreensão do metabolismo local, da interação entre os processos ambientais à sua volta gerando grande participação de pessoas envolvidas e vivência em situações concretas. As atividades desenvolvidas contribuíram para conscientizar universitários, professores e crianças acerca da temática ambiental, levando-os a um interesse maior no conhecimento e nas relações estabelecidas com o meio ambiente através da experiência com a produção de mudas. Também permitiu que compreendessem a necessidade da conservação dos ecossistemas, do reaproveitamento de resíduos sólidos e da importância da arborização para a saúde humana.

Referências:

- [1] ARAÚJO, M. I. O; DOMINGOS, P. Perspectiva teórico-metodológica da educação ambiental na escola. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 182-195. 2018.
- [2] BRABO, D. S; LIMA, L. S; MUNIZ, C. E. R; FREITAS, L; OLIVEIRA, I. A. Meio ambiente: conhecer, preservar e conscientizar por meio da arborização. **Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v.23, n. 2, p. 217-237. 2019.
- [3] DANTAS, M. M. M; MARTINS, J. G. S; SOUZA, D. M; GUIMARÃES, M. L. C; SILVA, E. A. A importância da educação ambiental no amplo escolar. **Cadernos de Agroecologia**. Campina Grande, 2015.
- [4] LIMA, Y. E. S. P. D; LIMA, M. D. L. S. P. D; GOMES, E. G. A educação ambiental por meio do incentivo da arborização visando ao conforto térmico no Município de Bayeux, Estado da

¹ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. adao.assuncao@alu.unibalsas.edu.br.

² Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. antonio.filho@unesp.br

³ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.agronegocio@unibalsas.edu.br.

Paraíba, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 10, p. 799-804. 2018.



SUBSTRATOS ORGÂNICOS PROMOVEM UM MELHOR DESENVOLVIMENTO VEGETATIVO DE PLANTAS DE TOMATE

Tardelli Rocha Ferreira¹
Adriana Araujo Diniz²
Antonio Santana Batista de Oliveira Filho³
Jefferson Carvalho Barros⁴
Henry Germano do Espírito Santo França⁵

Palavras-chave: *Lycopersicon esculentum*, biofertilizante, esterco.

Resumo: Dentre as inúmeras variedades de tomate, o cereja se destaca bastante dos demais, principalmente em razão do seu tamanho, bem menor do que os outros, considerado uma “iguaria”, sempre procurado pelo consumidor, seja para consumo ou até mesmo para ornamentação. Produzido tanto em larga escala, como por pequenos agricultores, certos conhecimentos técnicos, como volume e composição do substrato que virá a ser utilizado no cultivo, se tornam fatores determinantes para o sucesso da produção. Ao longo das últimas décadas, o tomate foi uma das culturas que mais se destacou no setor do agronegócio brasileiro. Seu sabor agradável faz com que esteja sempre presente na mesa do consumidor em diversas partes do mundo. O trabalho objetivou avaliar o efeito da matéria orgânica (esterco bovino e caprino) no crescimento do tomateiro cereja (cultivar Carolina e Yashi), fazendo uso de diferentes combinações. Foram realizados dois experimentos, um com a cultivar Carolina e outro com a cultivar Yashi. Os experimentos foram conduzidos na fazenda São Paulo, em São Raimundo das Mangabeiras - MA. O fatorial utilizado para a condução de ambos os experimentos foi (3x3), sendo três fontes de esterco: sem esterco, esterco bovino e esterco caprino e três proporções do esterco (10%, 30% e 50%), em três blocos, devidamente casualizados, com 3 plantas por parcela. Foram avaliadas as variáveis altura de plantas e diâmetro do caule das plantas. Nos tratamentos com esterco bovino e caprino, a altura das plantas aumentou em função das doses do insumo orgânico aplicado. O diâmetro do caule variou de acordo com o aumento das dosagens de matéria orgânica. Os estercos, tanto bovino quanto caprino, mostraram resultados positivos para a produção de tomate cereja.

Referências:

2. COSTA, E.; SANTO, T. L.; DA SILVA, A. P.; DA SILVA, L. E.; OLIVEIRA, L. C., BENETT, C. G. S. Ambientes e substratos na formação de mudas e produção de frutos de cultivares de tomate cereja. **Horticultura Brasileira**, v. 33, n. 01, p.110-118, 2015.
3. SILVA, V. B.; SILVA, R. J.; COSTA, R. N. T.; SILVA, A., A. V. R. Response of the cherry tomato to watering and ground cover under organic cultivation. **Australian Journal of Crop Science**, v.13, n.2, p.214-220, 2019.
4. MAIA, J. T. L. S.; CLEMENTE, J. M; SOUZA, N.H. Adubação orgânica em tomateiros do grupo cereja. **Revista Biotemas**. v. 26, n.1, p.37, 2015.

¹ Instituto Federal do Maranhão-IFMA. tardelli.rocha@gmail.com.

² Professora da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. adrisolos2016@gmail.com.

³ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. antonio.filho@unesp.br

⁴ Professor da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. coord.agronegocio@unibalsas.edu.br.

⁵ Acadêmico da Faculdade de Balsas – UNIBALSAS. henry.franca@alu.unibalsas.edu.br.

5. MAGALHÃES, I. C.; SOUZA, A. V.; ARAÚJO, A.S.; SILVA, D. J.; REIS, L.S.; BARROS, R. P. Desempenho da fenologia de variedades de tomate (*Solanum Lycopersicon* L.) em duas épocas de cultivo. **Revista Craibeiras de Agroecologia**. v. 1 n.1, 2017.